



Tatiane Silva Sousa



**DA SERINGA À *FARINHADA*: PRODUÇÃO E MODO DE VIDA NA RESERVA
EXTRATIVISTA RIOZINHO DA LIBERDADE, VALE DO JURUÁ – ACRE**

Dissertação de Mestrado



Belém do Pará

2023



Tatiane Silva Sousa

Da seringa à *farinhada*: produção e modo de vida na Reserva Extrativista Riozinho da
Liberdade, Vale do Juruá – Acre

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia na área de concentração de Antropologia Social e linha de pesquisa de Povos Indígenas e Populações Tradicionais.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Cantarino O'Dwyer.

Belém do Pará

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S725s Sousa, Tatiane Silva.
 Da seringa à farinhada : produção e modo de vida na Reserva
 Extrativista Riozinho da Liberdade, Vale do Juruá – Acre / Tatiane
 Silva Sousa. — 2023.
 206 f. : il. color.

 Orientador(a): Prof^ª. Dra. Eliane Cantarino O'dwyer
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
 Graduação em Antropologia, Belém, 2023.

 1. Organização social. 2. Socialidade. 3. Borracha. 4.
 Farinha de mandioca. 5. Aviação. I. Título.

CDD 215.72



Tatiane Silva Sousa

Da seringa à *farinhada*: produção e modo de vida na Reserva Extrativista Riozinho da
Liberdade, Vale do Juruá – Acre

Dissertação de Mestrado

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Andrea Martini. Examinadora externa. PPEHL e PPGCA/UFAC

Prof^ª. Dr^ª. Katiane Silva. Examinadora interna. PPGA/UFPA.

Prof^ª. Dr^ª. Rosa Elizabeth Acevedo Marin. Examinadora interna suplente.
PPGA/UFPA.

Prof^ª. Dr^ª. Eliane Cantarino O’Dwyer. Presidente da banca. PPGA/UFPA.

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Exu e Oxum, que me acompanharam e fortaleceram durante toda esta empreitada. Agradeço aos meus pais Celso Sousa de Oliveira e Angela Maria Silva Sousa, que durante toda a minha vida me instigaram a estudar e fazer de mim a cientista que sou.

Ao meu irmão Celso Sousa de Oliveira Junior pelo apoio no processo seletivo para o mestrado e ao seu filho, meu sobrinho Matheus Henrique Torres e Sousa, que utilizando um chatbot online de inteligência artificial descobriu uma ferramenta gratuita para otimizar o processo de transcrições das entrevistas. Agradeço ainda aos meus(as) amigos(as), pois sem eles(as) este trabalho jamais teria sido concretizado.

Veronísia Viana, nosso falecido amigo Marcos Douglas Souza e a Flávia Evangelista, pois foram os responsáveis por eu chegar até o rio Liberdade.

Maria Renilda Santana da Costa, conhecida como Dona Branca, liderança do Liberdade que me recebeu na Associação Agroextrativista da Reserva Extrativista do Rio Liberdade (ASAREAL), na Associação Feminina Força da Mulher Rural do Rio Liberdade (MULHERFLOR), abriu as portas de sua casa na comunidade Morro da Pedra e sempre apoiou o desenvolvimento de minha pesquisa.

Francisco Albecir Brito da Silva, que além de me receber em sua casa na comunidade Periquito, foi como um tutor para mim nos meus primeiros meses de residência no seringal. A sua esposa Maria Antônia, filhas Alcleia e Alteline, cunhadas Maria Flaviana e Maria Joana, sou grata pela acolhida e cuidado na comunidade e Escola Estadual Rural Joaquim Nogueira.

Branca e Albecir foram as principais lideranças que estiveram comigo desde 2018, sou grata por tudo o que me ensinaram.

A Manoel Soares, meu querido amigo *arigó*, e ao casal Francisco e Francisca Marques, agradeço pelas conversas sempre tão prazerosas, por toda recepção e abertura para contar os “causos” do *tempo da seringa*.

Ao professor Francisco Monteiro, conhecido como Churica, sua cunhada Fátima e as suas filhas Francisca Monteiro, atual presidente da ASAREAL, e a professora Maria Gesualda Monteiro, muito obrigada pela acolhida nas comunidades Morro da Pedra, Porto Alegre e na Escola Estadual Rural de Ensino Fundamental e Médio São Francisco.

A Valcirlene Martins Miranda e Alan Lima pelas discussões e conversas sinceras sobre os problemas sociais e econômicos que afetam os seringais do Vale do Juruá.

A Rafael Poveron Ferreira, que sempre esteve comigo desde a preparação para o processo seletivo de mestrado até a escrita da dissertação, fosse me auxiliando na confecção de genealogias, mapas, discutindo textos, realizando a leitura atenta de meu trabalho e me dando sugestões para o meu aperfeiçoamento.

Ao meu companheiro Antônio Jarlesson Costa Vieira e sua família, que me ensinaram e me apoiaram de diferentes formas, desde a logística para que eu conseguisse acessar os seringais mais distantes subindo e descendo o rio Liberdade até a produção de informações para este trabalho.

Aos meus compadres Maria Leilde Marques, conhecida como Paizinha, e Francisco José Nascimento, conhecido como Preto, pela acolhida na comunidade Periquito, cuidado e ensinamentos.

A José Tarisson Nawa pela leitura atenta de meu primeiro ensaio etnográfico e apoio no processo seletivo de mestrado.

A professora Andrea Martini da Universidade Federal do Acre (UFAC), campus Floresta, que me orientou na escrita e construção do projeto de pesquisa. A Felipe Boin Boutin, doutorando em antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que me auxiliou no processo seletivo de mestrado ministrando para mim aulas sobre os clássicos da antropologia.

A minha orientadora, Eliane Cantarino O'Dwyer, por me acompanhar nesta empreitada acadêmica, caminho por vezes tortuoso e nem sempre tão fácil. Sou grata pelas orientações, conselhos, apoio e compreensão ao longo destes anos de trabalho conjunto.

Aos moradores das comunidades Periquito, Morro da Pedra, Cavanhaque, Foz do Forquilha, Itajubá, Guarani, Vila Liberdade e Bom Futuro.

A todos vocês, sou grata pelo apoio e ensinamentos. Este trabalho não teria sido possível sem a participação de vocês.

*Em memória do casal veterano da comunidade Morro da Pedra, Raimunda Santana e
Raimundo Henrique da Costa.*

*“Porto de lenha
Tu nunca serás Liverpool
Com uma cara sardenta
E olhos azuis.”*

Trecho da letra da música “Porto de Lenha” da banda amazonense Raízes Caboclas

*“Nos caminhos desse rio
Muita história pra contar
Navegar nessa canoa
É ter o mundo pra se entranhar*

*Cada canto esconde um conto
Cada homem e mulher
Tem a fé, a força e a história
Pra contar pra quem quiser.”*

Trecho da letra da música “Caminhos de rio” da mesma banda.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo observar a dinâmica das redes de relações sociais de modo a verificar como pessoas e grupos constroem estratégias para assegurar a reprodução de suas práticas sociais, culturais e econômicas em comunidades da Reserva Extrativista (RESEX) Riozinho da Liberdade, Alto Juruá, Acre. Para tal, utilizo o conceito de redes sociais como estratégia de método e técnicas como observação participante nas comunidades Morro da Pedra e Periquito, fotografias, entrevistas, genealogias, assim como mantive um caderno de campo. Abordo inicialmente os meandros históricos e sociais que culminaram na formação dos seringais do Vale do Juruá, Acre, a partir de um breve apanhado histórico de eventos que vão desde o primeiro ciclo da borracha com a implantação da empresa seringalista (1870-1912), até a sua derrocada, quando ocorreu fim das políticas protecionistas da borracha e o avanço da fronteira na Amazônia Acreana no final do século XX, momento em que os interesses políticos e econômicos do Estado Brasileiro para com a Amazônia mudam, o qual passou a incentivar sua colonização e financiar projetos de infraestrutura que vieram a ameaçar o modo de vida dos povos de comunidades tradicionais, situação que leva a uma série de conflitos locais no Acre. Surge neste momento como forma de resistência, o movimento social dos seringueiros, o qual estava organizado e representado inicialmente pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). São fundadas delegacias sindicais nos seringais, o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e associações locais, o que veio a potencializar a luta. O movimento social dos seringueiros estabeleceu alianças com os povos indígenas, movimento ambientalista, organismos internacionais e outras instituições, pressionando o Estado brasileiro pelo reconhecimento dos seus direitos sociais, territoriais, pelo fim do sistema de *barracões* e criação das RESEX's. Na RESEX Riozinho da Liberdade, criada em 2005 após mais uma década de luta, o fim da atividade extrativa como principal fonte de renda trouxe consigo um período de mudanças. Os seringueiros passam a se dedicar a agricultura e principalmente a produção de farinha de mandioca. As famílias migram das *colocações* do interior da floresta e se aglomeram nas margens do Riozinho da Liberdade, onde instituições públicas começam a atuar a partir da década de 1990, influenciando a formação das comunidades que existem hoje em dia as margens do rio. Observa-se que entre o período de *colocações* para agora de comunidades, há continuidades estruturais na forma como os grupos domésticos constroem suas relações de troca e parentesco. Ainda, relações de aviamento persistem, mas já não ocorre a imobilização da mão de obra como havia anteriormente nos seringais. A criação da RESEX assegurou direitos territoriais, mas não novas fontes de renda baseadas no extrativismo, o que vem sendo trabalhado por novas associações, ainda que de forma incipiente. As redes locais fundamentadas no parentesco, reciprocidade, aviamento e *ajuda* são importantes para que se garanta a produção, comercialização, alimentação e assistência em momentos de dificuldade. Garantindo desta forma segurança, estabilidade social e econômica aos grupos domésticos.

Palavras-chaves: Organização social. Socialidade. Borracha. Farinha de mandioca. Aviamento.

ABSTRACT

This work has as its objective to observe the dynamics of social relations networks in order to verify how people and groups build strategies to ensure the reproduction of their social, cultural and economic practices in communities localized in Extractive Reserve (RESEX) Riozinho da Liberdade, Alto Juruá, Acre. For such, I use the concept of social networks as method strategy and techniques such as observant participation in the communities Morro da Pedra and periquito. Photos, interviews, genealogies and keeping a field notebook were also techniques used. I initially address the historical and social intricacies that culminated in the formation of the Vale do Juruá's rubber tapper settlements in the Juruá Valley, Acre, based on a brief historical overview of events that range from the first rubber cycle with the establishment of the rubber plantation (1870-1912), until its collapse, when there was an end to protectionist rubber policies and the advance of the border in the Acre Amazon at the end of the 20th century, a moment in which the political and economic interests of the Brazilian State towards the Amazon changed, which started to encourage its colonization and finance infrastructure projects that have come to threaten the way of life of people from traditional communities, a situation that has led to a series of local conflicts in Acre. At this time, the rubber tappers' social movement emerged as a form of resistance, which was initially organized and represented by the Rural Workers' Union (STR). Union stations in rubber tapper settlements, as well as Rubber Tapper's National Council (CNS) and local associations, were founded during this time, which came to enhance their struggle. The rubber tapper's social movement established alliances with indigenous peoples, the environmental movement, international organisms and other institutions, pressuring the Brazilian State to recognize their social and territorial rights to put an end to the system of trading outposts managed by landlords (*barracões*) and to create the RESEXs. At RESEX Riozinho da Liberdade, created in 2005 after another decade of struggle, the end of the extractive activity as the main source of income brought with it a period of changes. The rubber tappers began to dedicate themselves to agriculture, cultivating mainly manioc flour. Families migrate from settlements in the interior of the forest (*colocações*) and gather on the banks of the Riozinho da Liberdade, where public institutions began to operate in the 1990s, influencing the formation of communities that exist today on the banks of the river. It is observed that between the period of *colocações* and now there are structural continuities in the way in which domestic groups build their exchange and kinship relationships. Until today relationships of asymmetric trading (*aviamento*) occurs, but the immobilization of labor as was previously the case in the rubber plantations no longer occurs. The creation of RESEX assured territorial rights, but not new sources of income based on extractivism, which has been worked on by new associations, albeit in an incipient form. Local networks based on kinship, reciprocity, supply and assistance are important to guarantee production, marketing, food and assistance in times of difficulty. In this way, guaranteeing security, social and economic stability to domestic groups.

Keywords: Social organization. Sociality. Rubber. Manioc flour. *Aviamento*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da região do Alto Juruá, seus rios, municípios, BR 364 e as Reservas Extrativistas do Alto Juruá, Alto Tarauacá e Riozinho da Liberdade.....	9
Figura 2 - Mapa mostrando a área da RESEX Riozinho da Liberdade, suas comunidades ao longo do curso do rio Liberdade e afluentes, áreas de projetos de assentamento, unidades de conservação e terras indígenas circunvizinhas.....	10

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produtos agrícolas produzidos no Liberdade anualmente e quantidade em quilos destinada a subsistência e comercialização, assim como valores em quilos da produção extrativistas não especificada por produtos.....	41
Tabela 2 – Número de cabeças de gado por grupos domésticos na RESEX Riozinho da Liberdade.....	116
Tabela 3 – Número de cabeças de gado por comunidade na RESEX Riozinho da Liberdade.....	116

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Valores da saca de farinha vendida por agricultores no rio Liberdade entre os anos de 2018 e 2023.....	131
--	-----

LISTA DE ABREVIACÕES

AGU - Advocacia Geral da União

ASACV - Associação dos Seringueiros e Agricultores do Riozinho Cruzeiro do Vale

ASAREAL - Associação Agroextrativista da Reserva Extrativista do Rio Liberdade

ASAREAJ - Associação de Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá

ASARIL - Associação dos Seringueiros e Agricultores do Riozinho da Liberdade

APA – Áreas de Preservação Ambiental

BASA – Banco da Amazônia

BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CE/AC - Comissões Especiais de Discriminação de Terras Devolutas da União no Estado do Acre

CEBEMO – Organização não governamental católica holandesa

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação

CEFLOA - Centro de Formação e Tecnologias do Juruá

CFERL - Complexo de Florestas Estaduais do Rio Liberdade

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas

CNPT - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sóciobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CPRM - Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais

CTA - Centro de Trabalhadores da Amazônia

CUT - Central Única dos Trabalhadores

BERACA - Beraca Ingredientes Naturais S.A.

DAP - Diretoria do Programa Nacional de Área Protegidas

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FAEAC/SENAR - Federação da Agricultura e Agropecuária do Estado do Acre

FETACRE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre

FIC – Formação Inicial e Continuada

FLOES - Florestas Estaduais

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas

FUNTAC - Fundação de Tecnologia do Acre

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

IDM - Instituto Dom Moacyr

IFRO – Instituto Federal de Rondônia

IFAC – Instituto Federal do Acre

IG – Indicação Geográfica

IMC - Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MD - Ministério da Defesa

MPF - Ministério Público Federal

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MULHERFLOR - Associação Feminina Força da Mulher Rural do Rio Liberdade

NGI - Núcleo de Gestão Integrada

OAEYRG - Organização dos Agricultores Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório

ONG – Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PA – Projeto de Assentamento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAA - Projeto de Assentamento Agroextrativista

PAD – Projeto de Assentamento Dirigido

PAE - Projeto de Assentamento Extrativista

PAF – Projeto de Assentamento Florestal

PARNA – Parque Nacional

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PDS – Projeto de Assentamento de Desenvolvimento Sustentável

PGR - Procuradoria Geral da República

PGF - Procuradoria Geral Federal

PIB - Produto Interno Bruto

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPGA - Programa de Pós Graduação em Antropologia

PPG-7 - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

PROBOR - Programa de Incentivo à Produção da Borracha Vegetal

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PT - Partido dos Trabalhadores

RDS - Reservas de Desenvolvimento Sustentável

RESEX – Reserva Extrativista

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEE - Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Estado do Acre

SEMA - Secretaria do Estado de Meio Ambiente

SEPLANDS - Secretaria da Floresta do Estado do Acre

SIC - Serviço de Informações ao Cidadão

SINTACRE - Sindicato dos Trabalhadores Industriários do Estado do Acre

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDHEVEA - Superintendência do Desenvolvimento da Borracha

TI – Terra Indígena

UC – Unidade de Conservação

UFAC - Universidade Federal do Acre

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UGAI - Unidade de Gestão Integrada

UNB – Universidade de Brasília

UNI - União das Nações Indígenas

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
<i>Percurso da pesquisa(dora): das ciências biológicas à antropologia no Vale do Juruá, Acre</i>	3
<i>Problemas e objetivos de pesquisa</i>	7
<i>O locus de pesquisa: A Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, Vale do Juruá - Acre</i>	8
<i>Caminhos: técnicas e métodos de pesquisa</i>	12
<i>Redes sociais e análise situacional</i>	19
<i>A divisão dos capítulos</i>	24
CAPÍTULO I - DE PRIMEIRO NO TEMPO DA SERINGA: DA IMPLANTAÇÃO À DERROCADA DA EMPRESA SERINGALISTA NO VALE DO JURUÁ, ACRE	27
<i>O tempo do carrancismo: primeiro ciclo da borracha (1870-1912) e implantação da empresa seringalista</i>	27
<i>A crise na economia extrativa da borracha (1912-1943) e o florescimento do campesinato na floresta</i>	33
<i>Segundo ciclo da borracha (1943-1945) e os soldados da borracha</i>	35
<i>O pós guerra (1945-1986): “a ponta do carrancismo”</i>	36
<i>O fim da atividade extrativa da borracha como principal fonte de renda nos seringais da RESEX Riozinho da Liberdade</i>	38
<i>O avanço da fronteira na Amazônia Acreana</i>	42
CAPÍTULO II - O MOVIMENTO SOCIAL DOS SERINGUEIROS E A CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS (RESEX's) DO ALTO JURUÁ E RIOZINHO DA LIBERDADE - ALTO JURUÁ, ACRE	46
<i>Introdução</i>	46
<i>O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) no Vale do Acre e Francisco Alves Mendes Filho (Chico Mendes)</i>	47
<i>O movimento social dos seringueiros no Vale do Juruá, Acre</i>	53
<i>A criação da RESEX do Alto Juruá</i>	70

<i>Lorival Monteiro e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) no rio Liberdade</i>	74
<i>A criação da Associação de Seringueiros e Agricultores do Rio Liberdade (ASARIL) e da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade</i>	80
CAPÍTULO III - DA SERINGA À FARINHADA: PRODUÇÃO E MODO DE VIDA NA RESERVA EXTRATIVISTA RIOZINHO DA LIBERDADE	100
<i>Das colocações nos centros da floresta para as comunidades nas margens do rio: processos de mudança social com o fim da atividade extrativa da seringa</i>	100
<i>Caça e vizinhança</i>	109
<i>Produção, agricultura e farinha de mandioca</i>	115
<i>Redes de comércio: marreteiros e comerciantes locais</i>	128
<i>Maria Renilda Santana da Costa: iniciativas para a diversificação da fonte de renda e atuação nas associações do rio Liberdade</i>	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148
ANEXO A: Genealogias da Comunidade Periquito	154
ANEXO B: Genealogia da Comunidade Morro da Pedra	158
ANEXO C: Documentos e pessoas que produzem o social nos seringais da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, Alto Juruá - Acre	159

INTRODUÇÃO

Percurso da pesquisa(dora): das ciências biológicas à antropologia no Vale do Juruá, Acre

Nesta introdução, irei expor o percurso que fiz das ciências biológicas, minha área acadêmica de formação inicial, até chegar na antropologia e nos seringais do Vale do Juruá e Reserva Extrativista (RESEX) Riozinho da Liberdade¹. Foi este caminho, os interesses suscitados, curiosidades, experiências e o estabelecimento de relações pessoais e de trabalho que me levaram até a antropologia e permitiu que eu construísse esta pesquisa e dissertação.

Sou paraense, mas devido ao trabalho do meu pai como mecânico em usinas termoelétricas, passei parte da minha infância e adolescência migrando entre cidades do interior de Rondônia, onde residi durante 10 anos e me formei em Licenciatura em Ciências Biológicas em 2017 pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO), campus Ariquemes. Em janeiro de 2018, passei a residir em Cruzeiro do Sul. Estava recém-formada e um tanto confusa sobre qual caminho seguir em meus estudos acadêmicos, quando resolvi ingressar no curso de Bacharelado em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Acre (UFAC) como aluna portadora de diploma através de processo seletivo para preenchimento de vagas residuais. Fiz este movimento na tentativa de descobrir o que gostaria de estudar no mestrado e me deparei com estudos de etnobotânica, etnozootologia e etnoecologia. Neste período, costumava visitar o laboratório em que algumas pesquisas estavam voltadas para etnobotânica e eram orientadas pelo professor doutor Marcus Vinicius de Athaydes Liesenfeld. Foi quando descobri que os principais atores da preservação ambiental na Amazônia e Brasil são os povos e comunidades tradicionais e que existiam diversos problemas sociais e ambientais que afetavam suas vidas e territórios. É o momento em que começo a perceber que as pesquisas científicas e acadêmicas poderiam estar vinculadas às problemáticas e demandas destes povos.

Neste mesmo período, busquei desenvolver atividades de trabalho voluntário no Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) no departamento da RESEX Riozinho da Liberdade e na Associação Agroextrativista da Reserva Extrativista do Rio Liberdade (ASAREAL). Esta atividade de voluntariado inicial e o curso na UFAC permitiram que eu realizasse o Estágio Curricular Obrigatório no ICMBio. Fui voluntária na ASAREAL de maio

¹Na escrita do texto opto pelo termo Riozinho da Liberdade ou somente rio Liberdade, dado que este rio ser mais conhecido por estes nomes.

a setembro de 2018, desenvolvendo atividades administrativas, de mobilização comunitária para reuniões, fotografias para serem usadas em reuniões, relatórios e divulgação, assim como atividades de apoio em projetos da ASAREAL como o “Arte no Liberdade” e o “Renda real do extrativismo: Ingredientes da floresta gerando renda na Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade”. No ICMBio, fiquei como voluntária dos meses de maio a junho e como estagiária de julho a setembro de 2018. Para o ICMBio realizei registros fotográficos, escrevi e editei o Boletim Informativo É REAL número nove, jornal da RESEX em que são divulgados o andamento dos projetos em curso, desenvolvi oficinas de educação ambiental nas comunidades, prestei apoio em atividades de cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), participei da organização e realização da reunião do Conselho Deliberativo da RESEX, além de dar apoio em atividades administrativas. Foi assim que comecei a me aproximar dos seringais do rio Liberdade e pude então conhecer as comunidades Alegria, Boa Hora, Cavanhaque, Vila Liberdade, Morro da Pedra, Esperança, Guarani e Periquito. É quando conheço as lideranças Maria Renilde Santana da Costa (Branca) e Francisco Albecir Brito da Silva, amigos de extrema importância para minha trajetória acadêmica e profissional.

Em setembro de 2018 me desliguei do ICMBio, ASAREAL e UFAC. Fui selecionada através de processo seletivo para exercer o cargo de mediadora de aprendizagem do curso de formação inicial e continuada (FIC) de agente de projetos sociais pelo Instituto Dom Moacyr. O curso foi demandado pela ASAREAL e aplicado na comunidade Periquito, também chamada de Seringal São Pedro. Neste período, residi de outubro a dezembro de 2018 na casa de Francisco Albecir, liderança da comunidade, e sua família. A turma do curso era composta por jovens em idade escolar e adultos, estudávamos temáticas relacionadas ao terceiro setor, casos de outras comunidades tradicionais na Amazônia que se organizaram através de associações e cooperativas para geração de renda, desenvolvemos pequenos projetos demandados pela comunidade entre outros assuntos.

Nesta ocasião, realizamos a revitalização de um espaço ao lado da Escola Estadual Rural Joaquim Nogueira no qual haviam canteiros, composteira, hortaliças e mais de 40 espécies de plantas de uso medicinal. Nomeamos o local de “Farmácia Natural”. Organizamos uma oficina de confecção de paneiros e vassouras com cipó titica, onde os mais velhos ensinaram os jovens como tecer. Seu Francisco Marques (Chico Marques) nos ensinou ainda como tirar abelhas da floresta e fazer ninhos em caixas de madeira para produção de mel em casa. Neste período, ouvi vários relatos sobre a desvalorização do pequeno agricultor, o que

começou a me chamar a atenção. Eles diziam então: “Professora, a gente morre na mão do *atravessador*”. O sentimento que tinham era de desvalorização do pequeno agricultor. Não são eles que definem o valor de venda da farinha de mandioca, principal produto comercializado no rio Liberdade, e sim os comerciantes que realizam a compra. E naquele ano, uma saca de farinha de 50 quilos chegou ao ínfimo valor de 40 reais.

Durante a execução do curso surgiu uma demanda que não caberia dentro do desenvolvimento daquelas atividades, mas que me comprometi em dar apoio: a criação do livro *A Voz do Liberdade*. Francisco Albecir era diretor da escola mencionada anteriormente, ele também já havia escrito poemas sobre a vida nos seringais do Liberdade e tinha o sonho de publicar um livro em que os moradores da comunidade pudessem contar um pouco das suas histórias desde o *tempo da seringa* até os dias atuais, sobre como é viver no rio Liberdade. Após a finalização do curso em dezembro de 2018, voltei para a cidade de Cruzeiro do Sul e tentei buscar caminhos para captarmos recursos financeiros e humanos. Foi quando entrei em contato com Karla Sessin-Dilascio e Charles Borges Rossi, fundadores da organização não governamental (ONG) cruzeirense Instituto Fronteiras, que se comprometeram a nos ajudar a desenvolver este trabalho².

Minha relação com os moradores da comunidade não se encerrou após eu voltar para a cidade em dezembro de 2018. Este foi um período em que fiz amizades que permanecem até hoje e continuou latente em mim a vontade de voltar. Assim, no começo de 2019 me inscrevi no processo seletivo para professora de ciências da natureza e matemática do extinto Programa Asa da Florestania³ da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes (SEE) do Estado do Acre. Eu já não me lembrava que foi o desejo de continuar os estudos que me motivou a ir para o Liberdade. Frustrrei-me com as leituras acadêmicas da área das ciências biológicas que havia realizado antes de começar a trabalhar no Liberdade. Tinha o sentimento que por muitas vezes os povos tradicionais eram tratados como meros informantes, prestadores de serviço aos pesquisadores que realizavam trabalhos com pouco ou nenhum retorno às comunidades que foram essenciais no desenvolvimento da própria pesquisa. Até começar a trabalhar na RESEX, eu também não conhecia a antropologia

²Mais informações sobre o processo de construção do *A Voz do Liberdade* (2021) podem ser consultadas na introdução do livro, disponível para download no site do Instituto Fronteiras.

³Programa que levava ensino fundamental e médio no formato de módulos às comunidades e seringais de difícil acesso. No esquema chamado *rodízio*, os professores iam alternando de três em três meses entre as escolas.

Por conta da boa colocação que obtive no resultado do edital da SEE, pude escolher as localidades em que trabalharia, tendo escolhido então as comunidades Morro da Pedra e Periquito, visto que já possuía relações prévias nestes locais. Voltei a residir na comunidade Periquito em abril de 2019, agora como professora no ensino médio. Durante três meses ministrei aulas de matemática, física, química e biologia na Escola Estadual Rural Joaquim Nogueira. No final de julho, passei a residir na comunidade Morro da Pedra exercendo a função citada, e na Escola Estadual Rural São Francisco, até outubro de 2019. Neste período, também se iniciou o projeto “A Voz do Liberdade” mencionado anteriormente, no qual eu atuei com Francisco Albecir e duas alunas, Maria Tati Costa Vieira e Iana Ferreira em atividades de pesquisa, organização e realização de reuniões nas duas comunidades. Dividia minha rotina entre os afazeres domésticos, atividades de pesquisa, planejamentos e aplicação das aulas.

Recordo-me da necessidade que sentia de um conhecimento mais acurado da realidade para executar meu trabalho enquanto professora e pesquisadora. Sentia que se tornava mais fácil ensinar e aprender à luz das práticas cotidianas dos alunos, que também eram agricultores pelo turno da manhã. Por exemplo, no módulo de matemática, para estudarmos unidades de medidas, funções de primeiro e segundo grau, foi necessário que os alunos me ensinassem as unidades de medidas utilizadas na agricultura, como *quadra*, *arefa*, *maniva*, *cova*, *saca*, para que assim pudessemos montar funções matemáticas e gráficos que demonstrassem a produção de farinha. Também foi necessário que eu tivesse conhecimento básico sobre a história de formação dos seringais do Vale do Juruá para poder desenvolver meu trabalho como pesquisadora do Instituto Fronteiras nos projetos de pesquisa “A Voz do Liberdade” e “Percepção Ambiental e Cultura do Gado na Reserva Extrativista (RESEX) Riozinho da Liberdade” (Sessin-Dilascio *et al.* 2022). Conhecimento este que obtive principalmente através da leitura dos trabalhos antropológicos realizados na RESEX Alto Juruá por Mauro William Barbosa de Almeida e seus alunos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mesmo com a rotina corrida e atribulada de estudos e trabalho, pude acompanhar algumas vezes as famílias de alunos nos seus trabalhos cotidianos nos roçados. Desta forma, através de minha prática profissional, fui me aproximando da antropologia.

Muitos temas aflorados em campo foram me interessando ao longo desta experiência: agricultura, caça, trabalho, rezas, religião, *ciência da mata*, *remédios caseiros* e plantas medicinais, *o tempo da seringa*, entre tantos outros. Percebi que passei a fazer parte das redes de reciprocidade (Mauss 2003) da comunidade, ora ajudando, ora sendo ajudada, como amiga, comadre, professora, profissional, companheira e ainda hoje o vínculo se mantém. Durante

todos esses anos o WhatsApp, Facebook, o orelhão telefônico e as ligações serviram para mantermos contato, continuarmos trocando vivências, principalmente durante o período mais crítico da pandemia de COVID-19. Posteriormente, foram ferramentas utilizadas para produzir e revisar informações.

Foi através dessa experiência de ver, ouvir e viver nas comunidades do rio Liberdade e de me aproximar da antropologia através das leituras de pesquisas realizadas na RESEX Alto Juruá, que lembrei do meu objetivo inicial de ir para o Liberdade: continuar meus estudos na pós-graduação. Foi assim que encontrei a antropologia, que pude construir meu projeto de pesquisa para ingresso no Programa de Pós Graduação em Antropologia (PPGA) e passei a estudar os clássicos, a buscar ajuda de outros professores como Felipe Boin Boutin, doutorando em antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e a professora doutora Andrea Martini, da UFAC. Boutin me deu aulas sobre os clássicos durante vários meses e Martini me orientou na construção e escrita do projeto.

Diversas pesquisas acadêmicas na área da antropologia já foram desenvolvidas nos seringais da RESEX do Alto Juruá. No entanto, nunca foram publicados trabalhos nesta referida área de conhecimento realizados na RESEX Riozinho da Liberdade, sendo que são encontrados apenas breves relatos históricos do começo do século XX sobre a região e o livro recentemente publicado, *A Voz do Liberdade* (2021). Com esta pesquisa busco dar contribuições teóricas sobre os modos de vida, organização social e sociabilidades dos seringais da RESEX. E além disto, as informações produzidas poderão ser utilizadas pelos moradores da RESEX Riozinho da Liberdade, ASAREAL, Associação Feminina Força da Mulher Rural do Rio Liberdade (MULHEFLOR), sociedade civil e instituições públicas ou privadas que venham a desenvolver trabalhos na região.

Problemas e objetivos de pesquisa

A partir desta experiência anterior à entrada no mestrado em antropologia fui construindo meus problemas de pesquisa. Minhas observações iniciais e leituras me mostraram que com o fim da atividade extrativa da borracha como principal fonte de renda, uma série de mudanças ocorreram nos seringais do Vale do Juruá. Fui percebendo que teria ocorrido uma reconformação das redes de relações com a mudança de sistema produtivo, saída dos *patrões* dos seringais, migrações das colocações nos *centros*, interior da floresta, para as *margens* do rio com a conseqüente formação de “comunidades”, maior diálogo e atuação do poder público nos seringais, organização das comunidades enquanto associações, sindicatos e outras

organizações representativas para criação das RESEX's, assim como a crescente atuação de lideranças locais, comerciantes e *marreteiros*, comerciantes itinerantes do rio.

As observações iniciais e leituras realizadas me indicavam que haveria uma continuidade nas formas de organização social e cooperação entre grupos domésticos do *tempo da seringa* até os dias atuais, e que as obrigações mútuas outrora existentes entre seringueiros e *patrões*, poderiam ter sido reajustadas ao contexto social e econômico em que a principal fonte de renda advém da produção de farinha de mandioca (*Manihot esculenta*), a qual é comercializada principalmente aos comerciantes e *marreteiros* locais. Assim, passei a me questionar: quais teriam sido os fatores que influenciaram a formação das novas aglomerações de residências (comunidades) e a reconformação das redes de relações sociais com a mudança de sistema produtivo? Como teria se dado o processo de criação da RESEX Riozinho da Liberdade? Quais seriam as continuidades e descontinuidades nas formas de organização social e socialidades? Em que medida as obrigações mútuas outrora existentes entre seringueiros e *patrões* teriam se mantido ao longo do tempo e/ou foram alteradas? Neste caminho, formulei o objetivo desta pesquisa: observar a dinâmica das redes de relações sociais de modo a verificar como pessoas e grupos constroem estratégias para assegurar a reprodução de suas práticas sociais, culturais e econômicas em comunidades da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, Alto Juruá, Acre. Usando para isto, dados produzidos principalmente sobre as comunidades Periquito e Morro da Pedra produzidos entre 2018 e 2023.

O locus de pesquisa: A Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, Vale do Juruá - Acre

O Estado do Acre está localizado na região Norte brasileira na Amazônia Legal⁴, na sua porção mais oeste fazendo fronteira com a Bolívia e Peru. Está dividido em duas mesorregiões⁵, Vale do Acre e Vale do Juruá. A RESEX Riozinho da Liberdade está localizada no Vale do Juruá, possui 325.602,66 hectares e foi criada através do decreto federal de 17 de fevereiro de 2005, englobando os municípios de Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo e Tarauacá. Tem como áreas circunvizinhas as RESEX's do Alto Juruá e Alto Tarauacá, as Florestas Estaduais (FLOES) do Mogno, Rio Liberdade e Rio Gregório, os

⁴A Amazônia Legal engloba os seguintes estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

⁵A mesorregião do Vale do Acre, que inclui os municípios de Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira, Acrelândia, Bujari, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Senador Guiomard, Assis Brasil, Brasiléia, Etipaciolândia e Xapuri. Enquanto a mesorregião do Vale do Juruá inclui os municípios de Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Jordão.

Projetos de Assentamento (PA) Taquari, Pedro Firmino e Narciso Assunção, Projeto de Assentamento Florestal (PAF) Recando, Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Jamil Jereissati e Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Santa Luzia, assim como as Terras Indígenas (TI) do Rio Gregório, Kampa do Igarapé Primavera, Katukina do Campinas, Arara do Igarapé Humaitá e Jaminawa do Rio Bagé (ICMBio 2017a).

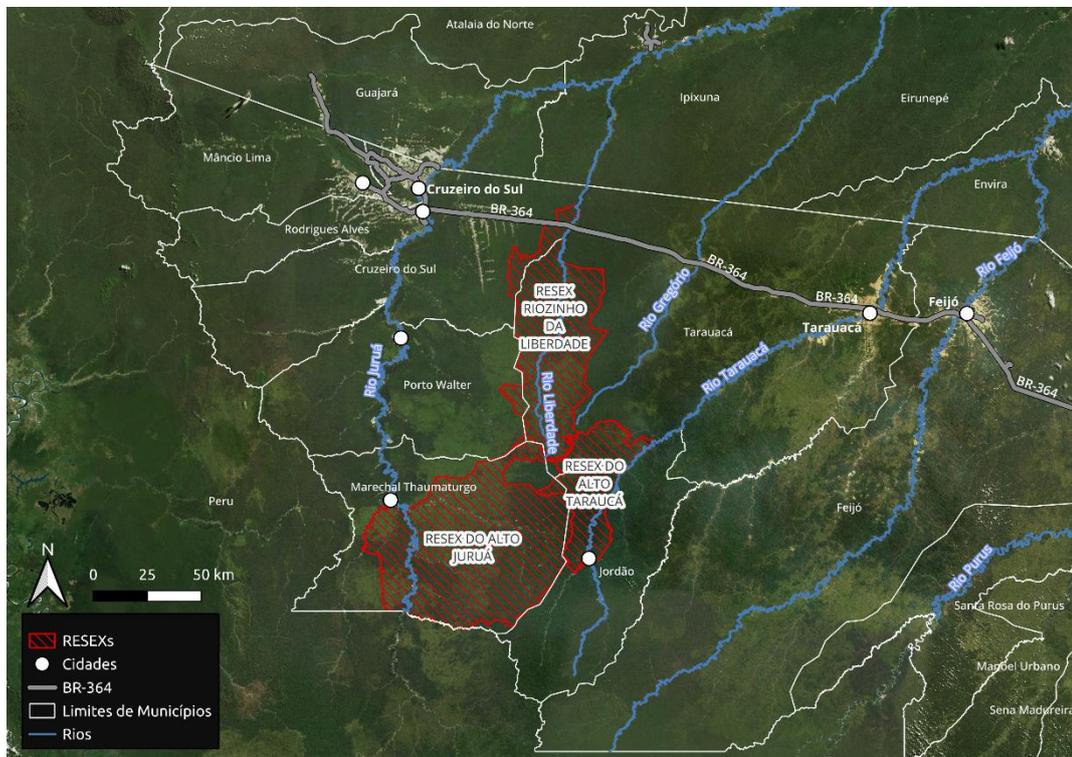


Figura 1 – Mapa da região do Alto Juruá, seus rios, municípios, BR 364 e as Reservas Extrativistas do Alto Juruá, Alto Tarauacá e Riozinho da Liberdade. Fonte: Datum: WGS84. Produzido por Rafael Poveron Ferreira.

A RESEX possui 28 comunidades, 23 Núcleos de Bases e beneficia aproximadamente 2.000 mil pessoas⁶. Cada núcleo de base é formado por uma mulher, um jovem e um homem responsáveis pelo trânsito de informações entre a comunidade, ASAREAL, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio, assim como pelo auxílio nas atividades institucionais desenvolvidas na comunidade. Esta organização de base comunitária em núcleos de base está prevista no estatuto da “associação mãe” da RESEX, a Associação Agroextrativista da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade (ASAREAL). Os(as) moradores(as) são representados pela ASAREAL, que foi fundada em 2007, e pela Associação Feminina Força da Mulher Rural do Rio Liberdade (MULHERFLOR), fundada em 2021. Além disso, são representados a nível municipal por uma sub prefeita da Vila Liberdade, sendo este cargo escolhido através da

⁶Dados não publicados cedidos pessoalmente pelo Núcleo de Gestão Integrada (NGI) do ICMBio de Cruzeiro do Sul em 2021.

votação dos(as) moradores(as) de 4 em 4 anos. Há também um recente movimento para criação de três associações nas comunidades mais a montante no rio Liberdade, mas até o momento apenas a Associação Agroextrativista Unidos Venceremos do Rio Liberdade e que engloba as comunidades Forquilha, Pau D'Arco e Dezesseis foi fundada em 2022.



Figura 2 - Mapa mostrando a área da RESEX Riozinho da Liberdade, suas comunidades ao longo do curso do rio Liberdade e afluentes, áreas de projetos de assentamento, unidades de conservação e terras indígenas circunvizinhas. Fonte: Instituto Fronteiras 2021.

De Cruzeiro do Sul até à RESEX Riozinho da Liberdade via BR 364 são cerca de 84 quilômetros, onde estão localizadas a comunidade Vai e Vem e Vila Liberdade, também chamada de Vila Maurício Mappes⁷, onde está localizada a ponte sobre o rio Liberdade e se pode ter acesso às comunidades que estão localizadas às margens do rio e de seus afluentes, como o igarapé Monteiro e igarapé Forquilha. Com exceção da comunidade Alegria, que está localizada às margens do igarapé Campinas, a qual se pode ter acesso via BR 364 e Ramal Sete.

⁷Assumo daqui em diante o termo Vila Liberdade, recentemente cunhado através da criação das subprefeituras na zona rural de Cruzeiro do Sul. Assumir este termo na narrativa etnográfica é também assumir um posicionamento. Há uma discussão entre moradores(as) da Vila e do rio Liberdade sobre a escolha deste nome. Uns, adotam o posicionamento que a memória do *patrão* seringueiro Maurício Mappes deveria ser lembrada, o qual era *bom* para seus *fregueses*. Outros, afirmam que assumir o nome Vila Liberdade é referir-se a vila de um rio, honrar a memória dos seringueiros e não de um *patrão*.

Para se ter a acesso à RESEX pode-se utilizar os *carros da linha*, vulgo *pau de arara*, caminhão que realiza o transporte de pessoas e produtos agrícolas entre a cidade de Cruzeiro do Sul e o rio Liberdade, assim como ônibus que realizam o trajeto de Cruzeiro do Sul a Rio Branco ou da cidade até o rio Gregório.

Na Vila Liberdade há o posto de saúde municipal José Aduino Batista, inaugurado em 2013, que desde o primeiro ano da pandemia de COVID-19 conta com ambulância própria. Há a Unidade de Gestão Integrada (UGAI) Rio Liberdade da Secretaria do Estado de Meio Ambiente (SEMA), a qual é ponto de apoio a gestão do Complexo de Florestas Estaduais do Rio Liberdade (CFERL) e as atividades da RESEX Riozinho da Liberdade. Na comunidade Periquito, também chamada de seringal São Pedro, há o posto de saúde municipal Maurício Mappes, o qual está sem funcionamento. Há 13 Escolas Estaduais Rurais de Ensino Fundamental e/ou Médio em todo o rio Liberdade dentro dos limites geográficos da RESEX, todas próximas de maiores aglomerados de residências.

A comunidade Periquito dista em média 4 horas via fluvial à montante da Vila Liberdade. Anteriormente como Seringal São Pedro, possuía 26 *colocações* e foi dividida nas comunidades Periquito, União e Jurupari na década de 1990, quando os moradores começaram a migrar das *colocações* para as *margens* do rio Liberdade. No começo de 2020, a comunidade possuía 28 grupos domésticos distribuídos às margens do rio Liberdade e aproximadamente 165 moradores, em sua grande maioria, são filhos(as), noras, genros, netos(as) e bisnetos(as) dos primos Tereza, Antônia, Sebastião e Francisca, que também residem na comunidade; sendo os três últimos irmãos. Número defasado, visto que após eu obter estas informações antigos moradores retornaram da cidade para a comunidade e novas famílias se formaram.

A comunidade Morro da Pedra dista cerca de meia hora via fluvial à montante da Vila Liberdade. Anteriormente era conhecida como Seringal Bom Futuro e possuía oito *colocações*. Suas residências estão distribuídas entre a entrada do ramal Morro da Pedra na BR 364 e a foz do igarapé Monteiro. Neste perímetro, compreende uma extensão de aproximadamente oito quilômetros, ao longo do qual residem vários grupos familiares extensos ligados por parentesco num total de 48 grupos domésticos e aproximadamente 200 moradores(as). Para realização da pesquisa, selecionei o maior aglomerado que compreende dois grupos familiares descendentes de Raimunda Santana e Raimundo Henrique da Costa, totalizando sete grupos domésticos. Residi de junho a dezembro de 2022 no Morro da Pedra, primeiramente na casa de Maria Renilda Santana da Costa e família durante dois meses e posteriormente passei a residir com seu sobrinho Antônio Jarlesson, em uma casa cedida por seu tio materno. Após anos de amizade

ele veio a se tornar meu companheiro durante meu campo de mestrado. Assim, em ambas as comunidades possuo laços de compadrio por batismo e no Morro da Pedra por afinidade.

Caminhos: técnicas e métodos de pesquisa

Na comunidade Periquito, durante o período anterior de residência mencionado, realizei observação participante, entrevistas e produzi genealogias utilizando o programa Puck e Kinoath, assim como acompanhei durante pouco mais de duas semanas de março de 2020, o cotidiano da comunidade e de quatro grupos domésticos em atividades no roçado utilizando roteiro de estudo de caso formulado por Martini (2019). A maioria dos dados que constam aqui sobre a comunidade Periquito foram produzidos entre 2018 e 2020. Realizei ainda duas viagens para esta comunidade no ano de 2022. A primeira para o lançamento do livro *A Voz do Liberdade* em março de 2022, quando permaneci uma semana, apresentei meu projeto de pesquisa as(aos) moradoras(es) e realizei observação participante. E em outubro de 2022, quando permaneci duas semanas e realizei observação participante e entrevistas.

Entre fevereiro e maio de 2022, realizei visitas esporádicas durante o final de semana na Vila Liberdade e Morro da Pedra para apresentar meu projeto de pesquisa às lideranças e moradores(as), obter autorização junto a Francisca Monteiro, presidente da ASAREAL, e Maricelia do Carmo, presidente da MULHERFLOR na época. Além disso, as viagens também foram úteis para que eu auxiliasse a MULHERFLOR na escrita de projetos e planejamento anual de atividades da associação⁸. Durante estas visitas buscava também verificar a viabilidade de desenvolvimento de meu projeto na Vila Liberdade ou Morro da Pedra. A Vila Liberdade é uma das comunidades com maior número de residências da RESEX, com diversos grupos familiares extensos e vários comerciantes, que em sua grande maioria compram farinha e vendem todo o tipo de mercadorias. Acabei por selecionar o maior aglomerado de residências da comunidade Morro da Pedra para ser foco da minha observação participante, visto haver um número menor de moradores, o que facilitaria acompanhar suas atividades diárias. O que não quer dizer que não realizei observações na Vila Liberdade. Esta é uma localidade em que estive com certa frequência, pois é o local que dá acesso à cidade de Cruzeiro do Sul, ao rio Liberdade, ramal do Morro da Pedra e onde passei a realizar a compra da *feira*, itens alimentícios e de higiene – fazendo com que eu também estivesse imbrica nas redes de comércio e me permitisse produzir dados a partir de outra perspectiva, técnica também empregada por Rezende (2016).

⁸Volto nestas atividades e outras no capítulo III, “*Da seringa à farinhada*”.

Na comunidade Morro da Pedra, realizei observação participante, acompanhei as famílias em seu dia a dia nos roçados, fiz entrevistas, fotografias e mantive um caderno de campo. Em anos anteriores a 2022, para fazer anotações em campo utilizava um caderno de papel. No entanto, em 2002 passei a utilizar o bloco de notas no celular ou no computador, pois como o Morro da Pedra possui acesso à internet, as anotações ficariam salvas automaticamente na nuvem vinculada ao meu endereço de e-mail. Apesar de ter feito uma explicação inicial sobre a pesquisa aos interlocutores, voltava a esclarecer durante as entrevistas ou então quando tomava notas importantes no celular, explicando o que eu estava a anotar. Fiz isto na intenção de tornar a pesquisa o mais compreensível possível. Com o objetivo de realizar entrevistas, também viajei esporadicamente para comunidades mais distantes acima e abaixo no rio, como Cavanhaque, Bom Futuro, Itajubá, Periquito e Forquilha.

Em 2022, passei a ser associada da Associação Feminina Força da Mulher Rural do Rio Liberdade (MULHERFLOR), associação para a qual eu presto consultoria desde o final de 2021. Além disso, a comunidade Morro da Pedra e sua liderança, Maria Renilda Santana da Costa, me escolheram para ser Conselheira Suplente do Morro da Pedra no Conselho Deliberativo da RESEX Riozinho da Liberdade no ICMBio⁹. “Devolver em campo, ou ser chamada a isso, pode vir de muitas formas. Assim como vemos, somos vistas. Lemos e somos lidas. Pedimos licença para ficar e também somos demandadas” (Dos Santos 2022a:308). Retorno para a cidade de Cruzeiro do Sul em dezembro de 2022, pois a qualidade da internet da comunidade não estava permitindo a continuidade dos meus estudos. No entanto, mantenho contato frequente com a comunidade e associação MULHERFLOR por meio de mensagens via WhatsApp, Facebook, visitas realizadas nas comunidades ao menos uma vez ao mês, encontrando amigos(as) que são lideranças e moradores(as) da RESEX na cidade, por vezes os recebendo e oferecendo hospedagem na casa de meus pais em Cruzeiro do Sul, local que acabou por se tornar ao longo dos anos um ponto de apoio para mim, amigos(as) e pessoas ligadas a mim por laços de compadrio e afinidade.

As mais de 300 páginas de cadernos de campo foram organizadas e analisadas por temáticas como parentesco, trocas para o trabalho na agricultura, *vizinhança* (relações de prestação e contraprestação de carne de caça), caça em si, pesca, atuação de políticos,

⁹Em outubro de 2019 viajei para o Alto Liberdade com o objetivo de entrevistar alguns *veteranos*, pessoas mais velhas que foram os primeiros moradores dos seringais onde residem. Durante a minha viagem aconteceu a escolha dos Conselheiros da RESEX. Apenas Maria Renilda manifestou interesse em participar como Conselheira do Morro da Pedra, mas ainda era preciso escolher um suplente. Como sou casada com um morador e já estava residindo na comunidade, de comum acordo com o ICMBio, escolheram meu nome. O que fiquei sabendo somente ao retornar do Alto Liberdade para o Morro da Pedra.

instituições e até facções criminosas nas comunidades, entre outras categorias, buscando verificar suas relações entre si. Técnica que utilizei para facilitar a organização e escrita da dissertação. Após o processo de transcrição das entrevistas gravadas, no qual utilizei o programa *Descript*, retornei às comunidades dos(as) interlocutores(as) para revisão do material e acerto de quais informações poderiam ou não ser utilizadas e publicadas. Algumas informações sobre situações sociais específicas foram entendidas como possivelmente prejudiciais aos interlocutores, assim decidimos em comum acordo que em alguns momentos eu deveria “contar o milagre, mas não contar o santo”. Além disto, é direito daqueles que colaboraram com a produção das informações, escolher quais devem estar ou não neste trabalho. Poderão vir com os nomes ocultos relatos sobre dívidas contraídas com comerciante local, ação de famílias de *patrões seringalistas* com os quais os seringueiros ainda mantêm contato nos dias de hoje, entre outros. De modo que, em vários momentos oculto nomes para não expor aqueles que contribuíram com a confecção desta dissertação. Há ainda vários(as) interlocutores(as) importantes para a construção das informações presentes neste trabalho. Conforme o percorrer da narrativa etnográfica, irei apresentando-os e seus relatos passarão a compor o texto.

As fotografias¹⁰ realizadas foram entregues aos(as) interlocutores(as) com uma cópia impressa da transcrição da entrevista. A produção de imagens como instrumento de pesquisa surgiu na relação da antropóloga com seus(as) interlocutores(as) e também serviu como devolutiva aos grupos domésticos que colaboraram com a produção deste trabalho. A fotografia faz “com que as pessoas se deparem com a própria imagem e a partir daí reflitam com sobre elas mesmas e também sobre a antropóloga que fotografa, troca e está disposta a dialogar para além das próprias considerações” (Dos Santos 2022a:308). Algumas das imagens que fiz entre 2018 e 2022, foram incorporadas aos “álbuns de famílias”, passaram a ficar expostas nas estantes e paredes das salas e quartos ou guardadas nas gavetas como recordação, além de terem sido publicadas em redes sociais como Instagram e WhatsApp, passando deste modo a “criar prestígio dentro da família” (Dos Santos 2022b:10). Outras, foram ainda utilizadas no livro *A Voz do Liberdade* (2021) e em vídeos e atividades de divulgação do mesmo.

Durante uma viagem para o rio Liberdade com Maria Renilda em 2022, quando eu ainda estava no *carro da linha*, refleti introspectivamente sobre o que seria a escrita e a fotografia. Vários moradores já haviam me relatado o rito mágico de *amarrar* animais e

¹⁰No anexo c, consta nesta dissertação uma seleção imagens realizadas entre 2018 e 2023 que compõe meu campo de pesquisa.

peessoas, ou seja, através de uma reza específica certas pessoas tem o poder de “prender”, por exemplo, cobras e pessoas em determinado lugar do espaço. Como Francisco Marques (Da Silva *et. al* 2021:118) contou sobre seu avô: “Ele *amarrava* tudo no mundo! Qualquer um! Um bicho da mata, uma pessoa, se ele quisesse que passasse o dia lá no porto, ele não saía, nem atravessa pro lado de lá, nem ficava pro lado de cá, se levantava do canto, rodava mas ficava no mermo canto”. Com isto em mente, refleti sobre analogias da escrita e fotografia com esta prática mágica de *amarrar*, como se a escrita fosse a fotografia do saber e a fotografia uma forma de *amarrar* a memória e consequentemente prender o tempo. Penso que a escrita é a fotografia do saber, do conhecimento. O saber, fruto da ação experienciada no mundo cotidiano transformada em narrativa. A fotografia, uma forma de *amarrar* a memória, prender o tempo. Pela fotografia, no decorrer da ação de (re)ver e (re)lembrar, a memória não se esvai, se prende, se *amarra* ao longo do tempo espaço através das gerações. Assim como as narrativas orais se cristalizam com o tempo por meio da ação de (re)lembrar e (re)contar inúmeras vezes.

Para a construção da escrita etnográfica realizei levantamentos bibliográficos focados em artigos, dissertações e teses publicados por antropólogos(as) e disponibilizados nas plataformas SciELO, Google Acadêmico e no repositório acadêmico da UNICAMP, universidade através da qual inúmeras pesquisas foram realizadas no território da RESEX do Alto Juruá¹¹. Assim como trabalhos que abordavam o processo de criação da RESEX do Alto Juruá e movimento social dos seringueiros dos anos 1970 e 1980 que culminou na criação das primeiras RESEX’s no Acre. Visto que, não há como falar sobre a criação das RESEX’s do Vale do Juruá sem conexão com a luta dos seringueiros do Vale do Acre, pois foi com o estabelecimento de uma rede de aliados que se desencadeou a ação do movimento social dos seringueiros, o qual teve efeitos políticos a nível local, nacional e internacional.

Realizei ainda a leitura e análise de documentos como relatórios, memorandos, atas de reuniões, laudos biológicos e antropológicos, mapas, escrituras de cartório, entre outros. O acervo ou, como diria Lima (1995:27), a selva de documentos institucionais pelos quais enveredei minha “expedição”, são oriundos do ICMBio, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Associação dos Agricultores e Extrativistas do Rio Liberdade (ASARIL) e foram especialmente importantes para a construção do capítulo que aborda como se deu o

¹¹Não há produção acadêmica a respeito do processo de criação da RESEX Riozinho da Liberdade.

processo que culminou na criação da RESEX do Alto Juruá em 1990 e da RESEX Riozinho da Liberdade em 2005, ambas localizadas no Alto Juruá – Acre.

A partir deste acervo inicial, pude fazer o “reconhecimento do terreno” e selecionar aqueles documentos que de fato iria abordar (Lima 1995:27). De modo semelhante a Lima (1995:27), quando este afirma que para realizar sua pesquisa “foi necessário organizar índices, quadros de referência dos microfimes e seus conteúdos”, realizei a leitura de todas as páginas dos documentos (“reconhecimento do terreno”) para poder então organizar e analisar seus conteúdos. Criei uma tabela na qual cada documento estava localizado segundo seu assunto – com código de identificação – e página do arquivo em que eu poderia ter acesso. Realizei ainda a síntese do conteúdo de cada documento selecionado e em seu cabeçalho o identifiquei pelos tópicos referentes a tabela. Sem esta organização inicial, “seria impossível operar” (Lima 1995:27).

Para investigar o histórico de criação da RESEX Riozinho da Liberdade, realizei a leitura e análise do processo administrativo de número 02001.000097/98-26, intitulado “Criação da RESEX do Riozinho da Liberdade”, documento de procedência do CNPT e IBAMA, datado de 1998. No documento constam memorandos, atas de reuniões, laudos biológicos, mapas, escrituras de cartório, despachos, entre outros documentos compilados em 480 páginas. Estes documentos foram necessários para se cumprir o processo burocrático de criação da RESEX e realizei sua leitura de modo a mapear nomes, datas, secretarias, instituições e o conteúdo dos documentos pertinentes aos objetivos deste capítulo. O acervo documental sobre a criação da RESEX Riozinho da Liberdade era um mundo novo no qual eu estava adentrando, sobre o qual pouco ouvi falar em anos anteriores. Qualquer coisa, um nome, uma data, uma secretaria específica poderia me revelar algo, me apontar para algum caminho que pudesse me auxiliar a responder as perguntas sobre como se deu o processo de criação da RESEX Riozinho da Liberdade, quem foram os atores e como agiram para que concretizasse essa política pública para os moradores dos seringais do Riozinho da Liberdade.

Outro documento relevante para a realização deste trabalho foi o “Relatório do Projeto de Levantamento do Rio Liberdade para a Criação da Reserva Extrativista do Riozinho da Liberdade”, de autoria do antropólogo Terri Valle de Aquino (2001). Sua leitura foi importante por trazer informações sobre questões fundiárias, ação dos *patrões* e do movimento social dos seringueiros. Tomei conhecimento da existência do relatório e do processo administrativo de criação da RESEX citados em período anterior ao ingresso no mestrado, quando entrei em contato com Francisco Barbosa de Melo (Chico Ginu) em 2019. Chico Ginu é liderança

histórica do Vale do Juruá, foi gestor da RESEX Riozinho da Liberdade desde sua criação, em 2005, até abril de 2013. Foi o primeiro presidente da Associação de Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá (ASAREAJ), delegado sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Cruzeiro do Sul e coordenador do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) da Regional Vale do Juruá, hoje conhecido como Conselho Nacional das Populações Extrativistas. Entrei em contato com a liderança que hoje em dia trabalha na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) para explicar minha pesquisa e conversar sobre a RESEX Riozinho da Liberdade, ocasião na qual me forneceu informações importantes para a construção do projeto de pesquisa e me informou que o relatório feito pelo antropólogo Terri Aquino e o processo administrativo de criação da Riozinho da Liberdade deveriam estar nos arquivos do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) do ICMBio de Cruzeiro do Sul.

Para obter os documentos mencionados, entrei em contato com os gestores das Unidades de Conservação (UC's) do Vale do Juruá ainda em 2019, mas não obtive resposta. Em junho de 2020, solicitei ao ICMBio através da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação da Controladoria-Geral da União o documento “Levantamento sócio-econômico, laudo biológico e situação fundiária da área indicada para a criação da Reserva Extrativista do Riozinho da Liberdade- Municípios de Tarauacá e Cruzeiro do Sul - Estado do Acre” (Aquino 2001). Obtive resposta após um mês, na qual fui informada que o referido documento constava no processo nº 02001.000097/98-26, o qual trata da criação da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade e que me foi enviado por e-mail pelo Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) do ICMBio. No entanto, após realizar a leitura do processo constatei que o relatório produzido por Aquino não constava no processo. Entrei com recurso e fui informada que “processo de criação da referida unidade de conservação se deu no âmbito do IBAMA” e que “não houve participação do ICMBio no referido processo”, de modo que as informações que solicitei não poderiam ser disponibilizadas. Resolvo então acionar minha rede de amigos. Peço o número de telefone de Terri Aquino a Rafael Poveron, na época indigenista na FUNAI de Cruzeiro do Sul. Entro em contato com Terri Aquino mas ele me informa que não possuía mais o arquivo. Em 2022, Terri Aquino me envia o contato de telefone de Marcelo Manuel Piedrafita Iglesias, através do qual finalmente passo a ter acesso ao documento.

Por fim, foi de suma importância para a construção da narrativa deste texto os encontros com lideranças históricas do Vale do Juruá, como Chico Ginu, Antônio Luiz Batista

Macêdo (Txai Macedo), Lorival Monteiro, assim como seringueiros e *patrões aviados*¹² do Riozinho da Liberdade. Em abril de 2022, entrei em contato com as lideranças para realizar entrevistas para a pesquisa de mestrado. Chico Ginu, muito solícito, me convidou para ir até o seu local de trabalho, mas por motivos pessoais não permitiu que eu gravasse a conversa, autorizando somente que eu realizasse notas escritas que posteriormente vieram a ser incorporadas, quando pertinentes, neste capítulo. Entrei em contato com Antônio Macêdo via facebook para uma primeira conversa com objetivo de explicar minha pesquisa de mestrado e perguntar se poderia entrevistá-lo, ele então me convidou para tomar um café e conversar na sua casa em Cruzeiro do Sul.

Ainda em abril, estive com Lorival Monteiro em sua casa no seringal Bom Futuro I durante a Semana Santa, fui em companhia de seu filho Messias, sua nora Gesualda e dos filhos do casal de amigos. Estava animada para finalmente conhecer pessoalmente a liderança. Muitas pessoas já haviam me contado diversas histórias sobre ele, principalmente sobre sua importância para a criação da RESEX Riozinho da Liberdade, o que sempre despertou em mim curiosidade para conhecer e conversar com tal personalidade. No meu retorno para a cidade de Cruzeiro do Sul, fui visitar um amigo de 93 anos que foi seringueiro no rio Liberdade. A entrevista realizada com este amigo, que solicitou anonimato, trouxe elementos importantes para entender o contexto dos seringais do rio Liberdade para a criação da RESEX. Em setembro de 2022, desci o rio Liberdade até o seringal Extrema, hoje conhecido como comunidade Cavanhaque, para entrevistar Francisco Batista de Lima, conhecido como França ou França do Gramixó. França foi seringueiro, *patrão aviado* e vice-presidente da ASARIL na sua última diretoria.

Busquei construir a narrativa etnográfica seguindo, quando possível, a ordem cronológica dos fatos e entremeando informações disponíveis a partir de diferentes fontes. A etnografia realizada em diferentes “campos”, os seringais, os textos acadêmicos e os documentos institucionais, fez com que em diversos momentos o texto etnográfico se assemelhe com algo como uma colcha de retalhos que retrata as situações sociais históricas e de relevância para compreendermos a realidade social dos seringais. Colcha esta que foi costurada a partir dos retalhos das experiências etnográficas de antropólogos(as) que estiveram no Vale do Juruá,

¹²Aviados são ex seringueiros escolhidos pelos *patrões seringalistas* para gerenciar *barracões* e manter o seu sistema funcionando, cobrando a *renda*, realizando adiantamentos de mercadorias e recebendo o pagamento posterior em borracha.

das informações contidas no acervo documental, dos relatos orais de seringueiros(as), agricultores(as), lideranças e das minhas experiências etnográficas no Vale do Juruá.

É provável que as relações pessoais e de trabalho prévias a entrada no mestrado tenham me permitido ter acessado determinadas informações que não teria acesso, caso meu contexto de relações fosse outro, como apenas de uma pesquisadora de instituição externa ao rio Liberdade e Cruzeiro do Sul, que veio “de fora”. Manoel Soares, que é *veterano*, um dos moradores mais antigos do rio Liberdade, rezador, senhor muito simpático e hospitaleiro, me disse certa vez que alguns pesquisadores já estiveram no seringal onde vive, mas que não tem o *costume*, hábito, de conceder entrevistas ou contar sobre aquilo que sabe. Apesar disso, ressaltou que: “Eu acho que eu já contei coisa pra você, segredo que eu não contava pra ninguém. Coisas do meu passado, né? Do que aconteceu... Que eu pensava contar pra ninguém, já lhe contei.” (Manoel Soares 2022). Assinalando desta forma, a confiança criada através do nosso laço de amizade ao longo destes quatro anos, o que sem dúvidas foi importante para o desenvolvimento desta pesquisa.

Assim, afirmo que não há como pensar minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica em Cruzeiro do Sul deslocada do território e pessoas da RESEX Riozinho da Liberdade. Como diria Peirano (2008:4), “a personalidade do investigador e sua experiência pessoal não podem ser eliminadas do trabalho etnográfico. Na verdade, elas estão engastadas, plantadas nos fatos etnográficos que são selecionados e interpretados”. Minha pesquisa é atravessada por quem eu sou. Mulher amazônida, paraense, filha de um ribeirinho do rio Piriá, hoje RESEX Gurupi-Piriá, com uma mulher preta periférica de Belém. Minha formação anterior como profissional e pessoa vem a direcionar o meu olhar e curiosidade como cientista para determinados fatos e não outros. De modo que, o fazer etnográfico é realizado por um sujeito situado, atravessado por raça, gênero, sexualidade e classe. É através dos nossos corpos que experimentamos as intensidades do trabalho de campo, o que vem a se refletir e encarnar em nossos discursos e conhecimentos antropológicos (Mello 2019).

Redes sociais e análise situacional

Durante o período anterior a entrada no mestrado em antropologia (PPGA/UFGA) pude observar que as redes de relações sociais comunitárias, que ultrapassam seus limites territoriais, são importantes para diversos aspectos dos modos de vida do povo da RESEX Riozinho da Liberdade. As comunidades da RESEX são formadas por vários grupos domésticos

aparentados que conformam famílias extensas, como as *colocações* eram formadas anteriormente por em média três grupos domésticos ligados por laços de parentesco. São esses grupos domésticos aparentados que trabalham juntos por meio de trocas para exercer seus trabalhos na agricultura em áreas de terra firme e nas praias às margens do rio, os homens das famílias caçam juntos e seus grupos domésticos trocam entre si carne de caça por meio de relações de *vizinhança*, além disso homens e mulheres pescam e dividem os peixes com grupos domésticos aparentados, assim como produtos alimentícios comprados e outros produtos extrativistas para alimentação como vinhos de açaí, bacaba, buriti e patoá.

Como anteriormente no *tempo da seringa*, numa relação assimétrica, comerciantes locais que realizam a compra de farinha fornecem adiantamentos em mercadoria e dinheiro aos agricultores, o que pode gerar dívidas e dependência por parte dos agricultores, mas garante estabilidade social e econômica para ambas as partes. Lideranças das comunidades representam determinado número de famílias extensas e comunidades, de modo que existem várias lideranças na RESEX e nenhuma delas ou as associações a que estão ligadas representam todas as famílias e comunidades. Cargos públicos podem ser obtidos por meio da intermediação de lideranças junto as instituições públicas, além disso também possuem parcerias políticas locais e por meio delas intermediam benefícios e recursos para as famílias e comunidades que representam, entre outras situações observadas que me indicavam a importância das redes de relações para reprodução social dos grupos domésticos.

Assim, a partir destas situações sociais observadas previamente a entrada no mestrado, selecionei para a execução desta pesquisa o conceito de redes como estratégia de método. Visto ele ser útil para análise e descrição de processos sociais que envolvem conexões e relações interpessoais que transpassam limites de categorias e grupos, como processos políticos, relação entre o mercado e sua periferia, circulação de bens e informações, assim como em situações em que os indivíduos são requisitados a escolher “sobre quem procurar para obter liderança, ajuda, informação e orientação” (Barnes 1987:161-163). Considera-se redes como “conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos” (Barnes 1987: 167). Ou ainda, como “conjunto das pessoas em relação às quais a manutenção de relações interpessoais, de amizade ou de camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade”, reconhecendo que as alianças, através das quais são constituídas as redes, partem de apostas na dádiva e na confiança (Caillé 1998:18).

Autores clássicos como Barnes, Bott, Mayer, Mitchell, Epstein e outros, convergem para o aspecto definidor de articulação e rearticulação permanente das redes (Enne 2004:264).

O conceito permite “entender, abarcar e apreender o movimento de indivíduos” em sociedades agrárias (Lorea 2004:122) que Vincent chama de fluxo organizado, em que devem ser observadas as ações, interações e inter-relações dos indivíduos (Vincent 1987:377-378). O conceito de redes foi utilizado em trabalhos desenvolvidos nos seringais do Vale do Juruá. Como por Costa (2010), que estudou redes políticas, Almeida (2007), que sublinha redes como resultados e geradoras de conflitos ao estudar a relação de seringueiros com a caça e Martini (2005), que através do método de redes observa como se efetivam e agenciam limites territoriais. O estudo das redes “presentes nas uniões, casamentos, compadrios, associações, dentre outras formas de organização e associação (...) garante o entendimento das interações e laços que asseguram solidariedades socioeconômicas, políticas e espaciais” (Martini 2005:15).

A criação das Reservas Extrativistas, processo liderado pelo movimento social dos seringueiros que buscou assegurar direitos sociais e territoriais aos seringueiros e extrativistas, com atuação e consequências a nível local, nacional e internacional, assim como a atuação das associações no rio Liberdade são entendidos nesta pesquisa como processos políticos, quando indivíduos e grupos mobilizam apoio para seus objetivos e influenciam as ações de seus seguidores neste sentido (Barnes 1987:160). Segundo Kuschinir (2007:163), o estudo do “mundo da política” implica reconhecer que existem múltiplas percepções da sociedade que são sustentadas e possibilitadas por suas redes de relações sociais, além de que este mundo deve ser investigado e definido a partir dos contextos particulares e das formulações e comportamentos dos atores sociais. Swartz, Turner e Tuden (1994), formularam o conceito de campo político em que a investigação do pesquisador não deveria se limitar a um grupo ou comunidade, o pesquisador deveria perseguir as consequências de um conflito em qualquer nível em que o processo se desenvolvesse. Para Swartz, Turner e Tuden (1994:104), o político é “cada cosa que sea al mismo tiempo pública, orientada según metas definidas y que involucre un poder diferenciado (en el sentido del control) entre los individuos del grupo en cuestión.”

O conceito de redes sociais mobilizado como instrumento metodológico, se propõe a entender os motivos que levam os indivíduos a escolherem um determinado curso de ação assim como “por que, quando e como” escolhem acionar determinados contatos e princípios e não outros (Barnes 1987:187). Velsen pontua que as sociedades são cheias de incongruências, contradições, que os indivíduos optam entre normas contraditórias entre si (Velsen 1987:349) e que as normas e regras são manipuladas por esses indivíduos para servirem a seus fins específicos (Velsen 1987:355).

Essas normas mutuamente conflitantes são particularmente aparentes em sociedades que estão sendo expostas a uma penetrante influência de outras culturas, como, por exemplo, pela introdução de uma nova religião, de novos produtos comerciais ou de uma burocracia governamental” (Velsen 1987:356)

As observações deste trabalho buscam se pautar no que Velsen (1987) pontua ao citar Gluckman e o seu método de análise situacional, afirmando que os registros de situações reais e de comportamentos específicos devem compor a descrição analítica do antropólogo; de modo que os eventos interrelacionados mostrem como os indivíduos lidam diante das escolhas com as quais são confrontados. A análise situacional facilitaria a descrição dos processos sociais (Velsen 1987:359-362), dando ênfase no registro das ações dos indivíduos para que se possa apreender e descrever o processo de opção, ou seja, a seleção feita dentro de uma variedade de relações possíveis e comportamentos que servirão mais adequadamente a seus objetivos (Velsen 1987:364-365). As observações são complementadas ainda com outros tipos de fontes, como “a memória dos informantes, registros do tribunal de justiça e outras fontes documentadas ou não” (Velsen 1987:365). Realizando deste modo uma análise sincrônica dos princípios estruturais e diacrônica da operação destes princípios realizada pelos atores sociais (Velsen 1987:372).

Para Gluckman (1987), as situações sociais são compostas pelos eventos com a participação de diferentes grupos e são interligados pelo antropólogo como observador, a partir dessas situações e de seus contrastes com outras situações pode-se delinear a estrutura social. Gluckman (1987) traz em sua análise das situações sociais diversos eventos encadeados, sendo que esses eventos são ao mesmo tempo efeitos e causas de outros eventos; chama atenção para o dever o antropólogo: estudar os eventos em toda a sua totalidade, todos os aspectos da vida social em seu campo de estudo.

“Todos os eventos que envolvem ou afetam seres humanos são sociais, desde a chuva ou terremoto até o nascimento e a morte (...) uma situação social é o comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões” (Gluckman 1987:238).

Neste trabalho, também abordo processos de mudanças sociais e (des)continuidades estruturais nas relações entre os períodos em que a atividade extrativa da seringa era a principal fonte de renda e os dias atuais em que a renda advém principalmente da farinha de mandioca. Segundo Gluckman (1987), estes processos ocorreriam nos indivíduos, no caráter das partes do sistema e no padrão de sua interdependência com seus conflitos e coesão (Gluckman 1987:309). São os indivíduos que sobrevivem através das mudanças sociais, elas aparecem em seu

comportamento e também atuarão através de seu intermédio (Gluckman 1987:332); forças sociológicas e psicológicas levam as pessoas enquanto unidades sociais a mudarem, produzem movimentos de mudança e isto é expresso através de seu comportamento, o qual é formulado nos termos da cultura a disposição dessas pessoas. Mudanças nas relações sociológicas são expressas em termos de cultura (Gluckman 1987:317-318). E ainda, alguns elementos sociais em processos de mudança no sistema social persistem, apresentam continuidade estrutural e histórica e isto deve ser estudado em termos de seu valor funcional, ou seja, como vivem no sistema em transformação (Gluckman 1987:299-300). Como por exemplo, continuidades estruturais nas relações de parentesco e trocas entre grupos domésticos mesmo com a reorganização territorial que ocorreu entre período de *colocações* para o período atual de comunidades com o fim da atividade extrativa da borracha como principal fonte de renda, a permanência de relações de *vizinhança* de carne de caça, (des)continuidades estruturais nas relações entre *patrão*-seringueiro/comerciante-agricultor com a persistência do aviamento de mercadorias e adiantamentos em dinheiro para pagamento posterior em produção agrícola, continuidades estruturais importantes para compreender aspectos relacionados a reprodução social dos grupos domésticos.

As relações sociais estão em constante mudança, estão em fluxo contínuo, com as expectativas dos atores variando de acordo com as situações e relações mantidas por esses atores, com coalizões sendo construídas para atingir determinados fins; as alianças podem ser temporárias ou permanentes, mas estas coalizões desempenham papel extremamente importante em atividades políticas, econômicas assim como nas relações sociais do cotidiano. A rede de relações de uma pessoa, seu meio social mais imediato, tanto a manipula quanto por ela é manipulada, essa rede tanto influencia seu comportamento quanto lhe fornece a matéria prima para a resolução de seus problemas (Boissevain 1987:197-201). Processos de mudança social se dão através das escolhas e estratégias construídas por indivíduos e grupos em contextos de interação. De modo que, redes sociais é um instrumento conceitual que pode ser utilizado para analisar como as alianças vão sendo formadas com vistas a atingir determinados objetivos de indivíduos e grupos, mas nós enquanto antropólogos e antropólogas estaremos sempre em situação social, assim redes sociais e análise situacional servem enquanto métodos complementares para o desenvolvimento da pesquisa.

A divisão dos capítulos

Os textos que compõe esta dissertação foram escritos em diferentes momentos de minha trajetória de trabalho e pesquisa em Cruzeiro do Sul e na minha formação em antropologia. O capítulo um, “*De primeiro no tempo da seringa: da implantação à derrocada da empresa seringalista no Vale do Juruá, Acre*”, foi escrito quando eu estava em campo no rio Liberdade em 2022 e posteriormente na cidade de Cruzeiro do Sul em 2023. Seu objetivo é trazer um breve apanhado histórico de formação dos seringais no Vale do Juruá, abordando o primeiro ciclo da borracha (1870-1912), a implantação da empresa seringalista no Vale do Juruá; a ocupação do território por não indígenas peruanos e brasileiros, as *correrias*, ataques e genocídio perpetrados contra povos indígenas Pano; o estabelecimento do sistema de aviamento; a primeira crise na economia extrativa (1912-1943) com a formação de um novo modo de vida de camponeses da floresta; a segunda guerra mundial e o segundo ciclo da borracha (1943-1945); políticas protecionistas da produção de borracha criadas pelo governo brasileiro no pós guerra (1945-1986) que promoveram o aviamento dos patrões e reforçaram suas práticas coercitivas e a “escravidão por dívidas”; o fim da atividade extrativa da borracha como fonte de renda com a extinção das políticas protecionistas; a mudança dos interesses políticos e econômicos do governo brasileiro para com a Amazônia; o avanço da fronteira com a chegada de novos grupos interessados na exploração madeireira, criação de gado e especulação fundiária, que ameaçaram o modo de vida de indígenas, ribeirinhos, seringueiros e castanheiros que residiam nas florestas e seringais

O capítulo dois, “O movimento social dos seringueiros e a criação das Reservas Extrativistas do Alto Juruá e Riozinho da Liberdade - Alto Juruá, Acre”, começou a ser escrito em 2021, durante a disciplina de “Oficina de Experiências e Escrita Etnográfica” ministrada pela professora doutora Katiane Silva do PPGA da Universidade Federal do Pará (UFPA). Em 2022, já na cidade de Cruzeiro do Sul, realizei a análise dos documentos pertinentes aos objetivos do capítulo e posteriormente em campo, residindo na comunidade Morro da Pedra, continuei sua escrita, a qual vim a finalizar após o rito de qualificação em agosto de 2023. Neste capítulo abordo como se deu o processo que culminou na criação da primeira RESEX do Brasil em 1990, a RESEX Alto Juruá, e posteriormente a RESEX Riozinho da Liberdade em 2005, ambas localizadas no Alto Juruá – Acre. Entremeando informações disponíveis em documentos, bibliografias, nas experiências de antropólogos como Mauro William Barbosa de Almeida e Eliane Cantarino O’Dwyer, nos relatos orais das lideranças do Vale do Juruá e minhas experiências etnográficas na RESEX Riozinho da Liberdade, busco mostrar como estes

processos estão conectados por meio da ação de suas lideranças protagonistas, instituições-chaves e estratégias acionadas para que a *reforma agrária do seringueiro* fosse concretizada.

No final do século passado na Amazônia, ocorre o avanço da fronteira de exploração da pecuária e madeireira, surge o movimento dos seringueiros que lutou contra a exploração do seu trabalho e desmatamento incentivados pelas novas políticas governamentais. Os seringueiros, organizados e representados inicialmente pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), fundaram delegais sindicais nos seringais e posteriormente fundaram e atuaram através do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e associações locais. Estabeleceram alianças com os povos indígenas, movimento ambientalista, organismos internacionais e outras instituições. Inicialmente, utilizaram os *empates* como uma estratégia local para frear o desmatamento, posteriormente, vieram a incorporar ao seu discurso a pauta ambientalista, pressionando o Estado brasileiro pelo reconhecimento dos seus direitos sociais, territoriais, pelo fim do sistema de *barracões* e criação das RESEX'S.

O capítulo três, “*Da seringa à farinha: produção e modo de vida na Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade – Alto Juruá, Acre*”, tem como objetivo mostrar como as redes de relações pessoais são importantes para assegurar a manutenção dos grupos domésticos. Descrevo o *misancene* atual em que a principal fonte de renda das famílias advém da produção de farinha de mandioca (*Manihot esculenta*). Sua escrita se inicia no final de 2019, quando comecei meus estudos para os processos seletivos dos programas de pós-graduação em antropologia da Universidade de Brasília (UNB) e UFPA. Trabalhei ainda neste texto durante as disciplinas de “Oficina de Experiências e Escrita Etnográfica”, mencionada anteriormente, “História do Pensamento Antropológico”, ministrada pelo professor doutor Fabiano Gontijo, e “Estudo Sobre Povos e Comunidades Tradicionais, ministrada pela professora doutora Rosa Elizabeth Acevedo Marin. E vim a finalizar sua escrita em 2023, em período posterior ao campo realizado na RESEX.

Neste capítulo abordo como ocorreu a reorganização territorial no rio Liberdade, com migrações das *colocações* para as *margens* do rio e consequente formação das *comunidades* com a relação com o poder público, trago apontamentos sobre continuidades nas formas de organização social do período de *colocações* para o atual em comunidades, relações imbricadas em atividades como a caça e agricultura, assim como os processos técnicos e sociais implicados na produção de farinha, desde a escolha da área em que um roçado será cultivado até o feito da farinha, a *farinhada*. Traz ainda observações sobre a relação dos agricultores com os comerciantes locais, constatando-se a permanência de relações assimétricas entre agricultores

e comerciantes através da prática do aviamento de mercadorias para pagamento posterior em farinha. Por fim, traz a atuação da liderança Maria Renilda Santana da Costa, a qual tem como uma das principais preocupações e objetivos, a diversificação da fonte de renda das famílias, as quais obtém sua renda principalmente da comercialização de farinha para comerciantes no rio Liberdade.

CAPÍTULO I - DE PRIMEIRO NO TEMPO DA SERINGA: DA IMPLANTAÇÃO À DERROCADA DA EMPRESA SERINGALISTA NO VALE DO JURUÁ, ACRE

Este capítulo busca trazer uma contextualização necessária para se compreender esta pesquisa, no sentido de entender quais foram os meandros históricos e sociais que culminaram na formação dos seringais do Vale do Juruá. Assim, faço um breve apanhado histórico de eventos importantes para formação dos seringais, desde o primeiro ciclo da borracha com a implantação da empresa seringalista (1870-1912) até a sua derrocada, quando ocorreu o fim das políticas protecionistas da borracha e o avanço da fronteira na Amazônia Acreana no final do século XX, momento em que os interesses políticos e econômicos do Estado Brasileiro para com a Amazônia mudam e levam a uma série de conflitos locais no Acre. Este percurso de leitura se faz necessário para entender o contexto histórico pregresso e processos políticos que culminam na criação das Reservas Extrativistas, o que será explorado no próximo capítulo.

O tempo do carrancismo: primeiro ciclo da borracha (1870-1912) e implantação da empresa seringalista

O Riozinho da Liberdade era habitado por indígenas Arara e Chandless relatou a presença de indígenas “nauás” a montante de sua foz em 1867. O seu nome é Riozinho da Liberdade pois a palavra Riozinho refere-se a rio pequeno e Liberdade porque sua foz é localizada no antigo *barracão* Liberdade (Tastevin 2009a). Entre 1870 e 1912, ocorreu o que é conhecido como “boom da borracha” ou primeiro ciclo da borracha, quando a fronteira extrativa da seringueira (*Hevea brasiliensis*) se expandiu por todo o Vale do Juruá (Barbosa de Almeida 1992). A ocupação por não indígenas da região foi realizada por *caucheiros* peruanos, extratores nômades de caucho (*Castilloa elastica*) e imigrantes brasileiros, principalmente nordestinos (Iglesias 2008:69). Este período em que os caucheiros estiveram no rio Liberdade ainda hoje é lembrado pelos seringueiros mais velhos.

“Aqui [o rio Liberdade], já foi manobrado pelos peruanos. Ainda tem aquela lancha velha ali no [seringal São Pedro, comunidade Periquito], na chegada ali do *estirão*, cá em cima da cachoeira, desse lado aqui tem uns cacos velhos de uma lancha que eram dos peruanos. Pode olhar assim, agora por essa época [de verão] pode olhar, tu vê ainda os cacos da lancha velha. Eles já eram diferentes, eles derrubavam a árvore e acabava com tudo.” (Manoel Soares 2022).

Nas cabeceiras do rio Liberdade e Gregório, Iglesias (2008:69) relata que havia a presença de mais 300 *caucheiros* peruanos liderados por Carlos Scharff, que atuou na região por mais ou menos dois anos até sua saída para o Purus, no ano de 1901. Efraim Ruiz, *patrão* peruano, assumiu então por um ano os rios Gregório e Liberdade (Iglesias, 2008:69). Este processo de ocupação por não indígenas peruanos e brasileiros no rio Liberdade é marcado pela violência empreendida contra os grupos indígenas estabelecidos na região, e ainda hoje muitos do que ali residem são descendentes de mulheres indígenas capturadas “*a dente de cachorro*” e incorporadas a sociedade dos seringais. O chefe Yawanawá, Raimundo Luiz, relata a seguir as *correrias* empreendidas contra os Jaminawa, Rununawa e Shawanawa:

“Meu pai também contava que depois que os peruanos chegaram nas cabeceiras do Gregório e do Riozinho da Liberdade muitos índios foi massacrado (...) Era muito peruano. Eles botavam muita mercadoria, muito armamento e utensílio pra tirar leite de caucho. Não era seringa, era caucho. O chefe dos peruanos mesmo morava na cabeceira do Gregório. De lá ele mandava no Riozinho da Liberdade e nos outros rios de perto também. (...) eles dominavam os índios, tomava as mulheres de cada tribo. Então, esse chefe dos peruanos, ele não trabalhava. Era só mesmo pra guarnecer as mercadorias. Botava outros peruanos pra trabalhar dentro do Riozinho da Liberdade e um bocado no rio Gregório. (...) os peruanos mataram muita, muita, muita gente. Por causa disso os índios também se espalharam por outros cantos. Os índios também mataram muitos peruanos. Aí quando mataram, com pouco mais, vieram muito peruano, aí morreu índio, morreu índio, morreu índio, mas mataram muito peruano também.” (Aquino 2001:32-33).

Segundo Iglesias (2008:70), nas cabeceiras do Riozinho da Liberdade, o chefe dos Rununawa e Shawanawa, Tescon, ficou conhecido como valoroso “*tuxaua*” por seus feitos, entre eles a morte de mais de 30 peruanos durante estes conflitos. Após a saída dos *caucheiros* Carlos Scharff e Efraim Ruiz, as cabeceiras deste rio ainda continuaram ocupadas por indígenas falantes de línguas Pano, o que num primeiro momento colocou obstáculos à expansão da atividade extrativista. O coronel Francisco Freire de Carvalho, principal *patrão* do Riozinho da Liberdade nos anos seguintes, mantinha então 20 homens armados para evitar ataques, roubos e mortes de seus fregueses (Iglesias 2008:83). Quando Tastevin esteve no Liberdade em 1925, ainda haviam indígenas de diversos povos reunidos no Igarapé Besta. Os não indígenas haviam promovido “sem perdão” o seu quase total extermínio através das *correrias* e transmissão de doenças (Tastevin 2009a).

As primeiras imigrações de nordestinos para o rio Juruá datam de 1877 e em 1883, exploradores já adentravam o Riozinho da Liberdade, cuja ocupação foi paralela à do rio Juruá

(Tastevin 2009a). A abertura de seringais no rio Juruá e seus afluentes é concluída em meados da década de 1890 (Iglesias 2008:31) e durante os anos de boom, migram para a Amazônia cerca de 25.000 a 50.000 nordestinos para a Amazônia (Barbosa de Almeida 1992). Para assumir o controle de um seringal, uma área de floresta rica em seringueiras, era necessário apenas se ocupasse e explorasse a área, o que na prática levou com que as terras do Acre ficassem monopolizadas pelos *patrões* seringalistas. Com algumas exceções, não haviam títulos legais que comprovassem a aquisição dos seringais (Barbosa de Almeida 1992), assim:

“Toda a terra do Acre é devoluta (pública), não é propriedade legítima, nem pode ser legalizada por falta de leis nesse sentido, e é mantida sob o poder de poucos indivíduos apenas sob o status de posse (reivindicação). Enquanto o indivíduo privado não possui terras, que pertencem à União, ou melhor, ao Território (do Acre), por outro lado, não há um pé quadrado de terra que ele não tenha se apropriado (Araújo 1910: 104-5 *apud* Barbosa de Almeida 1992).”

Euclides da Cunha em “À Margem da História” ao visitar os seringais do rio Purus no Acre no começo do século passado, relata a existência de “regulamentos” nos seringais. “Contrato unilateral” imposto pelo *patrão* ao seringueiro (Cunha 2019:18) e que O’Dwyer (1998:39) observou ainda estarem presentes nos seringais do Alto Juruá no final da década de 1980. Segundo Euclides da Cunha (2019), neste contrato, os seringueiros deveriam comprar exclusivamente no armazém de seu patrão, caso contrário, seria cobrada multa de 50% em cima do valor das mercadorias compradas. Não poderiam sair dos seringais sem antes saldar suas dívidas e haviam acordos entre os patrões para não aceitarem seringueiros que estavam devendo aos seus patrões. Ao final de alguns anos, sua dívida tornava-se tamanha que aos seringueiros só restava dobrar-se “à servidão completa” (Cunha 2019:18). Desta forma, a produção de borracha estava submetida ao seu *patrão*, visto que o seringueiro não poderia realizar a venda de borracha e comprar mercadorias com preços melhores com outro *patrão* ou *regatão*, caso fosse permitido e o fizesse, isto possibilitaria que saldasse sua dívida até mesmo em dinheiro (O’Dwyer 1998:172). Parissier (2009) na sua incursão pelo rio Juruá no final do século XIX, relatou o seguinte:

“O pobre seringueiro se vê, no fim, em vez de receber dois ou três mil francos, dever para o patrão 1.200 ou 1.500 francos, de modo que, para pagar sua dívida, com muita frequência fictícia, ele é obrigado a permanecer ainda uma estação e prolongar assim indefinidamente a sua escravidão. E se, vencido pelo desgosto e pelo aborrecimento, ele quer ir embora, é perseguido como um ladrão e não encontra trabalho nenhum” (Parissier 2009:58).

Assim, os seringueiros entregavam a borracha produzida exclusivamente para o *patrão*, que mantinham o *barracão* no seringal, armazém onde se realizava a venda de mercadorias e compra da borracha. Pagavam ainda uma *renda* anualmente, na quantia de 33kg de borracha por cada estrada de seringa arrendada (Barbosa de Almeida 1992, 2012:137). As mercadorias que abasteciam os seringais provinham de fornecedores de Belém e Manaus, que as vendiam a crédito aos *patrões* no início de cada ciclo de produção. Os *patrões*, forneciam então as mercadorias aos seringueiros que lhe entregavam a borracha no final da produção (Barbosa de Almeida 1992). Se estabeleceu nos seringais acreanos o sistema de aviamento: o *patrão* (aviador) *adiantava* mercadorias ao seringueiro *freguês* (aviado) em troca da produção em borracha. Barbosa de Almeida (1992:156; 131-3) relata que havia um elo moral entre seringueiros e *patrões* e que esta relação poderia ser melhor entendida a partir de obrigações mútuas. Aos *patrões* cabia dar a *assistência*: abastecer os *barracões* com mercadorias, aviar os seringueiros, limpar as estradas de seringa e *varadouros*, caminhos na floresta, para o transporte da borracha, auxiliar em casos de doença, parto ou falecimento. Esta assistência operava como legitimação, contrapartida para o pagamento das dívidas e *renda* pelas estradas de seringa (Pantoja 1994).

“O novo sistema (...) é de tipo fractal. Pois é esta a própria essência da rede de crédito e de produção de caucho. Tomemos o exemplo do Juruá (...) no sentido de que, nesta bacia, ao contrário, por exemplo, da do Purus, o comércio se fazia unicamente por via fluvial. Aqui, o sistema desposava a própria geografia: os negociantes ingleses adiantavam as mercadorias para os negociantes de Belém, que as repassavam para os de Manaus, que as forneciam aos "patrões" dos rios caucheiros, que abasteciam seus subpatrões, que por sua vez as transferiam aos seus próprios subpatrões, concluindo-se o conjunto com adiantamentos em mercadorias feitos aos seringueiros. Esta cadeia toda estava fundada sobre o aviamento, o crédito e a dívida; salvo nas extremidades (isto é, os peixes pequenos das cabeceiras e os grandes de Belém e de Liverpool), cada qual era credor a montante e devedor a jusante. Nesse caso particular, a rede fractal recobria a fractalidade dos próprios rios, havendo um barracão, em cada foz ou boca de um afluente (...) nessa rede de que necessariamente só se percebia um fragmento, cada um tinha, em suma, uma apreensão legitimamente fundada sobre a ideia de que o todo era semelhante à parte, da qual se podia ter a experiência local. (...) No caso do aviamento, estrutura de ordem, o crédito e a dívida eram transitivos: transmitiam-se entre negociantes, patrões, subpatrões e seringueiros. De tal sorte que a jusante se tinha um ponto de vista relativamente "mais geral" sobre quem se achava a montante. Cada patrão ou subpatrão, por assim dizer, abraçava com o olhar o conjunto das ramificações e das capilaridades dos rios e afluentes até o menor igarapé que suas mercadorias atingiam, e que, em troca, o abasteciam de caucho. Sem deixar de ser particular, em cada foz de rio

o ponto de vista tornava-se assim mais englobante. A generalidade do ponto de vista, embora este fosse formalmente equivalente a qualquer outro, aumentava assim de montante para jusante” (Carneiro da Cunha 1998:10-11).

Neste período, os *patrões* podiam proibir o cultivo de roçados forçando deste modo os seringueiros a aumentarem suas dívidas comprando alimentos nos *barracões* (Barbosa de Almeida 1992). Tastevin, ao passar pelo rio Tejo em 1913, assinalou que “tudo o que se come, tudo o que se bebe, tudo o que se veste é importado pelos vapores fluviais dos grandes centros de comércio, Manaus e Belém” (Tastevin 2009b:65). Parrissier que esteve no Vale do Juruá em 1898, observou que era prática comum dos *patrões* roubar no peso da borracha dos seringueiros, fazendo com que estes aumentassem suas dívidas e prolongassem “indefinidamente sua escravidão” (Parrissier 2009:58). Apesar de terem ocorrido casos de resistência a estas práticas, Barbosa de Almeida (1992) relata que a tradição oral no Vale do Juruá assinala casos em que seringueiros que escaparam de seus *patrões* e fugiram dos seringais sem saldar suas dívidas foram emboscados e assassinados, além de outras práticas violentas como tortura. Esse período é conhecido no Vale do Juruá como *tempo do carrancismo* ou *tempo dos coronéis* e apesar de não ter sido vivenciado pelos os que vivem hoje em dia nos seringais do Liberdade, ainda está presente na memória social dos mais velhos devido aos relatos orais que se perpetuam de geração em geração.

Manoel Soares, conhecido como Nem, é último *arigó* do rio Liberdade, migrou em 1946 de Riacho do Sangue no município de São Gonçalo do Amarante, estado do Ceará. Veio para cortar seringa no Seringal Caxinauá, localizado no rio Gregório. Tinha o objetivo de voltar para sua terra natal, mas quando se mudou para o Seringal Forquilha no rio Liberdade conheceu sua esposa, Raimunda, com a qual veio a construir família – além disso, sua fala a seguir mostra que havia outros motivos para não investir em retornar ao Ceará, o de preservar a própria vida. Ao chegar no Vale do Juruá aproximadamente em 1948, passou a ouvir relatos de seringueiros idosos sobre as práticas dos *patrões* no *tempo do carrancismo*. Entre elas, estava a de *mandar matar*, assassinar, seringueiros que tirassem saldo, como recorda Nem Soares.

A vida do seringueiro no *tempo do carrancismo*... Eles contavam, né. O seringueiro cortava seringa, aí o patrão dava o que queria. Era o *trabalho escravo*, né? Dava o que queria, dava um pouco de mercadoria, dava uma roupa pra mulher do cidadão, uma roupa pro cidadão e assim levava. Era o que o pessoal falava, né? Aí o *cidadão tirava saldo e não recebia não*. Quando eu cheguei aqui o pessoal contava isso, né? Recebiam não. Tinha um cara que dizia assim, o cara me contou que trabalhava com companheiro no *tempo do carrancismo*, um velho que tinha aí. Dizia pra nós: “Agora tá bom, mas tá uma beleza!

O cara recebe dinheiro, quem trabalha recebe dinheiro. Mas no meu tempo não, trabalhei com companheiro do Ceará, ele tirou muito saldo, muito dinheiro na época. Aí pediu ao patrão um dinheiro pra mandar pra família lá no Ceará, pra botar nos Correios pra mandar pra família dele no Ceará enquanto ele ganhava mais pra voltar. O patrão disse sim e não mandou o dinheiro. Aí ele escreveu pro pessoal no Ceará, eles escreveram que não tinham recebido esse dinheiro. No fim do ano no ajuste de conta tava o dinheiro que o homem disse que tinha mandado. Aí o cara disse: “Mas o senhor não mandou, quero o meu dinheiro! Eles não receberam lá, o senhor não mandou o dinheiro”. [O patrão] disse: “mas tu não mandou eu mandar dinheiro? Então tá me devendo, tu mandou!” O patrão ficou com o dinheiro, não deu o dinheiro e só porque o homem tinha mandado, ficou com o dinheiro do cara. E o cara morreu... Diz o homem que o cara de repente sumiu. O cara morreu, desapareceu. Antes dele receber o saldo, dele pra ir embora pro Ceará de novo, o homem desapareceu. Morreu, foi caçar e não apareceu mais. Aí eu falei pra ele: “Rapaz, o senhor não tinha uma ideia mais ou menos de quem tenham matado?” Ele: “Rapaz, eu vou dizer pro senhor que na época a gente pensou isso, né? Que o patrão trabalhava com uns cabocos, aí os capangas dele eram os cabocos. Esses cabocos só viviam pela mata, ne?”. Aí disse assim: “Quem sabe que não foram eles que mataram, né? Mas ninguém podia dizer nada na época, ninguém podia dizer nada!” É que nem esse pessoal que tem por aí¹³, o cara dizer alguma coisa eles mandam o outro pistolar o cara, né? No tempo do carrancismo aqui era cruel, aqui tinha o nome de rio Do Sangue, né? Ele era batizado pelo rio Do Sangue, pessoal se matava agarrado com outro, era aquele negócio todo. Pessoal matava, patrão mandava matar, patrão mandava açoitar... Era assim aqui nesse rio. Tempo dos coronéis!” (Manoel Soares 2022).

No igarapé Forquilha, ouviu relatos sobre a ação da família seringalista Herculano, a qual gerenciava seringais do Alto Liberdade em período anterior a chegada de Nem Soares, a qual chegou a mandar assassinar e utilizava práticas violentas como açoites contra seringueiros que vendessem borracha “por fora ou se não produzisse bem” (Manoel Soares 2022). Segundo o que ouviu, haveria um *carro de boi* utilizado para transportar os corpos dos seringueiros assassinados no igarapé Forquilha, assim como uma sumaúma onde jogavam os corpos dentro das sapopemas, raízes tabulares. “Diz que tinha os pontos já de botar os cabras naquelas samaúma. Naquelas sacupembas, samaúma medonha, metia lá na sacupemba e lá ficava!” (Francisco Marques 2022). Outras pessoas já haviam me relatado a existência de remansos no rio utilizados para despejar corpos de seringueiros assassinados. São histórias do século passado que por tamanha violência marcam a memória social dos *veteranos*, moradores(as) mais velhos(as), do rio Liberdade.

¹³Seu Nem faz compara a ação dos antigos coronéis à ação da facção comando vermelho no rio Liberdade.

“Tinha o açoitador, tinha um cabra que açoitava chamado *capitão do mato*. Era pra *açoiatar o seringueiro*. Era quando o seringueiro fazia... vendia uma coisa fora, né? Um produto fora. Tinha [patrão] que não gostava ou então se o seringueiro cortava pouco, né? Ele não cortava muito, ele cortava pouco... passava uns dias, dizia que o cara era *preguiçoso*, mandava chamar. Aí dava uma dúzia de bolo no solado dos pés ainda. *Uma dúzia de bolo com a palmatória de maçaranduba!* (Manoel Soares 2022).

A crise na economia extrativa da borracha (1912-1943) e o florescimento do campesinato na floresta

Durante os anos de boom da borracha, sob o patrocínio da empresa inglesa Kew Gardens, sementes das seringueiras foram roubadas e contrabandeadas para a Europa. Ingleses e holandeses passaram a fazer experiências, conseguindo produzir mudas e plantações, seringais de cultivo, nas suas colônias asiáticas, que logo se tornaram mais produtivas que os seringais nativos da Amazônia, fazendo com que ocorresse uma brusca queda do preço no mercado internacional da borracha. O que veio a repercutir no Território Federal do Acre, “principal região produtora” durante o primeiro ciclo da borracha e levou diversas casas aviadoras de Belém e Manaus à falência (Barbosa de Almeida e Wolff 2002:117; Costa 2010:83; Iglesias 2008:95).

“A produtividade nas plantações coloniais asiáticas, controladas por capitais ingleses, holandeses e franceses, estava entre 1 e 2 toneladas anuais por seringueiro e por hectare de plantação, enquanto a média amazônica se limitava a 400 quilos por seringueiro (...) em 400 hectares de floresta natural. Enquanto a Amazônia nunca passou de 42 mil toneladas atingidas em 1912, a Ásia produzia 100 mil toneladas em 1915, passando de um milhão de toneladas nas décadas seguintes” (Barbosa de Almeida e Wolff 2002:117).

Com a queda vertiginosa dos preços entre 1912 e 1932, a produção acreana passou de 12 mil toneladas a três (Barbosa de Almeida e Wolff 2002:117). “O capital havia domesticado a natureza, infelizmente não na Amazônia, mas na Ásia” (Barbosa de Almeida 2004:38). Os primeiros anos de crise também são anos de revoltas no Alto Juruá, pois os seringueiros não se conformavam com o fato de a borracha ter perdido seu poder de troca. Como resposta a este processo, ocorreram dois movimentos. Um de migrações para as cidades e outro para regiões com alta concentração de seringueiras, fazendo com que a extração ainda compensasse. Outros seringueiros migraram do interior das florestas para as margens do rio para se dedicar à agricultura (Barbosa de Almeida e Wolff 2002:118).

Os *patrões* não possuíam mais poder capital para abastecer os seringais com mercadorias, passaram a suspender o monopólio sobre o comércio (Barbosa de Almeida 2004:38) e a se dedicar a diferentes atividades, como o comércio de peles, couros de animais e madeiras de lei, engenhos de produção de açúcar, rapadura, aguardente, outros passaram a criar gado e teve até mesmo aqueles que passaram a produzir farinha (Barbosa de Almeida e Wolff 2002:120). Há relatos de que o coronel Francisco Freire de Carvalho, *patrão seringalista* nas primeiras décadas de 1900 no Riozinho da Liberdade, não somente liberou o plantio como passou a fazê-lo no entorno do seu *barracão* na foz do rio Liberdade, assim como criar gado (Iglesias 2008:45)

Para obter a alimentação de suas famílias, os seringueiros passaram a explorar a floresta para realizar plantios, caçar e pescar, reduzindo drasticamente o número de mercadorias necessárias para a reprodução social do grupo doméstico, o que fez dos seringais “unidades econômicas quase autossuficientes sob o ponto de vista alimentar” (Barbosa de Almeida 2004:38). Deste modo, conseguiam substituir boa parte das mercadorias que compravam dos *patrões* pela sua produção agrícola e extrativista. Mesmo nos anos de crise, não deixaram de ser seringueiros e “toda a produção de borracha que conseguiam, era lucro” (Barbosa de Almeida e Wolf 2002:118). Foi desta forma que resistiram à crise econômica e desenvolveram um novo modo de vida de camponeses da floresta, o qual caracteriza os seringais ainda nos dias de hoje (Barbosa de Almeida e Wolf 2002:119). Com uma nova economia regional emergindo, a agricultura floresceu, os seringueiros ampliaram seus conhecimentos sobre a floresta, rios, lagos e igarapés, onde cada nicho tem seu uso (Barbosa de Almeida 2004:38).

Nos seringais, as *colocações* eram as suas unidades produtivas e podiam estar localizadas nos *centros*, no interior da floresta, ou nas *margens* do rio. Vários(as) antropólogos(as) (Almeida 1992, 2012; Pantoja 2001; Martini 2005, 2019; Costa 2010; Rezende 2016, 2017) pontuaram que numa *colocação* moravam em média três grupos domésticos ligados por parentesco do tipo consanguíneo, por afinidade e/ou compadrio (simbólico). Nas *colocações*, exploravam os recursos naturais e cada seringueiro explorava ainda pelo menos uma *parelha*, duas estradas seringa (Barbosa de Almeida 2004:37). Numa *colocação* existia um conjunto de estradas de seringas, mas não só, ela era autônoma do ponto de vista agrícola, onde eram produzidas mandioca, farinha, tabaco, milho, cana, açúcar etc., além de fornecer carne de caça e materiais de construção. Ela deveria possuir igarapés e rios, para a pesca, praias e barrancos para o plantio de melancias, jerimum, feijão e milho, terra firme para roçados de mandioca e mata virgem com seringueiras, outras espécies vegetais de

importância e fauna. Campos, margens de igarapés, orla da mata e os terreiros ao redor da casa também são unidades de manejo. Os seringueiros também criam pequenos animais como galinhas, patos e porcos. “Igarapé, o terreiro, o campo, os roçados, as capoeiras e a mata se interligam em cadeias de delicado equilíbrio” (Barbosa de Almeida 2012:131-132).

Segundo ciclo da borracha (1943-1945) e os soldados da borracha

A situação social dos seringais da Amazônia se altera por completo com a segunda guerra mundial (1939 – 1945). Os japoneses invadem as colônias asiáticas da Holanda, Reino Unido e França, onde eram realizados o plantio e produção de borracha que vinha abastecendo o mercado mundial. A borracha era então essencial a indústria bélica, sendo usada na produção de pneus e armamentos. Neste cenário, o Brasil estabelece alianças com os Aliados, países como França, Polônia e Reino Unido e diversos outros que se uniram para combater a Alemanha, Itália e Japão. Os Estados Unidos era o país que fornecia equipamentos bélicos aos aliados e logo estabelece convênios com o Brasil, para que nosso país exportasse sua produção de borracha. Esses convênios financiaram a migração dos *soldados da borracha* (Barbosa de Almeida e Wolff 2002: 122; Costa 2010:87), sobretudo nordestinos, que foram recrutados através de intensiva propaganda e promessas de “vantagens pecuniárias, contrato de dois anos, isenção do serviço militar obrigatório e pagamento de pensão à família em caso de morte ou invalidez” (Barbosa de Almeida e Wolff 2002: 122). Apesar do governo se comprometer a dar assistências às famílias daqueles que migraram para a Amazônia, ela “ocorreu somente durante os meses iniciais da Batalha da Borracha, sendo logo abandonava” (Costa 2010:88).

As denúncias de Euclides da Cunha sobre a “escravidão por dívidas” chegaram ao governo dos Estados Unidos, que pressionou Getúlio Vargas a estabelecer um “contrato padrão”, no qual havia direitos e deveres na relação entre seringueiros e *patrões* seringalistas (Barbosa de Almeida e Wolff 2002:124; Costa 2010:88-89). Na prática, o novo contrato cerceou o modo de vida dos seringueiros, pois assegurava apenas um dia aos trabalhos agrícolas, ficando os outros seis dias da semana destinados a produção de borracha, aumentando desta forma a dependências das famílias as mercadorias fornecidas pelos *patrões*. A borracha produzida era monopólio do governo brasileiro, que passou a aviar os *patrões*. Tornou-se crime negociar com regatões (Barbosa de Almeida e Wolff 2002:124-215) e além disto, enquanto os seringueiros possuísssem dívidas eram impedidos de deixar o seringal, o que na prática fez com que a “escravidão por dívidas” fosse recriada “na Amazônia brasileira pelo próprio Estado, com apoio norte-americano” (Barbosa de Almeida 2004:39). No entanto, a “batalha da borracha”,

como ficou conhecido esta empreitada (Costa 2010:87) de acordo com Barbosa de Almeida (2004:39) se constitui como um fiasco.

“O trabalho coagido reintroduzido na Amazônia, apoiado no acordo entre Brasil e Estados Unidos, não conseguiu fazer com que os seringueiros produzissem acima no nível que fora atingido no início do século. Apesar das intenções do acordo e das condições expressas nas cadernetas, os trabalhadores recaíam nos baixos níveis de produção dos seringueiros do entre guerras. No período da Primeira Guerra Mundial, os seringueiros haviam se convertido em camponeses; os recém chegados da Segunda Guerra Mundial encontraram em plena operação essa economia florestal-camponesa, e se incorporaram a ela. Nesse cenário, como já mencionado, um seringueiro com família trabalhava no “setor exportador”, isto é, nas estradas de seringa, em jornadas médias de quatro dias por semana. Formalmente, ele trabalhava como um trabalhador autônomo em estradas de seringa pelas quais pagava renda em produto-borracha; no restante da semana, trabalhava como caçador ou em seus roçados. Esse regime durava cerca de nove meses; nos demais meses do ano, a família dedicava-se a cultivar os roçados, ou a outras atividades.” (Barbosa de Almeida 2004:39).

O pós guerra (1945-1986): “a ponta do carrancismo”

O fim da segunda guerra mundial trouxe diferentes implicações aos modos de vida dos seringueiros. Primeiro, seu fim faz com que a borracha amazônica perdesse o interesse no mercado internacional, fazendo com que os seringueiros retomassem as suas atividades agrícolas, de caça e pesca como no período de crise anterior (Barbosa de Almeida 1992). Segundo e apesar disto, a atividade de extração da borracha continuou existindo devido aos incentivos do governo brasileiro a produção, o que perdurou entre 1946 e 1986 (Barbosa de Almeida 2004; Costa 2010). Em 1946, o governo brasileiro decretou que três por cento do seu orçamento deveriam ser destinados a Amazônia, sendo assim o monopólio do governo sobre o comércio da borracha prorrogado em 1947. Em 1950, “o controle governamental sobre o mercado e os preços da borracha foi estendido indefinidamente”, ficando “a cargo do Banco de Crédito da Amazônia” (Barbosa de Almeida e Wolff 2002:124-215).

No entanto, a demanda da indústria de pneumáticos aumentava e em 1974, o governo brasileiro lançou o Programa de Incentivo à Produção da Borracha Vegetal (PROBOR), com o objetivo de incentivar seringais de cultivo na Amazônia, o qual concedia créditos aos *patrões* seringalistas para plantio de seringueiras, subsidiava a reabertura de seringais, os custos com as safras e venda da borracha. O que foi gerenciado pela Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA), órgão do Ministério da Indústria e Comércio responsável por

"gerir os estoques de borracha e cobrar uma taxa para proteger a produção nacional" (Costa 2010:55). As políticas implementadas pelo governo, no entanto, ficaram concentradas nos *patrões* e estimularam novamente o sistema de aviamento. De modo que, mesmo sem possuírem títulos válidos das propriedades dos seringais, os seringalistas conseguiam empréstimos nos bancos de Cruzeiro do Sul apresentando a proporção de seringueiros dos "seus" seringais, sendo que cada qual equivalia a 400kg de borracha. Ou seja, já que não possuíam títulos válidos, apresentavam a produção dos seringueiros eram utilizadas como caução, garantia para se obter empréstimos com o Banco do Brasil entre 1970 e 1980 (Iglesias 1998:38; Barbosa de Almeida e Wolff 2002:124-216; Barbosa de Almeida 2004:47; Costa 2010:155). O governo, desta forma, acabou por estimular novamente o sistema de aviamento. O final da década de 1970 e começo da década de 1980, foi marcada pela fartura de mercadorias nos *barracões* dos seringais financiadas pelos bancos. Assim, ofereciam as mais variadas mercadorias aos seringueiros, como "relógios, motores a gasolina (...) e outros móveis de valor" (Barbosa de Almeida e Wolff 2002:216). Alguns seringueiros no rio Liberdade relataram que *patrões* utilizavam o financiamento dos bancos para desenvolver outras atividades, como a criação de gado. Segundo dizem, havia mais de 5.000 mil cabeças de gado no seringal Bom Futuro II, hoje comunidade Vai e Vem.

No entanto, o programa de subsídios governamentais e créditos concedidos à produção de borracha amazônica foi um "fiasco". A intenção era que produção de borracha aumentasse em 300%, mas o resultado foi de apenas 50% a mais em 1981 e 100% a mais em 1985 (Barbosa de Almeida e Wolff 2002:216). Na prática, as políticas governamentais de incentivos à produção de borracha reforçaram as práticas coercitivas perpetradas pelos *patrões*. As entrevistas com Manoel Soares trouxeram elementos importantes para compreendermos a relação dos seringueiros com os *patrões* em período anterior e posterior a sua chegada nos rios do Alto Juruá em 1948. Afirmou que ao chegar no rio Gregório e posteriormente se mudar para o Liberdade, "não era no tempo do carrancismo forte, mas era uma ponta" (Manoel Soares 2022). Os seringueiros não podiam vender sua produção para *marreteiros* ou *regatões*, visto que "o patrão se revoltava contra o seringueiro" (Manoel Soares 2022) e poderiam expulsar os seringueiros de suas *colocações* sem direito de indenização pelas benfeitorias feitas. Nesse caso, relatou que a dívida poderia passar de um *patrão* ao outro, caso o seringueiro apresentasse boa produção, como relatado a seguir.

"Eu conheci muita gente do *patrão* dizer: "Pode ir embora da *colocação*". Já mandava outro [seringueiro] pra lá. O cara pegava a família, botava na frente e já ia pra outro patrão. Chegava lá, falava com

o patrão pra trabalhar lá, mas só que o cara saía de um patrão e chegava no outro, o outro colocava ele pra trabalhar. Às vezes se a conta dele não fosse muito grande e pelo primeiro mês de seringa, ele visse que a produção dele era boa, ele pagava o que ele ficou devendo no outro” (Manoel Soares 2022).

“Outra coisa, você não plantava nada!” (Manoel Soares 2022), o que era muito semelhante a prática de *patrões* do começo do século XX. Os *patrões* não autorizavam cultivos agrícolas, mantendo deste modo o foco da produção na extração do látex. Os seringueiros realizavam apenas pequenos plantios apenas para o consumo familiar, a contragosto do *patrão*.

“Quando eu cheguei do Ceará você não tinha direito a plantar nada, era só pra cortar seringa. Agora, farinha, tudo vinha do barracão pra você comprar, né? O nosso negócio era só pra cortar seringa... até a farinha tinha que ser comprada! Terra pra plantar não pode, aí a gente ia e plantava assim no terreiro uma macaxeirazinha, né? Pra ir comendo e tudo mais, mas eles não queriam que era pra não se empatar. Não plantava um pé de cana nem nada não, plantava cana só pra você em casa chupar, mas nem pra fazer algum doce não, não tinha não” (Manoel Soares 2022).

O fim da atividade extrativa da borracha como principal fonte de renda nos seringais da RESEX Riozinho da Liberdade

“Ao essa produção acabar
Coitado do seringueiro
Ficou desorientado
Feito um doido aventureiro
Pensando o que ia fazer
Pra ganhar o seu dinheiro”

Trecho do poema “História do Liberdade” de Erivaldo da Costa
Conceição

A atividade extrativa da borracha como principal fonte de renda nos seringais do Riozinho da Liberdade se encerra na década de 1990, de acordo com relatos de moradores(as) e relatórios do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) (Brasil 1998). Algumas famílias residentes na cidade de Cruzeiro do Sul e oriundas de igarapés e do Alto Liberdade, relataram que migraram para o centro urbano em meados de 1998, visto que já não havia comercialização de borracha como anteriormente e com isto passaram a ter dificuldades financeiras. Aqueles que cortaram seringa em décadas passadas e

suas famílias possuem diferentes visões sobre o porquê a atividade teria se encerrado. Há aqueles que acreditam que o fim ocorreu devido à baixa qualidade da borracha produzida pelos seringueiros, que acrescentavam *impurezas* como partes de vegetais e barros para dar peso as *pélas* de borracha. “Olho de palheira, outros era cipó ambé (...) botavam barro (...) quando chegava lá que ia rolar a borracha aparecia muito pouca, o resto tudo era impureza. E aí com isso a borracha foi perdendo o valor (...) até que acabou, acabou completamente” (Da Silva *et al.* 2021:146). Outros, acreditam ainda que as sementes da seringueira foram roubadas, enviadas ao exterior do Brasil, onde passou-se a plantar seringueiras e produzir. Há também aqueles que concordam com as duas opiniões. Encontrei poucas pessoas que tinham conhecimento do histórico político e econômico do Brasil que impactou a produção.

O PROBOR anteriormente mencionado, veio a ser cancelado em 1986 (Costa 2010:173). Desde a década de 1980 o valor do quilo da borracha estava decaindo, enquanto em 1982 o quilo custava de US\$ 1,80 a US\$ 1,40, já em 1990 não era superior a US\$ 0,40 (Iglesias 1998:38; Barbosa de Almeida 2002:127). A Superintendência da Borracha (Sudhevea) é extinta em 1989 e ocorre o fim da taxa governamental destinada a apoiar a produção dos seringais em 1991 (Iglesias 1998:38; Costa 2010:55). Na década de 1990, o governo atendendo a pressão do setor de indústrias de pneumáticos brasileira, libera a importação de borracha da Ásia, o que resulta na quebra brusca do preço da borracha, no fechamento das usinas de beneficiamento nas sedes municipais e na inexistência de um mercado comprador para a produção oriunda dos seringais (Iglesias, 1998: 38). Segundo Costa (2010:56), são estes fatores que fizeram com que a borracha produzida nos seringais da Amazônia se tornasse menos lucrativa. De modo que, se dá “o fim da política federal protecionista da borracha” (Costa 2010:55). Os interesses políticos e econômicos do governo para a Amazônia era outros, como será discutido na sessão a seguir.

No rio Liberdade, a atividade extrativa já estava decaindo desde 1980 e no começo 1990 ocorre a saída do último *patrão*, Jesus Mappes, o qual mantinha seu entreposto comercial, *barracão*, na balsa hoje conhecida como ponte da BR 364 e Vila Liberdade. Após a saída dos *patrões*, *marreteiros* continuaram a comprar a borracha produzida, assim como carne de caça e produtos agrícolas, como farinha, milho, arroz, feijão e tabaco. Aquino (2001:86) afirma que a crise econômica pela qual passava os seringais, incentiva a retirada de madeira, caçadas e pescas predatórias no Alto Juruá. No rio Liberdade, neste contexto de mudanças na atividade produtiva destinada a geração de renda e de vulnerabilidade social e econômica, *marreteiros* oriundos do rio Liberdade e da cidade de Cruzeiro do Sul passaram a realizar a compra de carne de caça para comercializar na área urbana. Estes comerciantes incentivavam tal atividade através do

aviamento de mercadorias e munição aos seringueiros (Iglesias e Aquino 1999:80). Este é um período em que muitos seringueiros se dedicaram a esta atividade e ouvi diversos relatos sobre famílias que passaram a obter sua renda principalmente dela. A seguir, relatos de seringueiros que apontam a transição da atividade extrativa da seringa para a agricultura e caça como fonte de renda.

“No meu tempo assim... Que a gente cortava e tudo, que os meninos cortaram, meus irmãos, foi um tempo assim já pro final [da atividade extrativa da borracha]. Já estavam pegando até produto se tivesse, farinha, tabaco. Meu pai plantava, nós, né? Plantava tabaco, muito mesmo! E aí vendia tabaco, vendia galinha e carne de caça também. Quando a borracha estava nesse período, lá no final, estava acabando... Aí teve muita gente que se dedicou mesmo a caçar pra matar pra vender. E era um absurdo, toneladas e toneladas! Meu pai mesmo fez muito isso. Eles iam pros centros, onde eram as estradas que o pessoal cortava. Os centros que ficaram desativados da seringa, eles usavam pra fazer as caçadas, ficava mais fácil de encontrar a caça” (Seringueiro 2, 2022).

“Existia algumas famílias... Quando eles saíram da borracha, eles ficaram sem norte: “Que que eu vou fazer da vida?”. Aí, até que eles começassem a se estabilizar plantando alguma coisa, eles caçaram, eles fizeram o que deu de fazer, tá? Foi um período de vulnerabilidade, essa mudança de uma fonte de renda pra outra. Então eles venderam carne, eles venderam tudo que eles podiam fazer” (Seringueiro 3, 2022).

De acordo com relatório de atividades CNS referente ao ano de 1999, o qual vem assinado por Francisco Barbosa de Melo (Brasil 1998), a produção anual anterior de borracha era de 41.490kg. No relatório constam ainda dados sobre a produção anual agrícola e extrativista, o que possivelmente indica a mudança progressiva da principal atividade destinada a geração de renda. O relatório indica que, enquanto eram comercializados anteriormente 41.490kg de borracha por ano, a farinha de mandioca começava a despontar como fonte de renda com uma produção anual destinada a venda de 55.680kg (Tabela 1). Esta transição que ocorreu entre as décadas de 1990 e 2000 na economia regional, também afetou a RESEX Alto Juruá, onde os grupos domésticos passaram a se dedicar a produção agrícola e criação de animais, em especial, o gado. Em 2009, de acordo com dados oficiais de Marechal Thaumaturgo, município que engloba quase 100% do território da RESEX, a produção de borracha do município havia desaparecido enquanto que a de gado havia quase triplicado entre 2005 e 2013. Neste mesmo período, a produção de mandioca quase quadruplicou (Rezende 2016:39).

PRODUÇÃO ANUAL DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E EXTRATIVISTAS NO RIO LIBERDADE NA DÉCADA DE 1990			
PRODUTO AGRÍCOLA	SUBSISTÊNCIA	VENDA	PRODUÇÃO ANUAL
Farinha	87.720kg	55.680kg	143.400kg
Milho	26.252kg	6.292kg	32.544kg
Arroz	14.402kg	16.514kg	30.916kg
Feijão	2.895kg	2.625kg	5.510kg
Tabaco	1.339kg	1.209kg	2.548kg
Produtos extrativistas não especificados	132.608kg	82.310kg	256.408kg

Tabela 1 – Produtos agrícolas produzidos no Liberdade anualmente e quantidade em quilos destinada a subsistência e comercialização, assim como valores em quilos da produção extrativistas não especificada por produtos. Esta tabela foi produzida a partir de relatório de atividades desenvolvida pelo CNS no rio Liberdade no final da década de 1990, o qual consta no processo administrativo de criação da RESEX Riozinho da Liberdade (Brasil 1998).

Hoje em dia, a região de Cruzeiro do Sul é conhecida no Estado do Acre por sua produção de farinha de mandioca (Souza *et al.* 2017:13), a qual é reconhecida e apreciada como uma “farinha especial” e vem se destacando nos municípios de Manaus e Porto Velho (Velthem 2017:55), em escala regional e nacional (Silveira 2009:166). Sua valorização econômica está ligada ao fim do extrativismo da borracha (Álvares e Souza 2017; Carvalho 2013, 2016; Emperaire *et al.* 2012; Velthem e Katz 2012) e este produto e aspectos relacionados passaram a ser objetos de estudos, investimentos de instituições e em 2017, foi concedido o selo de Indicação Geográfica (IG), dada sua importância social, cultural e econômica. Segundo dados do censo agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município produz anualmente mais de 39 mil toneladas de mandioca.

O avanço da fronteira na Amazônia Acreana

Desde o golpe de 1964, a região amazônica vinha sofrendo mudanças decorrentes da ação do Estado Brasileiro, o qual promoveu fortemente sua colonização visando sua integração na economia nacional, investiu na construção de projetos de infraestruturas como estradas, hidrelétricas, aeroportos e sistemas de telecomunicação, assim como incentivou atividades privadas com fins de desenvolver a mineração, exploração madeireira e agropecuária. Estas ações desencadearam uma densa migração recebida pelo território (Carvalho 2013: 57). A construção da BR 364 na década de 1970, ligando a capital do Acre, Rio Branco, ao sul do país e as políticas adotadas para atrair investidores do sul e do sudeste promoveram a mudança do uso e ocupação das terras, com grandes fazendeiros se estabelecendo no Vale do Acre (Carvalho 2013: 57-58). Até a década de 1970, a maioria dos seringais no Acre não possuíam títulos de terra legalizados e durante a ditadura militar, num esforço conjunto entre *patrões seringalistas*, Estado e cartórios, buscaram resolver a situação através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O que possibilitou a venda de grandes extensões de florestas – os seringais –, resultando numa apropriação de um terço das propriedades do Acre por investidores externos (Carvalho 2013:59; Barbosa de Almeida 2004:44).

As políticas estatais protegeram a borracha amazônica durante muitos anos, mas a partir de 1985 visavam abrir mercados e suprimir subsídios (Barbosa de Almeida 2004:44). O Banco da Amazônia (BASA), que financiava a empresa seringalista veio a ter um déficit enorme por conta da falência da economia extrativista da borracha (Simonian 2018:124). No Acre, já no começo da década de 1970 e após sucessivas safras de borracha desvalorizada, o BASA passou a pressionar os seringalistas e intermediou a venda dos seringais – com os seringueiros residindo neles – para empresas agropecuárias. Este fato, veio a dar início a conflitos pelas florestas e recursos naturais que viriam a ser equacionados somente em 1990 (Allegretti 2008:44). Neste período, até o governador do Estado fez propagandas do potencial das terras aos empresários sulistas (Simonian 2018:124). A Amazônia parecia seguir o caminho da modernização capitalista, tendo o Estado Brasileiro uma agenda desenvolvimentista orientada a ocupar os espaços “vazios”, o que na prática eram terras ocupadas por indígenas e povos tradicionais (Barbosa de Almeida 2004:35). Durante este período, a Amazônia foi palco de um plano de ocupação com objetivo de resolver o problema agrário do Nordeste e do Sudeste, assim como incorporar seus recursos à economia capitalista nacional e internacional, plano este conduzido pela ditadura militar (Barbosa de Almeida 2004:40).

Foram as mudanças nas pautas nacionais do Congresso Nacional que possibilitaram a entrada de empresas agropecuárias no Acre. A ditadura militar no Brasil, que durou de 1964 a 1985, estabeleceu na Amazônia uma “fronteira interior”: a Amazônia Legal. Passando a atender demandas do empresariado e promovendo deste modo a colonização voltada para pecuária, soja e outras matérias primas destinadas a serem exportadas, fez com que neste processo, camponeses e extrativistas fossem deslocados compulsoriamente para as cidades (Pacheco de Oliveira 2021:79). Assim, a fronteira se constituiu como um lugar de aumento das desigualdades sociais, não beneficiando os povos e comunidades tradicionais que nela residiam (Pacheco de Oliveira 2021:80). Segundo Pacheco de Oliveira (2021:78), a dinâmica da formação nacional provém da inter-relação dos seguintes fatos: abundância de recursos naturais potencialmente valiosos para o mercado internacional e que podem ser explorados através de parcerias com agentes econômicos nacionais. Deste modo, a fronteira teria dimensões destrutivas e brutais, visto ser um:

“Lugar de rápida acumulação de riquezas e de chances de mobilidade social para alguns, enquanto por outro lado implica na negação de direitos, expropriação territorial e formas de trabalho compulsório para as comunidades nativas, supostas como fadadas a desaparecer.” (Pacheco de Oliveira 2021:78).

No Vale do Acre, com a saída dos *patrões* dos seringais, os seringueiros ficaram vivendo sem a obrigação do pagamento da *renda* e passaram a se autodenominar de “seringueiros autônomos”, vivendo como camponeses cultivando roçados, praticando o extrativismo, comercializando borracha e castanha no mercado local. É importante recordar que, anteriormente, os seringueiros estavam subordinados aos *patrões*. Deveriam pagar uma *renda* anual pelas *estradas de seringa* e toda sua produção deveria ser destinada aos *barracões*, onde eram vendidas mercadorias como sal, açúcar, querosene, munição entre outras. A borracha funcionava como uma espécie de moeda de troca pelas mercadorias, mas na prática, as mercadorias tinham preço muito elevado e faziam com que os seringueiros quase sempre estivessem em dívida (Pantoja 1997:105; Barbosa de Almeida 2004:37; Allegretti 2008:43-44). Assim, os seringueiros que viviam há gerações nos seringais e eram posseiros legítimos, não foram considerados no momento de comercialização das terras (Allegretti 2008:45).

Em contrapartida no Vale do Juruá, os “seringueiros cativos” ainda estavam sob o domínio da exploração da borracha nos moldes tradicionais (Allegretti 2008:45). A investida capitalista que trouxe estradas e incentivos fiscais para a Amazônia não chega ao rio Juruá, chegando até esta região apenas a especulação fundiária (Barbosa de Almeida 2004:40).

Durante o regime militar, o município de Cruzeiro do Sul por exemplo, não sofreu impactos de obras de infraestrutura nem de projetos de colonização, possuía então uma forte conexão econômica com Manaus e Belém via rio Juruá e não com a capital Rio Branco, onde o processo de mudança de uso e ocupação das terras atrelada à pecuária ocorreu (Carvalho 2013:56, 2016: 181). Na década de 1970, o único projeto de colonização criado em Cruzeiro do Sul foi o Santa Luzia, que veio a ser habitado por seringueiros que migraram para a Amazônia nos dois ciclos da borracha (Carvalho 2013).

Deste modo, há distinções entre os processos que ocorreram no Vale do Juruá e no Vale do Acre. Os fazendeiros de outros estados que se estabeleceram no Vale do Acre, não chegaram até o Vale do Juruá, onde os proprietários dos seringais utilizaram os recursos governamentais de incentivos à modernização da extração de seringa em atividades comerciais, serrarias e pecuária. Outros venderam os seringais para empresas do Sul, as quais os mantiveram ativos por meio do arrendamento aos *patrões* locais. Exemplo disso, é a compra dos seringais da bacia do rio Tejo pela empresa paulista Consulmar Empreendimentos na década de 1980, arrendados para *patrões* locais – o que será explorado no próximo capítulo. São esses seringais que posteriormente vêm a se tornar a primeira reserva extrativista do Brasil, a RESEX do Alto Juruá (Pantoja 1997:103-104).

Até a década de 1980, os camponeses da floresta amazônica, aqueles que se autodenominam seringueiros, caçadores, pescadores, barranqueiros-agricultores entre outras categorias sociais, eram praticamente desconhecidos tanto pelo governo quanto pela academia que vinha discutindo intensivamente a “fronteira Amazônica” (Barbosa de Almeida 2004:35). O modelo de desenvolvimento para a Amazônia formulado pelo governo militar levou a ocupação de terras por imigrantes e altos índices de concentração fundiária (Allegretti 2008:41). Na Amazônia acreana, as comunidades nativas a que se refere Pacheco (2021), eram os indígenas, ribeirinhos, seringueiros e castanheiros que residiam nas florestas e seringais, os quais podem ser considerados como povos tradicionais, dado que apresentam “condições de existência consideradas contrastivas a “modernidade” e à margem das representações de “desenvolvimento” e “progresso” dos poderes econômicos e políticos hegemônicos” (O’Dwyer 2020:153). Assim, neste contexto de novas políticas desenvolvimentistas sendo implementadas pelo governo militar e a crescente pressão de interesses econômicos, se deflagrou o início do conflito socioambiental no Acre e a mobilização política dos seringueiros, os quais passaram a usar esta categoria social atrelada a sua profissão e a de *povos da floresta* juntamente com os

indígenas para assinalar formas de pertencimento, garantir o “reconhecimento e a reprodução dos seus modos de fazer, criar e viver” (O’Dwyer 2020:153) e referir-se:

“À modos de apropriação, organização e uso do espaço que produz territórios de ocupação tradicional, em contraposição a concepções de terra como mercadoria, elemento natural à disposição da exploração econômica, e de território como constituído pelo exercício do controle político institucional e do poder” (O’Dwyer 2020:153).

Diante destas circunstâncias, emergem os conflitos sociais na Amazônia Acreana, com posseiros e grandes empresas entrando em confronto. Grandes empresas, que se apossaram dessas terras comprando-as “sem respeitar direitos adquiridos dos que ali viviam” ou ainda, por meios ilícitos (Allegretti 2008:41). Os seringueiros enquanto povos tradicionais, possuíam então um histórico “de baixo impacto ambiental”, desejavam exercer o controle sobre os seus territórios e estavam “dispostos a uma negociação: em troca do controle sobre o território”, comprometendo-se “a prestar serviços ambientais” (Carneiro da Cunha e Barbosa de Almeida, 2001).

Assim, foi durante décadas de 1970 e 1980, com a economia extrativa da borracha em crise e venda dos seringais para grupos econômicos e empresários do Sul do Brasil, que os seringueiros se viram ameaçados por esses grupos que tinham como atividades econômicas a pecuária, a exploração madeireira ou de fins especulativos (Pantoja 1997:103). As políticas econômicas para a Amazônia estavam mudando e foi neste contexto que vem a surgir os conflitos entre os fazendeiros, pretensos proprietários, e seringueiros posseiros. Nasce o movimento social dos seringueiros como forma de resistência, o qual *lutou* e propôs o modelo de RESEX’s como “política governamental para a questão da terra na Amazônia” (Pantoja 1997:103; Allegretti 2008:45; Simonian 2018:119-120), como será explorado no capítulo seguinte. Entendo que aqui se inicia uma luta por reparação histórica das várias violências que os seringueiros sofreram, tanto dos *patrões* quanto infligidas e incentivadas pelo próprio Estado, em quase um século de atividade da empresa seringalista.

CAPÍTULO II - O MOVIMENTO SOCIAL DOS SERINGUEIROS E A CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS (RESEX's) DO ALTO JURUÁ E RIOZINHO DA LIBERDADE - ALTO JURUÁ, ACRE

Introdução

O conceito de reservas extrativistas (RESEX), apesar de sua originalidade, causa estranheza ainda nos dias de hoje e esse programa sofreu diversas críticas. Conservacionistas eram céticos de que povos e comunidades tradicionais pudessem preservar florestas, a biodiversidade e que tivessem capacidade para governar seus territórios. Agrônomos, viam as RESEX's como um bloqueio à intensificação agrícola. Além disso, ainda hoje existem pressões para a redução dos seus territórios ou então para transformá-las em Áreas de Preservação Ambiental (APA), de modo a permitir atividades relacionadas ao agronegócio (Barbosa de Almeida *et al.* 2018:26-27).

No entanto, as vítimas deixaram de ser vistas como passivas. Seringueiros e outros camponeses da floresta saíram da invisibilidade e conquistaram o direito às florestas (Barbosa de Almeida 2004:36). Segundo Allegretti (2008:41), as ações do movimento social dos seringueiros se organizaram em contraposição aos novos donos da terra e a política governamental que incentivava a agropecuária, defendendo seus interesses voltados para a produção extrativista, o modo de vida tradicional e lutando contra os desmatamentos que significavam a destruição de sua base econômica. Buscavam assegurar direitos sociais, usavam a mídia e protestos como estratégias para mobilizar a opinião pública, de modo a pressionar órgãos e políticas estatais. O que buscavam era a mudança nos projetos dominantes, alterando situações de discriminação econômica. Embora fossem sindicalizados, assumiam a identidade da profissão e por mais que estivessem em conflito com fazendeiros e proprietários de terra, estavam disputando os recursos florestais. Por conta disso, não aceitaram a reforma agrária convencional (Allegretti 2008:41), como será visto mais à frente.

Os seringueiros lutaram contra a degradação ambiental e a exploração de seu trabalho, para livrar-se do sistema de *barracões* e implementando as RESEX's. Fazendo alianças políticas a nível local, nacional e internacional com diferentes instituições, buscaram “o reconhecimento de seus direitos enquanto usuários dos recursos da floresta e enquanto produtores extrativistas” (Barbosa de Almeida 2012:141). Eles conquistaram o reconhecimento dos seus “direitos de posse em modalidades apropriadas às características econômicas,

ambientais e culturais” após mais de uma década de lutas e confrontos; formularam um conceito que veio a se tornar política pública de regularização fundiária, de “proteção de territórios e recursos naturais” (Allegratti 2008:40). E ainda hoje, essas comunidades vêm exercendo papel importante na contenção do desmatamento que avança com a expansão da fronteira agrícola e urbano-industrial (Allegratti 2008:40). Povos e comunidades tradicionais,

“Ao buscarem solução para conflitos fundiários, alteraram a correlação tradicional de forças políticas, formularam políticas públicas inovadoras e construíram um projeto de futuro diferenciado daquele que normalmente ocorre no meio rural brasileiro: perda dos meios de produção pela concentração fundiária, migração e marginalização urbana” (Allegratti 2008:40).

Deste modo, a partir do que foi exposto até aqui, neste capítulo irei abordar como se deu o processo que culminou na criação da RESEX do Alto Juruá em 1990 e da RESEX Riozinho da Liberdade em 2005, ambas localizadas no Alto Juruá – Acre. Busco mostrar como estes processos estão conectados por meio da ação de suas lideranças protagonistas, instituições chaves e estratégias acionadas para que a *reforma agrária do seringueiro* fosse concretizada.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) no Vale do Acre e Francisco Alves Mendes Filho (Chico Mendes)

Com a venda dos seringais entre 1970 e 1975, os seringueiros foram expulsos para as periferias das cidades sem qualquer indenização e começou o processo de desmatamento da floresta. Nos municípios do Vale do Acre, a *luta* dos trabalhadores rurais aconteceu inicialmente por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e da mobilização dos seringueiros, sendo fundados os sindicatos de Brasiléia e Xapuri entre 1975 e 1977, para representar os extrativistas frente aos conflitos e expansão latifundiária (Simonian 2018:120). Em Cruzeiro do Sul, município que então abrangia todos os atuais municípios do Vale do Juruá, o STR foi fundado em 1978 ao mesmo tempo em que se difundiram delegacias sindicais em todo o Alto Juruá. Além disso, agora sob a liderança dos delegados sindicais, “os enfrentamentos cada vez mais constantes no interior dos seringais ganharam novo fôlego” (Pantoja 1997:106). O sindicato trouxe os direitos garantidos por lei que se opunham no caso “à lei do patrão”, que vinha usando força policial e ameaçando os seringueiros de serem expulsos de suas *colocações* por conta de dívidas (Pantoja 1997:106) supostamente não pagas.

Em 1975, com a criação dos primeiros STR's, começam as primeiras mudanças. O STR passa a intermediar os conflitos, os seringueiros passam a ser qualificados como posseiros e a requerer o pagamento de indenização pelas suas benfeitorias nas *colocações* (Allegretti 2008:45). Em 1976, sob a liderança do presidente do STR de Brasília, Wilson Pinheiro, passam a organizar os *empates* para impedir o desmatamento (Allegretti 2008:45). O movimento sindical de Xapuri era apoiado pela igreja católica, por partidos de esquerda como Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e organizações não governamentais como o Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA) (Barbosa de Almeida 2004:42). Nos *empates*, os seringueiros e seus familiares se posicionavam entre a floresta que seria derrubada e os peões, jagunços, motosserras e maquinários que a destruiriam. Através do diálogo, tentavam convencer os peões e jagunços a não derrubarem a floresta (Simonian 2018:125). Deste modo, evitaram a derrubada das florestas em que moravam nos municípios de Xapuri e Brasília, pararam motosserras e com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) negociaram e receberam lotes de terra nos seringais comprados pelos fazendeiros. Apesar disso, em 1985 os *empates* já não conseguiam responder às queimadas e violência praticada (Barbosa de Almeida 2004:42) e logo os seringueiros percebem que a indenização não era o suficiente para que vivessem na cidade e que sem a floresta não seria possível viver (Allegretti 2008:45).

O sindicalista e seringueiro Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes, passa então a buscar apoio e aliados externos. Em 1985, ele procura a sua amiga antropóloga Mary Allegretti, a qual “não poupou esforços para promover um evento de impacto que respondesse às expectativas de Chico Mendes” (Barbosa de Almeida 2004:43). O evento sindical onde expuseram as violências e explorações que vinham sofrendo, contou com a participação de líderes de seringais localizados no Amazonas, Acre e Rondônia, deputados, senadores, burocratas, técnicos, professores e estudantes. O sonho dos seringueiros era que a Amazônia voltasse a abastecer o mundo com borracha., mas na ocasião se revelou a completa falta de planos e ignorância em relação aos seringueiros por parte das autoridades e políticos, de modo que “a indiferença do governo (...) subitamente veio à tona, sobretudo para os seringueiros”. Estes acreditavam até então que a borracha era “a riqueza do mundo” (Barbosa de Almeida 2004:43).

Foi durante esse encontro em 1985, o I Encontro Nacional de Seringueiros, onde “discutiram o modelo de reforma agrária, os direitos de posse, a destruição da floresta pelo desmatamento e as políticas que queriam para educação, saúde, cultura, infraestrutura”

(Allegretti 2008:46). Foi exigida então, uma “reforma agrária” apropriada aos modos de vida dos seringueiros, na qual seriam necessários cerca de 400 a 500 hectares de floresta por grupo familiar. Em documento final resultado do encontro, foi cunhado por um grupo de trabalho de Rondônia o termo “reserva extrativista”: terras para trabalhadores extrativistas e que possuía sentido análogo às reservas indígenas (Barbosa de Almeida 2004:43). Posteriormente, se definiu que estas não poderiam ser divididas como na reforma agrária convencional, deveriam ser territórios contínuos de propriedade da União, de usufruto das comunidades tradicionais, com contratos de concessão de uso e planos de manejo de recursos. Foram cinco anos até “que houvesse uma definição institucional apropriada ao conceito de RESEX e para criação das primeiras unidades” (Allegretti 2008:47).

Durante as décadas de 1970 e 1980, os sindicatos e associações viram a reconcentração de terras em áreas de reforma agrária. Eles observaram que quando um seringueiro-possuidor vendia sua área, logo o entorno era degradado pelo desmatamento, plantio e acabava por expulsar outros ocupantes. A partir disso, a solução que encontraram para não cair nessa dinâmica perversa, foi se inspirar nas Reservas Indígenas que são inalienáveis por serem patrimônio nacional (Barbosa de Almeida *et al.* 2018:27). Deste modo, concluíram que a solução era permanecer nas *colocações* e buscar “reconhecimento legal do direito à terra e à forma como viviam na floresta”. Esse passou a ser o desafio que mobilizou os seringueiros sob a liderança de Chico Mendes (Allegretti 2008:46). A proposta das RESEX’s veio a partir da percepção que tinham “da especificidade de sua forma de ocupação da terra e uso dos recursos naturais” e do fato que o Estatuto Legal da Terra não serviria para garantir essa especificidade. O sistema de lotes de terra não era compatível com a atividade extrativa; pois um seringal, suas *colocações* e as estradas de seringa estão organizadas territorialmente de acordo com a disponibilidade e disposição espacial dos recursos naturais (Pantoja 1997:104). Enquanto os projetos de colonização eram de lotes de 50 a 100 hectares, uma *colocação* poderia ter de 300 a 500 hectares para poder permitir o modo de vida extrativista (Allegretti 2008: 46).

O I Encontro Nacional de Seringueiros teve como objetivo organizar os *povos da floresta* de modo que pudessem mudar as políticas governamentais para a Amazônia, que até então só haviam beneficiado patrões seringalistas e empresas latifundiárias. No Encontro, também estavam presentes seringueiros da delegação do Alto Juruá e foi neste momento que ocorreu a fundação do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) (Aquino 2001:90):

“Uma entidade de representação política dos extrativistas amazônicos, com a finalidade de lutar por uma nova política de desenvolvimento

sustentado para a Amazônia, uma reforma agrária que contemplasse a regularização das reservas extrativistas e, ainda, por políticas públicas que garantissem a permanência e a melhoria da qualidade de vida de suas populações na floresta” (Aquino 2001:90).

A criação do CNS potencializou a participação dos extrativistas que viriam a ser os usuários das RESEX's e teve papel importante na sua luta pelo respeito a sua forma específica de territorialidade (Simonian 2018:132-133). Entre 1985 e 1988, ONG's nacionais intermediaram a aliança entre o movimento social dos seringueiros que defendiam a floresta para a sua sobrevivência e ambientalistas internacionais que defendiam o planeta pela sobrevivência da humanidade. Foi uma coincidência de fatores, visto que as florestas tropicais que defendiam têm relevância para proteger o clima do planeta. Dada a sua importância para a gestão dos recursos naturais, foram inseridos num dos desafios mais importantes do final do século (Allegretti 2008:54). Ao buscar visibilidade, os seringueiros apropriaram-se do discurso ambientalista, incorporando-o em suas práticas segundo suas concepções e práticas locais. Atribuíram a esse discurso novos significados e modificaram sua maneira de agir, mas esta mudança se deu de acordo com suas tradições e costumes. Nesse processo, redefiniram sua relação com a sociedade de modo que pudessem ser reconhecidos como *povos da floresta*, os quais possuem direitos agrários e sociais legítimos. (Barbosa de Almeida 2004:34).

Conexões começam a ser feitas entre o movimento seringueiro, ambientalista e organismos internacionais (Simonian 2018:126). Allegretti (2002:462) conta que alguns dias após terminar o I Encontro Nacional dos Seringueiros, o CNS foi convidado a participar de audiências públicas organizadas pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que era presidida pela ex-ministra de Meio Ambiente da Noruega. Esta Comissão autônoma foi criada em 1984, com objetivo de “examinar os problemas críticos sobre meio ambiente e desenvolvimento e propor à comunidade internacional melhores meios e vias para resolvê-los” (Simonian 2018:126). Há, neste período, a associação entre os povos tradicionais e o paradigma da conservação ambiental, sendo que os “seringueiros assumiram a dianteira ao instaurar a ligação entre sua luta política e preocupações ambientais” (Fleury e Almeida 2007:04). Os povos indígenas também articularam suas reivindicações políticas às questões ambientais. O Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e a União das Nações Indígenas (UNI) juntos de outros parceiros tiveram papel extremamente importante de “mobilização e divulgação das violações históricas e atuais cometidas contra seus territórios e modos de vida” (Oliveira 2013:73).

Em 1986, o CNS realizou a primeira reunião na cidade de Cruzeiro do Sul. Apesar de estarem presentes apenas 40 seringueiros e agricultores ribeirinhos, estiveram presentes delegações de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Tarauacá e Feijó. Ficando firmado ainda na ocasião, que no ano seguinte um encontro deveria ser organizado para que contasse com a presença maciça de seringueiros e agricultores que viviam nos seringais sendo oprimidos pelo patronato (Aquino 2001:91).

Em 1987, Chico Mendes participou de uma reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) onde conversou com doadores do Banco, informando que o compromisso assinado pelo Brasil não estava sendo cumprido e que a BR 364 precisaria ser construída com medidas de proteção aos povos indígenas e seringueiros e que, caso contrário, poderia desencadear um alto impacto social e ambiental no Acre e Amazônia. A articulação entre ONGs dos Estados Unidos e Europa, o Senado dos Estados Unidos, os empates e as propostas que tramitavam nos órgãos do governo brasileiro provocou um movimento de pressão juntos aos países doadores do BID, o que desencadeou a suspensão de recursos ao governo brasileiro (Allegretti 2002:741; Simonian 2018:127).

Já em 1988, o CNS torna-se entidade jurídica, Chico Mendes passa a ser seu líder, mas é assassinado em dezembro desse mesmo ano. Chico havia promovido aliança com a União das Nações Indígenas, cujo líder na época era Ailton Krenak e juntos lançaram a “Aliança dos Povos da Floresta” (Barbosa de Almeida 2004:45). Seringueiros e indígenas aproximam-se e efetivaram a aliança dos *povos da floresta*, com o objetivo de se fortalecer e “unificar seus interesses frente ao desmatamento e à implantação de um modelo de desenvolvimento que respeitasse o modo de vida das comunidades tradicionais” (Simonian 2018:126). A “Aliança dos Povos da Floresta” e a frente de ação dos movimentos sociais proporcionou a sedimentação da articulação entre povos tradicionais e conservação ambiental, pressionando o poder público para que implantasse novas leis que reconhecessem os direitos desses povos (Oliveira 2013). O delegado sindical do Riozinho da Liberdade, Lorival Monteiro, e a liderança histórica do Vale do Juruá, Antônio Luiz Batista Macêdo (Txai Macedo), recordaram durante entrevista a importância que a Aliança dos Povos da Floresta teve para sua *luta*:

“A *luta* pela reserva extrativista não foi uma *luta* fácil. Ela precisava ser calçada por uma aliança entre os povos da floresta, que foi essa aliança que nós desenvolvemos na região. Que pra mim é a coisa maior dessa construção é essa aliança, o conjunto das populações indígenas que sempre andaram mais eu fazendo essas coisas... Eu quando subia pra aquela região do Alto Juruá pra fazer uma assembleia, pra discutir esses assuntos de reserva extrativista, de aliança, essas coisas, eu levava

comigo 12 lideranças indígenas da região, 12 principais lideranças e levava 17 delegados sindicais, presidente de sindicato.” (Antônio Macêdo 2022).

“Nós nos juntamos em várias reuniões grandes, com todos os indígenas de cada aldeia. Aí vai debater, discutindo, discutindo e foi o melhor que achou... *Porque o nosso poder, do branco*¹⁴ [não indígena], o poder tava fraco e dos indígenas também era fraco, na hora que a gente se unisse aí crescia por todos os lados, foi isso que aconteceu: a Aliança do Povo da Floresta. Por isso que nós crescemos logo, a gente tinha o apoio de muita gente. Muitas autoridades competentes pra fazer isso. Aí a força cresceu!” (Lorival Monteiro 2022).

O movimento liderado por Chico se aliou ainda ao Partido Verde, com ONG's como o Instituto de Estudos Amazônicos (sob direção de Allegretti) e a Environmental. Nos encontros do CNS, novos sindicatos eram fundados, os já existentes eram fortalecidos, seus problemas eram discutidos assim como se discutia sobre as RESEX's (Barbosa de Almeida 2004:45). A estratégia geral de Chico era fortalecer as organizações sindicais, cooperativas e os *empates*, conquistar a criação das RESEX's e a desapropriação das florestas ocupadas pelos fazendeiros que expulsavam os moradores. Após seu assassinato, devido a atuação do CNS os seringueiros podiam “atuar em um campo mais amplo de discussão”; o CNS era então uma combinação de sindicatos, com aliados ambientalistas e com recursos próprios (Barbosa de Almeida 2004:45). Se forma uma rede interinstitucional “de apoio à formulação de alternativas à resolução dos conflitos sociais, e à elaboração de uma proposta inovadora de acesso e uso dos recursos naturais da Amazônia” formada por atores locais, nacionais e internacionais. “Tratava-se de proposições capazes de influenciar as políticas nacionais e internacionais de meio ambiente e de desenvolvimento” (Simonian 2018:128).

Desde de 1970, no Brasil e principalmente na Amazônia, os movimentos sociais do campo estavam se consolidando e incorporam fatores étnicos, critérios ecológicos, de gênero e de autodefinição coletiva. Em sua estratégia discursiva passaram a designar sujeitos de ação, adotando como designação coletiva suas autodefinições. São sujeitos que passam de uma existência atomizada para uma existência coletiva objetivada em movimentos sociais, que resulta da mobilização em torno de uma política de identidade, das lutas e reivindicações de direitos perante o Estado (Almeida 2004, 2008). Estas emergências étnicas refletem diferentes processos de territorialização, que resultam em territorialidades específicas; processos que podem ser entendidos como territórios de pertencimento construídos politicamente por meio de

¹⁴A categoria “branco” é mobilizada em oposição a indígena e não como categorização do IBGE, visto que reivindicavam então a criação de uma reserva extrativista e não de uma terra indígena.

“mobilizações por livre acesso aos recursos básicos em diferentes regiões e em diferentes tempos históricos” (Almeida 2008:51, 118). Assim, uma nova forma de ocupação e uso comum dos recursos emergiu no seio do declínio da empresa seringalista (Almeida 2008:51). E passados alguns anos da publicação da Constituição de 1988, houve uma tendência dos movimentos sociais de se estabelecerem em redes de organizações, podendo uma associação participar de uma ou mais redes de movimentos (Almeida 2004; 2008), como observado nas estratégias utilizadas pelo movimento social dos seringueiros. Neste sentido, podemos falar de unidades de mobilização, conceito que se refere:

“À aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – através de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias – ou das ações por ele incentivadas ou empreendidas.” (Almeida 2004:10; 2008:32).

Segundo Barbosa de Almeida (2004:46), a questão era poder negociar “com maior poder de pressão”. Os *empates* como estratégia defensiva e local não foram abandonados, mas os seringueiros ampliaram sua ação “para uma estratégia ofensiva e global no sentido de preservar as florestas da especulação e da destruição”. A identidade do movimento foi se modificando e os líderes seringueiros começaram a criar pontes entre lutas locais (como no Tejo) e o movimento a nível nacional (Barbosa de Almeida 2004:46). De modo que podemos dizer que o movimento social dos seringueiros se organizou a partir de planos desconectados e executados em distintas escalas, o que veio a se combinar e ganhar “destaque no cenário político-ambiental” (Barbosa de Almeida 2004:35-36).

O movimento social dos seringueiros no Vale do Juruá, Acre

No Vale do Juruá aproximadamente em 1980, os seringais do rio Tejo no Alto Juruá passam de Maurício Quirino para a empresa paulista Santana Agropastoril, a qual arrendou os seringais para seringalistas locais por períodos trienais. Na época havia ainda o Programa de Incentivo à Produção da Borracha Vegetal (PROBOR), esquema de financiamento público dos seringais. E apesar dessas negociações de compra e venda dos seringais não incidirem sobre títulos válidos, havia a expectativa de regularização futura, visto que o INCRA tinha anunciado que realizaria tal atividade e a iniciou em 1982 (Barbosa de Almeida 2004:40).

Segundo O’Dwyer (1998:87), não somente os seringais do Tejo, como também do Bagé e outros afluentes eram de propriedade da referida empresa paulista. Conforme os

documentos da Comarca de Cruzeiro do Sul consultados pela antropóloga, os seringais da bacia do Tejo foram comprados pela empresa Consulmar Empreendimentos Industriais e Comerciais Ltda em 1976 da firma Acreana S/A Indústria de Produtos Vegetais. A empresa Consulmar veio a ser extinta e seus sócios fundaram posteriormente a Santana Empreendimentos Agropastoril S/A, a qual passa um longo período sem abastecer os seringais com mercadorias e cobrar *renda* (O'Dwyer 1998:87). Durante esse período, comerciantes itinerantes, *marreteiros* e *regatões*, passaram a transitar na área sem restrições, mas *patrões* locais passaram a cobrar renda e a exigir o monopólio das trocas comerciais. No entanto, a *renda* que era cobrada não era repassada à empresa proprietária e os seringueiros passaram a considerar uma cobrança ilegítima. É neste contexto, com afrouxamento da relação de dependência e novos *patrões* que enfrentavam a concorrência dos *marreteiros* que se inicia a mobilização dos seringueiros no Alto Juruá, que fundam então uma delegacia sindical no Tejo e passam a resistir ao domínio de *marreteiros* e *patrões* (O'Dwyer 1998:88).

Os seringueiros, com o apoio da CONTAG, conseguiram fundar sindicatos nos municípios do Acre e delegacias sindicais em inúmeros seringais no interior do Estado (Aquino 2001). O processo de sindicalização no Vale do Juruá foi conduzido inicialmente por João Maia, em 1981 já haviam delegados sindicais. Moradores e mesmo alguns *patrões* os viam com respeito, devido serem representantes de uma instituição apoiada pelas leis e governo federal. No Alto Tejo, João Claudino era o principal delegado sindical, o qual liderou seringueiros contra o poder do *barracão*, instruiu seringueiros a não pagarem a *renda*, começou a construir uma casa para hospedagem e reuniões do sindicato, além de ter sugerido uma coleta para a compra de um *batelão*, o que possibilitaria a venda de borracha *de saldo* na cidade. Suas ações feriam tanto o monopólio de comercialização do patrão quanto a *renda* das estradas de seringa (Barbosa de Almeida 2004:40-41).

Em 1982, Santana Empreendimentos arrenda seus seringais para a firma Correia e Irmãos, a qual controla a área durante 5 anos. Diante da mobilização dos seringueiros, passam a neutralizar sua ação usando o sistema de aviamento, oferecendo recursos como gasolina para logísticas das atividades da organização sindical. Em meio as dívidas elevadas ou então de benefícios oferecidos pelo *patrão*, “lideranças debandaram para o outro lado”. Entre esses casos, há o de Pedro Correia que fora presidente do STR e foi cooptado pelos *patrões*, passando a integrar o Sindicato Patronal de Cruzeiro do Sul (O'Dwyer 1998:88). Durante entrevista com Lorival Monteiro, na época delegado sindical do Liberdade, recordou-se de Ozé que também fora presidente do STR e igualmente “se vendeu”. Desde 1980, o Alto Tejo encontrava-se sem

patrões *fortes*¹⁵. Ainda em 1982, Sebastião Correa ocupou o seringal Restauração e encheu o *barracão* de mercadorias, incentivando os seringueiros a comparem fiado, inclusive o delegado sindical João Claudino. Em 1983, Claudino já estava muito endividado e se viu obrigado a aceitar a oferta do *patrão* de cobrar a *renda* daquele ano. Contudo, Sebastião instruiu os seringueiros a não pagarem e no final daquele ano, já bastante endividado, Claudino aceitou a oferta de Sebastião de ser administrador de outro seringal. Um dos muitos seguidores de Claudino, Francisco Barbosa de Medo, conhecido como Chico Ginu, seringueiro de família de cearenses e mulheres indígenas, foi quem deu continuidade à atividade sindical que aprendeu com Claudino (Barbosa de Almeida 2004:40-41).

Em 1985, o seringal passou para o arrendatário da Santana Empreendimentos, o comerciante local Orleir Cameli (Barbosa de Almeida 2004:40-41). Alguns pontos do contrato de arrendamento entre a Santana Empreendimentos Agropastoril S/A e a firma Marmud Cameli são interessantes de serem observados. A segunda cláusula do contrato proibia a exploração de madeira por parte da firma arrendatária, o que possivelmente poderia estar associado ao fato do grupo paulista ter pretensão de realizar este tipo de exploração. Dado que, um dos objetivos da Santana Empreendimentos era o de realizar a “industrialização e comércio de madeiras” (O’Dwyer 1998:90). No entanto, com o desmantelamento das políticas federais que sustentaram o preço da borracha, Orleir Cameli passou a se interessar pela exploração de mogno – madeira de lei conhecida localmente como *aguano*. Esse mesmo comerciante local, dono de outros negócios como serrarias e empresas de transportes fluviais, já havia devastado matas vizinhas no rio Amônia ocupadas por indígenas Ashaninkas para retirada de madeira (O’Dwyer 1998:165; Barbosa de Almeida 2004:40-41). Apesar das denúncias dos indígenas ter impedido a continuidade da destruição da floresta, não impediu que a caça fosse afetada (O’Dwyer 1998:165).

“Era o cenário clássico da fronteira capitalista em aproximação, com os seus típicos ingredientes de manipulação de títulos de terra, depredação da floresta e expulsão de moradores tradicionais. A estrutura amazônica de capitalismo selvagem tomava o lugar dos velhos seringais decadentes. Esse processo foi visto pelos moradores como a chegada dos *maus patrões* e a depredação das estradas de seringa” (Barbosa de Almeida 2004:40).

Segundo O’Dwyer (1998:48), “os interesses econômicos do Vale do Juruá se redirecionam com a possibilidade de lucros extraordinários através da exploração de madeira e

¹⁵Termo usado na região do Vale do Juruá que segundo Martini (2005:32), refere-se a *patrões* “fortes e fracos, ou seja, com poder e capital puramente local ou não”.

criação de gado de corte, afiançado pelo projeto de asfaltamento da BR-364”. O Seringal Flora no Alto Juruá já havia sido transformado em fazenda de gado por seus proprietários da família Cameli e de acordo com seus interlocutores do CNS, os seringalistas tinham como objetivo desativar os seringais a médio prazo e investir na exploração madeireira e criação de gado (O’Dwyer 1998:48).

Em 1986, durante o primeiro encontro promovido pelo CNS em Cruzeiro do Sul, estavam presentes Chico Ginu, seringueiros do Alto Tejo e delegados sindicais do Vale do Juruá, como Lorival Monteiro. Os participantes do encontro de 1986 estavam então se dedicando “difundir a mensagem do Conselho e da proposta de Reservas Extrativistas”. O delegado sindical Chico Ginu incorporou ao seu discurso a falta de zelo dos *patrões* com as estradas de seringa, que não mais contratavam *mateiros* para fiscalizar as técnicas de corte empregadas e estimulavam o emprego de técnicas predatórias de extração do látex (Pantoja 1997:106-107). Os *patrões* instruíam os seringueiros “a envenenar a faca de seringa com azogue ou leite de açacu”, o que aumentava a produção, mas destruía as seringueiras. Esses *patrões* já não tinham mais interesse nos seringais nativos e sim na exploração de madeira e criação de gado (O’Dwyer 1998:45).

Eles estimulavam os seringueiros a extraírem o máximo de borracha possível, mesmo que isto acarretasse a morte das árvores. Em reuniões do Sindicato, Chico Ginu argumentava que “quem matava assim as seringueiras estava matando a própria mãe, que os havia criado com seu leite” e que era necessário zelar pelas estradas de seringa. Afinal de contas: “De que os filhos e netos viveriam no futuro?” (Barbosa de Almeida 2004:42). Em 1987, os arrendatários dos seringais do Tejo começaram a fazer levantamentos de mogno para extração madeireira. A família Cameli estava mais interessada na extração de madeira do que de seringa, motivo que preocupava Chico Ginu (Barbosa de Almeida 2004:41),

Em 1988, em uma reunião entre representantes do movimento sindical e do CNS com objetivo de planejar as atividades de 1988 (com recursos captados junto à organização não governamental holandesa CEBEMO, o que foi intermediado pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação/CEDI de São Paulo) e implantar as reservas na Amazônia. O CNS juntamente com o apoio de Chico Mendes convidou Antônio Macêdo para integrar seu quadro como coordenador das atividades da Regional do Vale do Juruá (Pantoja 1997:107; Barbosa de Almeida 2004:46; Barbosa de Almeida 2012:123). A seguir, alguns trechos da entrevista que realizei com Macêdo, onde ele conta sobre o começo de seu trabalho pelo CNS:

“O Mauro já trabalhava com seringueiros em 1982 como pesquisador, não fazia o trabalho de seringueiro, pesquisava. Então, quando ele incentivou o Chico Mendes... Foi ele que incentivou o Chico Mendes a me procurar. Chico Mendes ficou dando em cima de mim. Então eu topei fazer esse trabalho dada a experiência que tinha de conhecimento de causa. A luta lá começou em 88, na primeira subida pro Alto Juruá... Subimos a Bacia do rio Tejo e do rio Bagé em... Em maio ou junho de 1988. Daí pra até janeiro de 1990 conseguimos criar a primeira reserva extrativista do Brasil. Do mundo, aliás! Do mundo! Esse conceito é único no mundo inteiro. E essa reserva origina o programa nacional de reservas extrativistas no Brasil. Agora, foi difícil? Foi, porque encontramos muitas situações de tentativas de assassinar minha vida, sabe. A revolta dos patrões...Aquele interdito em 89.” (Antônio Macêdo 2022).

Macêdo foi seringueiro na infância no Vale do Juruá, piloto fluvial, mecânico, agricultor e mais recentemente, sertanista na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (Barbosa de Almeida 2004:46). Ainda em março de 1988, viajou para a bacia do Tejo para realizar reuniões com os seringueiros, junto de delegados sindicais e Chico Ginu, “que há anos vinham lutando contra o regime de cativo dos barracões dos patrões de seringais e contra a violência da polícia e da ‘justiça locais’” (Aquino 2001). Nesta viagem, produziu um levantamento preliminar da situação dos seringueiros e em julho do mesmo ano publicou a proposta de criação da reserva extrativista do Tejo na imprensa acriana (Pantoja 1997:107; Barbosa de Almeida 2004:46;). Macêdo relembra a seguir suas impressões a respeito dos serviços de saúde durante essa primeira viagem:

“A ausência da... Do atendimento à saúde, não tinha. Não encontrei nenhum posto de saúde, não encontrei nenhuma farmácia vendendo remédio, não encontrei nada disso, nenhum médico! Então quis saber das mulheres como é que elas reagiam, como é que elas resolviam os problemas de doenças que apareciam na família delas. E elas foram me dizendo... Quando elas foram falando as coisas eu fui voltando a ser criança. Tipo assim, “a gente faz chá da raspa da cabeça da escada pra isso assim, assim...”, “a gente faz chá de ninho de beija flor”, “é bom pra que?”, “pra isso, isso...” e ia dizendo. “E a gente faz chá de terra de formigueiro”, “e a gente faz chá disso e daquilo”. Voltei a ser criança no seringal. Eu vi a minha mãe falando isso.” (Antônio Macêdo 2022).

Macêdo, passou então a manter reuniões com seringueiros, agricultores, delegados sindicais e a partir disso realizou o levantamento socioeconômico do rio Tejo, assim como consolidou “uma proposta de atuação com base nas delegacias sindicais e orientada pelo programa de criação de reservas extrativistas defendido pelo CNS” (Aquino 2001:91). Ainda em 1988, a coordenação regional do CNS realizou o II Encontro de Seringueiros do Vale do Juruá, no qual compareceram 200 indígenas, 700 seringueiros e suas famílias. Naquele encontro

os seringueiros reivindicavam “o fim da *renda* e da violência dos *patrões*” (Pantoja 1997:107). Moradores da cidade, “como representantes sindicais, professores, padres, freiras, bancários e outros” também estiveram presentes apoiando a luta dos povos da floresta. Este II Encontro tornou pública a luta que os seringueiros vinham travando contra o pagamento da *renda*, o regime de cativo e a violência policial, que atendia “demandas judiciais contra os trabalhadores da floresta” (Aquino 2001:91). Ocorreu ainda que, dado que o pagamento da *renda* era considerado ilegal, o movimento de êxodo dos patrões para fora dos seringais e ainda o fato que a grande maioria dos patrões não possuíam títulos válidos de propriedade, os seringueiros votaram em uma resolução que afirmava que não pagariam mais *renda* aos patrões (Aquino 2001:91).

O assunto estava em voga no Acre, sendo que o próprio governador do Acre, Flaviano de Melo, anunciou a criação de um Assentamento Extrativista para apaziguar a “oposição do financiamento da BR 364”. Macêdo foi incentivado pela secretaria de planejamento do Estado e pela economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Adir Gianinni, a enviar ao Congresso o projeto de criação da RESEX (Barbosa de Almeida 2004:46). Com as ideias de Macêdo e colaboração do antropólogo Mauro William Barbosa de Almeida, foi formulado o Plano de Desenvolvimento Comunitário para a Reserva Extrativista da Bacia do Rio Tejo, tendo Chico Mendes argumentado que se apresentasse a proposta ao BNDES (Barbosa de Almeida 2004:46). O governo estadual tinha planos de realizar a abertura de uma estrada conectando o Acre ao oceano pacífico cortando o rio Juruá com recursos do BNDES e apoiando o projeto dos seringueiros, demarcaria “seu interesse na proteção do povo e do ambiente da região” (Costa 2010:185). Este plano previa a criação de cooperativas nos seringais que consistiam num enfrentamento ao regime de “exploração de seringueiros por meio do monopólio e da violência” (Barbosa de Almeida 2004:46), assim como ações relacionadas a saúde e educação (Costa 2010:185).

O movimento sindical se fortaleceu após o II Encontro de Seringueiros e com a implantação do sistema de cantinas pelo CNS, e os seringueiros ficaram confiantes em sua “*libertação* futura” (O’Dwyer 1998:94). O ano de 1988 foi de importantes avanços na luta do movimento social dos seringueiros e contribuições da coordenação do CNS do Vale do Juruá. O primeiro projeto de criação de reserva extrativista iria abranger cerca de 300.000 hectares na bacia do rio Tejo, previa a criação das cooperativas, construção de “escolas, postos de saúde e pesquisa na área da produção”; contribuindo ainda “para a criação da Associação dos Seringueiros e Agricultores da Bacia do Rio Tejo”. Chico Mendes apresentou o projeto ao

BNDES ainda em 1988 (Aquino 2001:91) e após o seu assassinato, o projeto foi aprovado e a verba para infraestrutura das cooperativas foi de US\$70.000 para compra de barcos e mercadorias de forma que permitisse a quebra do monopólio de comercialização nos barracões dos patrões seringalistas (Barbosa de Almeida 2004:46).

“O projeto teve uma grande importância porque foi a primeira vez na história do Brasil que os seringueiros, através de uma associação, obtiveram um financiamento de um Banco. Chico Mendes teve um papel importante para conseguir a aprovação deste projeto antes de ser assassinado em dezembro de 1988” (Barbosa de Almeida 1992).

Durante a reunião de fundação da Associação dos Seringueiros e Agricultores da Bacia do Rio Tejo realizada no rio Bagé, o gerente comunitário Dolô discursou a respeito do objetivo da luta dos seringueiros: a criação da RESEX do Alto Juruá (O’Dwyer 1998:124). Em suas palavras:

“No dia que sair uma desapropriação no Tejo e nos tornamos donos desta área, vamos marcar a data para feriar a *libertação da escravatura do seringueiro*. Cem anos atrás o escravo negro foi liberto. Mas o *escravo branco e índio* ainda tem seu trabalho *sujeito* aos *patrões*. Nesta luta estamos tentando libertar o trabalhador e feriar todos os anos nossa *libertação*. A reserva extrativista pode vir a ser um marco da nossa história entrando para o calendário do seringueiro. Dez mil famílias de seringueiros vivem aqui *isoladas*, sem assistência médica, sofrendo *abusos* por parte do *patrão*. Como vimos hoje um *empregado* do seringal Fortaleza, que esteve aqui junto com o *patrão* Raimundo Messias, o mestre Bola [irmão do subarrendatário César Messias], pisando a bacia de carnes separadas para nossa refeição (...) Queremos escolas, postos de saúde e proteção, *porque nós também somos brasileiros*.” (O’Dwyer 1998:124-125).

Ainda em 1989, a Associação dos Seringueiros e Agricultores da Bacia do Rio Tejo é transformada em Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá (ASAREAJ) – com Chico Ginu sendo seu primeiro presidente –, assim como são liberados os primeiros recursos do BNDES. Desta forma, a cooperativa e diversas cantinas administradas por lideranças locais, chamados de “gerentes comunitários”, foram implantadas e efetivaram-se como “alternativa econômica e comercial ao sistema de barracão dos patrões de seringais” (Aquino 2001:91). A criação das cooperativas foi o acontecimento que mais marcou a “memória local dos primeiros tempos de mobilização”. Após o assassinato de Chico Mendes, a conjuntura do ano de 1989 proporcionou negociações de recursos governamentais diretamente para os seringueiros. Nesse contexto, os núcleos cooperativos criados na bacia do rio Tejo proporcionam a subversão da ordem patronal, visto que agora o poder que as mercadorias lhes davam já não era mais seu monopólio (Pantoja 1997:107).

“Deve-se observar que as cooperativas surgem quando as próprias regras do mundo dos seringais estão acabando. O sistema de dominação pelo aviamento já não se mantém. São os próprios *patrões* que infringem as *leis* por eles acionadas. Regulamentações estabelecidas que eles descumprem também. Da corrosão das leis do seringal, ampliando o leque dos agentes, com absorção de forças que ajudaram a quebrar o monopólio patronal, como é o caso dos *regatões*, assiste-se a uma coalização de interesses em torno do monopólio. Nesse sentido, não há mais um agente monopolizador. A cooperativa representa uma pá de cal nas regulamentações postas por terra pelos próprios seringalistas, incapazes de recriá-las, o que permite virem à tona denúncias sobre formas de trabalho escravo e violação dos direitos constitucionais” (O’Dwyer 1998:110).

O’Dwyer, observou durante este período que o termo *liberto* era usado pelos seringueiros para designar aqueles que realizavam suas transações comerciais com a cooperativa, em oposição aos seringueiros *sujeitos* ao aviamento nos barracões dos patrões, “considerados ainda sob este ponto de vista como seringueiros *cativos*” (O’Dwyer 1998:38). Na cooperativa, o associado não era obrigado a vender toda sua produção à cooperativa, ficando livre para comercializar e comprar mercadorias com quem quisesse. Se adquirisse produtos com um *marreteiro*, não seria penalizado por isso. Era a “diferença básica entre operações comerciais livres e o monopólio patronal de comercialização”. Tratava-se “de uma mudança radical no caráter das relações de troca”. Ainda, as mercadorias tinham valores mais em conta, o valor pago pelo quilo de borracha era superior ao pago nos barracões e poderia *tirar saldo* (O’Dwyer 1998:59). A criação da cooperativa tem como consequência direta a quebra do monopólio de comercialização.

Além de que, é importante mencionar que era direito dos seringueiros receber o *saldo*, o que era assegurado pelo Decreto nº 15 de 15 de dezembro de 1904 assinado por Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, então prefeito do Departamento do Alto Juruá. No artigo 32, constava que “os patrões são obrigados no fim de cada ano, a entregar em dinheiro ou em mercadorias o saldo dos seus aviados”. Quando O’Dwyer esteve no Vale do Juruá, faziam 85 anos da publicação deste decreto e pode constatar então, a sua não observância (O’Dwyer 1998:60).

Neste contexto, se concretiza uma situação de confronto. Muitos seringueiros sofreram ameaças, foram intimidados e o *patrão* tentou proibir mercadorias nas colocações (Pantoja 1997:107), sendo os gerentes da cooperativa atacados pois tinham “funções de direção na organização dos seringueiros” (O’Dwyer 1998:65). Numa tentativa de impedir que as mercadorias obtidas com recursos do projeto chegassem até os seringais da área que viria a ser

a RESEX do Alto Juruá, patrões do Alto Juruá conseguiram um interdito proibitório com o juiz de Cruzeiro do Sul que impedia que Macêdo e Chico Ginu adentrassem o Tejo com as mercadorias (Aquino 2001:92). Pesava então a acusação de invasão de propriedades privadas. Foi a firma Cameli quem moveu a ação judicial, a qual era arrendatária de seringais no rio Tejo e Juruá que eram de propriedade da Santana Empreendimento Agropastoril S/A, sociedade com sede e foro em São Paulo (O'Dwyer 1998:37).

"Através do interdito, os seringalistas procuravam evitar que as mercadorias compradas pelo CNS -- que iniciou em 1989 a implantação do Plano de Desenvolvimento Comunitário no Rio Tejo -- com recursos do BNDES subissem o rio para abastecer diretamente os seringueiros, rompendo assim com o sistema de aviamento vigente" (O'Dwyer 1998:37).

Foi necessário que os gerentes comunitários, juntos de Antonio Alves, jornalista, Jorge Nazaré, animador cultural, e Terri Valle de Aquino, antropólogo, realizassem a logística para distribuição das mercadorias nas cantinas. Os *patrões* que tinham aliados na justiça de Cruzeiro do Sul, imediatamente reagiram se valendo da ajuda destes para tentar impedir que os 20 barcos com mercadorias abastecessem os seringais do Tejo. Neste momento, o apoio de Gilberto Siqueira, presidente da Fundação de Tecnologia do Acre (FUNTAC), foi decisivo para que os barcos deixassem o porto "numa verdadeira "passeata fluvial", animada por fogos de artifício, o que marcou o início do novo 'tempo dos direitos' para os *povos da floresta*" (Aquino 2001:92). A seguir, o depoimento sobre este episódio do então assessor do CNS regional do Vale do Juruá, Mauro W. B. de Almeida, registrado por Terri Aquino (2001:93).

"Foi fundada a Associação dos Seringueiros e Agricultores da Bacia do Rio Tejo, comprovando a estreita aliança entre os seringueiros e os ribeirinhos que vivem da lavoura na região. A Associação elaborou seus estatutos e os regulamentos da cooperativa, estabeleceu o número de gerentes e a localização das cantinas. O significado da Reserva Extrativista estava ficando claro para os seringueiros. Em Março de 1989, os patrões reagiram. A firma arrendatária do rio Tejo, Cameli & Filhos, juntamente com os outros patrões que subarrendavam dela, estava prejudicada tanto nos planos de tirar mogno [aguano] da Reserva, como estava prejudicada no costume de só os patrões ganharem no preço da borracha. Os patrões entraram com um pedido junto ao juiz de Cruzeiro do Sul para impedir que Antonio Macêdo (coordenador regional) e Chico Ginu (Presidente da Associação da Reserva) entrassem com as mercadorias no rio Tejo. Aí os gerentes comunitários e outros seringueiros desceram para Cruzeiro do Sul para apanhar as mercadorias e subir com elas de qualquer jeito. No dia em que o juiz ia dar a ordem, havia uma multidão de seringueiros da Reserva em Cruzeiro do Sul para acompanhar a decisão. Além disso, muitos aliados do Conselho ajudaram a proteger os barcos carregados

de mercadorias da cooperativa. *O juiz, pela primeira vez, não deu uma decisão contra os seringueiros, conforme era prática comum na região, aí os gerentes comunitários, seringueiros e assessores subiram o rio com as mercadorias (o Macêdo e o Chico Ginu ficaram em Cruzeiro). Foi uma grande passeata fluvial de uns vinte barcos embandeirados subindo o rio Juruá no ato que registrou simbolicamente o começo do fim do regime do cativo e do barracão” (Aquino 2001:93).*

Esse episódio também foi observado pela antropóloga Eliane Cantarino O’Dwyer (1998), durante sua viagem pelo Juruá e seus afluentes. A antropóloga veio à região para realizar um parecer antropológico solicitado pelo Ministério Público Federal (MPF), devido às denúncias de violações das liberdades pessoais e constrangimentos contra os seringueiros. Registrando durante sua viagem diversos testemunhos daqueles que viveram ou viram as situações objetos de denúncias. Claudio Fonteles, jurista brasileiro, puxou o processo para a esfera federal e então a Procuradoria Geral da República (PGR) solicitou um levantamento da bacia dos rios Tejo e Breu, para “reconhecimento *in locu* das relações sociais e do sistema de dominação caracterizado como forma de trabalho escravo prevalente nos seringais” (O’Dwyer 1998:15).

Durante o encontro que tive com Macêdo na sua casa em Cruzeiro do Sul, a liderança se recordou de minha orientadora Eliane Cantarino O’Dwyer e das denúncias realizadas enquanto coordenador do CNS do Vale do Juruá. Juntos, realizaram esta importante viagem para o Alto Juruá em 1989. Cantando o hinário da religião amazônica Santo Daime, “Ia guiado pela lua”, e fazendo referência a letra do hino, me apontou para o fato que O’Dwyer “foi buscada” para realizar o laudo antropológico que então comprovaria que o trabalho dos seringueiros era análogo a escravidão. A autora (1998:39) ao citar Euclides da Cunha (1966:233) em “À margem da história”, menciona que o Juruá parecia o Purus da descrição do autor no início do século passado, mais de 80 anos haviam se passado entre o Purus de Euclides da Cunha e o momento em que O’Dwyer esteve no Alto Juruá, mas observou então que os seringueiros ainda eram obrigados a obedecer a tais normas, os “regulamentos” (O’Dwyer 1998:39). A antropóloga pontuou também que:

“O pagamento da *renda* imposto pelo patrão em troca da exploração das estradas de seringueiras não tem qualquer evidência escrita. Em lugar do contrato legal, as relações entre trabalhadores e patrões estão baseadas em um sistema de obrigações em termos de dívida, sendo qualquer infração ao compromisso por parte do seringueiro passível de punição” (O’Dwyer 1998:41).

Os *patrões* atuantes no período em que O’Dwyer esteve no Alto Juruá, eram vistos como sem legitimidade pelos seringueiros devido ao rompimento de contraprestações que

existiam outrora no tempo áureo da atividade extrativa da borracha, quando eram responsáveis pela limpeza das estradas, por contratar mateiros para orientar o corte correto e não predatório das seringueiras, assim como realizar o transporte da produção (O'Dwyer 1998:71). Em 1989, no contexto do laudo antropológico solicitado pela PGR, a antropóloga teve a oportunidade de entrevistar alguns *patrões* da bacia do Tejo, como César Messias. Segundo a visão do *patrão*, este deveria ter o compromisso de abastecer os seringais com mercadorias e medicamentos, assim como dar assistência médica (O'Dwyer 1998:176). Como explicou o *patrão* Hugo Messias, era sua “obrigação moral” dar assistência em casos de problemas de saúde que afetassem seu freguês ou algum membro da sua família, ele possuindo *saldo* ou não. Os custos com o traslado para cidade seriam pagos pelo seringueiro caso ele pudesse pagar, mas como a maioria não poderia o *patrão* procederia deste modo sem nada receber (O'Dwyer 1998:169). Na ocasião, referiam-se a si mesmo como “bons patrões” na tentativa de legitimar seu poder através da assistência prestada.

Para os *patrões*, o assistencialismo praticado era uma “obrigação sem contrapartida”, mas reconheciam que nele estava “o fundamento da sua autoridade” (O'Dwyer 1998:170). No entanto, isso não significava dizer que os seringueiros consideravam justo o monopólio de comercialização exigido pelos *patrões* e nem o emprego da violência para extraírem lucros exorbitantes. “Em um primeiro momento os seringueiros não lutaram contra o sistema de dívida como tal, mas contra seu uso como meio de exploração através da extração de lucros exorbitantes” (Barbosa de Almeida 1992). De modo que, segundo Barbosa de Almeida (1992:156), muitas revoltas na bacia do rio Tejo eclodem por conta de atitudes dos patrões que os seringueiros julgavam imorais, como uso da violência, falta de *estiva*, de assistência médica e não pela cobrança de dívidas.

Os seringueiros não queriam mais pagar renda, visto que moravam há muitos anos nas *colocações*, que em sua grande maioria foram passadas de pai para filho. A manutenção das estradas de seringa era realizada pelos seringueiros sem ajuda dos *patrões* (O'Dwyer 1998:44), sendo eles que *abriam* as colocações, realizavam o levantamento das seringueiras e preparavam as estradas de seringa (O'Dwyer 1998:82). Havia ainda a extração predatória de madeiras de lei, caça e peixe perpetradas pelos *patrões* no Alto Juruá, de modo que os recursos naturais eram “controlados pelo mesmo poder que força os seringueiros a entregar com exclusividade nos *barracões* do seringal látex que extrai com seu trabalho” (O'Dwyer 1998:85).

Suas queixas também eram a respeito das contas, visto que as mercadorias possuíam valores altos enquanto o da borracha era baixo e nunca comprada pelo preço estabelecido

oficialmente, o que sempre favorecia o *patrão* e o seringueiro não conseguia saldar sua dívida. Os *patrões* então, ou prorrogavam sua dívida ou lhe tomavam bens como pagamento, “como canoa, espingarda, criação de terreiro, vaca leiteira, havendo casos até de expulsão da colocação” (O’Dwyer 1998:44). Podiam utilizar força policial para a cobrança, que também se configurava como punição; ainda, construíam *chiqueiros* embaixo das suas casas como espécies de prisões para os seringueiros se redimirem de alguma regra estipulada que infringiram (O’Dwyer 1998:44-45). Denúncias de abuso policial que teriam ocorrido contra três seringueiros por conta do pagamento da conta chegaram ao conhecimento de O’Dwyer, os quais teriam sido espancados, seviciados e um deles, enquanto sofria agressões físicas pelo policial, teve sua criação de galinhas morta e seus tachos de apurar garapa furados por tiros, além de ter sido ateado fogo em suas roupas e casa (O’Dwyer 1998:122). No caso do não pagamento da *renda*, os patrões sentiam-se no direito de expulsar os seringueiros sem sequer indenizá-los pelas benfeitorias realizadas nas colocações, como plantações, casas entre outras (O’Dwyer 1998:81); fato que ocorria em todo Alto Juruá e foi relatado por seringueiros no Riozinho da Liberdade.

Vamos então a alguns casos emblemáticos e que servem de exemplo. Em 1989, o seringalista Francisco Praxedes Brandão Filho, arrendatário do Seringal Oriente localizado no Alto Juruá, moveu ação de despejo contra os seringueiros Jaime Pereira da Silva e José Prudêncio Filho por falta de pagamento de *renda* (O’Dwyer 1998:28). O caso foi julgado na vara cível da comarca de Cruzeiro do Sul, sendo que O’Dwyer acompanhou a audiência de instrução e julgamento. Havia então, dois argumentos divergentes. O autor da ação afirmava que o pagamento da *renda* lhe era devido “pois há mais de dez anos vem sendo paga pelos réus em troca das estradas de seringa onde trabalham”, enquanto o advogado de defesa considerava que a ação não possuía respaldo legal, visto que a Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 e o Decreto 59.566 de 14 de novembro de 1966, proibiam que se ajustasse “como preço de arrendamento quantidade fixa de fruto, ou produto, ou seu equivalente em dinheiro”. Naquela época, os seringueiros do Alto Juruá eram obrigados a pagar anualmente 33kg de borracha por cada estrada de seringa. Na defesa dos seringueiros, ainda se arguiu o fato de não existir um contrato escrito e o pagamento da *renda* ter prazo indeterminado, o que não teria respaldo nas regulações legais (O’Dwyer 1998:27-28).

Em depoimento, o seringalista preferia a devolução das estradas de seringa dado que os seringueiros não haviam pago a *renda* referente ao ano de 1988; estes, poderiam continuar em suas moradias, com seus roçados e criações de animais. Por outro lado, os seringueiros

argumentaram que de nada adiantaria continuar residindo em cerca de 3 hectares de terra sem poder realizar a extração de seringa. Seu Jaime e seus filhos, um deles casado e morando nas proximidades da residência do pai, exploravam 5 estradas de seringa e tinham a produção por safra em média de 1.200kg de borracha. Vendiam sua produção diretamente na cidade de Cruzeiro do Sul alegando que as mercadorias vendidas pelo arrendatário eram muito caras em comparação com as da cidade (O'Dwyer 1998:28). O fato de os seringueiros terem rompido com o monopólio de compra e venda do seringalista, ou seja, com a exigência que os seringueiros vendam sua produção somente ao seringalista e somente dele comprem suas mercadorias deveria “se constituir em motivo de contenda”. A autora, menciona que para corroborar esta conclusão há o fato de que outros dois seringueiros do seringal Oriente não pagaram a *renda* mas continuaram a manter relações comerciais com o *patrão*, de modo que o seringalista não moveu ação de despejo contra eles (O'Dwyer 1998:28-29).

José Prudêncio Filho arrendava duas estradas e produzia em média 500 kg por safra. Deixou de vender sua produção e comprar mercadorias no depósito de Francisco Praxedes, pois este o admoestava com alegações de que comprava “miseravelmente”, em pouca quantidade e somente para pagar a dívida contraída anteriormente; ou então que comprava a mais, aumentando muito sua dívida. José Prudêncio possuía então uma produção em seus roçados o suficiente para o sustento da família, o que poderia o tornar menos dependente das mercadorias do *patrão*. Segundo o seringueiro, saldou suas dívidas no ano de 1984 e o *saldo* que tirou ficou retido com o *patrão*; este, ainda exigiu que o seringueiro pagasse o transporte de pélas e pranchas até o depósito, atividade que era habitualmente realizada pelo *patrão*. O seringueiro, “foi denunciado à polícia como subtraindo uma produção de borracha do seringal, mantida ‘escondida’ das vistas do seringalista, para ser comercializada ‘fora’ do seu depósito” (O'Dwyer 1998:29). José Prudêncio, recebeu ainda recados e bilhetes de Praxedes e um de seus filhos no ano de 1989, com a exigência que desocupasse as estradas de seringa sob pena de ser “retirado à força pela polícia e ainda açoitado” (O'Dwyer 1998:30).

Prudêncio sempre pagou a renda, 66Kg de borracha pela *parelha* de estrada, mas o *patrão* nunca mandou limpar as estradas ou o remunerou pelo serviço, de modo que se sentiu no direito de não realizar o pagamento da *renda* (O'Dwyer 1998:52). Os seringueiros em questão não vendiam suas mercadorias com o *patrão* do seringal, Praxedes, mas sim para outros *patrões* na cidade. O que indica que o motivo da contenda por parte do *patrão* não seria em si o fim do pagamento da *renda*, mas a quebra do monopólio de comercialização (O'Dwyer 1998:52).

“Sabe por que o patrão vive jurando contra nós? Porque trabalhamos *libertos*. Os outros estão *sujeitos* a ele, vão ao barracão comprar mercadoria, voltam em casa para trabalhar, depois entregam ao *patrão* todo o produto que fazem. No dia da compra é o *patrão* quem dita o preço da mercadoria, e no dia em que o talão [fixando a quantia devida] lhe é entregue o preço já é outro. Assim, o seringueiro calcula que comprou o valor de 100 quilos de borracha, mas, quando vem a conta, já é muito mais, o erro é sempre grande. (...) Por isso, todo ano ele vive jurando contra nós, trabalhadores *libertos* enquanto os outros estão *sujeitos* debaixo dos pés dele” [Trecho de depoimento de outro seringueiro].

“Cobra a *renda* e não faz nenhum benefício. Não roça as estradas por nós (...) a gente pagando a *renda* era obrigação dele fazer isso (...) Para ter direito de cobrar *renda* ele deve pagar pelo nosso trabalho de conservação das estradas.”

“Nós pagamos em 10 anos, anualmente, quase duas toneladas de borracha e todos os anos o *patrão* jura que vai nos botar para fora. Não devemos ao *patrão*, temos o nosso nome limpo, zelamos as estradas e ele não reconhece o nosso trabalho. Tem seringueiros que vivem maltratando as estradas, mas só porque compram no depósito do *patrão*, aceitando tudo que ele quer, desses o *patrão* não tem queixa.”

“Sou eu quem derrubo suor não é o *patrão* sentado na cadeira, roubando na caneta e escravizando a nós. Quero vencer, quero esse direito, tenho esperança que vamos vencer” [Trechos de depoimentos de Antônio, filho mais velho de Jaime]. (O’Dwyer 1998: 52-54, 140).

Os seringueiros quando indagados sobre quem lhes orientou a não pagar a *renda*, responderam que o STR e o CNS vinham divulgando o direito que os seringueiros tinham de não pagar a *renda* e ainda que devido a “morarem e trabalharem nessas áreas há mais de dez anos, muitas delas tendo sido transmitidas de pais para filhos, eles são considerados posseiros com direito a usucapião”. Levantaram ainda outros argumentos para o fim do pagamento da *renda*. No passado, como contraprestação pelo pagamento da *renda*, era o seringalista o responsável pelo preparo da estrada de seringa, o que incluía a roçagem das estradas de seringa e entalhamento de escadas (conhecidos nos seringais como *mutás*, *burros* ou *topes*) para serem colocadas nas seringueiras. O que era realizado pelos seringueiros sem remuneração. O processo acabou por ser extinto e arquivado, visto que para o autor da ação ter direito deveria ter conseguido comprovar através de documentos o arrendamento do seringal, o que não conseguiu (O’Dwyer 1998:30).

Em entrevista, Macêdo recordou destes casos mencionados por O’Dwyer e informou ainda que um caso já havia sido julgado anteriormente a estes. Era o caso de Seu Bonifácio, um senhor de idade e seringueiro residente da *colocação* Rômulo no Riozinho Cruzeiro do Vale. A

colocação havia sido aberta por seu pai, onde Bonifácio nasceu, ainda residia e estava sendo expulso então pelo não pagamento da *renda*. Segundo Macêdo:

“O primeiro caso que apareceu foi do Seu Bonifácio, um velhinho. O pai dele tinha aberto a colocação, chama-se colocação Rômulo no Riozinho Cruzeiro do Vale. O Seu Bonifácio tinha nascido nessa colocação, ele já era velhinho, o filho dele já era velho e ele tava sendo expulso da colocação porque não queria pagar renda. E não era uma obrigação mesmo pagar renda, tinha inclusive em 1904 uma lei publicada por Thaumaturgo de Azevedo que eliminava a renda (...) foi a primeira conquista, foi o pontapé inicial. Depois eu vim com outros dois seringueiros, Antônio Jaime e José Prudêncio. Eu peguei eles lá no Tejo, andei dia e noite com eles descendo o rio... Aí combinei com eles: “Vocês sobem. Eu não posso subir, não vão deixar eu subir e vai acontecer o seguinte... Vão perguntar um monte de coisa pra vocês, vocês vão estar falando... Vocês não sabem assinar, então quando a doutora pedir pra vocês assinar, vocês digam pra ela que “não assino não”. Mas fiz essa palavra, “não assina não”. Ela inicialmente vai entender como um ato de rebelião, mas não se preocupem que eu vou resolver. Vocês dizem pra ela que tão precisando que me chame. Aí ela mandou um soldado me buscar. Aí eu subi lá. “Seu Macedo, tem palhaço aqui?” Eu olhei pra um lado, olhei pro outro: “Tô vendo não! A senhora tá vendo algum?”. “Não, é porque eu faço uma audiência, mando os homens assinarem o depoimento deles e eles dizem pra mim, na minha cara que não assinam e querem sua presença aqui. Então... Por isso que eu tô perguntando pro senhor se eu sou palhaço”. “Eu não sei... Sua vida particular não me interessa, mas a senhora não deve agora incorporar essa ideia de que eles estão praticando uma desobediência ao seu mandato... Não é isso. Eles estão dizendo pra senhora que *não assinam porque não sabem assinar, porque eles nunca tiveram acesso à escola, eles nunca estudaram...* Então eles não sabem assinar. Só a senhora pode resolver isso, usando sua almofada digital, mas a senhora precisa entender que a senhora tá cobrando coisas de *pessoas que nunca tiveram acesso a lei, a estudo algum...* Por isso são considerados ingênuos sob essas condições. Eles têm medo, a obrigação de estarem respondendo coisas que eles não conhecem”. “Seu Macedo, é isso mesmo?”. Tava do lado do seringueiro, o advogado do sindicato que era um frei da igreja e o frei olhava pra mim com um entusiasmo, e tinha um... Roberto Lessa que era advogado da UDR [União Democrática Ruralista]. Aí, nós vencemos o advogado da UDR na segunda causa. Aí vencemos a primeira e a segunda causa!” (Antônio Macêdo 2022).

No Seringal Vizeu no Alto Juruá em 1989, o *patrão* Cândido Ferreira Rodrigues cobrou conta do seringueiro Francisco Lopes Nascimento, conhecido como Chico Poroto, sem que o seringueiro possuísse comprovantes dos gastos que supostamente fez. De modo que o *patrão*, usando de forças policiais e capangas, tomou sua criação de porcos como forma de pagamento. Esta denúncia foi formalizada junto ao CNS, que a encaminhou para a delegacia de

Cruzeiro do Sul. O'Dwyer observou e ouviu relatos de diversas situações em que a polícia agia a mando dos *patrões*, entre outras situações de violência como por exemplo: empregado que a mando do *patrão* espancou um seringueiro, seringueiro que foi preso por soldados e sofreu agressões físicas por se envolver com a mulher do filho de um *patrão*, entre outras. Havia documentos que formalizavam diversas denúncias, enviados ao CNS e que comprovavam os relatos coletados por O'Dwyer durante sua expedição. Estes são apenas alguns poucos casos dos inúmeros que ocorreram, mas são revelações que indicavam que “práticas coercitivas estavam disseminadas por todo o Alto Juruá” (O'Dwyer 1998:45-48).

Os seringueiros agora tinham maior capacidade de resistência frente aos *patrões*, mas apesar disso ainda estavam em vigência métodos para controlar sua mão de obra e manter o funcionamento do sistema tradicional dos seringais (O'Dwyer 1998:65). Eles estavam submetidos aos constrangimentos e monopólio de comercialização dos *patrões* há mais de um século, e por isso, sentiam-se reduzidos a *escravidão* (O'Dwyer 1998:69). No entanto, já sabiam de seus direitos e a ordem vigente cada vez mais se invertia. Se anteriormente as forças policiais eram utilizadas pelos *patrões*, agora davam cobertura às lideranças e ao envio de mercadorias. Apesar disso, não impediu que o *patrão* do Seringal Restauração disparasse tiros contra Macêdo durante a reunião (Pantoja 1997:107-108) de fundação da cooperativa, realizada na Igreja de São Raimundo Nonato e que contava com a presença de seringueiros do Riozinho, Igarapé Dourado, Manteiga, Camaleão, Paraná dos Mouras (O'Dwyer 1998:102) e até mesmo do Riozinho da Liberdade na figura do delegado sindical Lorival Monteiro. Segundo contaram os seringueiros, o *patrão* José Silva também tentou atirar pelas costas de Chico Ginu, mas a arma não disparou (O'Dwyer 1998:157). Macêdo narra a seguir, episódio em que José Silva lhe desfere um tapa, o ataca com uma tesoura e posteriormente com espingarda na companhia de outros *patrões* e *marreteiros*¹⁶ (O'Dwyer 1998:103-104).

“Eu sofri um atentado de morte ainda em 89 lá no Seringal Restauração, o centro ali da Reserva Extrativista do Alto Juruá, onde hoje é a Terra Indígena Kuntanawa. Foi um *patrão*... Depois eu tive que perdoar o cara porque ele era o Zé Silva... Então, ele era o *patrão* dali, era subarrendatário. Só que ele tinha na cabeça dele aquele projeto dele. Aí eu sou agente da mudança, eu chego... E a mudança trazida só vale para o povo, não pra ele. Ele não fazia parte dessa mudança... A mudança interpelava a vida deles porque agora *o pessoal se tornava livre... Se tornava e ia tocar sua vida com liberdade sem aquela coação de ter obrigação de produzir e comprar, vender e comprar só com o patrão.*

¹⁶Se anteriormente os *marreteiros* representavam concorrência aos *patrões*, agora os são seringueiros representados pelo CNS e a implantação das cooperativas que representavam o elemento intrusão na bacia do Tejo. Deste modo, *patrões* passam a se aliar a *marreteiros* fazendo destes seus aviados (O'Dwyer 1998:106-110).

Sua produção servia pra vender pra quem quisesse... Naquela reunião com trezentas e poucas pessoas, muita mulher, muita criança também, eu quase fui assassinado. E nessa reunião houve uma coisa linda maravilhosa que não acontece em qualquer lugar. Você entra às vezes brincando, mas se seu bom senso tiver refinado as coisas ocorrem. Então, eu tô entrando pra fazer essa reunião numa igreja, Igreja de São Raimundo Nonato porque... Se eu fizesse no terreiro do patrão era um desacato. Na Igreja não, tô fazendo na casa de Deus, certo? Então, eu fui pra igreja católica e lá tinha muita gente, muita gente mesmo. Lembro que aquele patrão entrou arredando as pessoas, quando chegou perto de mim foi o tapa e... Depois puxou uma arma, uma tesoura grande daquelas compridas de barbeiro. Aquelas compridas? Aquelas... Fiquei com muito medo, porque eu pensava que era um revólver e quando eu vi aquela tesoura era vapo, vapo, vapo em cima de mim, sabe... Eu não consegui nem enxergar a mala com dinheiro que tinha assim, que eu conseguia me livrar com ela, tinha muito dinheiro na mala... Que eu tinha levado pra compra de barco, pra construir armazém, pra abrir varadouros históricos e essas coisas todas, né, porque tem uns varadouros históricos interessantes que precisam ser cultivados, sabe... Isso nos projetos que a gente desenvolve nessas áreas. Então, é... Mas escapei. O patrão voltou na casa dele e trouxe ele mais três homens armados, cada um com uma espingarda, meteram cartucho pra cima de mim... Mas as armas deles não detonaram, mudaram de cartucho mas não detonaram, Deus tava presente! Nem o revólver do policial que atirou a primeira vez quando o patrão tava me mata não mata, esse policial atirou... A bala pegou na... Assim na coisa do braço do homem, não quebrou nada, não varou, saiu assim, foi pra cima e fez um buraco no telhado da casa. Quando eu entrei na igreja, eu falei: “São Raimundo Nonato, ajuda a gente nessa reunião”. E ajudou... Se não aquela bala tinha estraçalhado muita gente. E o revólver não deu mais fogo, o policial passou por mim tec! tec! tec! em cima do cara e não deu mais fogo também não. Então Deus opera assim, com toda certeza! Sabe, não tenha dúvidas!” (Antônio Macêdo 2022).

Em 1989, além de ter ocorrido a perícia solicitada pela PGR sobre formas de imobilização do trabalho (O’Dwyer 1998), também ocorreram diversos conflitos nos seringais do Alto Juruá. O contexto era de “luta para garantir a criação da Reserva Extrativista”. A cooperativa, sua rede de cantinas e associação foram implantadas, mas os *patrões* seringalistas reagiram de diferentes formas. Além do atentado contra a vida de Macêdo e de alguns gerentes, organizaram boicote comercial em Cruzeiro do Sul e entraram com ações judiciais. Foi ainda neste ano que os seringueiros, CNS e seus assessores resolveram ampliar os limites da RESEX (Aquino 2001:93).

Macêdo sofreu diversos atentados organizados pelo patrão Orleir Cameli, morais através da imprensa e físicos contra sua vida. Nos seringais, foram espalhados boatos que Macêdo estaria vendendo as terras para “gringos”. Enquanto liderança, ele viajou aos Estados

Unidos, Europa, recrutou aliados, seguidores no exterior e canalizou doações para o escritório do CNS em Cruzeiro do Sul. Conseguiu mobilizar na cidade uma rede de amigos, aliados, membros das igrejas, jovens e comerciantes dissidentes que passaram a fornecer bens à cooperativa. Fez com que o CNS se tornasse uma instituição de apoio a associações de seringueiros, de movimentos indígenas, ajudou a fundar a Associação de Seringueiros e Agricultores do Rio Tejo e toda uma rede de associações no Vale do Juruá. Atuou na mediação entre vários segmentos que incluíam profissionais das ciências naturais, antropólogos, advogados, políticos, sindicalistas, ativistas de diversas organizações não governamentais. Nesta história, Macêdo foi uma das peças-chave na luta que culminou na criação da RESEX do Alto Juruá (Barbosa de Almeida 2004:47).

A criação da RESEX do Alto Juruá

“A luta dos seringueiros do Tejo não é só pela mercadoria barata, é também principalmente, pela posse da terra, para que os seringueiros possam permanecer aqui sem serem molestados pelos grupos interessados na devastação da floresta”. Trecho do depoimento do seringueiro Dolô (O’Dwyer 1998:65).

Enquanto surgiam movimentos sociais na Amazônia que contestavam a destruição dos recursos naturais, a comissão da Organização das Nações Unidas (ONU) constatava que haviam limites ambientais para o desenvolvimento econômico. “No cenário internacional, discutia-se um novo papel para as florestas tropicais, a responsabilidade das instituições multilaterais em relação ao impacto ambiental dos grandes projetos e a preocupação crescente com a participação dos segmentos sociais afetados” (Allegretti 2008:54). Foi conectando os dois fatos que os *povos das florestas* tornaram-se os atores do desenvolvimento sustentável; no caso dos seringueiros, sua reprodução social depende das florestas e mesmo com a derrocada da economia extrativa, hoje fazem parte “de um segmento de produtores familiares que apresentam uma economia diversificada baseada em atividades agrícolas, florestais, extrativas e de coleta, prestando, dessa forma, ainda que de forma involuntária, importantes serviços ambientais” (Allegretti 2008:54).

Os bancos multilaterais vinham financiando obras de infraestrutura e consequentemente induzindo o desmatamento da floresta. O BID, por exemplo, estava financiando a abertura da BR-364, a qual iria ligar Porto Velho – RO a Rio Branco – AC. Anteriormente em Rondônia, o desmatamento aumentou rapidamente e inúmeros grupos

indígenas sem contato foram colocados em risco quando a BR-364 foi asfaltada entre Cuiabá – MT e Porto Velho. Nesse contexto, como medida de ordenamento territorial, a proposta das Reservas Extrativistas foi fortalecida pois foi inserida como medida prévia ao asfaltamento da BR-364, assim como os territórios indígenas. Chico Mendes esteve à frente dessas negociações, o que foi a base para a aliança dos *povos da floresta*, unindo indígenas e seringueiros pelo mesmo objetivo (Allegretti 2008:47).

O conceito de reserva extrativista inaugurou um novo paradigma ao unir dois campos conceituais até então separados, sendo que os atores principais, os protagonistas dessa revolução paradigmática foram os seringueiros. São poucos os grupos sociais que nestes tempos modernos tenham atividades produtivas que impliquem na conversação dos recursos naturais e não na sua destruição. E esses grupos, muitas das vezes, estão localizados em áreas do planeta que são estratégicas para o equilíbrio do planeta. (Allegretti 2008:53).

O movimento dos seringueiros questionou políticas públicas e defendeu o direito a posse, garantia de acesso e uso dos recursos naturais; estes dois aspectos são centrais à sua identidade coletiva e ao fazerem isso produziram mudanças importantes nas políticas de reforma agrária e meio ambiente, para que estas fossem ajustadas às suas especificidades. Para solucionar a questão fundiária, as áreas de conflitos deveriam ser transformadas em propriedade da União sob administração das comunidades locais através de concessão real de uso; para proteger os recursos naturais as áreas deveriam ser unidades de conservação de uso sustentável, visto que esses recursos são imprescindíveis para a sua sobrevivência (Allegretti 2008:51).

Entre 1985 e 1986, os seringueiros elaboraram a proposta de RESEX's como a “reforma agrária do seringueiro”. Territórios indivisos que abarcaria áreas familiares de tamanho apropriado à extração vegetal, de propriedade da União com “concessão de uso a uma associação e autogestão do território” (Barbosa de Almeida e Pantoja 2004:28). Assim, se definiram que as RESEX's seriam “terras da União (formulação inspirada no modelo das reservas indígenas) sobre as quais os trabalhadores teriam direito perpétuo de usufruto”. A escolha pela ocupação coletiva foi definida como modo de impedir a comercialização da terra e evitar a privatização da natureza (Barbosa de Almeida 2004:45). Impedindo assim, a “reconcentração de terras pela especulação fundiária e o agronegócio” (Barbosa de Almeida *et al.* 2018:27).

Um dos pressupostos do conceito de RESEX formulado pelos seringueiros era abolir o sistema de *barracão*, mas conservar e melhorar o de *colocações*. Isto foi iniciado no Alto Juruá com a Associação de Seringueiros e Agricultores da Bacia do Rio Tejo através do sistema

de cantinas, com recursos do BNDES e geridos pela Associação; ainda que os patrões tenham violentamente se oposto a esse processo, em janeiro de 1990 foi criada a Reserva Extrativista do Alto Juruá (Barbosa de Almeida 2012:123). O assassinato de Chico Mendes em 1988 teve repercussão internacional devido as articulações que havia feito entre 1985 e 1988, sendo que foi neste momento que a mídia e sociedade brasileira descobre o movimento social dos seringueiros. As pressões sobre o governo advindas desse movimento levaram a formalização das RESEX por meio do decreto de janeiro de 1990 e a criação das RESEX's (Allegretti 2008:48).

No ano de 1989 no município de Rio Branco, ocorreu o II Encontro Nacional dos Seringueiros e I Encontro dos Povos da Floresta, no qual participaram seringueiros, lideranças indígenas da Amazônia “além de um grande número de jornalistas, intelectuais e representantes de organizações oficiais e de ONGs”. Na ocasião, as principais reivindicações do CNS e da União das Nações Indígenas (UNI) eram “a regularização das áreas indígenas e das reservas extrativistas, bem como a implementação de políticas públicas que contemplassem” os povos tradicionais da floresta. O INCRA até então, vinha trabalhando apenas com a categoria de Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o qual tem áreas de terra que são reduzidas. Em outubro do mesmo ano, o projeto técnico de criação da RESEX do Alto Juruá foi apresentado por seringueiros e seus assessores junto ao IBAMA (Aquino 2001:93-94). Então, em 1990 são:

“Criadas as duas primeiras reservas extrativistas da Amazônia, do Brasil e do mundo: a RESEX do Alto Juruá e a RESEX Chico Mendes” (Aquino 2001:94).

“Face a grande evidência nacional e internacional alcançada pelo movimento dos seringueiros em decorrência do assassinato de Chico Mendes, em 1988, o Estado brasileiro foi obrigado a tomar medidas concretas para a criação das primeiras áreas reservadas para as populações tradicionalmente ligadas às atividades extrativistas. Em 1987, a categoria de Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) já havia sido incorporada no Programa Nacional de Reforma Agrária. Em anos anteriores, negociações conjuntas entre o INCRA e representantes do CNS procuravam adequar as formas de regularização até então utilizadas pelo órgão às reivindicações dos seringueiros para que fosse respeitada a especificidade das formas de apropriação territorial necessárias à combinação das atividades extrativistas com a preservação ambiental. Entre 1987-89, o INCRA criou sete PAE's, com uma área total de 297.966 ha, a saber: Santa Quitéria (43.247 ha), Cachoeira (24.098 ha), Remanso (43.501 ha), Figueira (25.973 ha), Porto Dias (22.145 ha), Riozinho (35.896 ha) e Macauã (103.106 ha). Estes PAE's estão todos concentrados nos vales dos rios Acre e Purus, região onde os conflitos fundiários, desmatamentos e abertura de fazendas foram mais intensos, motivando o fortalecimento dos

Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) e o posterior surgimento do movimento dos seringueiros. A extensão de cada um dos sete PAE's existentes no Acre é bastante reduzida, sobretudo quando comparada com as áreas das duas reservas extrativistas posteriormente criadas no estado. Apesar de sua legalização enquanto PAE's, o movimento dos seringueiros do Acre considera essas áreas como reservas extrativistas. Em 1990, ano em que o conceito de reserva extrativista foi regulamentado pelo Decreto 98.897, de 30/01/90, e incorporado às Unidades de Conservação, sob jurisdição do IBAMA, foram criadas a Reserva Extrativista do Alto Juruá, com 506.186 ha, e a Reserva Extrativista Chico Mendes, com 970.570 há” (Iglesias e Aquino 1996:524).

A criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá envolveu uma intensa mobilização, principalmente na bacia do Rio Tejo, dirigida pela Regional do Alto Juruá do CNS entre os anos de 1988 e 1989 e com o apoio dos delegados sindicais que já atuavam na região desde o começo de 1980. A reserva é criada após encerrada a batalha contra os *patrões* e o sistema de *barracões* (Barbosa de Almeida e Pantoja 2004:28-29). O Decreto 98.897 de janeiro de 1990 reconheceu a modalidade de Reserva Extrativista como Unidade de Conservação (UC), sendo a RESEX definida em seu artigo primeiro como: “espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista” (Brasil 1990). Após 10 anos, foi publicada a Lei n 9.985 de julho de 2000, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Foram criadas no Brasil reservas a níveis federais, estaduais e municipais em vários biomas como Mata Atlântica, áreas costeiras, no Nordeste e outras regiões brasileiras (Simonian 2018:129). Até 2018, já haviam sido criadas 98 RESEX's, 36 Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e 381 Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAA), totalizando 34,8 milhões de hectares (Barbosa de Almeida et al. 2018:28).

Entre 1990 e 1992, o BNDES financiou o “Projeto de Implantação da Reserva Extrativista do Alto Juruá e Desenvolvimento Comunitário das Áreas Indígenas Circunvizinhas”. Através deste, foram beneficiadas a RESEX do Alto Juruá, povos indígenas, “sindicatos, cooperativas e outras associações de seringueiros e agricultores”. Como consequência deste projeto e inspirada na criação da ASAREAJ, outras associações foram criadas no Vale do Juruá, como a Associação dos Seringueiros e Agricultores do Riozinho Cruzeiro do Vale (ASACV), do Santa Luzia, do Riozinho da Liberdade (ASARIL) e a Cooperativa Agroextrativista do Paraná dos Mouras (Aquino 2001:93).

“Lideranças indígenas e representantes dos seringueiros e agricultores se articularam para a execução do Projeto de Implantação da Reserva

Extrativista do Alto Juruá e Desenvolvimento Comunitário das Áreas Indígenas Circunvizinhas, financiado pelo BNDES ao longo dos anos 1990-92. Este projeto possibilitou que os seringueiros regionais desestruturassem o secular padrão de dominação engendrada pelos *patrões* seringalistas. Neste processo, estruturaram a Associação dos Seringueiros do Tejo, transformada, em 1990, na Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá (ASAREAJ). A partir de 1989, esta iniciativa serviu de exemplo para a fundação das Associações dos Seringueiros e Agricultores do Riozinho Cruzeiro do Vale, do Riozinho da Liberdade e do Projeto de Assentamento Dirigido Santa Luzia, que também foram beneficiadas com recursos desse Projeto nos anos seguintes. A exemplo das experiências protagonizadas pelas populações indígenas durante a década de 1980, as iniciativas articuladas pela Regional Vale do Juruá do CNS a partir de 1988 resultaram na implantação de uma rede de cooperativas, na abolição da cobrança da *renda* e na quebra do monopólio comercial exercido pelos *patrões*. Desta forma, seringueiros e agricultores conquistaram maior autonomia na comercialização de suas produções extrativista e agrícola, adquiriram barcos e motores para transporte fluvial e passaram a deter um maior controle sobre a utilização dos recursos naturais existentes dentro da Reserva Extrativista do Alto Juruá. Complementarmente, decidiram pelo início do processo de capacitação de professores e agentes de saúde, procurando, assim, uma progressiva melhoria na qualidade de vida dos grupos familiares residentes nos seringais dos vários afluentes do rio Juruá” (Iglesias e Aquino 1996:526-27).

Lorival Monteiro e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) no rio Liberdade

“O sindicato que era aonde tava o poder naquele tempo. O sindicato hoje é bisavô de tudo o que acontece no mundo! Bisavô! Porque tudo vem do sindicato, tudo que começou foi no sindicato. O sindicato discutia, Deus dava as ideias para nós chegarmos onde nós chegamos. Por que aqui anteriormente, quem era o pobre doido pra falar a sair a político? Qualquer coisa, não ganhava nem doido! Ia era pra forca! Foi devido a força do sindicato que foi arrumando... Aí fomos fazendo associações, trabalhando no mesmo órgão, nas mesmas coisas. Aí nós fomos criando força, força. Aí os homens [*patrões seringalistas*] caíram!” (Lorival Monteiro).

Começo esta sessão com a emblemática fala de Lorival Monteiro, primeiro delegado sindical do Riozinho da Liberdade. Ele faz referência a importância que o STR teve para a *luta* dos seringueiros para o reconhecimento de seus direitos sociais e territoriais. Frases de efeito e ditados populares são comuns nos seringais e são formas de expressar através de figuras de linguagem aspectos da realidade social local. Se valendo da metáfora, afirma que o sindicato

seria o “bisavô de tudo o que acontece no mundo”, pois a *luta* dos seringueiros que foram representados inicialmente pelo STR dá origem a criação das reservas extrativistas, principal motivo de sua *luta* enquanto seringueiro e liderança. Seguindo sua lógica, podemos depreender disto que as associações que foram posteriormente criadas no Vale do Juruá como consequência e estratégia de *luta*, seriam as filhas do STR. Os(as) bisnetos(as), as áreas de uso tradicional garantidas por lei aos povos e comunidades tradicionais, o “mundo” de Seu Lorival.

Lorival Monteiro é senhor de 74 anos, nascido e criado no Riozinho da Liberdade, foi muito importante para o processo de criação da RESEX Riozinho da Liberdade e esta importância ainda é lembrada por muitos com quem conversei. Várias pessoas fazem referência ao fato que a RESEX foi criada devido à *luta* liderada por Lorival. Fui até sua casa pela primeira vez em abril de 2022. Cheguei em sua casa na quinta, dia 14, onde reside junto com sua esposa Dona Tim. Fiquei em sua casa durante dois dias, tempo durante o qual tivemos diversas conversas sobre os assuntos mais variados, como a gestão da RESEX, a criação das primeiras associações de agricultores e extrativistas do Vale do Juruá, suas viagens enquanto liderança do Riozinho da Liberdade para diversos estados brasileiros e até mesmo países, sobre saúde, plantas medicinais, entre outros assuntos. Posteriormente, realizei quatro visitas esporádicas em sua residência entre junho de 2022 e março de 2023.

Lorival, além de primeiro delegado sindical representante do Riozinho da Liberdade, foi fundador e primeiro presidente da primeira associação do Liberdade, a Associação dos Agricultores e Extrativistas do Rio Liberdade (ASARIL), fundada em 1991, assim como foi representante do CNS regional Vale do Juruá. Em todas as nossas conversas, demonstrou muito apreço pelos documentos impressos que comprovam os seus anos de atuação enquanto liderança, os quais guarda com muito cuidado nas gavetas no seu quarto. Mostrou-me publicações de diários oficiais, planos de usos de recursos naturais, certificados de participação em conferências, fotos das reuniões promovidas pelo CNS, assim como seus livros sobre práticas de cura e plantas medicinais. No Liberdade, o simpático senhor é reconhecido por muitas pessoas como um grande conhecedor dos *remédios caseiros*, aqueles feitos com partes de animais ou espécies vegetais da floresta e *terreiros*. É comum que os moradores se encaminhem até sua casa para buscar remédios quando estão com algum membro da família enfermo.

Lorival iniciou seus trabalhos no final da década de 70 enquanto delegado sindical e deixou de atuar como representante de instituições locais no final da década de 90. Durante os anos de sua maior atuação, a liderança acompanhou Macêdo em atividades no Alto Juruá,

participou de reuniões e encontros promovidos pelo CNS e STR e foi no processo de criação da RESEX do Alto Juruá, o qual acompanhou de perto enquanto delegado sindical, que se inspirou para que a RESEX Riozinho da Liberdade fosse criada. No fim da tarde do dia 15 de abril de 2022, depois de já termos conversado bastante sem gravações, de modo que me permitisse ser vista e lida pela liderança, e mesmo que de forma inicial, criando certo laço de confiança, realizei a entrevista. No dia seguinte eu precisaria voltar, aproveitando a *passagem*, carona, do casal de amigos. Durante a entrevista, contou como veio a se tornar delegado sindical do STR de Cruzeiro do Sul em 1978:

“Naquele tempo isso aqui não tinha estrada [BR 364] ainda, a gente andava... Só tava na picada e a gente andava de pés. Aí tocou de sorte de eu ir lá pra Cruzeiro do Sul e quando cheguei lá tava justamente o doutor João Maia¹⁷, que foi deputado ainda por aí várias vezes, doutor João Maia. Aí ele era filho de Cruzeiro do Sul, tinha estudado fora, aquela coisa todinha... Aí quando Chico Mendes tava criando, brigando pela Reserva Extrativista de Xapuri, aí ele veio aqui no Sindicato, aí foi fundar o Sindicato. No dia que ele tava nessa coisa lá, foi justamente que eu cheguei. Aí... Tinha o Zé Carro Preto que eles chamavam... Aí ele me topou e: “Ah rapaz, amanhã nós vamos começar uma discussão, tu vai pra lá!”. Aí eu fui! Justamente foi a fundação do Sindicato de Cruzeiro do Sul pelo doutor João Maia (...) Aí a gente já assumiu. Já saiu de lá como delegado [sindical] escolhido, por lá mesmo. Não tinha como vir aqui, né? Aí escolheram de lá e a gente recebeu um pedacinho de papel deste tamanho: “Delegado sindical”... Era só aquilo.” (Lorival Monteiro 2022).

Francisco Barbosa de Melo (Chico Ginu) me relatou que após a fundação do STR no Vale do Juruá, foi criado um programa através da rádio Terra dos Nauas em que todos os dias na *boca da noite*, ao final da tarde, expunham sobre os direitos dos trabalhadores rurais garantidos pela legislação durante meia hora. Segundo ele, foi um período em que muitas pessoas passaram a se associar ao STR. No Alto Juruá, O’Dwyer (1998:69) observou que os seringueiros eram informados de seus direitos de cidadania através do programa do STR na rádio Verdes Florestas, da Igreja Católica. Além disso, Ginu relatou-me que após a fundação STR, passou a ocorrer a escolha dos delegados sindicais em seringais de todos os municípios do Vale do Juruá, chegando ao total de 82 delegados. Lorival, após se tornar delegado sindical, ficou com um “pedacinho de papel” que comprovava seu cargo no STR, o que durou dois anos até receber a carteirinha oficial. Nesse período, sua autoridade foi contestada pela polícia e *patrões* seringalistas como nos narra a seguir:

¹⁷Então delegado da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

“Não, era uma carteirinha não. Era só um papel, passei dois anos pra receber a carteirinha ainda. Aí eles chegavam aqui: “Qual a sua autoridade?”. Eu ia buscar o papel. “Isso aqui não vale nada, rasga!”. [Lorival respondia:] “Se você quiser rasgar, rasga...” [Tatiane pergunta:] “Quem dizia isso?”. “Os *patrões*, a própria polícia... Não faltava aqui não, neguinha. Eu digo: “Não, se o senhor quiser rasgar, rasga!”. Aí eles me entregavam, mas não rasgavam.” (Lorival Monteiro 2022).

Uma das primeiras reivindicações do movimento social dos seringueiros dentro do Riozinho da Liberdade foi o não pagamento da *renda*. Não havia legislação ou qualquer amparo legal que permitisse tal cobrança da parte dos *patrões*. Durante conversa com Ginu, este informou que a *renda* se justificava anteriormente como pagamento aos serviços dos mateiros que realizavam a abertura das estradas de seringa, o que há muitos anos já não ocorria. Esta situação social vivenciada em todo Alto Juruá foi explorada em sessão anterior. Ainda segundo Ginu, os *patrões* vendo então os lucros obtidos com a *renda* se aproveitaram da situação, visto que os seringueiros eram “ingênuos” e não tinham instrução sobre os seus direitos de cidadão e trabalhador rural. Relatou ainda, que muitos *patrões* cobravam *renda* estando em propriedades que não eram suas e sim terras devolutas da União. O movimento dos seringueiros no rio Liberdade “era pra ninguém pagar *renda*, *trabalhar livremente sem pagar renda*” (Manoel Soares 2022). Lorival, Chico Ginu e Macêdo informaram-me que no Liberdade não ocorreram maiores *questões*, brigas ou conflitos, entre seringueiros e *patrões*, como ocorreram por exemplo na bacia rio Tejo. Apesar disso, Lorival contou-me um pouco sobre a ação dos *patrões* e algumas *questões* entre esses e os seringueiros.

“[O seringueiro] *pagava renda, conta sem dever* (...) [o *patrão*] *aumentava a conta da pessoa*. Dizia que tava devendo aquela conta todinha e [o seringueiro] *tinha que pagar porque quando chegava, ele subia com a polícia*. Aí quando o pessoal via a polícia já ficava todo mundo nessa *questão* aí... (...) E naquele tempo não tinha polícia. Naquele tempo aqui, pra cá, *a polícia eram os patrões* que nem aqui no [patrão] Zé Barroso. No tempo da bala ainda (...) E quando tinha um negócio difícil, de *questão* essas coisas todinha, aí eu ia lá conversar com eles (...) “ou nós resolvemos aqui ou nós vamos pra justiça de Cruzeiro do Sul!”. Aí calava a boca... Pessoal tinha muito medo de justiça, aí resolvia aqui (...) as *questões* entre o patrão e seringueiro era essa (...) o *patrão* queria que ele pagasse *conta* que não devesse, tava lá com a própria polícia aquele negócio... Eu saía daqui e resolvia em todo canto. Terminava a *questão* por aqui mesmo... Pagamento da *renda*... Um negócio complicado! Aqui também, eu cortava as estradas aqui perto que pertencia ao Joarez Barroso... [Disse ao *patrão*:] “Tá aí as estradas pô, vem cortar! Fazer tua *renda*, porque eu mesmo não vou mais pagar *renda* não”. Aí perguntava pra ele, mostrava os documentos [Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 e o Decreto 59.566 de 14 de

novembro de 1966] pra ele que tinha sobre o problema... Quem era que tinha? Que ele me provasse que tinha algum documento comprado do presidente lá do... Lá em Brasília. Nunca apresentaram [os títulos de propriedades] e com isso [os seringueiros] deixaram de pagar *renda* em toda bacia do Vale do Juruá. Nunca cheguei a ter problema com *patrão* não. O problema era assim... Mas coisa besta mesmo. Por logo quando tinha qualquer coisa eles já levavam pra Cruzeiro, pro [delegado] Joaquim Teixeira que nesse tempo era aquela coisa danada. E o Joaquim Teixeira tinha colocado um posto policial aqui na balsa que era até daquele lado de lá do rio. Aí quem trabalhava aí com o delegado era o Clodoaldo, que era justamente sobrinho do *velho* [*patrão*] Joaquim [Barroso], aí por isso que era mais um problema, qualquer coisa que eu fazia que tava errado trabalhando no Sindicato, aí ele já levava e já vinha a intimação. Às vezes eu andava em Cruzeiro do Sul duas vezes por semana pra poder resolver as coisas, ia daqui de pés, ia lá e voltava. Quando começamos isso o [*patrão*] Jesus [Mappes] ficava ali [na balsa, hoje ponte sobre o rio Liberdade localizada na BR 364]. O Ozé, que era o primeiro presidente do Sindicato, era o Ozé, depois ele se vendeu. Não passou nem dois anos no sindicato, foi que o Saraiva assumiu. Era ele que vinha aí com o Ozé, o Saraiva que era o vice veio até aqui na minha casa, aí quando eles iam voltando aí lá o Jesus Mappes atacou eles com os *capangas*. Antigamente todo mundo tinha *capanga*, mas aí eles escaparam não teve tiroteio coisa nenhuma.” (Lorival Monteiro 2022).

Seu Helio Chagas de Souza, conhecido como Branco, foi seringueiro e posteriormente, gerente *aviado*. Relata a *arenga*, conflito, briga ou desentendimento, do sindicato com os *patrões* e a *arenga* que teve por conta de dívidas e monopólio de comercialização da borracha, com Lorival, então delegado sindical. Na situação em questão, Lorival requeria a produção de borracha dos seringueiros que deveriam ser *livres* para comercializar com quem quisessem. No entanto, Branco requeria a borracha devido ao fato dos seringueiros estarem com dívidas por conta do adiantamento de mercadorias. Independentemente da justificativa da cobrança, se legal ou não, o pagamento da *renda*, o monopólio de comercialização da borracha e o sistema de *barracões* eram formas de imobilização do trabalho. Há muitos anos Lorival e Branco são amigos, sendo que Branco chegou a assinar o abaixo assinado pela criação da RESEX Riozinho da Liberdade e participou da última diretoria da ASARIL. Na conversa que tivemos em 2019, publicada no livro *A Voz do Liberdade* (Silva *et al.* 2021), contou-me o seguinte:

“Minha fia, porque antes o seringueiro, ele era sobre terras dos *patrões* nesse caso (...) Aí o seringueiro (...) *arrendava aparelho de estrada, brocava, aí ia raspar e metia a faca e cortava.* (...) *E ainda tinha que pagar uma renda*, então em... Foi bem em oitenta (1980) já, oitenta (1980) e tal... Antes chegou, porque na época dos *patrões* chegou, criaram o sindicato, Sindicato do Trabalhador Rural que chama (...) Aí o sindicato começou a *arengar* com os *patrões*, *arengar* com os *patrões*

(...) E faziam aquelas reuniões do sindicato e foram brigando com o *patrão* pra tomar o seringal do *patrão* pro seringueiro, né, que era o dono, segundo eles diziam, que era os donos das terras e da seringal (...) Os seringueiros, o sindicato queria assim, né. “Mappes num tem seringal, é dos seringueiros que trabalha lá” (...) que nem esse Lorival que tá aí, ele vai lhe contar bem que ele... (...) Bem, e começou por ele... Sim, ele foi delegado do sindicato só que ele... Nós ainda brigamos eu mais ele, por causa de borracha... (...) Aí arredemos o [Seringal] São Sebastião e o [Seringal] Limão, aí eu fui trabalhar no Limão. Aí, essa borracha já era financiada pelo banco desses seringais; aí o que era pra ser feito? Eu tinha que botar meu nome lá na minha parte que me pertencia pra diferenciar a borracha do próprio [*patrão*] Pedro Barroso, que era meu cunhado, com a minha, porque lá tinha *freguês* meu e tinha *freguês* do Pedro, pra num haver mistura de borracha, sabe?! Aí eles brigavam com a gente porque a gente tava marcando a borracha dos seringueiros, mas os seringueiros tinham feito aquela borracha com a mercadoria que tinha comprado da gente. *E aí tinha que fazer a quinzena, que justamente era pra levar, todo mês fazia a relação do produto que tinha, justamente pra levar pro banco, que era pra...* Os *patrões* iam trabalhando assim né (...) Bom, aí eu fui lá, fiz a quinzena e marquei a borracha; aí eu tô almoçando, lá quando deu fé o cara vinha com a borracha nas costas e essa borracha já tava na relação justamente, aí ia passando e aí eu tomei a borracha dele (...) *Não pode se comprar uma mercadoria com uma pessoa aí pegar a borracha e vender pra outra, e a tua conta, né?* Aí ele era o delegado, hoje graças a Deus nós somos muito amigo, graças a Deus. (...) Rapaz, eu digo: “*Não, a borracha num é dele não, foi ele que fez mas a mercadoria era minha. E essa mercadoria eu comprei do... E eu tenho que devolver*”. Eu sei que foi uma confusão danada.” (Silva *et al.* 2021:148 – 150).

Branco recorda ainda do início pela *luta* pela criação da RESEX e a importância da atuação de Lorival:

“Aí rapaz eles lá ficaram olhando, vendo que... Pensando na unidade de conservação, justamente a reserva, que justamente a gente tinha... Era uma coisa quase que era como se fosse da gente e a gente tinha direito de receber benefício do Governo Federal, do Governo do Estado, que justamente isso aqui foi criado pelo Governo Federal, né, que é a reserva extrativista, e aí justamente... Aí foram brigar por essa reserva e foi uma coisa que até deu certo, porque hoje ninguém se tem... Hoje o Liberdade, depois que foi criado a reserva, o Liberdade mudou completamente (...) Aí vamos criar a reserva. Esse Lorival, se não fosse por esse Lorival, ainda hoje aqui num era criada a reserva (...) Porque na época ele andava fazendo, ele fez, como foi citado aí nos dez anos de criação de reserva¹⁸, foi dito aí que se num fosse por ele aqui num existia uma reserva (...) e o Lorival vendo esse lado que nós num tinha,

¹⁸Em 2015 houve uma grande comemoração pelos 10 anos de criação da RESEX que reuniu ICMBio e lideranças e moradores de todo o Riozinho da Liberdade na comunidade Periquito, conhecida também como seringal São Pedro.

nós era *preso*, aí justamente foi que saiu esse negócio da criação da reserva.” (Silva *et al.* 2021:150-151).

A criação da Associação de Seringueiros e Agricultores do Rio Liberdade (ASARIL) e da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade

No começo da década de 1990 no Riozinho Cruzeiro do Vale, uma diligência policial tentou expulsar um seringueiro, antigo morador de sua *colocação*. Os seringueiros reagiram e em decorrência disto, Macêdo, então coordenador da regional do CNS, e Damião Gonçalves, presidente da ASACV, foram presos a mando do juiz de Cruzeiro do Sul, Heitor Macedo. Através da intervenção dos novos dirigentes do CNS, Macêdo foi afastado do CNS e Chico Ginu passa de vice coordenador à coordenação da regional do Juruá (Aquino 2001:96). Segundo Aquino (2001:96), neste período a ASAREAJ foi beneficiada com o “Projeto Reservas Extrativistas” do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), mas teve ação restrita à área da RESEX do Alto Juruá. Foi nesse contexto que surgiu a demanda pela criação da RESEX do Alto Tarauacá e da RESEX Riozinho da Liberdade (Aquino 2001:96), entendidas por Lorival, Macêdo e Chico Ginu como processos conectados e decorrentes da *luta* pela criação da RESEX do Alto Juruá. Nas palavras de Macêdo: “essa conexão é só o reflexo das conquistas feita no Alto Juruá, que serviu de orientação pros outros, pras conquistas das outras reservas”.

Durante nossas conversas, Lorival recordou diversas vezes de Macêdo, afirmando que este sempre andava acompanhado dos “seus delegados sindicais” do Vale do Juruá, “suas autoridades”. Fosse em viagens para assembleias, reuniões no território que veio a ser a RESEX do Alto Juruá ou em outras cidades de fora de Cruzeiro do Sul e do Acre, Macêdo sempre estava acompanhado dos delegados. De acordo com Lorival, enquanto participava e acompanhava o processo de criação da primeira RESEX do Brasil, nasceu dentro de si o desejo de lutar pela criação da RESEX Riozinho da Liberdade. Macêdo também recorda deste período:

“[Tatiane pergunta:] “Seu Macedo, e... Como que o Liberdade entra na sua trajetória profissional?” [Antônio Macêdo responde:] “Por conta desses 17 delegados sindicais que eu levava, um deles era do Liberdade... O Lorival Monteiro”. (...) Todos os delegados sindicais trabalhavam na reserva junto comigo. Então, o Lorival, é... Vendo os reflexos dessa primeira conquista da Alto Juruá veio falar comigo: “Txai, como é que faz pra nós criar lá no Liberdade?”. Eu disse: “Primeiro tem que fazer o projeto pra ocasionar o levantamento das coisas, que vai elaborar a proposta.” E fiz esse projeto pra eles. Ele criou, ele fez a associação lá... Então pela ASARIL fizemos o projeto,

conseguimos recursos desse projeto pra que ele pudesse, pra que se pudesse fazer os levantamentos necessários” (Lorival Monteiro 2022).

Como mencionado por Macêdo, uma das primeiras estratégias acionadas por Lorival foi se reunir com os moradores e criar Associação de Seringueiros e Agricultores do Rio Liberdade (ASARIL) em 1991, para que assim fosse dado início ao processo de regularização fundiária da área e de criação da RESEX. Posteriormente, Macêdo veio a ser assessor da ASARIL. A seguir, alguns trechos da conversa com Lorival sobre as motivações que levaram à criação da RESEX e das associações de agricultores e extrativistas no Vale do Juruá:

[Tatiane pergunta:] “Por que foi criada a ASARIL?” [Lorival Monteiro responde:] “A ASARIL foi criada por causa... (...) *Quando nós criamos a reserva extrativista lá dá... Da reserva lá de cima, do Alto Juruá, eu fiquei com aquela ambição de criar aqui no Liberdade também. Não é nem menos nem mais, foi só por causa da reserva que foi criada, aí o Mauro Almeida me dando maior apoio, eu já vim pra cá e começamos a discutir, discutir até a reserva ser criada mais ou menos por causa da outra que tinha sido criada. Eu queria que fosse a mesma coisa de lá, para nós ter direito nas nossas coisas, no que nós possuía, por causa disso. Terra nossa, que nós queria! Era uma necessidade que tinha pra nós sair da mão da polícia, dos patrões e da mão da polícia, não tinha outro jeito, foi criar esse negócio! E justamente aquelas 4 primeiras associações. Ou a gente criava aquilo ali ou ficava na mão dos patrões do mesmo jeito. Aí criamos as associações e fomos botando os pés em cima dos patrões, por causa daquilo ali. Aí na hora que criamos as associações, que foi toda legalizada ali por aqueles homens lá em Rio Branco, aí pronto... Começamos a mandar mesmo nas coisas que nós precisava! Aí foi onde nós discutimos no banco do BNDES, aí o Macêdo faz aquele primeiro projeto louco. Só a primeira vez que nós levamos mercadoria pra Reserva do Alto Juruá, nós era 14 batelão grande carregado de mercadoria e o que ficou de panela, munição, ainda deu mais dois. Era pra 400 toneladas de borracha a primeira sapatada de dinheiro que veio do banco BNDES. Aí tu via, criamos a associação daqui, do Alto Juruá, a do Riozinho Cruzeiro do Vale que era o Damião nesse tempo e a do Darcy Mendes do Santa Luzia. Foram as 4 primeiras criadas.” (Lorival Monteiro 2022).*

Lorival ainda guarda consigo o envelhecido diário oficial do Estado do Acre número 5.548 impresso datado de sete de junho de 1991, onde foram então publicados o extrato do estatuto social das quatro associações fundadas no vale do Juruá: A Associação dos Seringueiros e Agricultores do Riozinho Cruzeiro do Vale (ASACV), Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá (ASAREAJ), Associação dos Seringueiros e Pequenos Agricultores do Riozinho da Liberdade (ASARIL) e Associação Cooperativa de Agricultores e Seringueiros do Projeto Santa Luzia, assinavam documento como presidentes, respectivamente, Damião Gonçalves da Silva, Francisco Barbosa de Melo,

Lorival Monteiro e Darcy Mendes dos Santos. No anexo C, constam fotos do diário oficial (Anexo C: figura 17 e 18).

A *luta* pela criação da RESEX Riozinho da Liberdade foi iniciativa da ASARIL, liderada pelo seu primeiro presidente, Lorival, e de seus associados. Em 27 de setembro de 1995, com o apoio do CNS, a ASARIL submeteu ao Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT/IBAMA) o “Projeto de Levantamento do Rio Liberdade para a Criação da Reserva Extrativista do Riozinho da Liberdade”, que veio a ser financiado pelo CNPT por meio do Projeto “Desenvolvimento Sustentado do Extrativismo (BRA/92/043)”. Dentre suas metas, estava realizar o levantamento da cadeia dominial da área, confeccionar um mapa da área da RESEX, assim como o levantamento socioeconômico e cadastro dos moradores (Aquino 2001:3).

“O principal objetivo desse projeto (...) consistia em realizar, formalmente, baseado nas propostas originárias dos seringueiros e pequenos agricultores, a eleição da área proposta pela ASARIL e seus associados para a criação da Reserva Extrativista do Riozinho da Liberdade” (Aquino 2001:3).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o STR de Cruzeiro do Sul participaram ainda da fase inicial de formulação do projeto. O STR deu apoio logístico, disponibilizou hospedagem para a equipe técnica na cidade de Cruzeiro do Sul e infraestrutura para comunicação. Manoel Neri, então presidente do STR, auxiliou nas atividades de campo fazendo parte da equipe de levantamento socioeconômico. Antônio Macêdo, então assessor da ASARIL, atuou como um dos coordenadores técnicos das atividades de campo. Os moradores do Liberdade deram apoio logístico nas atividades de campo. José Bezerra da Costa, conhecido como professor Zé Bezerra, secretário da primeira diretoria da ASARIL, Manoel Neri, o pesquisador Ricardo Salomão convidado pela ASARIL, Terri Valle de Aquino e Macêdo foram os coordenadores técnicos do projeto (Aquino 2001:1-2). Durante todo o processo que durou mais de uma década, o CNS nas figuras de Macêdo e posteriormente de Chico Ginu, foi um dos mais importantes aliados da ASARIL.

Um dos primeiros documentos formulados foi o abaixo assinado dos moradores e moradoras do Riozinho da Liberdade (Brasil 1998:3-29), onde reivindicavam a criação da RESEX com maior brevidade possível junto ao IBAMA e Ministério Público Federal. O abaixo assinado, provavelmente datado da primeira metade da década de 1990, tinha aprovação de

53,5% dos moradores¹⁹ e menciona o fato de a criação da RESEX ser “a maneira mais efetiva de proteger” as comunidades tradicionais, “tendo em vista as mudanças econômicas, sociais e ambientais” que ocorreriam com o asfaltamento e pavimentação da BR-364 no trecho Cruzeiro do Sul - Rio Branco. Além disso, informa que os *patrões* e pretensos proprietários haviam abandonado os seringais, deixando as famílias dos seringueiros “entregues à própria sorte, sem nenhuma perspectiva econômica”, assistência médica e educacional, de modo que os seringais constituíam na época verdadeiros latifúndios improdutivos (Brasil 1998:3). Até mesmo *ex-aviados*, que também haviam cortado seringa em períodos anteriores, assinaram o documento.

Os moradores e moradoras representados então pela ASARIL, reivindicavam neste primeiro abaixo assinado a desapropriação e regularização fundiária dos seringais Extrema I, Extrema II, Bom Futuro I, Bom Futuro II, São Sebastião, Esperança, Guarani, São Pedro, Ceará, Retiro, Passo da Pátria, Novo Acre, Floresta, Iracema I, Iracema II, Esperança II, Paraíso, Crateus e Santa Fé, todos localizados no Riozinho da Liberdade. Assim como parte do seringal Caxinauá, localizado nas cabeceiras do rio Gregório, o qual fazia fronteira com a Terra Indígena Rio Gregório, habitada por indígenas do povo Yawanawá e Noke Kuin. Nessa primeira reivindicação, seriam 176 grupos familiares, 1.310 habitantes distribuídos em 128 *colocações* que viriam a ser beneficiados com a criação da RESEX (Brasil 1998:3). Acreditavam então que apenas com a criação da RESEX, suas famílias poderiam ser:

“Contempladas com programa de desenvolvimento econômico sustentado, socialmente justo e culturalmente viável. Só assim poderemos melhorar concretamente a qualidade de vida de nossa população e a preservação de nossas florestas, rios, igarapés e lagos” (Brasil 1998:3).

Para a criação da RESEX, era necessário além do abaixo assinado dos moradores, moção de apoio das instituições e entidades oficiais e organizações não governamentais do Acre através de abaixo assinado. Segundo Lorival, tiveram dificuldades para conseguir tal documento em Cruzeiro do Sul, pois os servidores das instituições tinham receio de assinar a moção de apoio e perder seus empregos. Munido então de documento expedido pelo CNS, onde constava Lorival como seu representante, foi para Rio Branco e disse que: “aí quando eu cheguei lá, Deus abriu as portas, né?!”. Conseguindo deste modo, o apoio de diversas instituições. Assinaram representantes de entidades oficiais e organizações não governamentais do Acre, como Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Comissão Pró Índio do Acre (CPI),

¹⁹Alguns anos depois nova pesquisa de aceitação é realizada e este valor aumenta para 81%. O que será mencionado mais à frente.

Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sindicato dos Trabalhadores Industriários do Estado do Acre (SINTIACRE), Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre (FETACRE), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sóciobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Fundação Cultural Palmares, o então Procurador da República Sérgio Monteiro Medeiros, Instituto Nawa, SOS Amazônia entre outras. A quase totalidade das instituições que constam na moção de apoio eram sediadas em Rio Branco.

Durante o desenvolvimento do “Projeto de Levantamento do Rio Liberdade para a Criação da Reserva Extrativista do Riozinho da Liberdade”, as reuniões a serem realizadas eram anunciadas pelas rádios de Verdes Florestas e Integração de Cruzeiro do Sul. Macêdo, Chico Ginu, Lorival e outros seringueiros relatam que antes que as equipes subissem o rio, *marreteiros* passavam nos seringais espalhando informações falsas na tentativa de persuadir os moradores a se posicionarem contra a criação da RESEX. A seguir, trecho de entrevista realizada com Francisco Batista de Lima, conhecido como França, onde ele relembrou deste período.

“Tinha muita gente que... Surgiu, sempre surgia uma história negativa que a pessoa que não tem conhecimento com as coisas e fica comentando aquelas coisas que ele não tem conhecimento. Aí eles diziam que se criasse a reserva... Quem criasse duas galinhas, uma era pro governo. Se criasse dois bois, um era pro governo. Existia essa polêmica aqui dentro do rio Liberdade, eles diziam que o que a pessoa fazia era na metade, né? Se produzisse dez sacas de farinha tinha que dividir com o governo, mas tudo era história que não tinha fundamento.” (Francisco Batista 2022).

Dentre essas contrainformações, constava que os moradores da RESEX do Alto Juruá estavam passando fome, que após a criação da RESEX não seria permitido caçar, criar galinhas e “nem mesmo matar uma nambu”. Informavam ainda, que aqueles que viriam realizar as reuniões confiscariam até mesmo as criações de galinhas dos moradores. Um seringueiro e rezador que preferiu não se identificar²⁰ e que participou ativamente do início da *luta* pela criação da RESEX, recorda do início das discussões, das opiniões divididas e ainda das tentativas de Laiz Mappes, membro de uma família de seringalistas, de convencer os seringueiros a se posicionarem contra a criação da RESEX. Abaixo, trecho da conversa.

²⁰Seu nome constava na primeira versão deste texto, mas após eu retornar a sua comunidade e realizar a leitura do texto para o interlocutor, este preferiu que seu nome não fosse mencionado visto que ainda possui boa relação com a família Mappes, mencionada na entrevista.

“Pra criarem uma reserva, aí ficou aquela coisa. Fala pra um... Ele diz que sim. Aí fala pra outro... Ele diz: “acho que não dá certo”. E aquilo ali ainda tava nessa manobra até chegar o eixo de todos combinar, né? Chegar o eixo de todos combinar pra fazer a reserva, mas era aquele negócio... "Faz?". "Não". Outro aceita... "Sim". Outro acolá... "Não, não dá certo". (...) Tinha seringueiro que não tava conhecendo, os patrões também diziam que não dava certo e aquele negócio, né? *Os proprietários da terra* [patrões seringalistas] *lá também diziam que não dava certo, que não podia ser.*” [Tatiane pergunta:] “Quem que dizia que não ia dar certo?” [Seringueiro anônimo responde]: “Quem dizia que não ia dar certo era dona Laiz [Mappes], que era dona das terras, né? Os outros não dava, que as terras do Liberdade eram pro pessoal plantar e criar e... Netos e filhos lá, sem carecer dessas coisas, né? (...) Ela dizia assim: que era pro povo do Liberdade. Não carecia a reserva. Mas o pessoal podia botar o roçado do tamanho que quisesse, era pra sobreviver que tudo era seringueiro dela, do marido dela, né? Era pra eles sobreviver, não carecia reserva, o problema dela era esse, né? Aí por lá... Chegou pro governo comprar as terras pra fazer a reserva, né? E aí começou...” (Seringueiro anônimo 2022).

Lorival conta que somente visitando as *colocações* dos moradores que acreditaram nas contrainformações e conversando pessoalmente, vieram a compreender pelo que de fato estavam *lutando*. Além disso, o referido seringueiro que solicitou anonimato nesta narrativa, mencionou outro fato interessante. Laiz Maria Montenegro Mappes dizia aos seringueiros que poderiam continuar a usar suas terras e manter seus modos de vida. No entanto, havia apenas uma condição: que não retirassem madeiras de lei. Lembremos que os *patrões* na bacia do Tejo estavam interessados na exploração de madeira e Orleir Cameli, inclusive, já havia devastado as florestas habitadas pelos Ashaninkas como mencionado em sessão anterior. Estaria a família Mappes seguindo a tendência regional e se interessando na rentável exploração madeireira? Segundo indícios a resposta seria sim, pois alguns moradores da comunidade Morro da Pedra, antigo Seringal Bom Futuro II, relataram que em meados da década de 1980, Elson Bezerra, na época esposo de Sandra Magda Montenegro Mappes Costa, a qual era filha de Maria Alaíde Montenegro Mappes e irmã de Laiz Mappes, explorou madeira em seringais do Alto Liberdade e as enviou para Ipixuna em Manaus. Ainda segundo os moradores, na década de 90 o seringalista Novaes Messias, primo de Orleir Cameli, retirou madeiras de lei como cedro, aguano e cumuru no Seringal Limão no rio Liberdade, exportando-as para o Japão.

Em 2002, durante a realização do levantamento florístico (Brasil 1998) nos seringais Guarani, Jurupari, Tristeza, Novo Acre e Bom Futuro, um dos estudos necessários para a criação da RESEX, constatou-se que em anos anteriores havia ocorrido exploração de madeiras de lei para marcenarias de Cruzeiro do Sul. Nos seringais onde o levantamento foi realizado,

não foram encontradas áreas de regeneração natural de madeiras nobres como mogno (*Swietenia macrophylla*), *aguano*, e segundo os moradores, ainda seria possível encontrar pranchas e toras de mogno, cedro (*Cedrela odorata*) e outras espécies de madeiras de lei em decomposição na floresta.

No âmbito do “Projeto de Levantamento do Rio Liberdade para a Criação da Reserva Extrativista do Riozinho da Liberdade”, uma das primeiras atividades a ser realizada foi o levantamento socioeconômico e cadastro de moradores da área. Para tal, foram realizadas duas viagens ao Riozinho da Liberdade e à cabeceira do rio Gregório e as cidades de Cruzeiro do Sul e Tarauacá, totalizando 5 meses de atividades de campo (Aquino 2001:3-4). A primeira viagem foi realizada de julho a setembro de 1996, ocasião em que foram aplicados os questionários do cadastro e levantamento socioeconômico com os moradores do rio Liberdade. Para levantamento da cadeia dominial e situação fundiária da área, foram realizadas pesquisas “nos arquivos do Projeto Fundiário Alto Juruá do INCRA e do Cartório de Registros de Imóveis da cidade de Cruzeiro do Sul” (Aquino 2001:4).

Durante a segunda viagem a campo, que ocorreu de outubro a novembro de 1996, também foram aplicados questionários do cadastro de moradores e levantamento socioeconômico, mas apenas com os moradores do seringal Caxinauá, localizado na cabeceira do rio Gregório. Ainda com o intuito de levantamento da cadeia dominial, foram feitas pesquisas no Cartório de Registro de Imóveis de Tarauacá, Acre (Aquino 2001:4). Além dos dados dos cartórios, para fins do levantamento fundiário foram utilizados dados fundiários do INCRA sistematizado por duas comissões, “Comissões Especiais de Discriminação de Terras Devolutas da União no Estado do Acre” (CE/AC-22 e CE/AC-23). (Aquino 2001:7). Durante essa segunda viagem de campo, coordenadores do projeto e membros da diretoria da ASARIL realizaram visitas na aldeia Yawanawa Nova Esperança, onde participaram de rituais, reuniões e puderam comunicar às lideranças indígenas o início do processo de criação da RESEX Riozinho da Liberdade. A Terra Indígena Rio Gregório faria fronteira com a futura RESEX (Aquino 2001:4).

Para a aplicação dos questionários referentes ao cadastro de moradores e levantamento socioeconômico, foram realizados treinamentos com os entrevistadores entre 28 e 30 de junho de 1996 no seringal Bom Futuro, *colocação* Irmão José e sede da ASARIL. As pessoas que realizariam a aplicação dos questionários eram “representantes da ASARIL, STR-CZS”, “pesquisador convidado pela ASARIL” e os coordenadores do projeto. Representantes da ASARIL que não sabiam ler e escrever com facilidade, mas que se dispuseram a colaborar com

as atividades, foram incluídos em outras funções como “guias, mateiros, motoristas fluviais, barqueiros e cozinheiras”. Cada equipe possuía um coordenador de campo e alguns auxiliares que eram moradores da RESEX (Aquino 2001:5).

Por meio dos programas de rádio, os moradores foram avisados das datas que seriam realizados os trabalhos. Foram formadas 5 equipes para realizar o levantamento e cadastro socioeconômico dos moradores do Riozinho da Liberdade na área correspondente ao território reivindicado para ser a RESEX. Segundo Lorival, “era um trabalho feito casa por casa. Quando a pessoa não tava tinha que esperar, ia atrás que ele chegasse. O trabalho desse tempo que foi feito, o levantamento socioeconômico que nem eles chamam, era um trabalho feito casa por casa...”. A liderança recorda que nesta oportunidade constatou-se que a cobertura vacinal no Liberdade era de apenas de 15% da população (Brasil 1998:83). No seu *dizer*: “Rapaz, sempre eu falava: a vacina daqui é caba, é cobra, é lacrau preto. É dessa forma que nós somos vacinados”.

A partir do levantamento e cadastro, foram trabalhados em 11 seringais dos 19 pertencentes a área para criação da RESEX, a saber: “Bom Futuro I, Bom Futuro II, Extrema II, São Sebastião, Esperança, Guarani, São Pedro, Ceará, Passo da Pátria, Novo Acre situados no Riozinho da Liberdade, e parte do Caxinauá, seringal localizado nas cabeceiras do rio Gregório, acima dos limites da TI Rio Gregório”. Os seringais Extrema I, São Francisco, Bom Retiro, Progresso, Crateús, Santa Fé e Paraíso não possuíam moradores. Nesse levantamento foram contabilizadas 178 famílias, 1.225 pessoas distribuídas em 129 *colocações*, 96 de *margem* e 33 de *centro*. Não foi possível acessar 4 *colocações* de difícil acesso, mas segundo informações de moradores, estas *colocações* seriam habitadas por 4 famílias com um total de 33 pessoas. De modo que, no ano de 1996, os dados produzidos passavam a informar a quantia de 181 famílias, 1.258 pessoas ocupando 133 colocações em 13 dos 19 seringais da área a ser criada a RESEX (Aquino 2001:6).

Ainda em 1996, entre 4 a 6 de novembro, ocorreu um importante evento em Cruzeiro do Sul, do qual participaram representantes da ASARIL, Macêdo, Ricardo Dantas e Terri Aquino. O Encontro Interinstitucional das Organizações dos Trabalhadores Índios e Não-Índios do Vale do Juruá Acreano, "reuniu dirigentes sindicais e das associações, cooperativas, sociedades agrícolas e organizações de seringueiros, bem como lideranças indígenas e representantes de ONGs e órgãos oficiais, dentre os quais a Universidade Federal do Acre (UFAC), o INCRA e o IBAMA” (Aquino 2001:7). Na ocasião, foram avaliados os impactos positivos e negativos que a terraplanagem e pavimentação da BR-364, trecho Rio Branco -

Cruzeiro do Sul, iria ter sobre os povos que vivem na sua área de influência direta e indireta. Além disso, discutiu-se o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e a inexistência de ações mitigadoras dos impactos ambientais e sociais que o asfaltamento da BR-364 causaria (Aquino 2001:7). Com a crise na economia extrativa da borracha e a pavimentação da BR 364, a criação da RESEX Riozinho da Liberdade veio a ser uma medida para proteger o povo que nela habita, assim como sua biodiversidade e recursos hídricos (Aquino 2001:104). Ao final do encontro, foi formulado um documento que dentre suas reivindicações constava a proposta de:

“Criação da RESEX do Riozinho da Liberdade e a desapropriação dos seringais nativos nela incidentes, bem como a regularização fundiária de um conjunto de áreas de proteção ambiental contíguas, constituído por três reservas extrativistas, 19 terras indígenas e o Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD). Propôs ainda aos governos federal e estadual a implantação de um programa de proteção ao meio ambiente e às populações tradicionais do Vale do Alto Juruá, semelhante ao PMACI, adotado durante a pavimentação desta mesma BR-364, no trecho Porto Velho - Rio Branco” (Aquino 2001:7).

A abertura e pavimentação da BR 364 nos seus trechos Cuiabá - Porto Velho e Porto Velho - Rio Branco havia causado uma série de efeitos nocivos, como aumento do desmatamento, destruição de recursos naturais, sobre-exploração madeireira, acirramento de conflitos por terra, epidemias de doenças, invasão de terras indígenas e unidades de conservação (Aquino 2001:105). Marcelo Piedrafita no “Levantamento Socioeconômico, Laudo Biológico e Situação Fundiária da Área Indicada para a Criação da Reserva Extrativista do Alto Tarauacá” (Iglesias 1988), ressaltou a importância da criação da RESEX para a preservação da biodiversidade e para os modos de vida tradicionais a ela atrelados:

“A criação destas duas novas reservas extrativistas [do Alto Tarauacá e Riozinho da Liberdade] é também necessária para impedir efeitos ambientais danosos em curso desde início dos anos 90, em decorrência do agravamento da crise na economia da borracha. Desde então, nos Municípios de Jordão e Tarauacá, comerciantes, políticos e proprietários de seringais empreenderam retiradas ilegais e predatórias de madeiras de lei, especialmente, cedro e mogno, com vistas à sua venda no mercado regional. Intensificaram-se, ainda, as caçadas e pescarias com fins comerciais, incentivadas por regatões e levadas a cabo por moradores das cidades de Tarauacá e do Jordão, assim como pelos próprios moradores dos seringais, que procuravam novas alternativas de inserção na economia local. Ambos estes processos resultaram na sistemática invasão de seringais e terras indígenas. Apesar de terem arrefecidos nos últimos três anos, como fruto das mobilizações dos moradores, lideranças indígenas e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, estes processos deixaram consequências

adversas para a vida das populações tradicionais, bem como para a biodiversidade da região. Por fim, a completa regularização do conjunto contínuo de terras reservadas pelo governo federal no Alto Juruá é de fundamental importância na atual conjuntura, visto o firme propósito do governo de Estado do Acre em concluir a pavimentação da BR-364, que atravessa todo o Vale do Juruá acreano, o que, sem um devido zoneamento e sem o reconhecimento dos direitos territoriais das populações tradicionais, poderá trazer novos e significativos problemas sociais e ambientais” (Iglesias 1988).

O processo de criação da RESEX Riozinho da Liberdade que fora iniciado no começo da década de 1990 logo após a criação da RESEX do Alto Juruá e formalizado institucionalmente pela ASARIL no IBAMA em 1995, ficou estagnado nas gavetas administrativas do Estado após o levantamento e cadastro socioeconômico em 1996 e foi retomado somente em 1999. No final deste ano, foram realizadas novas reuniões nos seringais São Pedro, Guarani, Novo Acre, Santa Rita e Vila Liberdade. Elas eram presididas pelo então presidente da ASARIL, José Francisco Barroso, e contava com a presença de representantes do CNPT/IBAMA, EMATER e de Chico Ginu, coordenador do CNS regional Vale do Juruá. As atas que constam no processo administrativo de criação da RESEX (Brasil 1998), indicam que este foi o momento oportuno para retomarem as discussões a respeito da criação e implantação da RESEX, reavaliarem o cadastro e levantamento socioeconômico realizado anteriormente, esclarecer dúvidas e compreender quais seriam os próximos passos burocráticos. Além disso, reafirmaram que o primeiro abaixo assinado realizado atestava que 53,5% dos moradores eram a favor da criação da RESEX de modo a cobrar celeridade no processo.

Na retomada do processo, o CNS na figura de Chico Ginu exerceu importante papel como aliado da ASARIL. Em 1999, por intermédio do CNS e com recursos do CNPT de Brasília, um novo levantamento e cadastro de moradores foi realizado. Desta vez, englobando somente os seringais Bom Futuro I, Bom Futuro II, Esperança, São Sebastião, Extrema II, São Pedro, Guarani, Ceará, Passo da Pátria e Novo Acre, totalizando 172 famílias. Após algumas mudanças, devido demandas de inserção ou retirada, foram estes seringais que vieram a compor a área final proposta para ser a RESEX Riozinho da Liberdade. Demandas de famílias que viviam em *colocações* que não faziam parte dos levantamentos anteriores foram atendidas e passaram a compor a área proposta a ser RESEX. Exemplo disto, é a comunidade Cavanhaque, que não constava inicialmente na área reivindicada para ser RESEX. O que foi efetivado através da demanda da comunidade representada então por sua liderança, Francisco Batista.

Além disso em 2003, os Yawanawa e a Organização dos Agricultores Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório (OAEYRG) reivindicaram formalmente a área do seringal

Caxinaua localizado na cabeceira do rio Gregório e solicitaram a revisão dos limites da Terra Indígena (TI) junto à FUNAI. Sua TI passaria a englobar a cabeceira do rio Gregório, área incluída anteriormente no mapa de criação da RESEX. Consideravam a área sagrada, pois no local haviam dois cemitérios onde seus antepassados estavam enterrados. De modo que, este seringal foi excluído da área da RESEX. Segundo Joaquim Tashka Yawanawa, na época coordenador da OAEYRG, desde 1977 a TI teria sido identificada e delimitada de maneira errada; os indígenas não teriam solicitado a identificação e delimitação correta do território, pois temiam represálias dos *patrões seringalistas*, pretensos donos das áreas.

Ainda neste mesmo ano, a Secretaria da Floresta do Governo do Acre solicitou uma pausa temporária no processo de criação da RESEX, visto que 56.000 ha da área proposta para Riozinho estavam se sobrepondo à área proposta para criação do Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório (CFERG), o qual fazia parte do Programa de Desenvolvimento Florestal Sustentável do Estado do Acre. A pausa se fazia necessária para que o assunto fosse discutido junto aos representantes do Governo do Estado do Acre e grupos interessados, a fim de que se construísse uma alternativa que contemplasse todos os segmentos envolvidos e que levasse em consideração os interesses da sociedade. Segundo documentos que constam no processo administrativo de criação da RESEX (Brasil 1998), a área do Complexo teria sido acrescentada inicialmente a RESEX para prevenir invasões, mas a criação da Floresta Estadual (FLOES) também atenderia a esta preocupação. Em julho de 2005, ocorreu uma reunião entre moradores de várias localidades do Liberdade, IBAMA, Governo Estadual enquanto Secretaria da Floresta, IMAC/CZS, CNS, Assembleia Legislativa e ASARIL com objetivo de discutir a criação da FLOES em área que seria abrangida pela RESEX. Os moradores se manifestaram a favor da área pertencer ao território da FLOES, pois a manutenção e usufruto da área seguiria garantida. Na ocasião, aproveitaram a oportunidade para discutir e esclarecer dúvidas quanto à criação da RESEX, plano de manejo, caça, pesca, extração de madeira, desmatamento e queimadas.

Na planilha "Especificações de lista de moradores do rio Liberdade", que consta no processo administrativo de criação da RESEX (Brasil 1998:37), com as novas atualizações seriam beneficiados 172 grupos familiares, 1.173 habitantes de 125 *colocações* em 10 seringais, a saber: Bom Futuro I, Bom Futuro II, Esperança, São Sebastião, Extrema II, São Pedro, Guarani, Ceará, Passo da Pátria e Novo Acre. Nesse documento há uma redução do número de seringais inicialmente reivindicados, se referindo a área final definida pelos seringueiros interessados para ser a RESEX.

As últimas atividades haviam sido realizadas em 1999 e o processo passa mais alguns anos estagnado até voltar a ser retomado em 2001. O "Projeto de Levantamento do Rio Liberdade para a Criação da Reserva Extrativista do Riozinho da Liberdade" já havia sido submetido pela ASARIL e financiado pelo CNPT/IBAMA, assim como o levantamento e cadastro socioeconômico realizado e encaminhado para o CNPT/IBAMA. No entanto, faltavam ainda ser encaminhados o laudo biológico, carta de autoridades manifestando apoio a criação da RESEX, a definição dos limites cartográficos da área, memorial descritivo contendo as coordenadas geográficas, mapa da área e levantamento fundiário através de buscas em cartórios de matrículas de propriedades privadas. Nesse momento então, em 2001, Atanagildo de Deus Matos era o chefe do CNPT de Brasília e em julho requereu junto ao CNPT de Rio Branco empenho para conclusão do processo.

Durante uma conversa com Lorival, ele recordou da importância que o CNPT teve para a conclusão das etapas burocráticas necessárias para a criação da RESEX. Após a manifestação de Atanagildo, em dezembro de 2001, uma equipe composta por representantes da CNPT/AC, ASARIL e Chico Ginu (CNS) voltaram aos seringais do Riozinho da Liberdade para novas discussões. Na primeira reunião realizada na Balsa, hoje conhecida como Vila Liberdade, constatou-se que muitos moradores que eram a favor da criação da RESEX estavam se posicionando contra. O então presidente da ASARIL, Francisco de Jesus Oliveira Monteiro, conhecido como Jesus e filho de Lorival, informou que muitas famílias desconheciam o que seria uma RESEX. Assim, concluíram que novas reuniões deveriam ser realizadas com o intuito de informar e esclarecer as dúvidas dos moradores.

As reuniões promovidas pelo CNPT/AC, CNS e ASARIL continuaram em janeiro de 2002 nos seringais Novo Acre, Tristeza, Jurupari, Guarani e Bom Futuro. Ocasão na qual discutiram sobre o conceito de RESEX e realizaram nova pesquisa de aceitação, na qual se constatou que 81% dos moradores demandavam a criação da RESEX. As atividades que ainda deveriam ser realizadas para a conclusão do processo, foram executadas pelo CNPT/IBAMA em parceria com CNS e ASARIL. Ainda em 2002, o laudo biológico, levantamento da cadeia dominial e memorial descritivo ficaram sob responsabilidade da equipe técnica contratada pelo CNPT. A ASARIL e seus associados ficaram responsáveis por auxiliar na atualização dos dados socioeconômicos e coordenadas geográficas das moradias para finalização da confecção do mapa, juntamente com a Secretaria de Coordenação da Amazônia - MMA. Nessa nova atualização, foram levantadas 178 famílias, 1.225 moradores habitando 129 *colocações* (Brasil 1998).

Durante a realização das reuniões, constatou-se que de fato muitos moradores estavam se posicionando contra a criação da RESEX. Contrainformações ainda circulavam no Liberdade através da ação dos *marreteiros*, que tentavam convencer os moradores que com a criação da RESEX iriam perder suas terras, seriam impedidos de plantar, caçar, pescar e retirar madeira para construção de casas. Mais uma vez, que os moradores da RESEX do Alto Juruá estariam passando fome e confeccionando suas roupas com fundos de redes por não possuírem condições financeiras de comprá-las. Há de se observar também, que uma década já havia se passado desde o início do processo de criação da RESEX. Neste período, novas famílias foram sendo formadas e estas gerações poderiam possivelmente desconhecer o processo anteriormente iniciado. Além disso, com tal morosidade, muitos moradores estavam desacreditados que a RESEX viria a ser criada.

É interessante observar que, com a derrocada da atividade extrativa, os *patrões seringalistas* há muito tempo haviam saído dos seringais do Liberdade. O último *barracão* da família Mappes estava localizado na Vila Liberdade e era gerenciado por Jesus Mappes, o qual abandonou o seringal no início da década de 90, ficando a comercialização de mercadorias no Liberdade a cargo dos *marreteiros*. É possível, então, que os *marreteiros* tenham difundido contrainformações, pois a criação da RESEX poderia possivelmente prejudicar suas atividades comerciais, consideradas exploratórias dado os altos preços das mercadorias que comercializavam e que eram essenciais para o funcionamento das unidades domésticas nos seringais. Segundo relatório de autoria de Edson Vanda Pereira dos Santos (Brasil 1998:79-89), técnico do CNPT responsável pelas atividades na RESEX, alimentação, roupas e outros itens eram adquiridos através da troca por farinha de mandioca junto aos *marreteiros*. Nesta troca, o produtor perderia cerca de 30% a 40% do valor do produto. Comparando com os preços praticados na cidade, poder-se-ia dizer que seriam explorados em até 600%. Ainda segundo o relatório de Edson Santos, esta exploração resultaria da inexistência de infraestrutura, "como: equipamentos agrícolas, motores, barcos, caminhões e armazéns; bem como a falta de apoio técnico, que traria uma diversificação da produção agrícola, melhoria no processo produtivo e qualidade do produto, que agregaria melhor preço ao mesmo" (Brasil 1998:85).

Neste contexto de morosidade e difusão de falsas informações, a mudança de posicionamento se torna compreensível. Se a RESEX não poderia ser criada ou então não seria a melhor opção de acordo com as contrainformações, ao menos poderiam manter seus modos de vida no território. Segundo Francisco Batista e Macêdo:

“[Havia] muita história negativa, né? É pessoal que não tinha conhecimento, eles pensavam que com a criação da reserva ia ser muito ruim pros moradores. E aqui nunca ninguém tinha visto falar em reserva, né? Sabia nem o que era reserva!²¹ Aí então... Foi trabalhado isso com muita cautela, aí o pessoal depois passou a acreditar, mas tinha outros que não acreditava ainda, né? Depois que foi criada a reserva todo mundo viu que tava mais... Indo num bom caminho e tudo tava se encaixando bem.” (Francisco Batista 2022).

“Eles já tinham sido enganados por muita gente, sabe? Muita gente... Enganados pelo patronado regional o tempo todo, sabe? Enganados pelos marreteiros, enganados por políticos que prometiam as coisas e não acontecia nada. Então, era difícil eles acreditarem quando a gente chegava e comigo foi assim, eles... Toda casa que eu chegava, quando eu me instalava com a equipe pra começar a perguntar as coisas [durante o levantamento e cadastro socioeconômico], a pergunta que vinha deles, a pergunta que mais... “Será que isso vai dar certo, Seu Macedo?”. Totalmente sem esperanças. Então, você já via naquela pergunta deles o tanto de enganação que eles já viveram, já passaram.” (Antônio Macêdo 2022).

Um dos documentos que consta no processo administrativo de criação da RESEX, a matéria do jornal local *Voz do Norte*, de título "Padre Heriberto, faz importante levantamento da situação social no Riozinho da Liberdade" (Brasil 1998:73), traz relatos interessantes sobre as condições socioeconômicas em que se encontravam os seringueiros. A matéria datada de dezembro de 2001 e de autoria do próprio Padre Heriberto, relata a viagem que realizou para desobriga na Vila Liberdade, nos seringais Bom Futuro, Limão, Esperança, Guarani, Itajubá, São Pedro, Jurupari, Forquilha, Tristeza, Passo da Pátria e Novo Acre. Participaram dos seus serviços religiosos mais de 500 pessoas e na ocasião, conversou com os moradores e levantou as dificuldades pelas quais passavam. Entre elas, menciona a falta de acesso à educação básica, à assistência médica, técnica e financeira aos agricultores e transporte comunitário.

Segundo Padre Heriberto, em 2001 existiam escolas apenas nos seringais Bom Futuro, Limão, Guarani, Periquito e Jurupari, que teriam sido construídas pelos professores com recursos próprios, feitas com madeira, cobertas de palhas, sem paredes e assoalho. Informa que no igarapé Forquilha, haviam mais de 30 famílias em colocações sem escolas e que o índice de analfabetismo de adultos seria de 80%. As escolas que existiam, segundo Francisco Albecir (2022) “eram apoio próprio das pessoas que tinham um pouco de instrução e queriam colaborar”, ou seja, aquelas pessoas que aprenderam a ler e escrever em anos anteriores e fundaram essas escolas para ensinar os(as) filhos(as) dos(as) seringueiros(as) e os(as)

²¹Inicialmente as atividades da ASARIL não abrangiam o seringal em que Francisco Batista reside.

próprios(as) seringueiros(as). Segundo Padre Heriberto, quando esteve no rio Liberdade os seringueiros estariam aumentando sua produção de mandioca, arroz, milho e alguns estariam criando gado. Afirmou ainda que, a farinha produzida seria de qualidade relativamente boa e que poderia melhorar caso os produtores tivessem acesso às casas de farinha oferecidas pelo Governo da Floresta, assim como a incentivos fiscais e cursos de especialização. Segundo Manoel Soares e Francisco Albecir:

“Naquelas épocas difíceis... teve época mais difícil pra trás, os patrões reinavam, né? Aquela história... Os patrões reinavam, queria ser rei porque mandava em tudo, eles mandam, né? Só faziam o que eles queriam. Olha, eu vou contar uma aqui... O filho do seringueiro quando ele estava com a idade de oito anos, teu patrão já dizia assim: “Já tá bom de ensinar ele a cortar seringa.” E o filho do patrão quando estava bom de estudo ele mandava aqui pra Cruzeiro, daqui de Cruzeiro ele mandava pra Manaus, de Manaus mandava pra Fortaleza. Quando ele vinha era um homem formado, uma mulher formada, né? Bem sabido, todo mundo sabido! Mas o filho do seringueiro não tinha direito de nada disso, ele não tinha direito a uma escola, não tinha direito a nada não. *A escola dele tinha de ser a faca de seringa que era a lapiseira dele, a caneta dele trabalhar.* E os seringueiros cortando seringa pra que? Pra produzir borracha pra ensinar o filho do patrão, porque de tudo o patrão pegava era na lida aqui com o comércio” (...) lá na boca do Forquilha tinha uma escola, chamava de *escola do toco*. Porque os alunos estudavam assim sentado em cima do pedacinho de pau, né? Que rolava o pau assim e dava de sentar”. (Manoel Soares 2022).

“Enquanto o filho do seringueiro estava sendo estimulado ou recrutado a partir dos 8 anos de idade, 9 anos, a cortar seringa, o filho do patrão tava saindo daqui pra estudar. E estudar, muitas vezes, nas melhores escolas particulares, tá? Em Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Manaus, em Fortaleza e quando voltavam de lá, aquele que queria realmente estudar, voltava com status de doutor. E o filho do seringueiro... Tinha virado mais um seringueiro. Era o novo pai de família, o novo seringueiro. Ou seja, é... Sintetizando o entendimento: *era uma espécie de escravidão*” (Francisco Albecir 2022).

Segundo Edson Santos, técnico do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sóciobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT), durante sua viagem ao Liberdade no começo dos anos 2000 para realizar reuniões com fins de criação da RESEX Riozinho da Liberdade, durante sua viagem ao Liberdade, se deparou com a "situação calamitosa" dos seringueiros e que seria urgente a implementação de "ações sociais e econômicas (...) bem como agilizar o processo de criação" da RESEX (Brasil 1998:77). Um dos seus relatórios sobre as atividades desenvolvidas no Liberdade, datado de janeiro 2002, relata que as 5 escolas mencionadas por Padre Heriberto se encontravam em completo estado

de "abandono". Faltava material escolar, lousa, iluminação, eram distantes da casa dos alunos e os moradores reivindicavam a construção de uma escola para cada um dos nove seringais, materiais didáticos e a contratação de professores. Na área da saúde, eram inexistentes trabalhos de combate e prevenção de doenças, não haviam barcos de emergência para o deslocamento de moradores enfermos que necessitassem de tratamento de saúde na cidade de Cruzeiro do Sul, de modo que todos os meses ocorria a morte de um a dois moradores. As doenças mais recorrentes eram a malária, hepatite e febre tifoide. As campanhas de vacinação atingiam cerca de 15% da população e dezenas de famílias que residiam nos igarapés não recebiam qualquer atendimento médico, visto que as equipes de saúde não se deslocavam até essas localidades (Brasil 1998).

Segundo relatório escrito por Edson Santos (Brasil 1998), a área do Liberdade proposta a ser RESEX era domínio territorial do município de Tarauacá. No entanto, os moradores mantinham relações com o município de Cruzeiro do Sul, devido a maior facilidade logística pela BR 364. Cruzeiro do Sul, no entanto, usava a prerrogativa da área não ser seu domínio territorial para não exercer nenhuma ação. E nem o governo estadual, nem Tarauacá, estariam atuando dentro do Liberdade. A não ser pelas "escolas a céu aberto" e campanhas de vacinação ineficientes. De modo, que os moradores estariam "entregues à própria sorte" (Brasil 1998:87).

Em 2002, a ASARIL em parceria com o CNS obteve aprovação de um projeto junto à Secretaria da Amazônia, o qual tinha por objetivo financiar a produção de produtos agrícolas, extrativistas e a retomada da extração de borracha. A Secretaria da Amazônia apoiou com o valor de R\$88.520, ficando os moradores com a contrapartida de R\$9.000 mil em prestação de serviços. De acordo com Terri Aquino (Brasil 1998:95-97), seriam reabertas 60 estradas de seringa e 30 *colocações*, sendo que a produção de borracha seria escoada por empresas de Cruzeiro. Neste projeto, foram fornecidos os equipamentos necessários para extração de seringa, como baldes, tigelas, facas, *porongas*, terçados, entre outros. Assim como foi construído um armazém, onde seriam comercializadas mercadorias e compradas a produção agroextrativista. Anteriormente, havia ocorrido eleição da ASARIL e a execução deste projeto era considerada como uma boa oportunidade para a associação se reerguer com a nova diretoria, após terem vivenciado um período de dificuldades administrativas e financeiras.

Até então, a principal parceria da ASARIL era o CNS. Sua atuação era pequena, dada a falta de apoio dos órgãos governamentais e não governamentais. A arrecadação que realizavam era irrisória e não era suficiente para "ser revertida em benefícios para a comunidade" (Brasil 1998:87). Durante a execução do projeto, os seringueiros pegavam

adiantamentos em mercadorias para pagamento posterior em produção. No entanto, muitos não conseguiram realizar o pagamento de suas dívidas, o que tornou impossível a manutenção do projeto. A ASARIL se desfaz algum tempo depois e as memórias a respeito deste momento, as quais tive acesso por meio de meus interlocutores de pesquisa do rio Liberdade, são marcadas por histórias em torno da possível má gestão da ASARIL.

O momento político era então favorável. Tião Viana, do Partido dos Trabalhadores (PT), que era Senador do Acre desde 1999 encaminha ofício em 2003 solicitando a criação da RESEX ao presidente do IBAMA e a Marina Silva (PT), recentemente empossada como Ministra do Meio Ambiente durante o primeiro mandato de presidência do PT. A ministra solicita ao IBAMA que as devidas providências sejam tomadas, dado que neste momento faltava somente o levantamento da situação fundiária da área para que o processo fosse concluído. Ainda eram necessárias realizar buscas de matrículas nos cartórios imobiliários de propriedades particulares e da união localizadas dentro da área pretendida como RESEX. Atividade que foi realizada ainda em 2003 por Edson Santos (CNPT/IBAMA) e Chico Ginu (CNS).

Segundo relatórios do CNPT (Brasil 1998), foi identificado que a família Mappes seria a maior proprietária de terras dentro da área proposta, além da empresa Paranacre. Constam no processo administrativo de criação da RESEX (Brasil 1998), os registros de imóveis com número de matrícula dos seringais São Pedro, Guarani, Ceará, Passo da Pátria, Floresta e Retiro, todos de propriedade da família Mappes. Ainda no processo, consta escritura de compra e venda em nome dos Mappes dos seringais São Pedro, Guarani, Santa Rita, São Raimundo, São Vicente, Liberdade, Redenção, Deserto da Liberdade, São Francisco, Ceará e Passo da Pátria. Dessa forma, apenas 10% da área proposta para ser RESEX seriam terras devolutas na União. Um relatório técnico da CNPT do ano de 2003, informa que os seringais Bom Futuro I, Bom Futuro II, Guarani, Extrema II, Esperança, São Pedro, Ceará, São Francisco, Passo da Pátria e Floresta seriam propriedades particulares. No entanto, nenhum dos proprietários teria demonstrado a cadeia dominial, sucessória e origem dos imóveis, o que colocaria em dúvida se as propriedades seriam indenizadas ou não. Todos as propriedades da área a ser criada a RESEX possuíam quebras na sua cadeia dominial, mas o relatório informa ainda que caso fossem comprovadas a existência de propriedades particulares, seus proprietários seriam indenizados com recursos do IBAMA destinados a regularização fundiária mesmo após a criação da RESEX.

A planilha “Especificações de lista de moradores do rio Liberdade” (Brasil 1998) traz ainda outras informações referentes a propriedade dos seringais. Bom Futuro I, São Sebastião, Extrema II, São Pedro, Guarani, Ceará, Passo da Pátria seriam de propriedade de Laís Mappes, filha do finado seringalista Maurício Mappes. Bom Futuro II e Esperança seriam de propriedade de Aluísio Bezerra e Novo Acre teria proprietário desconhecido. Apesar disso, há ainda outras informações referentes aos títulos de propriedade dos seringalistas do Riozinho da Liberdade. Durante conversa que tive com Chico Ginu sobre o processo de criação da RESEX, contou-me que participou do levantamento da cadeia dominial dos seringais do Liberdade e cedeu-me uma planilha que fora resultado do referido levantamento, intitulada "Mapeamento dos proprietários da RESEX do rio Liberdade", a qual não consta no processo administrativo. Os seringais Bom Futuro II e Extrema II seriam de propriedade de Rômulo Bonalumi; Bom Futuro I e Esperança da empresa Selva Construções Empreendimento LTDA, a qual estaria interessada na exploração de madeira; Guarani, São Pedro, Ceará, Floresta e Passo da Pátria de Maria Alaíde Montenegro Mappes, viúva de falecidos *patrões seringalistas*. Segundo Ginu, grande parte do território da RESEX seria terra devoluta da união e relatos de moradores e processo que consta na justiça federal leva a crer que a única família de patrões seringalistas indenizada pelo Estado foi a Mappes.

Na esfera burocrática do Estado, faltava ainda a consulta com todos “os órgãos públicos envolvidos, ONG’s e pessoas interessadas com a causa ambiental”, de acordo com o 2º parágrafo do art. 22 da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Manifestaram-se a favor da criação da RESEX no ano de 2003: o CNS, Padre Hebert Douteil responsável pela catequese e pastoral da Igreja Católica, Secretaria da Floresta do Estado do Acre (SEPLANDS), FUNAI, Senador Tião Viana, Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Cruzeiro do Sul, Defensoria Pública do Estado do Acre, prefeitura do município de Tarauacá entre outras. Em 2003, o processo é então encaminhado para análise para a Advocacia Geral da União (AGU), Procuradoria Geral Federal (PGF) e Procuradoria Federal Especializada (PROGE/IBAMA). O Procurador Geral da União de então, Sebastião Azevedo, estava de acordo com os pareceres e documentos até então produzidos, mas fez novas exigências quanto às peças técnicas solicitando parecer favorável da FUNAI quanto à delimitação da área onde havia a demanda Yawanawa e averiguação da autenticidade e legitimidades dos títulos de propriedade no INCRA. O que logo veio a ser atendido pela CNPT. A minuta do decreto de criação da RESEX foi cancelada pela Coordenadora de Estudos e Pareceres Ambientais da PROGE (IBAMA) e o presidente do IBAMA encaminhou a Marina Silva, a Exposição de

Motivos e Decreto de criação da RESEX Riozinho da Liberdade. Em novembro de 2003, Marina encaminha ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o projeto de decreto que criaria a RESEX.

Em abril de 2004, a Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas recomendou que o MMA realizasse consulta com o Conselho de Defesa Nacional do Ministério da Defesa (MD), dado que 60% da área da RESEX se encontraria na faixa de 150Km de fronteira com o Peru. Em junho do mesmo ano, o MD manifestou-se favorável à criação da RESEX. Um mês depois, o MD através da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais se manifestou recomendando consulta com o Governo do Amazonas e município de Ipixuna, dado que a área da RESEX estava então dentro de seu domínio territorial; além disso, solicitou que no ato de criação deveria estar incluso um representante do MD na composição do Conselho Deliberativo da RESEX, assim como deveria consultar o Ministério de Minas e Energia e com a Comissão de Pesquisa e Recursos Minerais, visto que a região amazônica seria extremamente ricas em jazidas minerais e dado a proibição da exploração deste tipo de recursos em RESEX; por fim, recomendou a citação explícita da pavimentação e manutenção da BR 364 no ato de criação da RESEX.

As recomendações foram então sanadas pela Diretoria do Programa Nacional de Área Protegidas (DAP) do MMA. Não se mostrou necessária a consulta ao Ministério de Minas e Energia, pois os dados produzidos pela Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM) vinculada a tal Ministério demonstravam que a região teria baixa expressão de potencial mineral. Segundo nota técnica da DAP de outubro de 2004, o único recurso mineral com fins econômicos que poderia ser explorado no Liberdade seria a areia para construção civil, mas que se tornaria inviável devido à distância da área para o centro urbano, sendo que este mesmo recurso poderia ser explorado em qualquer outro rio da região.

Em novembro de 2004, a Consultoria Jurídica do MMA emitiu parecer positivo à criação da RESEX, afirmando que o projeto estava dentro da legalidade e de acordo com os requisitos da lei. Marina Silva então, encaminha novamente a proposta de decreto ao Presidente da República, afirmando que a proposta era iniciativa da comunidade tradicional da região, que almejava com isto a inclusão social e acesso sustentável aos recursos florestais disponíveis. E que, além disso, se trataria de uma área de:

“Relevante interesse ecológico e social para a exploração dos recursos naturais renováveis pelas populações extrativistas que, tradicionalmente habitam a região” (...) “a criação da mencionada unidade de conservação, na modalidade de Reserva Extrativista, se

afigura conveniente e oportuna, porquanto, além de atender aos interesses socioambientais almejados pelo Governo Federal, encontra fundamentação legal nas disposições do art. 225, §1, inciso III da Constituição Federal, e da Lei nº 9.9985, de 18 de julho de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 4.343, de 22 de agosto de 2002” (Brasil 1998:61).

A RESEX Riozinho da Liberdade vem então a ser criada em 17 de fevereiro de 2005 através do Decreto nº10.449, depois de mais de uma década de *luta* da ASARIL, de seus parceiros e morosidade do processo dentro da esfera federal. Segundo consta no decreto de criação, ela foi criada com o objetivo de “proteger os meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência” (Brasil 2005). Os últimos dados fornecidos pelo NGI do ICMBio de Cruzeiro do Sul em 2021, nos dizem que a RESEX beneficia cerca de 2.000 mil pessoas e 21 comunidades.

Após a falência da ASARIL no começo dos anos 2000, associação em que esteve à frente Lorival Monteiro, seus parentes e aliados, e após a criação da RESEX, outras associações vieram a ser criadas para representar as comunidades e famílias da RESEX: a Associação Agroextrativista da Reserva Extrativista do Rio Liberdade (ASAREAL) em 2007, a Associação Feminina Força da Mulher Rural (MULHERFLOR) em 2021 e Associação Agroextrativista Unidos Venceremos do Rio Liberdade em 2022. Todas em atuação dentro da RESEX Riozinho da Liberdade. Lorival Monteiro, principal liderança da RESEX até então, deixa de atuar, mas seus filhos, nora e aliados continuam o legado trabalhando enquanto lideranças na atual diretoria da ASAREAL.

CAPÍTULO III - DA SERINGA À FARINHADA: PRODUÇÃO E MODO DE VIDA NA RESERVA EXTRATIVISTA RIOZINHO DA LIBERDADE

Aqui buscarei descrever processos que se desenrolaram a partir de 1990 com o fim da atividade extrativa da seringa, e que ocorreram de maneira simultânea e posteriormente ao processo de criação da RESEX – o qual merecia um capítulo à parte. Este capítulo e o anterior, de certo modo, são duas faces da mesma moeda. Narro então, como aconteceu a reorganização territorial de *colocações* para comunidades e como está relacionado com políticas públicas que passaram a se fazer presentes nos seringais, principalmente voltadas a educação, as quais eram inexistentes anteriormente no *tempo da seringa*. Busco de certa forma mostrar recortes do misancene atual em que a principal atividade produtiva que gera renda nas comunidades, é a produção de farinha. Ainda, como as relações de reciprocidade são importantes para a manutenção dos grupos domésticos, seja através da cooperação entre grupos aparentados para o trabalho na agricultura, *vizinhança* para fornecimento de caça, relações assimétricas entre agricultores e comerciantes que garantem o fornecimento de mercadorias aos produtores e ao desenvolvimento de suas atividades, assim como a atuação de lideranças e associações que buscam recursos para suas comunidades.

Das *colocações* nos *centros* da floresta para as comunidades nas *margens* do rio: processos de mudança social com o fim da atividade extrativa da seringa

O período entre as décadas de 1990 e 2000 foi de intensa movimentação para a criação das Reservas Extrativistas Riozinho da Liberdade, a qual foi criada se pautando nos modos de vida dos seringueiros, que residiam com suas famílias nas *colocações* localizadas nos *centros* da floresta e nas *margens* dos rios e igarapés, nas quais cada grupo doméstico poderia explorar recursos em áreas entre aproximadamente 300 a 500 hectares (Barbosa de Almeida 2004:43; Allegretti 2008:46). No entanto, simultaneamente neste período, outra série de mudanças estava ocorrendo nos seringais rio Liberdade e Vale do Juruá com o fim da atividade extrativa da seringa como principal fonte de renda. Durante a década de 1990, ocorreu a saída de *patrões* e de famílias de seringueiros dos seringais, migrações das *colocações* nos *centros* mais afastados na floresta para as *margens* do rio com a formação das “comunidades”, a consolidação da agricultura como principal fonte de renda, a organização local das famílias e comunidades enquanto associação, a criação de escolas nas *margens* do rio, maior diálogo com o poder público e a crescente atuação de lideranças locais, comerciantes e *marreteiros* locais.

Peguemos o exemplo do Seringal São Pedro, o qual foi dividido na década de 1990 em três comunidades: Periquito, União e Jurupari. Os moradores da comunidade Periquito residiam anteriormente nas *colocações* nos igarapés e havia apenas três famílias na área em que hoje em dia se compreende como a comunidade nas *margens* do rio Liberdade. Atualmente, ela é uma das maiores comunidades da RESEX, com aproximadamente 40 famílias. Na acepção mais comum, os moradores informam que o movimento migratório foi ocasionado pela mudança de atividades produtivas, da extração de seringa para a agricultura e produção de farinha, visto que a localização nas margens do rio facilitava o escoamento da produção, a venda da farinha aos *marreteiros* e compra de mercadorias destes. De modo que “a agricultura ganhou importância enquanto atividade produtiva, garantindo não apenas a alimentação dos membros das unidades domésticas, como parte crescente de sua renda” (Rezende 2016:36).

No entanto, há também outro fator importante a se considerar. Segundo Costa (2010:314), as comunidades são formadas como unidades territoriais focos de políticas públicas a partir da década de 1990. E é esta relação que desencadeia o adensamento de grupos domésticos em poucas localidades nas margens do rio. Continuemos a analisar o caso da comunidade Periquito para destrinchar este evento que marcou o Vale do Juruá. Francisco Albecir Brito da Silva, se constitui desde a década de 1990 como a principal liderança desta comunidade. Ele nasceu e foi criado no rio Liberdade, onde estudou as séries referentes ao Ensino Fundamental I com o professor Signez Vilela Sid e cortou seringa durante a infância e juventude. Migrou para a cidade de Cruzeiro do Sul com objetivo de concluir o ensino fundamental e retornou ao Liberdade como professor, inicialmente ministrando aulas no Seringal Tristeza e posteriormente, a partir de 1996, no Seringal São Pedro. A Secretaria de Educação do Estado havia lhe dado a incumbência de fundar a Escola Estadual Rural de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Nogueira no Seringal São Pedro e articular os moradores das *colocações* para formar uma “comunidade”, o que facilitaria o trabalho educacional e o acesso aos recursos e serviços públicos. A liderança reside até hoje ao lado da escola, trabalhando como coordenador de ensino, agricultor, bem como possui pequenas criações de animais. Ele se constitui ao longo dos anos como principal ponte de diálogo entre a comunidade e instituições públicas. Desta forma, firmou parcerias com lideranças de outras comunidades, como Maria Renilda Santana da Costa – a qual possui laços de parentesco e amizade com grupos domésticos da sua comunidade – e políticos locais para angariar recursos e benefícios para a sua comunidade e outras comunidades do rio Liberdade. A seguir, trecho da conversa

que tive com a liderança em que relata este período de migrações das *colocações* com a formação de aglomerações nas margens do rio.

“Quando estava terminando a borracha, deixando de ser a fonte de renda, é aquele período em que os fregueses, os seringueiros ficaram sem saber o que fazer. Aí eles migraram das colocações dos igarapés e formaram as comunidades no beiradão do rio, coincidiu com o momento que o poder público começou a se fazer presente, tá? O poder público estadual, também municipal, pouquíssimas coisas, mas começou a se fazer presente. E o estadual começou a se fazer presente pela educação. Ou seja, foi um movimento que contribuiu com o processo educacional porque os fregueses migraram de suas colocações mais distantes para o beiradão do rio, aonde foi colocada a escola que o filho do seringueiro começou a estudar. Então foi um movimento que juntou a fome com a vontade de comer” (Francisco Albecir Brito da Silva 2022).

Este processo pelo qual o rio Liberdade passou, se assemelha ao que foi vivenciado durante a década de 1990 na RESEX Alto Juruá, onde aqueles que migravam dos *centros* para as *margens*, passaram a escolher localidades em que houvessem escolas, postos de saúde, energia elétrica, levando a aglomeração de muitas famílias. Serviços públicos também representavam – e ainda representam – oportunidades de emprego, pois “a perspectiva de uma alternativa de renda para as unidades domésticas face à crise da borracha incrementou ainda mais a ida para os locais que concentravam esses serviços” (Rezende 2016:37). Costa (2010: 314) já havia observado que as comunidades no Alto Juruá se originaram da união de uma ou mais *colocações* e passaram a ser objetos de políticas públicas. Sendo que “as delimitações dessas comunidades surgiram na relação dos moradores com os políticos locais ou membros de projetos, como uma forma de organização na distribuição de benefícios” (Costa 2010:314). De modo que, as comunidades às margens dos rios no Alto Juruá não são criações locais espontâneas, elas foram criadas para dar maior controle político e organizacional às localidades florestais após processos de municipalização de serviços em saúde e educação.

Assim, ocorreu a reorganização da ocupação do território nos seringais no Alto Juruá, onde se passou de cerca de três grupos domésticos residindo por *colocações* distribuídas na floresta (Almeida 1992:324), para até mesmo centenas de grupos aglomerados em uma única localidade, caso extremo representado pela Vila Restauração no Alto Rio Tejo, afluente do rio Juruá (Rezende 2016). Hoje, as comunidades da RESEX Riozinho da Liberdade que possuem as maiores aglomerações de residências são aquelas dispostas ao longo da BR 364, próximas a esta e nas margens do rio Liberdade. O cadastro de moradores da RESEX realizado pelo ICMBio (2021), ainda que incompleto, traz informações interessantes. A comunidade Vai e

Vem possui mais de 58 grupos domésticos e a Vila Liberdade, mais de 56 – localidades vizinhas e que estão nas margens da BR 364. A Morro da Pedra, comunidade adjacente às outras mencionadas e nas margens do rio Liberdade, possui cerca de 50. Estas comunidades e a comunidade Bom Futuro, faziam parte dos seringais Bom Futuro I e II, que segundo dados do CNS do final da década de 1990 (Brasil 1998), possuíam um total de apenas 40 grupos domésticos distribuídos em 29 *colocações*. Estes dados apontam para o adensamento populacional em localidades próximas a BR 364. E segundo o que me foi relatado, as migrações para a Vila Liberdade foram de famílias oriundas de seringais do rio Liberdade e seus afluentes, o que ocorreu com o fim da atividade extrativa da seringa. Assim como na RESEX Alto Juruá, no rio Liberdade,

O resultado de todo esse processo foi uma transição de atividades produtivas, acompanhada de novas formas de usos da floresta e dos rios, e que, junto com a abertura de escolas e postos de saúde em poucas localidades, fomentaram a concentração de famílias em poucos locais nas beiras dos rios (Rezende 2016:37).

Apesar das mudanças no padrão de organização e de atividade produtiva para geração de renda, ainda podemos observar continuidades na forma como as pessoas constroem suas relações no território da RESEX, do período anterior em *colocações* para o período atual em comunidade. Hoje em dia, a comunidade Periquito é formada por grupos domésticos que estão ligados por parentesco consanguíneo, afinidade e/ou compadrio; em sua grande maioria, são filhos(as), noras, genros, netos(as) e bisnetos(as) dos primos Tereza, Antônia, Sebastião e Francisca, que também residem na comunidade; sendo os três últimos irmãos (Anexo a: genealogia demonstrando o parentesco consanguíneo entre grupos domésticos que residem na comunidade Periquito). De modo similar, a comunidade Morro da Pedra é formada por várias famílias extensas que tem suas residências dispostas entre o início do Ramal do Morro da Pedra na BR 364 até a foz do igarapé Monteiro no rio Liberdade e podem estar ligadas por parentesco consanguíneo, afinidade e compadrio. A família extensa da maior aglomeração de residências, onde realizei a observação participante, são filhos(as), netos(as) e bisnetos(as) do casal falecido Raimundo da Costa e Raimunda Santana (Anexo b: genealogia demonstrando o parentesco consanguíneo entre domésticos que residem na maior aglomeração de residências da comunidade Morro da Pedra).

Cada casa tem seu(a) chefe de família, mas a unidade doméstica ultrapassa o domicílio. Formam grupos de casas, famílias extensas que possuem relações mais íntimas entre si, estabelecem trocas mais frequentes, sendo observadas uma série de prestações mútuas que

envolvem dia de serviço na agricultura, *vizinhança* de carne de caça e produtos do extrativismo, podendo ocorrer, inclusive, casamentos entre primos. “Um grupo familiar tem os limites físicos de suas posses congruentes com as relações, interações e oposições que estabelece” (Martini 2005, p. 98). No período anterior das *colocações*, as famílias moravam a distâncias que podiam ser percorridas em minutos ou poucas horas e grupos familiares extensos foram a base da organização social e socialidades nos seringais no Vale do Juruá. Organizados no entorno de uma liderança mais velha, patriarca e/ou matriarca, mantinham relações de reciprocidade entre si, *vizinhança*, atuavam como uma unidade de consumo e cooperação técnica para o trabalho (Almeida 1992; Pantoja 2001; Martini 2005; Costa 2010; Rezende 2016, 2017; Martini 2019).

Diria que este padrão de organização social não somente foi, como é bem característico dos seringais e comunidades que tive a oportunidade de conhecer na RESEX Riozinho da Liberdade, PARNA Serra do Divisor e rio Juruá Mirim, afluentes do Juruá. Rezende (2016:42), ao estudar as trocas na bacia do rio Tejo já havia notado uma continuidade na forma como os habitantes constroem suas relações de troca e parentesco, do período anterior nas *colocações* até o contexto atual nas comunidades. Como anteriormente nas *colocações*, as comunidades são formadas por grupos domésticos ligados por parentesco consanguíneo, afinidade e/ou compadrio, o que também pode ser chamado de família extensa, família ampla ou grupo de casas, de acordo com o(a) autor(a) (Almeida 1992; Pantoja 2001; Martini 2005; Costa 2010; Rezende 2016).

“Nas relações entre chefe-de-família e parentes, veteranos e seus descendentes, vemos a clara composição de limites através de grupos de casas que se relacionam intimamente com grupos superpostos de aliados. Estas malhas configuram redes políticas e sociais sólidas (Martini 2005: 136-137).

Desde a formação das comunidades até os dias atuais estes grupos de casas estão em constante reconformação, devido aos casamentos, falecimentos, doenças, migrações e *questões* ou *arengas*, conflitos, que podem alterar a configuração dos grupos. Um novo casal, por exemplo, pode se estabelecer perto da família da esposa, do marido, ou de ambos, sendo incomum haver casais que se estabelecem em um novo local – ao menos nas comunidades estudadas. Nesta escolha, é considerado a boa relação com a família do marido e da esposa, o acesso as áreas de plantio, caça, além de que estar perto da família proporciona ter algo essencial para se viver na floresta: relações que proporcionam mão de obra para o trabalho na agricultura seja por meio de diárias ou *troca de dias*, para extrair frutos na floresta, caçar e pescar, e consequentemente alimentos através das relações de *vizinhança*. Estas famílias extensas que

formam as comunidades, conformam redes que não são fechadas, estáveis ou fixas. Todos estão ligados pelo parentesco, possuem relações de amizade, *vizinhança* de alimentos e trocam, mas com menor frequência. Podem ocorrer casamentos entre primos, o que é estratégico na consolidação de redes sociais estáveis (Martini 2005). Estes grupos atuam como uma unidade política e a isto Martini (Comunicação pessoal 2020) chama de família ampla, são redes em constante movimento, com grupos se alinhando e se desalinhando, desfazendo ou angariando laços que fortalecem o grupo de parentes e asseguram sua reprodução social ao longo do tempo.

“Na floresta, por preferência e necessidade, todos os grupos domésticos devem estar interligados, de maneira positiva. A união de forças dentro de um grupo doméstico proporciona ampla conciliação de caráter social, político, econômico e afetivo (...) Têm-se (...) um grupo de casas que se relaciona intimamente e um grupo superposto de aliados que conformam redes políticas e sociais sólidas, ao longo do tempo. Trata-se de um processo de territorialização casa a casa que envolve também redes macro familiares sobre o espaço” (Martini, 2005:97-98).

Hoje em dia, as residências da comunidade Periquito estão localizadas nas margens do rio Liberdade e próximas à escola, no *estirão*, onde os serviços e recursos públicos tendem a se concentrar. Nele também estão localizados posto de saúde municipal (inaugurado em 2018), microscopista que realiza exames de malária, galpão da ASAREAL, oficina para conserto de motores e espingardas, duas igrejas evangélicas, uma igreja católica, dois campos de futebol, um orelhão telefônico e um ponto de internet comunitário. A escola conta ainda com barqueiros, vigia, zeladora e merendeira. Também há barco e barqueiro contratados pela Secretaria Municipal de Saúde de Cruzeiro do Sul para assegurar o deslocamento de pessoas em quadros de urgência e emergência. Além da oportunidade de ter acesso ao ensino formal, o que não ocorria em períodos anteriores, a atuação do poder público nos seringais num contexto de fragilidade econômica trouxe consigo oportunidades de emprego. Além disso, os moradores do *estirão* foram os únicos da RESEX beneficiados com kits de placa solar, o que foi demandado por Francisco Albecir junto a uma deputada federal acreana, é umas das poucas comunidades a possuir poço artesiano e água encanada, benefício demandado por Francisco Albecir e Maria Renilda Santana da Costa junto ao Estado e Município, foram beneficiados com a distribuição de kits de casas de farinha, o que veio a ser demandado por Maria Renilda enquanto presidente da ASAREAL junto ao Programa REM do Estado do Acre, além de capacitações, cursos, entre outros serviços e recursos angariados através da intermediação de suas lideranças junto a políticos e instituições públicas.

Do mesmo modo, as famílias da Comunidade Morro da pedra que antes estavam distribuídas em suas *colocações* de *centro* e de *margem* hoje em dia estão aglomeradas às margens do rio Liberdade e do Ramal do Morro da Pedra – sua abertura iniciou na década de 2010 e foi demandado pelos moradores representados então pela ASAREAL. A localidade é de fácil acesso ao posto de saúde na BR 364 (inaugurado em 2013) e conta ainda com duas escolas, a Escola Estadual Rural de Ensino Fundamental e Médio São Francisco (fundada na década de 1990) e a mais recente, Escola Estadual Rural de Ensino Fundamental Raimundo Costa. Há diversos moradores(as) assalariados(as) nas escolas com funções como barqueiro, merendeira, assistente educacional e professoras. Atualmente, lideranças intermediam e angariam com a SEE estes cargos para pessoas que residem na comunidade e estão ligadas a si pela sua rede de relações pessoais que envolve parentesco consanguíneo, afinidade e compadrio.

Durante o processo de formação das comunidades diferentes lideranças vão se consolidando com o tempo, formando alianças e oposições entre si, passam a se organizar enquanto associações e a dialogar com instituições externas e poder público. Atualmente, através da observação destas alianças políticas e conflitos, pode-se notar a conformação de redes de grupos aliados acima e abaixo do rio Liberdade, que buscam apoio de políticos e instituições públicas para obter recursos e benfeitorias que beneficiem seus grupos, famílias e comunidades. Por vezes, quando a distribuição dos recursos e serviços fica a cargo da liderança, estes são distribuídos através da sua própria rede constituída por relações de reciprocidade, alianças políticas, parentesco consanguíneo, afinidade, compadrio e amizades. Pessoas externas a estas redes podem não ser beneficiadas, o que pode reforçar conflitos preexistentes. Ainda, recursos podem ser limitados e gerar descontentamento da parte de quem não é beneficiado.

Grupos familiares ligados atualmente as associações, entraram em conflito inicialmente, por exemplo, pela escolha do lugar em que uma escola seria construída no rio Liberdade. Escolha que está ligada as localidades de suas residências. As matriarcas dos grupos em questão, já falecidas, foram rezadoras reconhecidas no rio Liberdade e detinham conhecimentos importantes sobre práticas tradicionais de cura. Possuíam uma relação de amizade, empatia e afinidade pessoal e estavam ligadas por laços de parentesco simbólico, no caso compadrio de *fogueira*²², sendo uma *madrinha de fogueira* e outra sua afilhada. Esta

²² Muito comum no rio Liberdade no *tempo da seringa* e anteriormente a entrada de religiões evangélicas. “No período das festas juninas, uma *madrinha-de-fogueira* escolhe ou é escolhida pelo afilhado que pode ser homem ou mulher. Os pretendentes passam um tição de fogo próximo ao corpo e pulam juntos uma fogueira feita para os santos juninos. Há uma reza para ser declamada, no ato de *passar fogo*” (Martini 2005:98-99). Nesta reza, eram mencionados os santos católicos festejados, na qual dizem e confirmam a ritualização do laço de compadrio.

questão inicial parece reverberar posteriormente em outras situações que os envolvem, como por exemplos, a distribuição de materiais para o trabalho da agricultura angariados pela associação com instituições públicas, cargos públicos nas escolas e representatividade nas associações. O que ao longo dos anos vai reforçando o conflito inicial. É importante ressaltar que uma associação e/ou liderança representa e se reporta a determinado número de famílias extensas e comunidades, ou seja, seus(as) associados(as), de modo que não há liderança ou associação no rio Liberdade que represente todas as famílias e comunidades. As três associações atuais representam diferentes famílias extensas e comunidades, e há também pessoas e famílias que não são associadas e conseqüentemente, representadas. Algumas famílias declaram abertamente que preferem se abster de participar como associados e nestes casos, pode haver a estigmatização de lideranças que estão à frente das associações.

Comumente, são grupos familiares, seus parentes e aliados que estão a frente destas associações, podendo haver “a tendência de um grupo estigmatizar o outro” (Elias e Scotson 2000:23) sob acusações, principalmente, de roubo, má gestão e distribuição de recursos. É o sentimento de insatisfação que grupos familiares e comunidades podem ter a respeito da gestão das associações e por não se sentirem representados por estas, que pode levar a mudança nos quadros das diretorias durante as eleições de modo a trocar o grupo que irá fazer a gestão ou até mesmo a fundação de novas associações. Alguns grupos familiares possuem atualmente maiores números de servidores públicos e parecem dominar melhor os meandros burocráticos necessários para a gestão de associações e diálogo com instituições externas, conhecimento este que advém da experiência anterior de trabalho como lideranças desde a criação da RESEX, envolvimento em associações e processos políticos partidários locais, o que permite por exemplo, firmar alianças com instituições externas e políticos locais para angariar recursos para suas comunidades, seja através de projetos ou emendas parlamentares. São redes que se contraem em termos de núcleos familiares, concentrando recursos intrarrede e reduzindo ao longo do tempo a reciprocidade entre grupos distintos.

“Um grupo tem um índice de coesão mais alto do que o outro e essa integração diferencial contribui substancialmente para seu excedente de poder; sua maior coesão permite que esse grupo reserve para seus membros as posições sociais com potencial de poder mais elevado e de outro tipo, o que vem reforçar sua coesão, e excluir dessas posições os membros dos outros grupos, o que constitui, essencialmente, o que se pretende dizer ao falar de uma figuração estabelecidos - outsiders” (Elias e Scotson 2000:22).

Políticos firmam alianças com lideranças e angariam votos das comunidades em troca de recursos e serviços, alguns moradores concebem ações do tipo como *ajuda*, entendendo desta forma que deveriam retribuir “ajudando” com votos. Cheguei a presenciar a situação inusitada de uma moradora que foi beneficiada com o Programa Luz Para Todos, o qual leva energia elétrica as comunidades rurais mais distantes dos centros urbanos no Vale do Juruá. A moradora se questionava então: “Quem *ajudou* a gente?”. Na ocasião, discutíamos o processo de eleição local e seu questionamento foi feito para identificar em quem ela iria votar. Observei casos em que algumas famílias tinham seus votos fiéis a determinada família política local, pois receberam *ajuda* anteriormente com recursos financeiros em momentos de *precisão*, ou seja, num momento crítico de doença na família. Durante as eleições de 2022, quando residia no Morro da Pedra, observei que políticos escolhem lideranças e pessoas das comunidades que por seu carisma e atuação, reúnem certo número de pessoas ao seu redor. Num caso exemplar ocorrido no rio Liberdade em que mudo os nomes dos atores em questão, Maria foi contratada por um candidato a deputado para fazer sua campanha no rio Liberdade. Maria se reportou então a Francisca e pediu os votos da sua família extensa para o deputado, de pronto Francisca e sua família aceitaram. Em ano anterior, Maria *ajudou* Francisca quando seu filho adoeceu gravemente e ficou hospitalizado em Cruzeiro do Sul. Localmente, diz-se que está *fechado* com determinado político e desta forma, “as benfeitorias, decorrentes da eleição de um candidato, recaem sobre a localidade” (Martini 2005:47). A forma de verificação, se determinado número de pessoas votou ou não em determinado político, é a contagem dos votos das sessões eleitorais das comunidades que *fecharam* com o político. Há duas sessões eleitorais na RESEX, uma na Vila Liberdade e outra na comunidade Periquito.

Há também o caso de uma deputada conhecida por suas práticas assistencialistas, que através de emendas injeta equipamentos agrícolas nas comunidades garantindo assim um público fiel de eleitores. Há também aqueles políticos que “compram votos” com dinheiro, botijas de gás, equipamentos para casas de farinha, folhas de alumínio entre outros artigos de necessidade imediata aos moradores. Esses são entendidos localmente como políticos que não trabalham com *compromisso*. Realizando o pagamento, não teriam o *compromisso* de cumprir com suas promessas de benfeitorias nas comunidades posteriormente. Lideranças podem ser contactadas por políticos em busca de apoio em período de campanha eleitoral ou até mesmo antes deste. Corre boatos que em anos anteriores, alguns comerciantes locais receberam valores significativos em dinheiro para fazer campanhas e até mesmo, comprar votos. Práticas clientelísticas e assistencialistas no rio Liberdade são frequentes. A *assistência* prestada

anteriormente por *patrões seringalistas*, agora pode ser realizada por políticos em troca de votos e apoio em suas campanhas. Como no rio Tejo, após a saída dos patrões dos seringais e criação da Reserva Extrativista, as relações entre os moradores e “as elites regionais se realinhou para relações com comerciantes”, como veremos mais adiante, “e políticos” (Rezende 2016:160), processo que também foi verificado por Martini (2005) na Foz do Breu, onde:

“Alguns moradores mantêm um *status* acima da média. Isso decorre da capacidade local de gerar votações expressivas nos pleitos municipais em Marechal Thaumaturgo-AC. As benfeitorias e benesses, em geral, recaem sobre as mesmas pessoas que, assim acumulam salários, cargos, funções administrativas e poder, ao longo do tempo” (Martini 2005:33).

Caça e vizinhança

A caça é essencial como uma das principais fontes de proteína na alimentação dos povos e comunidades tradicionais do Vale do Juruá. Esta atividade é exercida pelos homens da família, apesar de eu já ter ouvido relatos de mulheres que acompanhavam seus maridos em caçadas. Como Maria, esposa de Francisco Albecir, que o acompanhava e chegou até mesmo a abater veados no começo do seu casamento quando ainda não tinha filhas. No Periquito, também pude observar caçadas em família. Os irmãos Adevan e Erlande, junto com suas esposas Joana e Rosa, o filho de Erlande e o padrasto dos dois irmãos foram para o *centro* no igarapé Periquito durante o final de semana. Nesta ocasião incomum, as mulheres ficaram no *tapiri*, construção feita com palmeiras, para ajudar a salgar a carne. Contudo, o comum é que a atividade seja exercida apenas pelos homens da família, que se reúnem para *caçar a curso* – caminhando pela floresta –, *rastejar* – seguir as pegadas dos animais –, *pastorar de espera* em *comidas* – onde atam suas redes no alto dos galhos das árvores e esperam os animais que se alimentam de frutos caídos no chão – ou ainda, caçar com cachorro. Anteriormente, no *tempo da seringa*, caçavam no *seio da estrada*, ou seja, na mata que era circundada pelas seringueiras nas estradas que eram utilizadas para extração do látex. Hoje em dia, *a mata é uma só* e os homens de um grupo familiar extenso utilizam os mesmos *tapiris* em *centros* na mata.

Dia de noite escura é bom para pastorar. De modo que caçam quando a lua está *sentando cedo*, se pondo nas primeiras horas da noite. Ou então quando está *lua escura*, minguante ou nova, fazendo com que os animais tenham dificuldade para avistar o caçador. No período do verão, a paca é um dos animais mais caçados e além disso, pacas e cutias costumam invadir os roçados para se alimentar e algumas pessoas já sabendo disto de antemão, levam espingardas e/ou cachorros para acuar e matar a caça. O homem ao modificar o habitat para si,

para sua reprodução social, remodela o meio afetando os modos de vida de outros animais, que utilizam as roças como lugares de forrageio (Prado e Murrieta 2017:843). Os caçadores relatam que a atividade da caça é mais exercida no inverno amazônico, como Francisco Albecir relata no livro *A Voz do Liberdade* (2021):

“No período de verão, a procura de alguns animais de algumas espécies fica muito mais difícil, ou seja, mais difícil andar no mato e usar as técnicas que usa para pegar os animais (...) você precisa andar e produzir o mínimo de barulho possível pra poder se aproximar dos animais pra poder pegar e, no período de seca, isso é impossível! No verão, no período de seca, [os caçadores até topa os vestígios dos animais, mas não sabe pra onde eles estão. Não dá pra seguir a pegada. E nesse período de (...) inverno (...) eles conseguem fazer isso, ver a pegada do animal e sair pra onde ele tá, pode até acompanhar as pegadas, rastejar” (Da Silva *et. al* 2021:303).

Muitos ainda contam, que no tempo da seringa “só bastava sair de casa, mal escondia as costas e já escutava os tiros, já chegava com as caças” (Da Silva *et. al* 2021:203), apontando assim para as dificuldades em se encontrar caças hoje em dia. Neste ponto, há alguns fatores a se considerar. Primeiro, a aglomeração de residências nas margens do rio e a consolidação da agricultura como fonte de renda, pois *de primeiro não tinha desmatamento, os roçados eram só pra alimentação*. Este processo faz com que os animais se afastem destas áreas e se concentrem nos *centros* distantes e desativados, onde são realizadas as caçadas hoje em dia. Segundo, a abertura da BR 364, a maior aglomeração de residências nesta área, a abertura do Ramal do Morro da Pedra com o consequente aumento do desmatamento, que novamente, afastam as caças para localidades mais distantes. Não à toa, no Plano de Manejo da RESEX Riozinho da Liberdade, as cabeceiras deste rio, área sem desmatamento, sem moradores e mais afastada da BR e das aglomerações de residências, foi selecionada para ser área de refúgio de caça, local onde os animais poderão viver, se alimentar e procriar sem perturbação humana. Assim, ao que me parece, quanto mais a montante no rio Liberdade maior é a facilidade para se encontrar caça. Na Vila Liberdade, moradores relatam que animais de caça são completamente inexistentes. No Morro da Pedra, o mais comum é se encontrar *embiaras*, animais de pequeno porte, como cutias, pacas e cutiaras.

Terceiro ponto, mas não menos importante: caçadas com cachorros. Há dois tipos de cachorros utilizados para tal, o pé duro e o paulista. O caçador através de castigos ensina ao cachorro pé duro a acuar somente uma ou algumas espécies de animais. O paulista, persegue e acua todas, também por isto seu valor de compra e venda é mais caro. Um cachorro paulista adulto pode chegar ao valor de 3.000 mil reais. Caçar com cachorro tem um ponto que podemos

considerar positivo e outro negativo. Positivo porque num contexto em que a caça está rarefeita, ele facilita encontrar e acaba por ser importante para manter a alimentação da família. Estratégias que vem sendo utilizadas por vários grupos domésticos em localidades próximas a BR 364. Negativo porque é um círculo vicioso: a caça está rarefeita, se caça com cachorro para facilitar, mas o cachorro faz com que a caça fique mais rarefeita pois espanta a caça para localidades mais longes. “O cachorro bom acaba com a caça e o ruim espanta” (Antônio José Vieira 2022).

Após a criação da RESEX, os moradores da comunidade Periquito se organizaram e estabeleceram um acordo de caça com o objetivo de diminuir a caçada com cachorro. Determinaram que de um lado do rio, não se poderia caçar com cachorro. Do outro, a caça com cachorro estaria liberada. A intenção estratégica era a de que com os anos, aqueles que caçassem com cachorro fossem observando que o lado em que a proibição estava posta, com o passar dos anos estaria melhor de *rancho*, animais de caça. O que de fato ocorreu. As conversas e observações que realizei me permitem dizer que numa comunidade em que ocorre caçada com cachorro, se alimenta de caça quem caça com o cachorro ou recebe carne de caça deste caçador, pois se o cachorro facilita a vida de um caçador, prejudica a vida de vários. Vejamos o relato de Seu Albecir a seguir.

“O que que eu vejo na caçada com cachorro? Nada contra a lei da sobrevivência. Muitas vezes quem vive aqui dentro precisa fazer algo pra se alimentar e alimentar sua família, tranquilo. Agora, eu acho que essa questão da caçada com cachorro ela precisa ser pensada não só individualmente, mas pensada de maneira coletiva, porque se eu caço com cachorro numa comunidade onde tem 20, 30 famílias e só eu caço com cachorro, querendo ou não na prática eu tô sendo covarde com meus vizinhos, porque eu vou ter mais facilidade de pegar o animal e vou dificultar para os meus vizinhos” (Francisco Albecir Brito da Silva 2022).

O caçador ao voltar para a casa, irá *vizinhar* de acordo com a necessidade de cada grupo doméstico aparentado, assim como ocorria nas *colocações* no *tempo da seringa*. Há relatos de que os genros de Raimunda Santana entregavam a caça a ela para que redistribuísse com todos e que, ela dividia até mesmo um pequeno quati-puru – esquilo amazônico. Homens costumam vizinhar com as famílias de seus irmãos, cunhados, pais e sogros. Muito semelhantes aos boatos que Martini ouviu em sua empreitada na Foz do Breu (Martini 2005:96). Martini (2005:72) afirma que “há benefícios relativos aos “cargos superiores” do parentesco local (mães, pais, avós) que fortalecem, ainda mais, as parcerias produtivas” e que o comum é que os filhos sempre vizinham com os pais. *Vizinhar* é dádiva (Mauss 2003), de modo que se busca

não encerrar a relação através da troca *quartos* de animais, nem sempre na mesma quantidade ou frequência (Postigo 2010: 184), visto que por vezes um caçador pode abater uma anta enquanto outro apenas uma pequena nambu (ave da família dos tinamídeos) ou até mesmo nada, afinal de contas, *um dia é da caça e outro do caçador*. *Vizinhar*, segundo moradores no rio Liberdade, é visto como um ato de solidariedade (Da Silva *et. al* 2021:305), mas analisando outros aspectos, relatos sobre entes não humanos e suas relações com o caçador e *vizinhança*, posso concluir que também é um ato que demonstra sobretudo confiança, visto que a *felicidade* do caçador na sua empreitada também depende do tratamento que é dado à carne (Postigo 2010:116) e aos ossos da caça.

A caça é uma ciência. Quando fui morar na comunidade Periquito em 2019, em uma casa alugada por mim e outros professores, era comum que os moradores me enviassem alimentos como carne de caça e peixe. No entanto, somente depois de leituras sobre caça e uma visita a comunidade Periquito em 2022, entendi porque não me enviavam pedaços de carnes com ossos. Na ocasião desta visita, me contaram sobre uma professora da cidade que estava residindo com um casal, a qual após a refeição jogava os ossos dos animais de caça no *terreiro*, quintal da casa. Quem me contou esta situação expressou indignação com a atitude da professora e então eu disse: pode ser que ela não saiba, eu também não sabia quando cheguei aqui. A prescrição local diz que os ossos dos animais devem ser colocados em local apropriado. Há aqueles que colocam em olhos de *palheiras*, palmeiras que tem suas folhas secas usadas para cobrir casas, ou então em pequenos chiqueiros feitos de madeira. De qualquer forma, deve-se evitar jogar em qualquer lugar para que não entre em contato com urina ou fezes, o que poderia deixar o caçador *enrascado*, *panema*, com azar na caça. Ossos não podem ser jogados n'água, em rios ou igarapés. E há ainda aqueles que para *enrascar* um caçador, enterram os ossos em formato de cruz no fundo de fogões a lenha. Deve-se ainda ter o cuidado para que mulheres menstruadas não passem por cima da carne e dos ossos – é comum nos seringais que as pessoas se alimentem sentadas chão o que poderia levar a um momento de descuido –, assim como não se pode usar a escova de lavar roupa que se usa na roupa íntima da mulher para lavar o *sacotelo* utilizado para caçadas. O tutano dos ossos não deve ser tirado com o dedo ou talheres, deve-se bater até que a massa caía. Mulheres grávidas também não podem se alimentar de carne de caça sob pena de incorrer no mesmo erro: *enrascar* o caçador.

“A *vizinhança* são relações entre grupos familiares que envolvem diversos outros elementos e ideias: a obrigação de reciprocidade, risco, contaminação, seres da mata. Nesse sentido, delimita fronteiras de afinidade e de confiança entre os moradores. (...) O que se mede na troca

é confiança e não quilos de carne, e, ainda, o quê se objetiva, através da carne, é a manutenção de uma relação e não um pagamento. (...) Do ponto de vista do funcionamento da vizinhança, a caçada significa não somente uma atividade destinada à manutenção de uma parte importante da dieta de uma família, mas também a possibilidade de manutenção das relações de afinidade e confiança entre grupos familiares” (Postigo 2010:179-185).

Quando um caçador está *panema*, ele pode realizar defumação com folhas de tipi, alho da mata, cedro e *cabelos* dos animais, como pelos de veado, porco, paca, cutia entre outros, assim como penas de aves que são caçadas. Ele deve defumar a si e tudo aquilo que utiliza nas caçadas, como roupas, *sacotelo* – espécie de mochila – e espingarda. Deve sair de casa sem que ninguém o veja ou fale com ele e realizar o ritual na mata. Ter *panema* é um estado do qual o caçador se envergonha – uma das principais fontes de proteína nos seringais é a carne de caça e prover a este alimento é um dever dos homens da família. Existem ainda outros elementos a se considerar na atividade da caça, os entes não humanos que possuem agência sobre o uso deste recurso natural. Caipora, ser *encantado* também chamada mais correntemente de caboquinho da mata, é o(a) *dono(a) da caça*, responsável pelos cuidados com a saúde dos animais, atividade que realiza dia de quinta-feira, e por isto também é recomendado não caçar neste dia da semana. Afinal de contas, “todo bicho tem seu chefe, tem o seu dono” (Francisco Marques 2022).

Caçadores podem fazer *tratos* com o(a) *dono(a) da caça* oferecendo tabaco para obterem sorte na caçada. Caso estejam se *viciando* em caçar e abatendo mais caças que o necessário, podem se *assombrar*, receber *avisos*, cachorros podem ser açoitados e há até mesmo relatos de um caçador que após receber três avisos e não ouvir, “pegou uma pisa”, recebeu castigo físico do caboquinho da mata. Há relatos sobre um caçador que após matar quatro pacas ouviu sem saber de onde vinha a voz: “não já está bom de você ir embora?”. Manoel Soares me disse, que para ser *feliz na caça* é preciso não ter *ambição*, o que agrada o encantado. Não se pode caçar além do necessário, nem *judiar* dos animais, o tiro deve ser certo e não deixar o animal ferido. “Caboclo não gosta de quem judia com a caça” (Manoel Soares 2022). Ainda, se o caçador encontrar uma *maçã de veado*, espécie de bola de pelos que o veado possui dentro de si, ele pode enterrá-la na floresta, não contar a ninguém e ter o cuidado para que ninguém o veja também, assim poderá ser *feliz*, obter sorte nas caçadas. Se alguém o ver ou saber da *maçã*, o ritual não tem eficácia. No entanto, há relato sobre um caçador que tinha uma *maçã de veado*, a qual sempre enterrava nos rastros dos veados e conseguia abatê-los. Até o dia em que atirou

em um ser cabeludo desconhecido e ficou *panema*, nunca mais foi *feliz na caça*. A seguir, Antônio Coló relata o trato que fez com caipora para matar caça.

“A gente fazia um cigarro, colocava na ponta da orelha, entrava na mata. No primeiro campestre que topava, a gente acendia o cigarro, aí partia o pau, lascava o pau do jeito que desse pra entrar o cigarro, aí você dava 3 gritos pro dono da caça... “Matias! Me dá uma caça pra eu comer com a minha família que nunca mais eu comi! Matias! Me dá uma caça pra eu comer com a minha família que nunca mais eu comi!” Dizia 3 vezes. Botava a espingarda no ombro, baixava a cabeça, não olhava pra trás. Aí nesse dia o cara me ensinou eu fui fazer isso no meio da mata, lá dentro topei uns porcos, matei ele e vim me embora!” (Antônio Coló 2022).

Desta forma, há três atores nesta dupla relação “entre caçador e Caipora, e entre caçador e vizinho” (Postigo 2010:284). Como podemos ver, os procedimentos adotados e os ritos ordenam estas relações produzindo desta forma o que os caçadores chamam de *ciência da caça*. Seguir as prescrições permite a continuidade da relação de *vizinhança* e a *felicidade* do caçador (Postigo:2010:284). Sua *felicidade* depende do tratamento que dá aos animais caçados, o que implica diretamente na qualidade da relação estabelecida com o(a) dono(a) da caça, pois este “pode conduzir a caça mais facilmente ao caçador” (Postigo:2010:297).

Há ainda aparições de *terremotes da noite*. Assopros, barulhos nas folhas que imitam o pisar dos animais e vozes que mandam os caçadores irem embora, tudo isto sem que ninguém consiga ver absolutamente nada. Na minha visita a comunidade Periquito em outubro de 2022, logo me deparei com vários casos aparentemente recentes de aparições de *terremotes da noite* em duas árvores de jacarandás. Há até mesmo um jacarandá em que ninguém da comunidade ousa ir *pastorar*, pois todos os que foram se depararam com *terremotes da noite*. Durante minha estadia no Periquito, pernoitei uma noite na casa do casal Franciso (Chico Marques) e Francisca Marques (Chiquinha). Ao chegar em sua casa naquela noite, Chico Marques disse que desta vez queria ouvir os casos do Pará, me chamou para dentro da casa e deitou no sofá. Sentei no chão e Chiquinha no outro sofá. Ficamos conversando e contei casos de matinta pereira, caipora e cobra grande que já havia ouvido dos meus familiares. A conversa seguiu e fomos tomar café na cozinha, onde realizei uma entrevista gravada. A seguir, trecho em que Chico Marques relata seu encontro com o *terremote da noite*.

“Armei a rede lá em cima, umas sete horas, cedo, cedo mesmo! Aí tinha umas palhas assim e eu vi aquele negócio fervilhando, achei que fosse um rato, um negócio... Fiquei escutando, mas não fervilhou mais. Aí o camarada falou... Mandando eu vim me embora, assim: Vá logo se embora, vá! Duas vezes. Reparava e não via, peguei a lanterna dentro da rede e foquei assim, por todo canto assim e não vi nada não. E não

falou mais nada não. Ainda demorei um pedacinho lá... Quer saber? Eu vou descer. Aí fui, desatei a rede, botei no saco, desci, vim devagarzinho... Quando eu atravessasse a grotinha, os cabelos começaram a subir assim! Os cabelos desciam assim com um pedacinho subia de novo!” (Francisco Marques 2022).

No Morro da Pedra, apesar dos moradores seguirem as prescrições para não incorrer em *panema* e conhecerem histórias de caipora, nunca me foi relatado algo parecido como no Periquito. Fico me questionando se o aumento do desmatamento e o aumento das caçadas com cachorro nestas áreas próximas a BR 364, teriam ocasionado o afastamento não somente dos animais, mas daquele(a) que cuida deles também, que é responsável pelo “movimento das caças na mata, assim como um vaqueiro controla o movimento de seu gado”, podendo “conduzir a caça mais facilmente ao caçador quando esse está caçando” (Postigo 2010:297). Afinal de contas, se desmatamento e cachorro afasta os animais de caça, não faria sentido que seu dono permanecesse ali naquela parte do território. De qualquer forma, entes não humanos, como vimos, agenciam as ações do caçador e o acesso a caça. Martini (1994) já havia observado nos seringais da RESEX Alto Juruá que uma das formas de regular o uso da floresta e dos recursos naturais eram as histórias de encantos. Estas histórias serviriam, por exemplo, para proteger locais de nascedouros de espécies animais e vegetais. Além disso, as “regras de divisão de caça e acordos internos para uso conjunto diminuem o impacto sobre a caça”, assim como prescrições alimentares para pessoas doentes e mulheres paridas que não devem consumir alimentos *reimosos*, ofensivos para a saúde (Martini 1994) e que podem desencadear processos inflamatórios. Todos estes aspectos reduzem o impacto sobre os animais que são caçados e permitem a continuidade das relações de *vizinhança*.

Produção, agricultura e farinha de mandioca

O dia a dia das comunidades está ligado principalmente a agricultura, ao extrativismo, caça e pesca. A fonte de renda advém da venda de farinha, criam animais de pequeno porte como galinhas, patos e porcos, assim como poucos moradores possuem pequenas criações de gado. Em 2018, o ICMBio em parceria com a ASAREAL realizou o levantamento das cabeças de gado dentro da RESEX, onde se constatou que havia 235. A planilha de excel do levantamento não foi publicada oficialmente e foi cedido a mim pelo ICMBio de Brasília através da lei de acesso à informação. De acordo com o levantamento, apenas 22 grupos domésticos criam gado na RESEX e na sua grande maioria, possuem entre uma e 13 cabeças de gados (ver tabela 2 e

3 na página seguinte) que são usados na sua maioria como *boi de arrasto* para carregar carga e auxiliar no trabalho na agricultura.

NÚMERO DE CABEÇAS DE GADO POR NÚMERO DE GRUPO DOMÉSTICO NA RESEX RIOZINHO DA LIBERDADE NO ANO DE 2018	
Nº de grupos domésticos	Nº de cabeças de gado
13	De 1 a 4
5	De 5 a 10
2	De 11 a 20
2	Mais de 20

Tabela 2 – Número de cabeças de gado por grupos domésticos. Fonte: ICMBio, 2018. Dados não publicados.

NÚMERO DE CABEÇAS DE GADO POR COMUNIDADE NA RESEX RIOZINHO DA LIBERDADE NO ANO DE 2018	
Comunidade	Nº de cabeças de gado
Periquito	50
Morro da Pedra	25
Passo da Pátria	1
Oito Praias	4
Foz do Forquilha	4
Extrema	1
Pau D'arco	8
Cavanhaque	9
Força da União	19
União	8

Tabela 3 – Número de cabeças de gado por comunidade na RESEX Riozinho da Liberdade. Fonte: ICMBio, 2018. Dados não publicados.

O gado quando criado solto, pode ser motivo de *questões*, pois podem invadir os *terreiros* das casas e roçados para se alimentar. No Periquito, um morador cercou seu terreiro para evitar conflitos. Há um grupo doméstico que cria gado na comunidade, mas cercou a área de pasto, para evitar conflitos. Outro, não possui cerca, mas mora distante dos outros grupos domésticos. O morador que tinha uma pequena criação solta no maior aglomerado de residências vendeu suas cabeças de gado devido as reclamações dos moradores. No Morro da Pedra, apenas duas famílias extensas possuem cerca. Os outros bois de arrasto vivem soltos ou amarrados com cabos para evitar conflitos. O gado pode servir como uma espécie de poupança para momentos de *precisão*, quando por algum motivo necessitam de uma quantidade maior de dinheiro, seja por saúde ou outra circunstância, sendo vendidos internamente na comunidade. Pantoja *et al.* (2009:121) observou na RESEX Alto Juruá que o gado funciona como um patrimônio que pode ser repassado aos filhos e que funciona como uma “poupança de quatro patas”, sendo uma forma segura “para investir seus ganhos e repassá-los a seus descendentes” (Pantoja *et al.* 2009:121). No Morro da Pedra, há um chefe de família que nos últimos anos vem se dedicando a abrir e manter um pasto. Comprando gado quando possível, relatou ser a herança que vai deixar aos seus oito filhos.

Plantam diferentes cultivos nos roçados em áreas de *terra firme*, não alagadiça, como mandioca, feijão, melancia, jerimum, arroz, milho e batata, sendo estes de diversas *qualidades*, variedades, muitas delas adaptadas exclusivamente ao clima e território do Vale do Juruá. Os plantios também são realizados nas praias nas margens do rio nos meses de maio e junho, durante o verão amazônico. Apesar dos agricultores(as) plantarem diferentes cultivos, os roçados de *roça*, plantações de mandioca, representam 93,6% dos plantios na RESEX. 98% das famílias plantam mandioca e 63,4% destas plantam mandioca em consórcio com outras culturas (ICMBio 2017b:99). Em 2014, de acordo com levantamento realizado pelo ICMBio, 89% das famílias tinham a agricultura como principal fonte de renda (ICMBio 2017a:54). As mulheres também cultivam hortaliças como couve, pimentas e chicória em canteiros suspensos. Nos *terreiros*, quintais das casas, ou então nos *caminhos* para as casas de farinha podem ser encontradas diversas frutíferas e plantas de uso medicinal²³. O extrativismo complementa a alimentação com a caça, pesca e vinhos de espécies de palmeiras como bacaba, bacabão, açaí, buriti e patoá. Alguns agricultores plantam em menor escala bananas, abacaxi, ananás, goiaba,

²³Em pesquisa que realizei recentemente para a MULHERFLOR, mapeei mais de 60 espécies vegetais e animais utilizadas com fins medicinais no Morro da Pedra em apenas uma família extensa composta por seis grupos domésticos.

cacau, pupu (cupuaçu) entre outras frutíferas. Recentemente, o comércio de bananas vem crescendo na região de Cruzeiro do Sul e no rio Liberdade.

A mão de obra para os processos que culminam com a *farinhada*, o feitiço da farinha, advém da família extensa. Os roçados são *colocados* em áreas de *terra firme* em *capoeira nova*, *velha* ou *mata bruta*, sendo capoeira áreas em regeneração e mata bruta, floresta primária. A capoeira é *nova* quando *o mato é pequeno*, os *paus são finos* e tem entre 1 e 4 anos. A capoeira é *velha* quando os *paus são grossos* e tem acima de 5 anos. No mês de junho, os homens da família começam a *brocar* as áreas escolhidas para os roçados, cortando com o terçado o mato e paus finos. Em julho, começam a tombar, atividade de derrubada das árvores com troncos mais grossos. Nos meses de agosto e início de setembro, final do verão Amazônico, se dá início a *queima*, quando ateam fogo na matéria orgânica seca. Posteriormente, começa a *encoivarar*, quando reúnem os paus que não queimaram anteriormente e ateam fogo novamente. Em seguida, realizam a *planta*, plantio das *manivas*, trabalho que pode ser realizado por todos os integrantes das famílias: crianças, adolescentes e adultos.

Os roçados podem estar localizados longe das moradias, em média 15 minutos de caminhada, e algumas vezes longe das casas de farinha. Podem ser individuais ou *conjuntos*, quando de propriedade de um ou mais agricultores. Para quantificar o tamanho do roçado utilizam a unidade de medida *quadra*: uma quadra corresponde a 10.000m² e é considerado um roçado grande. Em uma *quadra* é possível plantar de 10.000 a 12.000 mil *pés de roça* e produzir até 150 sacas de farinha, “a roça sendo boa”. O tamanho do roçado depende da quantidade de mão de obra disponível para a execução do trabalho nos seus diferentes estágios e dos limites acordados com a gestão do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) – atualmente é permitido que cada grupo doméstico faça o desmatamento de duas *quadras*, dois hectares para realizar plantio, um em área de capoeira e outro em área de mata bruta.

Em agosto de 2022 enquanto acompanhava uma família extensa, em nossas conversas durante as atividades no roçado, surgiu o relato de um caso que serve para ilustrar a lógica usada para a escolha de áreas em que se pretende realizar o plantio. Dois chefes de família da comunidade não se falavam, em anos anteriores tiveram uma *questão*, conflito, por causa de uma área para *botar* roçado. Segundo o que contaram, o chefe de família J. *brocou* área que considerava ser de mata bruta, que nunca havia sido *brocada*, desmatada e utilizada para plantio. Todos na comunidade relatam que passa a ter direito de uso sobre uma área de mata bruta ou praia, aquele que *brocar* e realizar o desmatamento da área pela primeira vez. No entanto, o chefe de família C. reivindicava a área como sua e afirmou que a área já havia sido

brocada, mas não *tombada*. O caso foi reportado ao ICMBio e com a mediação da instituição e de uma liderança local, J. desistiu de requerer a área.

Posteriormente, em conversa com a esposa de C., o qual se queixava da situação, relatou que o marido havia *brocado* a área, mas que ela pediu a ele que não a desmatasse, pois era uma área rica em *palheiras* de cocão e açai, zona de coleta mapeada anteriormente no plano de manejo comunitário de espécies florestais não madeireiras desenvolvido pela ASAREAL para que sua família extensa realizasse a extração e comercialização de óleos. O marido acatou o pedido da esposa e não concluiu o desmatamento da área. É interessante observar que o chefe de família J. já havia passado por situação semelhante. Ele também havia participado do plano de manejo comunitário ASAREAL e sua família extensa também possuía uma área com *palheiras* de cocão para realizar a extração de óleo e produção de carvão. No entanto, um terceiro grupo doméstico com que possui laços parentesco tanto com a família extensa de J. quanto de C, mas com os quais não mantém relações de *vizinhança* e trabalho, realizou o desmatamento da área de J. J., não se queixou da situação, pois disse que apesar da área ter sido mapeada para o projeto da ASAREAL, se tratava de área de mata bruta. Nesta situação o que podemos ver é o conflito de duas lógicas, uma local, onde possui direito de uso aquele que empenha sua força de trabalho sobre uma área para realizar o desmate e plantio. Outra, que advém de um projeto de associação local realizado em parceria com instituições ditas de “fora”, ICMBio e Fundo Amazônia, que buscava a preservação de áreas com potencial econômico – mais a frente trarei explicações sobre os objetivos e desfecho do projeto.

Em setembro, por vezes ainda em agosto, as famílias começam a plantar as *manivas*, pedaços do caule da mandioca, esperando as primeiras chuvas. As *manivas* precisam ter vários *olhos*, brotos do qual irá nascer a plântula. A lua certa para plantar é a nova e há ainda luas certas para realizar a colheita e desmate das áreas destinadas ao roçado, apesar de alguns não observarem tal costume. Para o plantio, é necessário que o espaçamento entre as *covas*, buracos no solo onde são plantadas as *manivas*, seja de cerca de meio metro ou mais, para que as *batatas*, tubérculos da mandioca, se desenvolvam e sejam maiores e mais grossas. Em 2022, me relataram o caso de um jovem agricultor que plantou seu roçado em 2021 com um espaçamento menor que o recomendado e sua “*roça não deu boa*”, colheu mandiocas pequenas e finas. É comum que os homens das famílias se reúnem em *adjunto* para realizar o plantio de seus roçados. No entanto, no Morro da Pedra em 2022, observei que a troca pode ser de dia não equivalente de serviço. Ou seja, Sebastião foi requisitado por Edmilson em setembro para trabalhar de *adjunto* realizando o plantio do seu roçado, mas requisitou que Edmilson o ajudasse

a realizar a *limpa* do seu, processo que consiste em cortar com terçado as plantas que começam a nascer entre os *pés de roça*, plantas de mandioca, pois já havia realizado o plantio anteriormente.

Ainda no começo de setembro, acompanhei o grupo doméstico de Antônio José na ocasião do plantio do roçado de seu filho Arisson. Neste caso, o chefe de família mobilizou a mão de obra de seu próprio grupo doméstico, ou seja, seus(a) filhos(as), esposa, afilhado e nora. Mas outros grupos domésticos da comunidade realizaram o plantio de seus roçados trabalhando de *adjunto*. A seguir, relato do primeiro dia de plantio. Quando eu ia chegando no roçado, vi que uma cutia passou correndo e os cachorros foram em sua direção. Após *darmos as horas*, bom dia, logo Antônio José disse que para eu ser agricultora eu tinha que primeiro aprender a plantar, *se desse boa*, eu poderia aprender a *raspar*. Todos rimos. O roçado era pequeno, tinha área de *meia tarefa*, ou seja, meia *quadra* ou meio hectare. No primeiro dia, enquanto Antônio José, seus filhos Narisson e Arisson iam fazendo as *covas*, Garisson, o caçula, colocava as manivas nas *covas* e eu e Maria íamos plantando as *manivas* com os pés. Plantávamos então a *qualidade* de *roça* mulatinha, maria faz ruma e rasgadinha visto que a terra era barro. Se a terra fosse areia, teria selecionado outra *qualidade*, como curimem. Antônio José obteve as *manivas* quando foi trabalhar trocando dia com seu cunhado, Raimundo, mas pretendia pegar mais *manivas* de chico anjo com seu outro cunhado, Edmilson. Voltamos do roçado por volta de nove horas, pois a família não gosta de trabalhar no sol quente. Apesar disso, Antônio José e os filhos foram *mariscar*, pescar, para pegar o almoço. No verão, este é o melhor horário para *mariscar*.

Retornamos ao roçado no período da tarde, um pouco depois das 15 horas. Narisson e Garisson foram *mariscar*, Maria ficou cuidando do neto de dois anos e então seguiu para o roçado, eu, Arisson, Tati, Antônio José e Paulo, afilhado de Maria. O filho mais velho, Jarlesson, estava de *arrancando* mandioca com o tio materno Raimundo. No dia seguinte eu e Tati deveríamos ir *raspar* para eles, Tati trabalhando na *diária* a R\$40,00 e eu como pesquisadora e curiosa. Conversando no roçado, comecei a perguntar sobre os tipos de trocas, como por exemplo, o *adjunto*. Ao me explicar usou diversas vezes o termo *ajuda*, como eu já havia observado na comunidade Periquito e em outras situações no Morro da Pedra. Reclamou ainda que o filho ateou fogo na capoeira antes do tempo. O certo seria queimar quando já estivesse próximo de chover, e o frio que vinha observando nas madrugadas indicava o contrário. Ajudei a plantar as *manivas* e quando voltamos para casa, Antônio perguntou: ei dona Maria, quanto é sua *diária*? Se referindo a mim. Todos rimos novamente.

Assim, depois que foram plantadas as *manivas* é necessário realizar a *limpa*, processo realizado pelos homens da família que trocam dias de serviço, podendo ser realizado de uma a três vezes, a depender do crescimento do *mato*. Leva aproximadamente de 8 meses a um ano para a mandioca estar madura e pronta para colheita, a depender da *qualidade* de mandioca escolhida. As *qualidades* de mandioca mais plantadas para a produção de farinha são curimem, caboquinha, mulatinha, santa maria, manelão e canela de juriti. A *qualidade* amarelinha é utilizada para alimentação, sendo consumida cozida. A escolha das *qualidades* de mandioca para a produção de farinha leva em consideração a adaptabilidade da *qualidade* ao tipo de solo, se areia, barro ou arenoargiloso, a maior produtividade e a disponibilidade de *manivas* dentro da rede de parentes e amigos do produtor.

Observei farinhadas durante todo o período em que estive residindo no Liberdade. Os roçados são utilizados em média por 3 anos, com dois plantios consecutivos, o segundo plantio sendo chamado de *arrancador*, e após este período a área dos roçados são abandonadas para virar capoeira novamente. Para produzir farinha, são necessários no mínimo dois dias de atividades nos roçados e casa de farinha, o que é chamado de *puxada*. No primeiro dia, ainda no roçado, os homens começam a *arrancar* as raízes do solo e as mulheres a *raspar*, descascar a mandioca. São os homens que carregam a mandioca descascada em sacos de fibra sintética para as casas de farinha ou então utilizam boi de arrasto. Já na casa de farinha, as mulheres *lavam* a mandioca em caixas d'água, jogam-na no *banco* onde os homens polvilham açafraão, a *cevam* e posteriormente, a *prensam*. *Cevar* é o processo de trituração da mandioca na *bola*, também chamada de *caititu*, uma espécie de cilindro com dentes afiados movido por um motor estacionário. A partir desta tritura é formada uma massa que vai para a *prensa*, ficando ali até o dia seguinte para a retirada da água, a *manipueira*. Infelizmente, conheci pessoas que sofreram graves acidentes durante o processo de *cevar* a mandioca. Por breve descuido, perderam parte dos dedos da mão na *bola*.

No segundo dia, a massa prensada é triturada novamente na bola sendo então *escaldada* na chapa do forno, *peneirada* e torrada na chapa do forno. Depois de esfriar a farinha é colocada em sacos de fibra sintética na quantidade de 50 quilos. O principal tipo de farinha produzida é a amarela, que segundo os agricultores, é a preferida pelos comerciantes e marreteiros presentes no rio Liberdade, e conseqüentemente a mais produzida. A farinha branca, também chamada *de comer*, é produzida para o consumo local das famílias. No anexo c, constam fotos dos roçados e processos imbricados na *farinhada*. A seguir, relato de quando

acompanhei o grupo doméstico do casal Antônio José e Maria José, que estavam de *farinhada* em agosto de 2022.

Eu estava residindo na casa de Maria Renilda, cedo da manhã fui para a casa de Antônio José. Tati, filha do casal, ficou em casa cuidando do sobrinho de dois anos, os outros membros da família já estavam para a casa de farinha. Ao chegar lá, encontrei Antônio José e Narisson *torrando massa*. O caçula e Paulo, afilhado de Maria, estavam ajudando a peneirar a massa esquentada para depois ser torrada – o pai de Paulo estava para o igarapé Monteiro trabalhando de serrador. Eu disse que não tinha vindo mais cedo porque havia passado mal e logo Antônio José me receitou que eu comesse três olhos de goiabeira. Jarlesson, o filho mais velho, vinha do roçado com a carroça e o boi de arrasto cheia de mandiocas raspadas. Depois, eu e Paulo seguimos Jarlesson para o roçado. No caminho, observei que haviam *brocado* uma capoeira nova, área que viria a ser um roçado. Havia também uma área *sapecada*, queimada, que iria se tornar pasto para boi. Ao chegar no roçado, vi muitos pés de mamão goiaba e mamão comum. Maria e sua filha Tatiana estavam *raspando* enquanto o filho Arrisson *arrancava* mandioca das *qualidades* mulatinha e santa maria. Logo peguei minha faca de *raspar* me juntei a eles.

Do roçado de Antônio José eu conseguia avistar o roçado *conjunto* de Jarlesson e seu tio materno, Raimundo. E capoeiras tombadas que logo estariam boas para se atear fogo e que viriam a se tornar roçados. Ficamos conversando enquanto trabalhávamos. Após completar seis sacas de mandioca, voltamos para a casa de farinha. As mulheres e Jarlesson buscaram água no igarapé próximo para lavar as mandiocas, Narisson, antes de ir embora para se arrumar para a escola, deixou lenha partida – extraída das capoeiras desmatadas que se tornariam roçados. Enquanto Antônio José arrumava a *prensa*, Jarlesson polvilhava *açafrão* nas mandiocas para em seguida cevar e Maria tirava goma para fazer tapioca no forno da casa de farinha.

No dia seguinte, acompanhei o cunhado de Antônio José e irmão de Maria, Edimilson. Antônio José, seus filhos e o afilhado da esposa foram para sua casa de farinha *escaldar e torrar massa*. Eu, Tati e Edmilsom fomos para o seu roçado – o tio havia solicitado que a sobrinha raspasse para ele em troca de pagamento pela *diária* de serviço. Edmilson plantava as *qualidades de roça braba* manuelão e *mansa* mulatinha. A parte do roçado em que a terra é areia, há manuelão, e a parte que é barro, mulatinha. Segundo Edmilson, a mulatinha “vai bem no barro e na areia, mas vai melhor mesmo no barro, “dá boa” [produção]” e não quebra quando está sendo *arrancada*. Sua casa de farinha ainda está incompleta, falta a chapa do forno e algumas outras equipamentos, de modo que trouxe as quatro sacas de mandioca que raspamos

para a casa de farinha de Antônio José. Na casa de farinha, Narisson, Antônio José e Jarlesson se revezaram torrando. Ao final, Antônio José disse que estava com dor nos *quartos*. Maria hoje foi lavar roupa e reclamou de dor no nervo ciático. Maria e Tati tiraram goma e fizeram beiju, assim como no dia anterior. Edmilson *cevou* com pouco açafraão porque manelão (tem quem chame manuelão) já possui coloração amarelada. Logo voltamos para casa para almoçar e Jarlesson foi mariscar com seu tio materno Raimundo, atividade que sempre desempenha junto aos seus tios, pai e irmãos e da qual advém parte significativa da proteína do seu grupo doméstico, do grupo doméstico de sua avó materna e de sua tia avó materna, Ozilda.

Outra *farinhada* que acompanhei em março de 2020, antes de ser decretado estado de pandemia, serve como exemplo das trocas empreendidas para o trabalho. Acompanhei a *farinhada* de Edivaldo e Marta feita a partir do roçado conjunto de Edivaldo e seu genro, Manoel. Manoel não poderia acompanhar o sogro, pois já estava trabalhando em outra *farinhada* com seu grupo doméstico. Nos acompanharam ainda, dois sobrinhos de Edivaldo, suas esposas e filhos, Erlande e Rosa, Leilde e Francisco. Francisco havia feito acordo para *trabalhar de meia* com Manoel, assim se produzissem 40 sacas de farinha, 20 seriam de Edivaldo pois o roçado era conjunto e 20 seriam de Manoel, das quais 10 destinadas ao pagamento de Francisco. O acordo de Edivaldo com o casal Erlande e Rosa era de *troca de dias*, o casal já havia recebido anteriormente de Edivaldo e Marta, dia de serviço para *arrancar e raspar*. No roçado, Edivaldo comentou que não compensa financeiramente pagar diárias, que na época eram de R\$50,00 reais para o homem e R\$25,00 para a mulher. Falou que “morre na mão do atravessador”, apontando assim para os lucros que os comerciantes obtêm com a venda de farinha enquanto, na época, um agricultor recebia R\$75,00 se realizasse a venda para *marreteiro*, comerciante itinerante no rio, na comunidade e R\$80,00 na Vila Liberdade – tratarei da comercialização na sessão a seguir.

Ter filhos e parentes próximos a si para *trocar dias* de trabalho reduz os gastos com pagamento de *diárias* e *empeleitas*. No Morro da Pedra em 2022, por exemplo, Antônio José e seus quatro filhos se reuniram para juntos, *brocar* suas capoeiras. Cada homem da família possui seu próprio roçado. Ele e seu filho mais velho, foram requisitados ainda por um amigo e morador do igarapé Monteiro que estava adoecido, a trabalhar de *diária*, *brocando* capoeira no valor de R\$70,00 reais o dia de serviço. Em comparação, uma senhora idosa, aposentada e solteira, cujo os filhos são adoecidos e possuem dificuldades para trabalhar precisou *empeleitar* os serviços de *brocar*, *tombar* e *encoivar* duas *quadras* com o seu cunhado pelo valor de R\$500,00 reais por *quadra*. O fez por não ter poder de trocar dia de serviço.

Assim, podemos depreender que existem os seguintes tipos de troca para o trabalho de produzir farinha. *Adjunto*, quando todos os chefes de família se reúnem para brocar, cortar a vegetação fina, em área de mata bruta ou capoeira, onde será colocado o roçado. Anteriormente, no *tempo da seringa*, seringueiros se reuniam em adjunto para realizar a limpeza das estradas de seringa. *Empeleita*, acordo com pagamento em dinheiro por serviço pré-determinado, como por exemplo para *tombar*, serrar com motosserra árvores de porte maior. *Troca de dias*, quando se trocam quantidade de dias equivalentes em trabalho, por ex., trocam-se dias de *limpa*, dias para *arrancar* e *raspar*. *Trabalho de meia*, é o trabalho com pagamento baseado na produção final, ao final da farinhada dividem-se em partes iguais entre os grupos domésticos as sacas de farinha produzida. *Diária* é pagamento em dinheiro por dia de serviço.

O termo *ajuda* pode ser utilizado para se referir as trocas citadas, assim como para trocas com pessoas que residem em outras comunidades, cidade, ou até mesmo com políticos e comerciantes, situação também observada por Rezende (2016, 2017) nos seringais do Tejo, afluente do rio Juruá. As relações de *ajuda*, criam “consideração através do apoio que um parceiro dá ao outro” (Rezende 2017:511) e “conjugam fatores econômicos e morais, incluindo os políticos e afetivos, dos quais dependem a reprodução da casa e do social” (Rezende 2016:29). A consideração criada orienta “ações futuras desses parceiros de troca, reforçando laços e gerando parcerias preferenciais” (Rezende 2017:511) É observando essas redes de trocas para o trabalho na agricultura, *vizinhança* de caça e pesca, que podemos constatar a conformação de famílias extensas que atuam como uma unidade de consumo e cooperação técnica para o trabalho (Almeida 1992). Segundo Rezende (2017):

“Numa relação básica de *ajuda*, há sempre aquele que precisa e aquele que pode fornecer o que o outro precisa. Estas duas situações são expressas (...) através dos termos *precisão* e *condição*”. As relações de ajuda “participam da construção e da atualização de relações de *consideração* entre pessoas. *Consideração* é um termo local utilizado para se referir a relações entre pessoas que se gostam, que têm apreço uma pela outra, e que por isso se tornam parceiros frequentes de trocas (...) significa levar em *consideração* a necessidade do outro, demonstrar preocupação e dar apoio” (Rezende 2017: 496- 498).

Segundo Fortes (1971:87), o grupo doméstico estaria no centro dos processos de “manter, repor e transmitir o capital social de geração em geração”. Assim, adotando estratégias de curto e longo prazo em “resposta a pressões macroeconômicas e políticas (preços, leis)”, as famílias se reproduzem para si articuladas com a sociedade capitalista “combinando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender ao consumo familiar e para repor os

insumos necessários ao reinício do processo”. Nesta lógica econômica, as famílias se perpetuam por meio do “trabalho e consumo” (Barbosa de Almeida 1986).

Durante o verão, o plantio também é realizado nas praias que se formam as margens do rio Liberdade. Assim como nos roçados de terra firme, nas praias são necessárias *brocas* e *limpas*, nelas são plantadas melancias, jerimuns, batatas e feijão. No verão amazônico, quando o índice de pluviosidade e o nível da água do rio Liberdade diminui, quando “dá aquele rio de peixe [piracema], que a gente já vê que vai começar o verão, aí a gente já planta” (Sebastião 2020). A partir do mês julho já se colhem as melancias, a partir de agosto o feijão e jerimum. Antes que o nível de água do rio aumente, as colheitas se encerram. Em menor proporção, são cultivadas outras *qualidades da região*, dentre elas posso citar: arroz de *seis meses* como agulhinha branco, agulhinha vermelho e de *três meses*, chato. Durante trabalho realizado em 2017 (ICMBio 2017a:100), foram identificadas as variedades de arroz chatão, comissão e mirium. Observei ainda cultivos de feijão como quarentão, de praia, peruano, branco e carioquinha, sendo muito cultivados por grupos domésticos do igarapé Forquilha, afluente do Liberdade. O milho preferido pelos agricultores é o *da região*, aquele que não é *do governo*, variedade distribuída por instituições, mas que segundo os(as) agricultores(as) costuma dar muitos gorgulhos, é duro e tem pouca massa. As melancias e jerimuns também são da *região*. Entre as *qualidades* de bananas há a prata *do governo*, maçaroca, baé, prata, pacarana ou tapanã, costela de preguiça, maçã verde, roxa, são tomé, grande, najá, sapa, tosquina, chifre de bode, ouro e engana ladrão. A produção além de comercializada entre os grupos domésticos, pode também ser vizinhada.

Como dizem, “*tudo tem seu tempo*”. Sendo o inverno tempo de crescimento dos plantios e cuidados com os roçados de terra firme, o verão o tempo de preparo do solo dos roçados em terra firme e plantios e colheitas nas praias nas margens do rio. A transição entre verão e inverno, tempo dos plantios das manivas e milho em roçados de terra firme. Exemplo interessante é o plantio de feijão realizado nos roçados de terra firme na transição entre inverno e verão. Se inicia em março e abril, quando começam a diminuir as chuvas, pois o feijão não tem boa tolerância para altos níveis de água, podendo apodrecer antes de germinar, mas também não tem tolerância para baixos níveis, precisando de chuvas esparsadas para ter boa produtividade. Ou seja, quando “fica chovendo e fazendo verão. Verão forte demais também não é bom pra feijão, é bom quando ele flora que dá uma chuvinha... Porque florar sem chuva às vezes ele não carrega [com vagens] muito bem. Quando vem um verão forte, ele morre logo, às vezes dá só uma carga e morre” (Sebastião 2020). Assim, a família extensa de um agricultor

se dedica alternadamente entre as diferentes atividades empreendidas no preparo do solo, plantio, *limpas* nos roçados, *farinhadas* e colheitas nas plantações.

O *tempo* do plantio de cada variedade agrícola se relaciona com o tempo das águas, verão e inverno. A piracema dos peixes marca o início do plantio do feijão no roçado de terra firme, a redução do nível do rio, o plantio nas praias, e o fim do verão e começo do inverno, o plantio de mandioca nos roçados terra firme. O ciclo hídrico, as chuvas e o rio agenciam de certa forma as estratégias empreendidas pelos chefes de família e seus grupos domésticos na agricultura. E não somente na agricultura, pois o inverno é o tempo mais adequado às caçadas, quando a maioria das *comidas*, árvores frutíferas das quais os animais caçados se alimentam, estão produzindo frutos. O verão, quando o nível da água do rio reduz consideravelmente e é tempo de piracemas, fatos que facilitam a atividade do *marisco*, pesca realizada principalmente com tarrafas²⁴. O ciclo agrícola e aspectos importantes dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais do Vale do Juruá estão intimamente relacionados com o ciclo hídrico, como numa dança em que a água conduz as atividades agrícolas, de caça e pesca.

No entanto, as mudanças climáticas parecem começar a afetar a região do Alto Juruá, e isso se reflete na percepção das pessoas sobre o ciclo hídrico, animais e plantas. O verão de 2022, segundo o que me foi relatado, perdurou mais tempo do que deveria, sendo que as chuvas demoraram a chegar. Em outubro de 2023, Antônio Vieira me disse: “dá uma chuva, acho que vai começar o inverno... quando vejo, verão de novo!”. O que o agricultor está apontando é para as chuvas fracas e esparsadas de outubro, mês em que deveria ser inverno e que em anos anteriores poderia ocorrer até mesmo alagações. Outras pessoas me apontaram para a floração fora de época de algumas espécies e para as lagartas mandarovás, que atacam cada vez mais os roçados do rio Liberdade e Vale do Juruá. É conhecido que esta lagarta tem seu ciclo de vida ligado aos roçados de mandioca de quatro em quatro anos, quando infesta as áreas de plantio e come suas folhas, devastando um roçado de uma *quadra*, um hectare, em aproximadamente um dia. No rio Liberdade, a técnica que os agricultores utilizam atualmente para evitar perdas

²⁴Parafrazeando Tsing (2019), se começarmos a observação a partir de investimentos não humanos e no caso tomando a água e o ciclo hídrico como ponto de partida, poderíamos dizer que o que se observa são teias de relações interdependentes nos permitem enxergar nichos sobrepostos dos homens, plantas e animais, de humanos e não humanos que influenciam uns aos outros. Tsing (2019) pontua que para se compreender o social, deve-se superar a barreira entre humanos e não humanos, a oposição entre natureza e sociedade tão convencional nas humanidades. A autora define o social como “produzido em relações intrincadas com outros significantes” (Tsing 2019:119), então logo, seres não humanos são claramente sociais, sendo que a socialidade mais que humana inclui tanto humanos como não humanos. Humanos e outros seres “criam modos de vida através da rede de relações sociais” (Tsing 2019:121) e os organismos são como engenheiros dos ecossistemas, pois ao modificarem os seus habitats, redesenham também o mundo de outros organismos, onde estes vivem e se reproduzem e desta forma, através das relações multiespécies criam as paisagens (Tsing 2019:97).

financeiras maiores, é *desmanchar* os roçados *maduros*, fazendo a colheita e *farinhadas* assim que identificam que foram infestados. Alguns levantam a hipótese de que a maior ocorrência de infestações de mandarová poderia estar ligada ao verão mais prolongado, visto que a reprodução da mariposa está ligada ao verão, pois as chuvas fazem com que os seus ovos sejam jogados no chão onde não conseguem concluir o seu desenvolvimento.

No contexto considerado normal, em que a lagarta atacava os roçados de quatro em quatro anos, isto acontecia quando os roçados estavam ficando *maduros*, entre junho e agosto, e desta forma os agricultores poderiam então mobilizar mão de obra para proceder com a colheita e *farinhada*. No entanto, com o verão prolongado, com setembro e outubro com chuvas mais esparsadas, a ocorrência de infestações de lagartas passou a ser anual, atacando não somente roçados *maduros*, mas aqueles recém plantados em agosto e setembro, o que não dá a possibilidade de realizar *farinhadas*, implicando em prejuízos financeiros para aqueles que empenharam mão de obra e recursos financeiros para comprar gasolina e alimentação para trabalhadores que se dedicaram nos serviços de *brocar*, *tombar* e *plantar*. Este quadro vivenciado no Alto Juruá, fez com que a Prefeitura de Cruzeiro do Sul decretasse no dia 18 de outubro de 2023, situação de “emergência biológica natural pela infestação da praga *Erinnyis ello* (lagarta mandarová) nas áreas de produção de mandioca no âmbito” do município (Acre 2023)²⁵. Segundo dados publicados no site oficial da prefeitura (2023), a produção de farinha e de derivados da mandioca representam 42% do Produto Interno Bruto (PIB) do município. Até a publicação do decreto, se estimava que 960 famílias já haviam sido afetadas²⁶.

²⁵Ver matéria “Governo e parceiros traçam estratégias para o controle da praga do mandarová” no site de notícias oficiais do Estado do Acre. Link de acesso: < <https://agencia.ac.gov.br/governo-e-parceiros-tracam-estrategias-para-o-controle-da-praga-do-mandarova/> >. E a matéria do site da prefeitura de Cruzeiro do Sul, “Prefeitura decreta emergência devido ao ataque do mandarová”. Link de acesso: < <https://www.cruzeirodosul.ac.gov.br/post/prefeitura-decreta-emerg%C3%Aancia-devido-ao-ataque-do-mandarov%C3%A1> >.

²⁶Para compreendermos a experiência humana “precisamos desmontar a conceitualização de biológico e social como domínios distintos” (Fuentes 2016:13), assim como para compreendermos o que tem sido chamado de natureza, precisamos questionar a primazia de conceitos como natureza e cultura (Prado e Murrieta 2017:840). Isto se torna urgente dado o período em que vivemos, o Antropoceno, caracterizado por Tsing (2019:112) como a quebra das coordenações nas paisagens multiespécies. Precisamos reconhecer que somos atores nestas teias ecológicas, fazemos parte dessas relações e que nossa sobrevivência depende dos não humanos. Vivemos a época em que as perturbações humanas criam a falta de habitabilidade: patógenos surgem e afetam humanos e não humanos – como vivenciamos na recente pandemia de COVID 19 –, agrotóxicos poluem os recursos hídricos, o processo de mudança climática quebra coordenações e leva espécies a extinção (Tsing 2019: 114) e até mesmo prejudica os plantios agrícolas, como vimos no caso da lagarta mandarová e que possivelmente pode estar ocorrendo por mudanças no ciclo hídrico.

Redes de comércio: *marreteiros* e comerciantes locais

Com o fim da atividade extrativa da seringa e o estabelecimento da produção de farinha como principal produto comercializado, moradores relatam que ocorreu a diminuição de outros cultivos, como tabaco, arroz, feijão e milho, justificando que não há mercado local para comercializar estes produtos. E de fato, durante estes anos no rio Liberdade conheci poucas pessoas que realizam tais cultivos, e em sua grande maioria, apenas para alimentação. A seguir, Francisco Albecir relata este processo no livro *A Voz do Liberdade* (2021).

“Lembro que no início de noventa e seis (1996), quando cheguei aqui, umas das comunidades que era tida como a maior produtora de arroz era o Periquito. E esse lugar aqui era só arroz, milho, feijão e hoje raramente tem um morador aqui no periquito que planta arroz. Quando tem, é um (01) ou dois (02) produtor. E os demais preferem comprar o arroz vindo lá do Mato Grosso do que produzir aqui” (Da Silva *et al.* 2021:307).

Atualmente, a venda da farinha se dá para comerciantes na Vila Liberdade ou para *marreteiros* que sobem o rio vendendo mercadorias e compram exclusivamente farinha. O que faz com que os agricultores tenham sua base econômica em grande parte dependente da comercialização desta, situação também observada em trabalhos realizados pelo o ICMBio (2017a:100). Ambas categorias de comerciantes, são chamados localmente de *atravessadores*, aquele que compra farinha e revende para mercados externos das cidades de Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Porto Velho, Mato Grosso e Manaus. Estes comerciantes residem no rio Liberdade, onde nasceram, foram criados e possuem família. Alguns, também trabalharam como seringueiros. Lideranças das comunidades, como ex-presidentes de associações, representantes de núcleo de base, que são agricultores e/ou assalariados do estado e município, também podem atuar como comerciantes. As lideranças/comerciantes costumam vender mercadorias no *fiado* e alguns recebem o pagamento em farinha. A entrada de instituições públicas dentro dos seringais provoca uma reordenação das relações de poder, introduzindo diferenciações sociais que alteram o perfil das comunidades (Palmeira 1985:49).

Existem vários comércios na Vila Liberdade e *marreteiros*, apesar de não ter tomado conhecimento de contratos de exclusividade de venda, os moradores das comunidades em que realizei observação desde 2018, vendem farinha na sua maioria para um comerciante dito *forte*²⁷, o qual é por vezes chamado de *patrão*. Nas comunidades mais distantes, as famílias comercializam esporadicamente como *marreteiros*. Este *patrão/comerciante dito forte*, é irmão

²⁷A categoria *forte* era utilizada anteriormente para classificar *patrões*.

de uma liderança local, foi seringueiro e com o fim da atividade extrativa, começou a desempenhar atividades de *marreteiro*, comprando produção agrícola, carne de caça e revendendo mercadorias. Desta forma, começou a construir seu patrimônio material. Atravessadores em geral podem comprar a farinha pagando-a com dinheiro, vendendo mercadorias *a troco*, em troca, de farinha, *adiantando* mercadorias e dinheiro em momentos de *precisão* para pagamento posterior com farinha. Anteriormente, quando o posto de saúde da Vila Liberdade não possuía ambulância própria, o comerciante dito *forte*, *ajudava* as famílias de seus fregueses não somente adiantando mercadorias e dinheiro, mas também realizando o traslado de pessoas sofrendo de casos de urgência e emergência médica. Devido à dificuldade de comunicação e transporte até a cidade, os seus fregueses costumavam recorrer a ele, o qual os levava em seu carro até o posto de saúde mais próximo com ambulância. Prática semelhante à realizada pelos *patrões seringalistas*, que enviam os doentes a cidade de Cruzeiro do Sul para receber tratamento.

Em entrevistas e conversas, os moradores relatam que os adiantamentos realizados pelo *patrão do tempo da seringa* são iguais aos *adiantamentos* realizados pelo seu *patrão* atual. Como antes, estes adiantamentos não são dados a qualquer *freguês*, mas ao agricultor que *gosta de trabalhar*, não tem *preguiça*, uma pessoa de confiança que não vende a produção para outro comerciante e é considerado *freguês bom*. Semelhante ao passado, quando “muitos patrões exigiam que os seringueiros comprassem apenas em seu barracão” (Martini 2005:32). Também ouvi menções a “*vou fazer minha aviação*” e é importante notar que, adiantamentos podem gerar dívidas, visto que nem sempre o(a) agricultor(a) consegue produzir o suficiente para saldar a dívida resultante do adiantamento e comprar novas mercadorias das quais seu grupo doméstico necessita. Alguns produtores entregam seus cartões de benefícios sociais e senha aos comerciantes, como uma forma de realizar o pagamento mensal das mercadorias que necessitam. Algumas pessoas afirmam que possuir roçado maduro pronto para a *farinhada* é “como possuir uma poupança”, pois em momentos de *precisão* recorrem a adiantamentos com os comerciantes para pagamento posterior em farinha. A seguir, relato de Francisco Nascimento no livro *A Voz do Liberdade* (2021) e Francisco Albecir.

“Hoje (...) não é diferente [do *tempo da seringa*], se a gente for um bom freguês, eu pelo menos aqui na ponte do Liberdade. Eu chego ali, eu pego dinheiro adiantado, o meu *patrão* me adianta dinheiro, por causa que eu vendo farinha pra ele (...) hoje o negócio é farinha! Aí tem aqueles que vão falar dinheiro e eles [os patrões] não adianta, porque desconfia. A pessoa às vezes quer passar a perna neles e aí desconfiam (...) também na época do patrão, na época da seringa, tinha aquelas

peessoas que o patrão não adiantava dinheiro porque tinha *preguiça* de cortar. Às vezes cortava a borracha e aí desviava, vendia pra outra pessoa fora do *patrão*, aí é a merma coisa de hoje” (Da Silva *et al.* 2021:80).

“Na farinha existe uma figura que estimula que seja a farinha. No meu entendimento é a figura do atravessador, ou seja, se eu hoje não tenho um roçado, se eu não tenho um pé de macaxeira para produzir farinha, mas se existe a figura do atravessador, eu chego lá no atravessador e digo: “Olha! Tu me vendes isso aqui que eu vou plantar o roçado e quando eu fizer a minha farinha eu vou te vender!” e o atravessador me vende, então vou fazer farinha para pagar aquele atravessador. Nas outras culturas, não existe essa procura, essa busca pelo tabaco, pelo arroz, não existe isso e na farinha existe como existia antes a borracha (...) eu vou encontrar alguém que me forneça alguma coisa como era no tempo do patrão para eu pagar quando essa roça crescer e eu fizer a farinha dessa roça. Tem pessoas que eles são *livres*, eles produzem farinha livremente, *não devem*, produzem farinha de boa qualidade e procuram um preço melhor para vender e tem pessoas que não: ele já tá *preso*, *precisa produzir para pagar o credor dele*” (Francisco Albecir 2020).

Há certa oscilação de preços da *saca* de farinha ao longo do ano e os valores de compra e venda são sempre superiores na cidade, e nos últimos anos vem ocorrendo uma tendência de aumento no valor da *saca* (ver gráfico 1 a seguir que ilustra a oscilação no preço de venda da *saca* de farinha de 50kg pelos agricultores no rio Liberdade). Os preços de venda costumam aumentar no período do inverno e podem cair durante o verão. Alguns comerciantes de mercadorias da cidade de Cruzeiro do Sul que compram farinha advindas dos ramais e seringais da região do Juruá, me relataram que os valores para exportação da farinha aumentariam durante o verão, quando o nível de água do rio Juruá está baixo, dado o aumento do valor do transporte, que é realizado principalmente por balsas que descem o rio Juruá até a cidade de Manaus.



Gráfico 1 – Valores da saca de farinha vendida por agricultores no rio Liberdade entre os anos de 2018 e 2023.

Alguns fatores dificultam o transporte da produção até a cidade de Cruzeiro do Sul. O alto valor do litro da gasolina, que pode chegar a R\$10,00 ou mais em seringais mais distantes, dificulta que moradores se desloquem com frequência das comunidades mais a montante no rio até a cidade. *Carros da linha* realizam o transporte de pessoas e produção para a cidade, mas para cada saca de farinha é necessário realizar o pagamento de R\$5,00 reais. Estes dois fatores fazem com que muitos moradores de seringais mais distantes prefiram realizar a venda para *marreteiros* e comerciantes locais. Há também um caminhão da prefeitura que realiza o transporte da produção de agricultores para a feira municipal de agricultores em Cruzeiro do Sul, a qual ocorre uma vez por semana aos sábados. Serviço que é utilizado principalmente por moradores de comunidades próximas a BR 364. Na comunidade Periquito, até 2020 não havia embarcação de uso coletivo ou cedida por alguma instituição para o transporte da produção, o que era realizado pelos agricultores em suas próprias canoas ou em canoas emprestadas de amigos ou parentes.

Recentemente a prefeitura de Cruzeiro do Sul contratou barqueiros assalariados e forneceu *baleeiras*, embarcação com alta capacidade de carga, para realizar o transporte de moradores e escoamento da produção dos seringais de diversos rios do município. A secretária de agricultura informou que a iniciativa tem como objetivo agregar valor aos produtos, fazendo com os produtores tenham a oportunidade de se deslocar sem custos financeiros até a cidade, onde os valores de venda da saca de farinha são superiores. No entanto, ao me relatar o desenvolvimento das atividades do rio Juruá-Mirim, disse que a adesão a *baleeira* da prefeitura

ainda estava baixa, deduzia que os moradores possivelmente poderiam ter dívidas com os comerciantes locais, fazendo com que sua produção fosse destinada a estes. No rio Liberdade, vários moradores aderiram a iniciativa da prefeitura, mas realizam a venda para comerciantes da Vila Liberdade, visto que o caminhão da prefeitura não suporta escoar a produção de todos os agricultores.

Francisco Barbosa de Melo relatou que enquanto primeiro gestor da RESEX Riozinho da Liberdade, firmou parceria com o governo do estado e município para auxiliar os(as) produtores(as) no escoamento da produção de farinha para a cidade de Cruzeiro do Sul. Um caminhão ficaria à disposição dos agricultores para fazer o transporte até a cidade e dois mercados locais se comprometeram em comprar a produção. Foram realizadas reuniões nas comunidades e estando tudo acertado, no dia em que o caminhão foi buscar a produção de farinha, apenas um produtor apareceu com uma quantidade ínfima. Segundo Ginu, a prática de adiantar mercadorias e/ou dinheiro para o pagamento posterior com a produção é recorrente no rio, o que deixa os produtores com dívidas e por conta disto, não poderiam destinar a produção para a execução do projeto.

Em 2022, tive a oportunidade de acompanhar alguns grupos domésticos em suas transações comerciais na Vila Liberdade. Acompanhando um chefe de família em sua canoa rio abaixo até a referida Vila, observei que realizou a venda de nove sacas de farinha a um comerciante local. Alguns dias atrás, o comerciante já havia pego cinco sacas. Logo chegaram os trabalhadores para carregar as sacas de farinha até o depósito e o comerciante apareceu portando em mãos a *conta*, anotações do que o chefe de família estava devendo. As 14 sacas deram R\$1.750, sendo uma saca estava R\$125,00. O chefe de família solicitou o valor de três sacas de farinha, pois tinha o objetivo de comprar um macaco hidráulico de um conhecido. Após entregar o dinheiro e abater o valor das sacas restantes na *conta*, o chefe de família ainda realizou a compra de algumas mercadorias para alimentação da família. E me disse: “*Conta* mesmo a gente nunca deixa de dever, mas é bom também, que a gente sempre tem *crédito*.” Ficamos conversando e mencionei o cartão de crédito, no que o comerciante mencionou o fato do cartão de crédito cobrar juros caso aconteça atrasos no pagamento, diferenciando assim do tipo de relação comercial que estabelece com os agricultores. Apesar das justificativas deste comerciante, o que se observa na situação é a relação de dependência econômica em que este produtor se encontra, o que não é incomum no rio Liberdade.

Para produzir farinha, os produtores necessitam dos sacos de fibra que podem ser adquiridos na cidade ou mais comumente com os comerciantes locais no *fiado*. Ao adquirir os

sacos com o comerciante, é comum que o produtor destine sua produção a este, que abaterá o valor dos sacos no valor das sacas de farinha entregues. Em 2022, pude acompanhar uma senhora aposentada nas suas transações comerciais. Ela possuía dívida com um comerciante local que supostamente estava sem sacos para entregar, o trabalhador do comércio informou também que não estavam “pegando farinha”. A senhora foi em vários comércios, mas informou que nenhum deles possuía sacos para entregar. Ela também estava sem dinheiro, de modo que precisava obter os sacos no *fiado*. Um comerciante local, que também informou não possuir sacos, os comprou em outro comércio e entregou a senhora.

Posteriormente, ela fez a farinha e retornou a Vila Liberdade para vender 10 sacas de farinha. Realizou sua venda não para o comerciante com o qual possuía dívida, mas para o comerciante que lhe forneceu os sacos, sendo que este abateu o valor de R\$50,00 referente aos sacos e entregou o dinheiro para a senhora. Ela disse: “passei com a farinha na frente do C. mas ele não podia falar nada”, ou seja, requerer sua produção. Parte do valor que recebeu usou para pagar parte de sua dívida, o restante usou para ir à cidade e comprar mercadorias. No entanto, em outras situações, observei produtores pegarem adiantamentos de mercadores e o comerciante solicitar explicitamente que o pagamento fosse realizado com produção e não dinheiro. O que segundo dizem, em duplo ganho para o comerciante, pois irá lucra no valor das mercadorias e na saca de farinha. Inclusive, é comum que comerciantes ofereçam motores de rabeta, botes de alumínio, mergulhões (bombas para puxar água de igarapés e cacimbas) e eletrodomésticos para pagamento posterior em farinha.

Observei que é comum que comerciantes digam aos produtores que não estão realizando a compra da farinha ou que então estão sem sacos, quando, coincidentemente ou não, a saca de farinha está cotada em preços mais altos. Em períodos de valores mais baixos, fazem grandes estoques em seus armazéns para vender para outras cidades. De qualquer forma, na situação da senhora acima, ela poderia ter realizado a venda das sacas de farinha para o comerciante com o qual tinha dívida e ainda que não a saldasse, poderia ainda solicitar parte do valor em dinheiro. O que vi acontecer várias vezes em alguns comércios na Vila Liberdade. O que se depreende desta situação novamente, é relação de dependência econômica, onde comerciantes aviam (ou não) até mesmo sacos de farinha. Apesar disto, um(a) agricultor(a) mesmo com dívidas tem a liberdade de escolher com quem comercializar.

Ocorreu ainda de eu poder acompanhar outra situação interessante, a de um jovem casal, ele agricultor, ela professora. Eles haviam se casado há poucos meses e residiam próximo a família do marido. Ambos, tinham contas com um comerciante da Vila Liberdade e haviam

acordado entrei si, que após a *farinhada*, o marido deveria realizar o pagamento de sua conta e da esposa. A esposa precisou ir para a cidade e a transação comercial era de responsabilidade do marido. Ao chegar no comércio, o marido entregou as sacas de farinha e solicitou que o valor fosse abatido nas contas do casal. Na ocasião, o comerciante cobrou o pagamento de algumas mercadorias que segundo o marido, já haviam sido saldadas. No que o jovem contestou. Depois de algum tempo, a esposa perguntou ao comerciante se o marido havia realizado o pagamento de sua conta, no que recebeu a negativa como resposta e realizou novamente o pagamento da conta. Após o casal conversar, decidiram verificar a situação com o comerciante, que respondeu que não havia descontado a conta da esposa. Algumas semanas depois, o comerciante conversou com o pai do marido, afirmando que este não havia realizado o pagamento da sua conta. O marido retornou a Vila Liberdade e informou ao comerciante que não iria proceder com o pagamento da conta, pois já havia realizado anteriormente. Após essa situação, o casal parou de realizar a compra de mercadorias e venda de farinha neste comércio, pois o comerciante estava *cobrando conta sem* [o produtor] *dever*, o que já havia sido relatado a mim por agricultores do rio Juruá Mirim e era realidade frequente dos seringueiros no *tempo da seringa* no Vale do Juruá.

Martini (2005) relatou a readaptação do aviamento na comunidade Foz do Breu, no Alto Juruá, realizado por três irmãos aposentados, alguns de seus filhos e netos assalariados, que vendiam mercadorias básicas ao funcionamento de uma casa e cachaça aos produtores, sendo a dívida posteriormente saldada com a produção agrícola e/ou troca em dia de serviço, o que gerava grandes lucros àqueles que possuíam a mercadoria. A autora pontua ainda que as “redes de prestação e contraprestação de serviços derivam do aviamento e da assistência (...) que *patrões* e gerentes devem aos trabalhadores aviados, no caso de parto, doença ou falecimento” (Martini 2005:55). A relação aviador-aviado num contexto de escassez de capitais, relativa ausência e fragilidade da estrutura institucional formal da sociedade, se torna funcional na busca da estabilidade e desenvolvimento das atividades produtivas (Wolf 1970; Alves 2006). O produtor espera que o patrão ajude-o em momentos difíceis e é justamente no papel de assistente que se manifesta o poder do patrão, a razão de ser da patronagem (Alves 2006).

O que se observa são as obrigações mútuas outrora existentes entre seringueiros e *patrões* (Barbosa de Almeida 1992) atualizadas em um novo contexto entre agricultores e comerciantes. Citando Sahlins (1997:62): “A tradição consiste aqui nos modos distintos como se dá a transformação: a transformação é necessariamente adaptada ao esquema cultural

existente” e modificações históricas não excluem continuidades estruturais. Ao modo do que Lanna (1994:83) afirma:

“Por terem sido tão fundamentais, estas categorias permanecem presentes ao nível inconsciente, reproduzidas pelas novas formas de dependência dos trabalhadores (...) em relação aos patrões; em outras palavras, não são apenas "práticas sociais", são categorias estruturais. Ainda mais importante (...) é o fato de categorias permanecerem importantes mesmo ao nível consciente”.

No entanto, apesar da continuidade do aviamento, as observações que realizei não me permitem dizer que ocorre a imobilização da mão de obra por dívidas cíclicas, como ocorria em décadas anteriores com a extração de seringa. Apesar das dificuldades logísticas, muitos agricultores da Vila Liberdade e comunidades próximas passaram a utilizar o caminhão da prefeitura para realizar a venda de seus produtos na cidade. Além disso, os produtores não são obrigados a entregar sua produção a um comerciante específico, apesar de possuírem relações preferenciais e realizarem a venda de sua produção geralmente a apenas um comerciante. Estas relações são personalizadas e não meramente econômicas, envolvem comerciantes que também são “filhos do Liberdade”, estão imbricados nas redes de parentesco e podem até mesmo ser lidos socialmente como lideranças da comunidade, caso que fica explícito durante plebiscito que ocorreu no rio Liberdade para eleição de uma pessoa a se candidatar a vereador, ocasião em que um comerciante foi o mais votado.

Caso as expectativas dos atores imbricados na relação agricultor-comerciante não sejam atendidas, ela poderá ser rompida, como explicitado no caso relatado em que o jovem casal foi cobrado indevidamente. O comerciante, diante de um *freguês* que não realiza o pagamento de suas contas, pode realizar a cobrança e se recusar a ceder novos adiantamentos em mercadoria, como observei acontecer algumas vezes na Vila Liberdade. Rompendo temporariamente (ou não) a relação, pois muitos(as) agricultores(as) preferem manter relações comerciais com aqueles que não realizam o ato da cobrança e não se recusam a fornecer novas mercadorias mesmo com dívidas não saldadas. De qualquer forma, está posta aos produtores a possibilidade de escolha com quem comercializar ou não. Os *atravessadores* ligam os(as) produtores(as) aos mercados externos, e é neste ponto da rede em que se passa da lógica da reciprocidade à lógica de relações de mercado meramente econômicas. Iniciativas pontuais do poder público não foram capazes de romper laços baseados em aviamento, *consideração* e *ajuda*.

A fidelidade existente entre agricultores e *atravessadores* pode trazer segurança e estabilidade social e econômica para ambas as partes. Para os agricultores, assegura o

fornecimento de mercadorias importantes para a reprodução social do grupo doméstico, como motores, chapas de forno de casa de farinha, mergulhões, alimentos como arroz, feijão, macarrão, óleo, sal, açúcar, café, leite em pó, frango, material escolar para os filhos que estudam, sabão, entre outros itens, assim como adiantamentos em dinheiro. Desta forma os comerciantes, asseguraram sempre ter fregueses fiéis de suas mercadorias e fornecimento constante de sacas de farinha a valores inferiores aqueles praticados nas cidades, garantindo deste modo seus lucros. Neste contexto de fragilidade econômica, comerciantes que adiantam mercadorias e dinheiro, geram dependência por parte dos agricultores e assim observa-se a reconfiguração de relações de poder locais baseadas em uma reciprocidade assimétrica. A continuidade da relação de aviamento na situação social atual de Reservas Extrativistas, possibilita a reprodução, em novas bases, do modelo de dominação econômico e político existente anteriormente no *tempo da seringa*.

Maria Renilda Santana da Costa: iniciativas para a diversificação da fonte de renda e atuação nas associações do rio Liberdade

Após a falência da primeira associação do rio Liberdade, a ASARIL, e da criação da RESEX Riozinho da Liberdade em 2005, novas associações foram criadas. Em 2007, foi criada a Associação Agroextrativista da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade (ASAREAL), a Associação Feminina Força da Mulher Rural do Rio Liberdade (MULHERFLOR) em 2021 e Associação Agroextrativista Unidos Venceremos do Rio Liberdade em 2022. Durante o voluntariado que prestei na ASAREAL em 2018, pude acompanhar durante alguns meses o final do segundo mandato como presidente de Maria Renilda Santana da Costa, liderança conhecida como Branca. Com a criação da ASAREAL em 2007, Maria Renilda passou a trabalhar dando apoio em atividades da associação junto com o presidente Francisco Albecir Brito da Silva. No segundo mandato da ASAREAL, cujo presidente foi Ramalho Conceição, passou a fazer parte da diretoria como secretária. De 2014 a 2018 exerceu dois mandatos consecutivos enquanto presidente, e em 2021 veio a fundar junto com outras mulheres do rio Liberdade, amigas e parentes, a Associação MULHERFLOR – a qual acompanho desde janeiro de 2022 como consultora²⁸. A MULHERFLOR é fundada no contexto de mudança da gestão

²⁸Maria Renilda entrou em contato comigo quando eu ainda estava residindo no Pará em janeiro de 2022. Pediu auxílio para realizar a inscrição da associação no Prêmio Mulheres Rurais. Posteriormente, quando retornei para Cruzeiro do Sul em fevereiro, passei a colaborar frequentemente, auxiliando no planejamento anual de atividades da MULHERFLOR, escrevendo projetos para captação de recursos, acompanhando a liderança em reuniões entre outras atividades voltadas para pesquisa.

da ASAREAL, para representar aqueles(as)²⁹ que não se sentiam representados(as) pela nova diretoria. É de Maria Renilda e de sua perspicaz atuação, sempre buscando novos parceiros que possam colaborar junto aos seus objetivos e suas estratégias para geração de renda, de que irei me ater neste ponto da dissertação.

Maria Renilda Santana da Costa tem 50 anos e nasceu em 1973, ano em que seus pais Raimunda Santana e Raimundo da Costa migraram da *colocação* Forquilha no igarapé Monteiro para o seringal Bom Futuro II, onde seu pai nasceu e hoje é conhecido como comunidade Morro da Pedra. Foi seu pai quem deu o nome a localidade, devido a existência de uma pedra de concreto na subida do porto, resquícios de um antigo engenho de açúcar. Branca teve duas filhas do seu primeiro casamento e no segundo e atual casamento com Claudemir de Oliveira, seu esposo conhecido como Seu Peruano, teve mais sete filhos, um já falecido. Nasceu na comunidade Morro da Pedra, onde reside até hoje com seu esposo e filhos(as). Relata que seu trabalho como liderança se iniciou com a criação da RESEX Riozinho da Liberdade, quando foi convidada por Chico Ginu para participar como agente ambiental voluntária e posteriormente, a partir de 2012, como conselheira da comunidade Morro da Pedra no Conselho Deliberativo da RESEX. Durante seus anos na presidência da ASAREAL, também foi eleita como subprefeita da Vila Liberdade, representando os moradores na esfera municipal. Recentemente em 2021 com a criação da MULHERFLOR, passou a ser conselheira fiscal e posteriormente em 2023, presidente da associação.

Desde que conheci Maria Renilda em 2018, percebo que a geração de renda e sua diversificação dentro das comunidades é uma das principais preocupações e demandas que representa, o que se reflete no seu cotidiano familiar e atuação dentro das associações. Esta preocupação fica clara no trecho a seguir da carta aberta ao 1º Encontro de Fortalecimento do Agroextrativista do Acre, que narra o porquê a associação MULHERFLOR foi criada e seus interesses atuais.

“[A MULHERFLOR foi criada] a partir da necessidade de geração de renda, de melhoria de qualidade de vida das famílias que trabalham com a agricultura e são extrativistas, pensando em toda a agrobiodiversidade que temos em nossos roçados e florestas e da qual dependemos para viver (...) A MULHERFLOR e as famílias que representamos tem interesse na diversificação da fonte de renda dos produtores e produtoras, acessar mercados diferentes dos que temos acesso agora e trabalhar com a biodiversidade que temos nas florestas das nossas comunidades através do extrativismo (...) pois é a diversificação da

²⁹Apesar de ser uma associação de mulheres, parte do corpo de associados são jovens e homens adultos.

nossa fonte de renda que vai nos ajudar a preservar a floresta, a gerar renda com a floresta em pé, pois também dependemos da floresta para bem viver” (MULHERFLOR 2023:1-3).

De 2018 até 2023, observei que a liderança pensou e executou várias estratégias com a finalidade de gerar renda para si, sua família e comunidades da RESEX. A nível de seu grupo familiar extenso, além de produzir farinha com seu esposo, filhos(as), genros e noras, após realizar curso de crochê em 2021, passou a vender tapetes e bolsas nas comunidades, muitas das vezes no *fiado*, recebendo até mesmo galinhas caipiras como pagamento, incrementando desta forma sua criação de *terreiro* e alimentação da família. Com o dinheiro que levantava com a produção de crochês, realizava o pagamento do consórcio de uma moto, segundo o que me informou, para apoiar a logística dos seus filhos para a Escola Estadual Rural São Francisco, que dista aproximadamente uma hora de caminhada pelo ramal do Morro da Pedra do aglomerado de residências do seu grupo familiar extenso.

Em 2022, se inscreveu no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para realizar a entrega de alimentos da sua produção agrícola nas escolas do rio Liberdade e posteriormente em 2023, no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) vinculado a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a prefeitura de Cruzeiro do Sul, o que veio a gerar renda para si, sua família e outros moradores, pois Maria Renilda passou a comprar a produção de outras pessoas e dividir o pagamento pelos produtos. Nem todos os moradores conseguem acessar estes programas, apesar de Maria Renilda incentivar e sempre auxiliar aqueles que tem interesse. Muitas das pessoas possuem dificuldades para ler editais, se deslocar até a cidade por motivos financeiros, onde os contratos são assinados, assim como para compreender a burocracia necessária para se acessar tais programas.

Em 2022, Branca pensou em começar a fazer vassouras de piaçaba para uso pessoal e comercialização, solicitando que um de seus filhos fizesse a extração quando fosse caçar. Neste mesmo ano, se inscreveu e foi selecionada num programa que tinha como objetivo a confecção de máscaras que deveriam ser doadas a instituições sem fins lucrativos e gerava renda as costureiras que as confeccionaram. Na ocasião, várias moradas da RESEX foram beneficiadas após um intenso boca a boca nas comunidades e mensagens via WhatsApp – atualmente, algumas comunidades já possuem acesso à internet. Reconheceu a importância do curso de costureira que fez em anos anteriores na comunidade Periquito, quando “empatou seu tempo” em outras atividades, teve gastos financeiros, mas que agora mostrava render resultados. Em toda oportunidade que tem, divulga capacitações para os moradores da comunidade, pois com “curso com um na área é mais fácil para ser encaixado num emprego”. Não somente Maria

Renilda, mas muitos relacionam o estudo formal nas escolas e cursos as maiores oportunidades de empregos e melhores condições sociais e econômicas de vida. Relacionam a melhoria de vida com os estudos, “para, com sorte, conseguir um emprego”. O “saber”, pode se configurar então “como um investimento confiável, uma estratégia de herança” (Pantoja *et al.* 2009: 124). O que repercute na sua atuação enquanto liderança nas associações.

Enquanto presidente da ASAREAL e com o apoio do ICMBio, demandou cursos os mais diversos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) junto ao Instituto Dom Moacyr (IDM) e Centro de Formação e Tecnologias do Juruá (CEFLORA), que foram ministrados em diversas comunidades do rio Liberdade. Dentre eles, posso citar cursos de permacultura, extração de óleos vegetais, fabricação de sabão, viveirocultor, açaicultor, agricultor orgânico, agricultor familiar, horticultor orgânico, produtor de mandioca, identificador florestal, agente de projetos sociais, agente agroflorestal entre outros. Posteriormente, no primeiro mandato da MULHERFLOR ainda em 2021, junto com a diretoria da associação buscou parceiros como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Federação da Agricultura e Agropecuária do Estado do Acre (FAEAC/SENAR) e o CEFLORA para promover cursos dentro das comunidades, dentre eles capacitações para fazer farinha de boa qualidade, pães caseiros, crochê, para trabalhar com derivados de banana, derivados de produtos nativos, fruticultura, produção de sabão, tingimento com pigmentos naturais (açafraão, urucum), cooperativismo, agricultura familiar, culinária a base de peixe, cultivo da banana, saúde preventiva no meio rural e derivados da mandioca. O veio a beneficiar mais de 70 mulheres e 30 homens, sendo que parte das mulheres passaram a obter renda complementar à produção de farinha a partir das formações que tiveram, principalmente através da produção de crochês.

Quando ainda era presidente da associação ASAREAL, participou do Programa REM³⁰ na sua fase I, onde conseguiu 237 kits's de casa de farinha para serem distribuídos nas comunidades, os quais incluíam chapas de forno, macacos hidráulicos, motores, bolas para triturar mandioca, folhas de alumínio para cobrir casas de farinha entre outros equipamentos necessários a produção de farinha³¹. Em 2023, o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC) entrou em contato novamente com a liderança para participar da fase II do programa, agora enquanto MULHERFLOR, no qual passou a compor a Câmara

³⁰O Programa REM está vinculado ao Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC) e tem como objetivo reduzir as taxas de emissões de gases de efeito estufa ocasionados pelo no Acre.

³¹Um kit de casa de farinha completo sem folhas de alumínio é aproximadamente R\$3.000,00 reais, sendo obtido com comerciantes na Vila Liberdade.

Temática de Mulheres. A Liderança, novamente volta a solicitar kit's de casa de farinha. Maria Renilda reconhece a falta de mercados locais para produtos da agricultura que não sejam a farinha, mas se preocupa com o aumento do desmatamento na sua comunidade, o que entende ser consequência do aumento do número de famílias e áreas destinadas aos roçados. Num somente aparente paradoxo, pois ao mesmo tempo que busca melhores condições materiais para a produção de farinha, trabalhou – e trabalha – em projetos com o objetivo de diversificar a renda a partir de produtos agrícolas e extrativistas locais.

Em parceria com os gestores do ICMBio, Maria Renilda enquanto presidente da ASAREAL submeteu e obteve aprovação do projeto “Renda real do extrativismo: Ingredientes da floresta gerando renda na Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade” junto ao Fundo Amazônia. O projeto foi desenvolvido nos anos de 2018 e 2019 e tinha como objetivo ampliar a renda das famílias atuando através de três eixos (ASAREAL 2019).

“1) Identificação de Produtos Florestais Não Madeireiros com potencial de inserção em mercados regionais e nacional; 2) Fortalecimento da organização das comunidades da REAL e da Associação Agroextrativista da Reserva Extrativista do Rio Liberdade para a estruturação das cadeias produtivas de Produtos Florestais Não Madeireiros; 3) Ampliação da renda de autoconsumo, com o beneficiamento local de parte destes Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM), focado em produtos alimentares e higiênicos de interesse dos moradores - sabão e sabonetes de óleo e essência vegetais; vinho de polpa de açaí, buriti e patauá, entre outros.” (ASAREAL 2019:4).

De modo que foi realizado o plano de manejo comunitários das espécies florestais não madeireiras em cinco comunidades: Alegria, Morro da Pedra, Periquito, Forquilha e Passo da Pátria. Foram realizadas ainda capacitações para coleta e beneficiamento, adquiridos equipamentos necessários ao trabalho e beneficiamento das espécies selecionadas, a saber, açaí, patauá, buriti, cocão e copaíba, assim como foi adquirida uma embarcação para a logística de escoamento da produção. Algumas cooperativas e empresas estavam interessadas em comprar os óleos que fossem produzidos, entre elas a BERACA, empresa que realiza a compra de óleos amazônicos e fornece para o mercado cosmético internacional. No entanto, com a desarticulação causada pela pandemia, mudança de gestão da associação e conflitos entre lideranças da gestão atual e anterior, fez com que a iniciativa não fosse adiante.

Atualmente, um dos principais parceiros da MULHERFLOR é o Instituto Fronteiras. Parceiro desde 2018 por conta do livro *A Voz do Liberdade* (2021), vem atuando como um captador de recursos para manter as atividades administrativas da associação, pagamentos de

contador, serviços jurídicos, assessor e consultoria. Por meio desta parceria, conseguiram recursos para a perfuração de um poço artesiano na comunidade Morro da Pedra, visto que os moradores sofriam recorrentemente de infecções devido à má qualidade da água. Ainda com a parceria desta instituição e através de edital do Fundo Casa Socioambiental, obtiveram recursos para a construção da sede da associação, assim como a ong intermediou com o Conexão Povos da Floresta, a aquisição de um ponto de internet da Starlink e placas solares para a sede. Apesar da comunidade ter energia, ventos fortes fazem com que os galhos das árvores encostem nos fios da rede elétrica, fazendo com que ocorram quedas de energia frequentemente. Ainda, além da qualidade superior da internet da Starlink em relação a atual internet que os moradores utilizam, sua mensalidade é R\$200,00 reais mais barata. Estes projetos além de trazerem benefícios diretos e atenderem demandas locais, como melhorar a comunicação, o acesso a informações e a saúde, também são uma forma de gerar renda dentro da comunidade, dado que podem conceder diárias, como por exemplo, para barqueiros, serradores, ajudantes e carpinteiros.

No final do ano de 2022, o Instituto Fronteiras intermediou a participação da MULHERFLOR no evento Ela Pode em Cruzeiro do Sul, onde puderam expor seus produtos e receber capacitação em empreendedorismo feminino e foi o momento em que a diretoria da associação começa a se aproximar de empresárias locais e a receber capacitações. Ali começou a nascer a ideia de um produto novo, que pudesse gerar renda a partir daquilo que se planta em roçados e se extrai da floresta. As mulheres pensaram então em produzir geleias de maracujá, açaí, buriti, cupuaçu, limão e receberam capacitações para aperfeiçoar a receita de uma professora do Instituto Federal do Acre (IFAC)³², parceiros do Instituto Fronteiras se prontificaram em ajudar com a criação da identidade da marca visual e assim foi nascendo as geleias da MULHERFLOR, cuja marca deu-se o nome de “Mãos da Floresta”. Inicialmente, as mulheres da diretoria vêm divulgando o produto *boca a boca*, por suas redes sociais e em eventos que são convidadas a participar, vendendo em eventos locais de Cruzeiro do Sul como o Festival da Farinha e a ExpoJuruá. Deste modo, as mulheres da MULHERFLOR trabalham para promover outras fontes de renda dentro do rio Liberdade.

A criação da RESEX Riozinho da Liberdade assegurou direitos territoriais e sociais, mas não garantiu novas formas geração de renda, de modo que o território da RESEX seguiu a tendência regional voltada para a produção de farinha. A renda é necessária para compra de

³²A professora que se prontificou em ajudar, tomou conhecimento do trabalho da MULHERFLOR através de uma de suas orientandas que trabalha no Instituto Fronteiras nos projetos da RESEX Riozinho da Liberdade.

mercadorias e outros itens que são fundamentais ao funcionamento e reprodução social dos grupos domésticos. Como alimentos, gasolina e outros itens essenciais para o trabalho na agricultura, criação de animais e até mesmo para se ter acesso a serviços de saúde e educação superior. As mulheres da MULHERFLOR e Maria Renilda compreendem isto e se organizam enquanto associação para buscar novas fontes de renda e alternativas para problemas que, com a ausência do estado, não conseguem solucionar sozinhas. Como por exemplos, a falta de água potável nas comunidades e a dificuldade de comunicação, que antes da chegada da internet, se dava principalmente por recados enviados por terceiros e orelhão telefônico. A falta de comunicação prejudica inclusive o acesso a serviços de saúde, pois pode dificultar o contato do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) – o que já observei acontecer algumas vezes ao longo destes anos de trabalho e moradia no rio Liberdade.

O território, as áreas para o trabalho na agricultura, as florestas para extrair plantas e animais para alimentação e *remédios da mata*, os rios e igarapés para pescar estão garantidos por lei, mas entendem que ainda faltam melhorias na área da saúde, educação e trabalho, temáticas relacionadas as principais demandas das comunidades em que trabalhei no rio Liberdade. Não há investimentos por parte do Estado para diversificação da fonte renda, apesar das comunidades apresentarem riquíssimo potencial de produtos agrícolas e extrativistas. Os investimentos em logísticas para escoamento da produção são insuficientes. A maioria das escolas do Liberdade não possuem merendeiras e zelador, funções que acabam sendo desempenhadas por professores e alunos e que podem prejudicar o processo de ensino e aprendizagem. Estes são só alguns exemplos. Como num trabalho de formiguinha, juntando grão a grão, este grupo de mulheres vem buscando melhorar o presente e construir um futuro melhor, sobretudo do ponto de vista de garantia de qualidade e dignidade de vida, o que também consta no estatuto da associação como um de seus principais objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"A reserva trouxe a liberdade pro povo do Liberdade!" (Manoel Soares).

"A história daquela reserva [Riozinho da Liberdade] é mais curta que a das outras [Alto Juruá e Chico Mendes], em especial a do Juruá, que foi a primeira... Você sabe que o primeiro é sempre mais difícil, depois da porta se abrir todo mundo entra, né?" (Macêdo).

“Ecologia sem luta de classes é jardinagem” (Chico Mendes).

Durante todo este percurso, o exercício da prática e escrita etnográfica não me pareceu tão fácil. De qualquer modo, o exercício da observação dos fatos sociais, a pesquisa e a escrita etnográfica anterior a entrada no mestrado em antropologia, o aprendizado das teorias antropológicas anteriormente e durante as disciplinas ministradas no programa de pós graduação com o seu conseqüente acréscimo de “lentes” para observar as situações sociais em campo, a vivência de campo em si posterior ao ingresso no mestrado, de uma antropóloga imbricada nas relações como uma pesquisadora que não é completamente externa as instituições locais mas como sujeito da qual faz parte, sobretudo como pessoa, amiga, companheira, comadre, professora e profissional, todos estes pontos fazem parte do que veio a compor esta etnografia, sem ordem de importância.

Após retornar à cidade de Cruzeiro do Sul, o campo parece(u) nunca se encerrar. Ocorrem (re)encontros, situações sociais que são sempre dignas de se etnografar e interlocutores sempre dispostos a contar. O tempo institucional de 24 meses para a conclusão de uma dissertação de mestrado não foram suficientes para este trabalho, necessitei ainda de duas prorrogações de prazo para defesa da dissertação, o que totalizou seis meses a mais no prazo estipulado inicialmente. O exercício da escrita não é como o hábito de ir à academia fazer exercícios físicos todos os dias, apesar de tentarmos. É um exercício criativo cuja inspiração para elocubrações e análises não vem todos os dias, parece às vezes vir com o passar do tempo, com o esforço do trabalho quase que diário durante o analisar dos dados, realizar (re)leituras e também da paciência para processar internamente e compreender informações a nível consciente ou até mesmo, inconsciente, pois até os sonhos oníricos me serviram de fontes de insights para as análises de pesquisa.

Estes anos de campo no rio Liberdade me levaram a fazer a seguinte reflexão. Se pensarmos que muitos daqueles que migraram do Nordeste para os seringais do Acre no primeiro e segundo ciclo da borracha eram negros descendentes de pessoas escravizadas, que a imobilização da força de trabalho observada nos seringais do Alto Juruá é entendida legalmente como trabalho análogo à escravidão e ainda que muitos dos que residem nos territórios das RESEX's são descendentes de indígenas que foram expropriados violentamente de seus territórios pela empresa seringalista e incorporados à sociedade dos seringais, podemos entender a criação das RESEX's como um ato de reparação histórica, dado que estes povos sofreram violências irreparáveis.

Atuando com uma rede de aliados a nível local, nacional e internacional, o movimento social dos seringueiros formulou uma inovadora contraproposta de desenvolvimento para a Amazônia que garantia seus direitos e preservava a floresta, de modo que lutaram e conquistaram inicialmente em 1990 a criação da RESEX do Alto Juruá e RESEX Chico Mendes no Estado do Acre. O que vem a repercutir posteriormente em diversos territórios tradicionais no Brasil. No Brasil, Amazônia e Estado do Acre, as taxas de desmatamento das RESEX's são inferiores a 0,10 (Barbosa de Almeida et al. 2018:32) e esses dados demonstram que esses territórios contribuem “para a manutenção de florestas e redução do desmatamento” (Barbosa de Almeida et al. 2018:34). Poderíamos nos questionar retoricamente, o que teria sido destes territórios tradicionais sem a sua oficialização legal frente à expansão da fronteira?

A *luta* repercutiu diretamente sobre a preservação das florestas, sendo esta uma consequência a nível global. A nível local, teve efeitos diretos sobre a vida daqueles que foram invisibilizados e que tinham sua mão de obra imobilizada por conta das dívidas contraídas com os *patrões*, que podiam se valer da polícia para realizar cobranças e expulsar seringueiros de suas *colocações*. No processo, o discurso ambientalista foi apropriado pelo movimento social dos seringueiros como estratégia para garantir o acesso à terra e condições sociais e econômicas que permitissem a reprodução social das famílias. Ou criavam a RESEX ou continuariam “na mão da polícia e dos patrões” (Lorival Monteiro 2022). A *luta* foi sobretudo por autonomia de gerir seus modos de vida.

Apesar da oficialização jurídica da categoria de Reserva Extrativista em 1990 ter significado um avanço no reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, ainda há dificuldades em se enquadrar situações sociais vivenciadas por estes povos aos modelos jurídicos preexistentes (Shiraishi Neto 2011:29). Por exemplo, desde a criação das Reservas Extrativistas de Babaçu em 1992, ocorrem dificuldades na sua implementação, visto

que as Reservas Extrativistas foram pensadas a partir das práticas extrativistas dos seringueiros, as quais são diferentes das quebradeiras de coco babaçu (Shiraishi Neto 2011:30). A necessidade de “enquadrar” o correspondente jurídico de determinadas situações sociais geram obstáculos para entender e garantir determinados direitos (Shiraishi Neto 2009). Para uma melhor compreensão e defesa dos direitos desses grupos, a interpretação jurídica deveria parar de tentar enquadrá-las em seus moldes e passar a entender os componentes que formam suas identidades e pertencimentos como grupos sociais, levando ao reconhecimento e a garantia da defesa de seus direitos (Shiraishi Neto 2009:17-28). Nestas situações, são comumente analisados fatores isolados sem levar em conta a complexa rede de relações em que se insere esses grupos, os quais as usam para construir, solidificar e manter sua identidade, modo de viver, construir e agir, características que distinguem os grupos de direitos (Shiraishi Neto 2009).

Podemos pensar que o processo de criação da RESEX Riozinho da Liberdade seguiu passos semelhantes àqueles empreendidos para a criação da RESEX do Alto Juruá. Há a sindicalização, cria-se a associação, as pessoas e instituições aliadas da luta são as mesmas, como Chico Mendes, personagem ícone símbolo dessa luta, Chico Ginu, Antônio Macedo, Terri Aquino, Mauro W. Barbosa de Almeida, CNS, CNPT, STR entre outros. No começo dos anos 2000 no Riozinho da Liberdade, como forma de romper com o monopólio de comercialização dos marreteiros, a ASARIL formula e implementa um projeto para fomentar a produção de borracha e outros produtos agroextrativistas, assim como para fornecer mercadorias aos seringueiros, o que foi muito semelhante às cantinas implementadas no Alto Juruá e outros territórios do Estado do Acre em vista de se romper o monopólio de comercialização dos padrões seringalistas. De modo que, podemos entender a criação da RESEX Riozinho da Liberdade como consequência e continuidade da luta do movimento social dos seringueiros do Vale do Juruá e Vale do Acre, o qual se iniciou frente à expansão da fronteira na Amazônia e chegada de novas formas de produção associadas à exploração madeireira, agropecuária e especulação fundiária.

No entanto, as RESEX's foram criadas e pensadas para o sistema de colocações. Como vimos, o fim da atividade extrativa da borracha como principal fonte de renda e a maior atuação do poder público dentro dos seringais trouxe consigo uma série de mudanças que vieram a afetar o modo de vida dos seringueiros e agricultores. Quando inicialmente pensada e criada, os (as) moradores (as) da RESEX Riozinho da Liberdade acreditavam que com a criação da RESEX teriam melhores condições de vida no que se refere ao acesso à saúde, ao ensino formal

e alternativas para geração de renda. Apesar disso, ainda hoje as famílias do Riozinho da Liberdade então representadas pela Associação Agroextrativista da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade (ASAREAL) e Associação Feminina Força da Mulher Rural do Rio Liberdade (MULHERFLOR) lutam para promover melhores condições de vida e assegurar a reprodução de suas práticas sociais, culturais e econômicas. A luta ainda continua. A criação da RESEX não assegurou uma fonte de renda baseada na produção extrativista, o que vem sendo trabalhado recentemente pelas associações locais, mas de forma ainda muito incipiente.

O que se pode observar é a (re)conformação de uma rede extensa, que tem início no período de mudança de sistema produtivo, com a saída dos padrões dos seringais, migrações, maior diálogo com o poder público e a crescente atuação de lideranças locais, comerciantes e marreteiros. Redes que ultrapassam os limites territoriais das comunidades e são constituídas por laços de parentesco consanguíneo, afinidade, compadrio, amizades, vizinhança, relações de ajuda, comércio e aviamento. Adiantamentos de mercadorias e dinheiro dados pelos comerciantes através do aviamento acabam geram dependência por parte dos agricultores e assim pode-se observar a reconfiguração de relações de poder baseadas em uma reciprocidade assimétrica.

São estas redes que asseguram ao longo do tempo a reprodução social dos grupos de parentes, sua manutenção socioeconômica, visto que são de extrema importância para a produção, comercialização agrícola, ajudas em momentos de precisão, alimentação, suporte afetivo e social, acesso a serviços e recursos públicos. As trocas observadas são “em teoria voluntárias, mas obrigatoriamente dadas e retribuídas” (Mauss 2003) e podem se dar entre diferentes atores, como agricultores, lideranças, comerciantes e marreteiros. Há continuidade nas formas de organização social dos grupos de casas ou famílias extensas do período das *colocações* para as comunidades, assim como observado por Rezende (2016). As trocas observadas para produção agrícola, comercialização, alimentação através da vizinhança, podem ser entendidas como relações fundamentadas na dádiva, não são escolhas feitas e direcionadas a qualquer pessoa. Estas relações podem ser consideradas como trocas não meramente econômicas, tem caráter de prestações totais na medida em que abarcam e recapitulam diferentes aspectos da vida social, como parentesco, economia, regras jurídicas, valores de reciprocidade simétrica e assimétrica.

A relação antes estabelecida entre seringueiros e *padrões*, se atualizou no novo contexto com a atuação dos comerciantes e *marreteiros*, como também constatado por Martini (2005) na Foz do Breu e Rezende (2016) no rio Tejo, ambos afluentes do rio Juruá. No entanto,

as observações realizadas me permitem dizer que na relação agricultor-comerciante não estão mais presentes práticas violentas como mecanismo para cobrar dívidas, como acontecia anteriormente no tempo da seringa contra os seringueiros. Dívidas são cobradas por meio de recados enviados por terceiros, pessoalmente através de conversas e ambas as partes, agricultor e comerciante, podem encerrar a relação. O comerciante se recusando a dar novos adiantamentos e o agricultor buscando um novo parceiro comercial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acre. 2023. Diário oficial do Estado do Acre nº 13.673.
- Allegretti, M. 2002. *A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.
- _____. 2008. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* 18: 39-59.
- Almeida, A. W. B. 2008. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2ª. Ed. Manaus: PGSCA – UFAM. 192p.
- _____. 2004. Terras tradicionalmente ocupadas processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* 6(1): 9-32.
- Álvares, V. de S.; Souza, J. M. L. 2017. Importância do Saber-fazer sobre as Características Físicas e Físico-químicas da Farinha de Mandioca Artesanal do Acre in in *Indicação Geográfica da Farinha de Cruzeiro do Sul, Acre*. Edição técnica de J. M. L. de Souza, V. de S. Álvares e M. de S. Nóbrega. Brasília: Embrapa.
- Alves, E. de J. P. 2006. Mudanças e continuidades no aviação na pesca artesanal. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 1(2): 65-76.
- Aquino, T. V. de. 2001. Levantamento sócio-econômico, laudo biológico e situação fundiária da área indicada para a criação da Reserva Extrativista do Riozinho da Liberdade - Municípios de Tarauacá e Cruzeiro do Sul – Estado do Acre (Relatório Preliminar).
- Associação Agroextrativista da Reserva Extrativista do Rio Liberdade (ASAREAL). 2019. *Projeto de manejo florestal comunitário não madeireiro de polpas e óleos nativos: açai, buriti, pataua, cocão e copaíba*. Cruzeiro do Sul.
- Associação Feminina Força da Mulher Rural do Rio Liberdade (MULHERLOR). 2023. *Carta aberta ao 1º Encontro de Fortalecimento do Agroextrativista do Acre*. Cruzeiro do Sul.
- Barbosa de Almeida, M. W. 1986. Redescobrimo a família rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 1(1): 66-83.
- _____. 1992. *Rubber tappers of the upper Juruá River, Brazil: The making of a forest peasant economy*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de Cambridge, Cambridge.
- _____. 2002. A Reserva Extrativista do Alto Juruá in *Enciclopédia da floresta: conhecimentos e práticas das populações*. Organizado por M. Carneiro da Cunha e M. W. Barbosa de Almeida, pp. 127-135. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. Wolff, C. S. 2022. A história dos seringais in *Enciclopédia da floresta: conhecimentos e práticas das populações*. Organizado por M. Carneiro da Cunha e M. W. Barbosa de Almeida, pp. 107-127. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____, M. W.; Pantoja, M. C. 2004. Justiça local nas reservas extrativistas. *Raízes* 23 (01): 27-41.
- _____, M. W. 2004. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 11(55): 33-53.

- _____. 2007. Do país de São Saruê ao paraíso perdido: notas sobre mundos nordestino e Amazônico. Texto base de palestra apresentada na Universidade Federal do Paraná em 28 de novembro.
- _____. 2012. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. *Mediações* 17(1): 121-152.
- _____; Allegretti, M. H.; Postigo, A. 2018. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* 48: 25-55.
- Barnes, J. A. 1987. Redes sociais e processo político in *Antropologia das sociedades contemporâneas*. Organizado por B. Feldman-Bianco, pp. 159-194. São Paulo: Global.
- Boissevain, J. Apresentando “amigos de amigos”: redes sociais, manipuladores e coalizações in *Antropologia das sociedades contemporâneas*. Organizado por B. Feldman-Bianco. São Paulo: Global
- Brasil. 1998. Criação da RESEX do Riozinho da Liberdade. Brasília: IBAMA/CNPT.
- Brasil. Decreto 98.897 de janeiro de 1990. Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d98897.htm#:~:text=DECRETO%20No%2098.897%2C%20DE,vista%20o%20disposto%20no%20art>. Acesso em: 25 de maio de 2023.
- Brasil. Decreto federal nº 10.449 de 17 de fevereiro de 2005. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, nos Municípios de Cruzeiro do Sul, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Tarauacá, no Estado do Acre, e Ipixuna, no Estado do Amazonas, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/dnn/Dnn10449.htm#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20criada%20a%20Reserva,seis%20ares%2C%20tendo%20por%20base. Acesso em: 04 de nov. de 2020.
- Caillé, Al. 1998. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 13(38):5-38.
- Carneiro da Cunha, M.; Almeida, M. W. B. 2001. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental, in *Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. Organizado por J. P. Capobianco et al, pp. 184-193. São Paulo: Estação Liberdade e Instituto Socioambiental.
- _____. 1998. Pontos de vista sobre a floresta amazônica: xamanismo e tradução. *Mana* 4(1):7-22.
- Carvalho, M. B. de. 2013. *Articulações para o desenvolvimento na floresta: populações locais e políticas públicas em torno da natureza na microrregião de Cruzeiro do Sul, Acre*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.
- _____. 2017. Conservação da agrobiodiversidade e desmatamento na Amazônia: os desafios da produção de farinha de mandioca na região de Cruzeiro do Sul, Acre. *Cadernos de Campo*. 25: 176-199.
- Costa, E. M. L. 2010. *Uma floresta politizada: relações políticas na Reserva Extrativista do Alto Juruá, Acre (1994-2002)*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.
- Cunha, E. R. da. 2019. *À margem da história*. Iba Mendes Editor Digital: São Paulo.

- Da Silva, F. A. B.; Sessin-Dilascio, K.; Sousa, T. S.; Miranda, V. M. 2021. *A Voz do Liberdade*. Cruzeiro do Sul, Acre. Instituto Fronteiras: 2021.
- Dos Santos, A. C. S. D. 2022a. "Isso aqui é pros meus netos, pois na hora que eu morrer é pra levar!": um ensaio visual sobre a devolução de fotografias em campo. *Vivência Revista de antropologia* 60:307-3013.
- _____. 2022b. "Nem precisa ler o que tá escrito, mas olha as fotos de mãe aí!": notas etnográficas sobre devolução em campo e família. Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA).
- Duprat, D. 2007. Prefácio, in *Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional*. J. Shiraishi Neto. Manaus: UEA, 224p.
- Elias, N.; Scotson, J. L. 2000. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Empereire, Laure et al. 2012. D'Une Production localisée à une indication géographique em Amazonie: les enjeux écologiques de la production de farinha de Cruzeiro do Sul. *Cah Agric* 21(8): 25-33.
- Enne, A. L. S. 2004. Conceito de rede sociais e as sociedades contemporâneas. *Comunicação e Informação* 7(2): 264 – 273.
- Fleury, L. C.; Almeida, J. 2007. Populações tradicionais e conservação ambiental: uma contribuição da teoria social. *Revista Brasileira de Agroecologia* 2(3): 3-19.
- Fortes, M. 2011. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. Universidade de Brasília (UNB).
- Fuentes, A. 2016. The extended evolutionary synthesis, ethnography, and the human niche: toward an integrated anthropology. *Current Anthropology*, 57(13):13-26.
- Gluckmann, M. 1987. Análise de uma situação social na Zuludândia Moderna in *Antropologia das sociedades contemporâneas*. Organizado por B. Feldman-Bianco. São Paulo: Global.
- Iglesias, M. M. P. 2008. Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.
- _____.; Aquino, T. V. de. 1996. Regularização de terras indígenas e organização política dos índios no Estado do Acre (1975-1994). Organizado por Carlos Alberto Ricardo. Povos Indígenas no Brasil: 1991-1995. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- _____. 1998. Levantamento Socioeconômico, Laudo Biológico e Situação Fundiária da Área Indicada para a Criação da Reserva Extrativista do Alto Tarauacá – Municípios de Jordão e Tarauacá - Estado do Acre. Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e Projeto de desenvolvimento Sustentável Através do Extrativismo. Volumes I e II.
- _____. Aquino, T. V. de. 1999. "Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre: terras e populações indígenas". Rio de Janeiro/Rio Branco.
- Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). 2017a. Plano de manejo da RESEX Riozinho da Liberdade: relatório preliminar. Cruzeiro do Sul.
- Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). 2017b. Atlas da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade. Cruzeiro do Sul.

- Kuschnir, K. 2007. Antropologia e Política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 22(64): 166- 167.
- Lima, A. C. de S. 1995. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes.
- Martini, A. 1994. Martini, A. 1994. Uma destas formas de regular o uso da floresta eram as histórias de encantos. Disponível em: <https://www.academia.edu/44094168/Uma_destas_formas_de_regular_o_uso_da_floresta_e_ram_as_hist%C3%B3rias_de_encantos>. Acesso em 05 de julho de 2021.
- _____. 2005. *A margem do limite: fronteiras e narrativa na Foz do Breu, Acre, Brasil*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- _____. 2019. *Tecendo limites no Alto Juruá*. Curitiba: Brazil Publishing.
- _____. 2019. Roteiro para estudo de caso. Série orientações para pesquisa de campo. Licenciatura indígena – Humanidades. Universidade Federal do Acre: Cruzeiro do Sul.
- Mauss, M. *Ensaio sobre a dádiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- Mello, A. G. de. 2019. *Olhar, (não ouvir), escrever: uma autoetnografia ciborgue*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis.
- O'Dwyer, E. C. 1998. *Seringueiros da Amazônia: dramas sociais e o olhar antropológico*. Niterói: EdUFF, 231p.
- _____. 2020. Desenvolvimento e Povos Tradicionais, in *Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 110 problemáticas contemporâneas*. Coordenado por A. B. L. Ivo et al., pp. 153-157. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq.
- Oliveira, A. C. 2013. Direitos e/ou povos e comunidades tradicionais: noções de classificação em disputa. *Desenvolvimento e meio ambiente* 27: 71-85.
- Pacheco de Oliveira, J. 2021. A reabertura da fronteira amazônica, os dragões da maldade e as perspectivas da democracia brasileira. *Confluenze* 13(1):77-104.
- Palmeira, M. 1985. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato in *Igreja e Questão Agrária*. Organizado por V. Paiva, pp. 43-51. São Paulo: Edições Loyola.
- Pantoja, M. C. 1994. Seringueiros e cooperativismo: o fetichismo das 'mercadorias' nos seringais do Alto Juruá in *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. Editora da UNESP.
- _____. 1997. As Reservas Extrativistas e a Institucionalização do Movimento Local dos Seringueiros: O Caso do Alto Juruá. *Raízes* 15: 103-112.
- _____. 2001. *Os Milton: cem anos de história familiar nos seringais*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.
- _____; Costa, E. L.; Postigo, A. 2009. A presença do gado em reservas extrativistas: algumas reflexões. *Revista Pós Ciências Sociais* 6(12): 115-130.
- Parrissier, J. B.. 2009. Seis meses no paísa da borracha, ou excursão apostólica ao rio Juruá, 1898 in *Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá*. Organizador por M. D. da Cunha. Rio de Janeiro: Museu do Índio.
- Peirano, M. 2008. Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urber* 2:1-11.

Postigo, A. de A. 2010. *A terra vista do alto: usos e percepções acerca do espaço entre os moradores do Rio Bagé, Acre*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP): Campinas.

Prado, H. M.; Murrieta, R. S. S. 2017. A experiência do conhecimento em Tim Ingold e as etnociências: reflexões a partir de um estudo de caso etnoecológico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 12(3): 839-853.

Rezende, R. S. 2016. *Camponeses na bacia do rio Tejo: Economia, política e afeto na Amazônia*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP): Campinas.

Rezende, R. S. 2017. Características das relações de ajuda na Amazônia brasileira: Apontamentos a partir do estudo dos habitantes da bacia do rio Tejo, Acre. *Mana* 23(2): 491-518.

Sessin-Dilascio, K. Sousa, T. S. Rossi, C. B. 2022. As fronteiras entre homem-gado-floresta. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade* 9(21):483-496.

Simonian, L. T. L. 2018. Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* 48: 118-139.

Shiraishi Neto, J. 2011. “Novas Sensibilidades” Velhas Decisões: notas sobre as recentes transformações jurídicas. *Sequência* 62, 79-96.

Shiraishi Neto, J. 2009. O Direito dos Povos dos Faxinais. As interpretações e as interpretações jurídicas, in *Terras de Faxinais*. Organizado por A. W. B Almeida; R. M Souza. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, UEA.

Swartz, M. J.; Turner, V. W.; Tuden, A. 1994. Antropología política: una introducción. *Revista Alteridades* 4(8): 101-126.

Tastevin, C. 2009a. O “Riozinho da Liberdade, 1928 in *Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá*. Organizador por M. D. da Cunha. Rio de Janeiro: Museu do Índio.

_____. 2009b. Na Amazônia (Viagem ao Alto Juruá e ao rio Tejo), 1914 in *Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá*. Organizador por M. D. da Cunha. Rio de Janeiro: Museu do Índio.

Tsing, A. L. 2019. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB, Mil folhas.

Velsen, J V. 1987. Análise situacional e o método de estudo de caso detalhado in *Antropologia das sociedades contemporâneas*. Organizado por B. Feldman-Bianco. São Paulo: Global.

Velthem, L. H van. 2017. A “Farinha Especial”: Percepção dos Agricultores de Belfort e Vila São Pedro no Vale do Rio Juruá, Acre in *Indicação Geográfica da Farinha de Cruzeiro do Sul, Acre*. Edição técnica de J. M. L. de Souza, V. de S. Álvares e M. de S. Nóbrega. Brasília: Embrapa.

_____. Katz, E. 2012. A ‘farinha especial’: fabricação e percepção de um produto da agricultura familiar no vale do rio Juruá, Acre. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas* 7(2): 435-456.

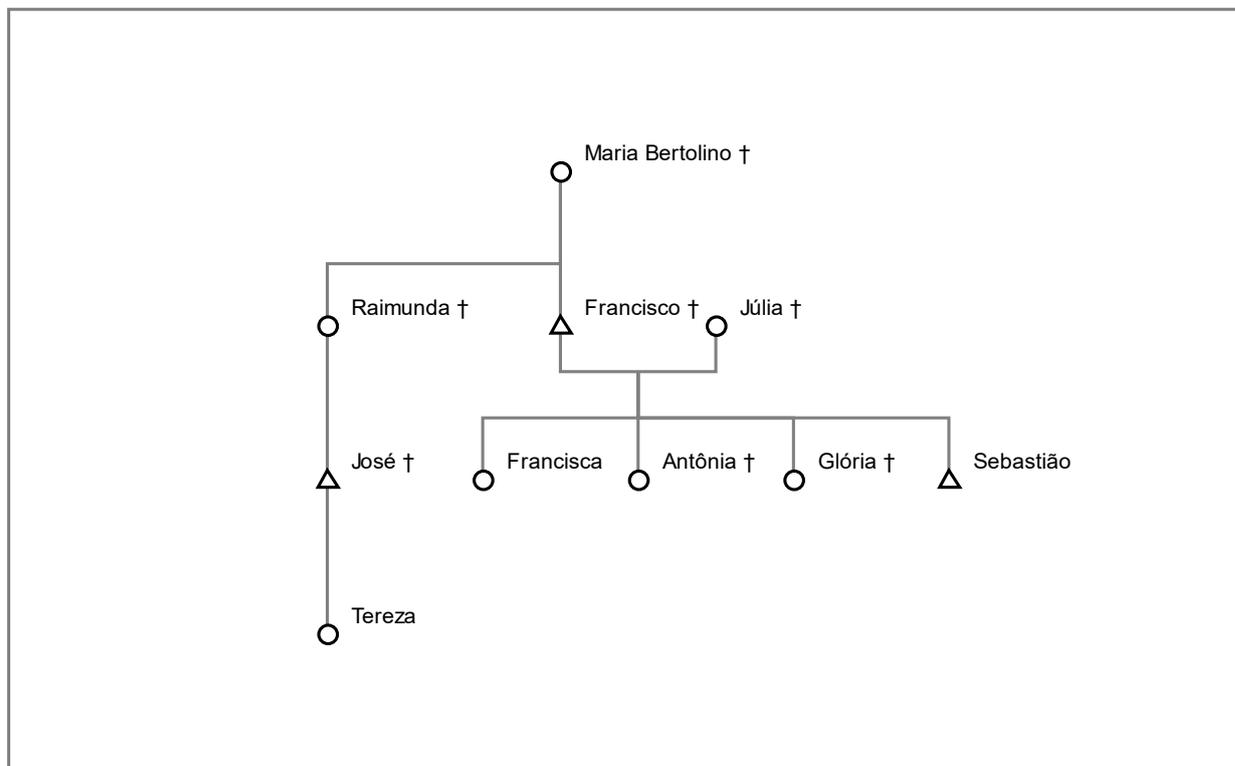
Vianna, L. P. 2008. *De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação*. Rio de Janeiro: AnnaBlume, FAPESP.

Vincent, J. 1987 A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes in *Antropologia das sociedades contemporâneas*. Organizado por B. Feldman-Bianco. São Paulo: Global Universitária.

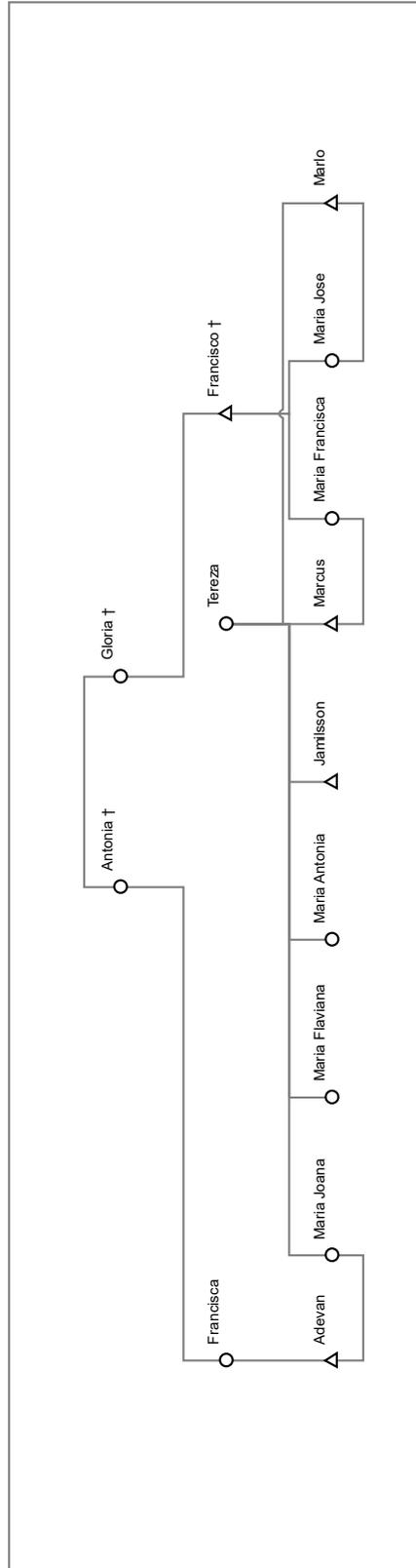
Wolf, Eric. 1970. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar.

ANEXO A: Genealogias da Comunidade Periquito

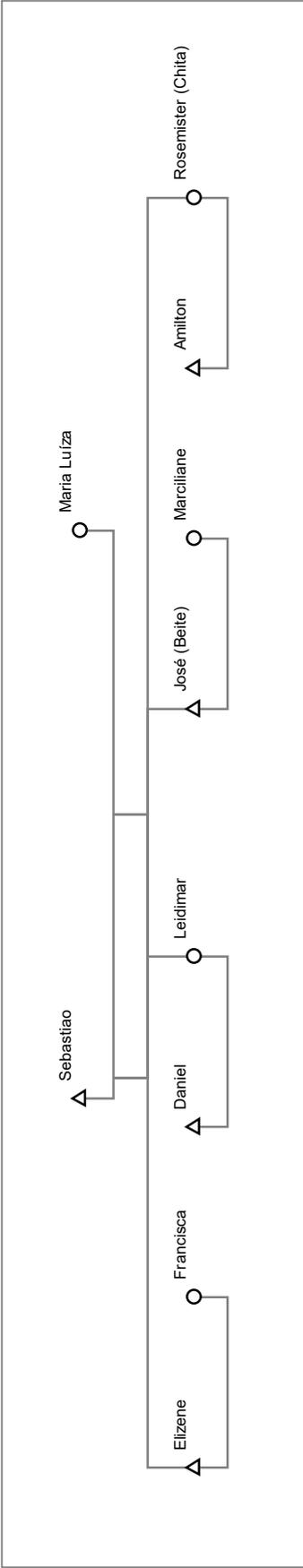
As imagens a seguir mostram a genealogia da Comunidade Periquito. Não consta todos os moradores, mas cada pessoa ou casal representa seu grupo doméstico e como estão interligados pelo parentesco consanguíneo. A cruz indica pessoas falecidas. A genealogia abaixo demonstra o parentesco entre alguns os(a) veteranos(a) da comunidade Periquito, ao redor dos quais se organizam os grupos domésticos aparentados de seus(as) filhos(as).



Abaixo, genealogia da família extensa de Tereza de Jesus, prima de Francisca e Glória, como indicado na genealogia anterior. Indica assim a ocorrência de três casamentos entre *primos terceiros*.

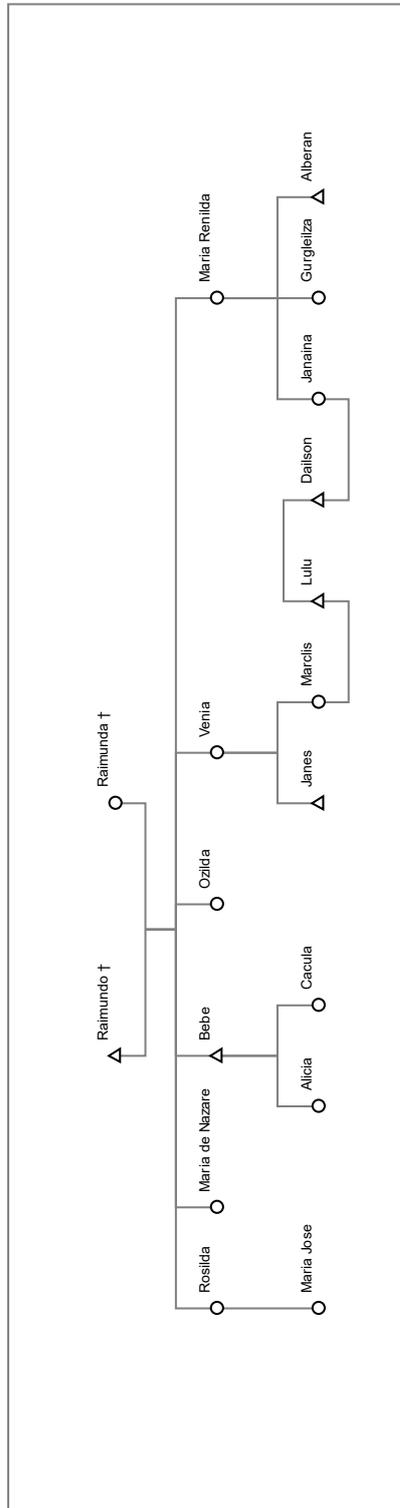


A genealogia a seguir mostra a família extensa de Sebastião e Maria Luíza.



ANEXO B: Genealogia da Comunidade Morro da Pedra

Imagem mostrando genealogia do maior aglomerado de residências da Comunidade Morro da Pedra. A cruz indica os moradores falecidos. Não consta todos os moradores, mas cada pessoa ou casal representa seu grupo doméstico e como estão interligados pelo parentesco consanguíneo.



**ANEXO C: Documentos e pessoas que produzem o social nos seringais da Reserva
Extrativista Riozinho da Liberdade, Alto Juruá - Acre**

A seguir, estão algumas das imagens que selecionei e que compõe meu campo de pesquisa. São fotografias de documentos guardados por décadas por lideranças, imagens realizadas durante atividades de campo e encontro com interlocutores(as). Além disso, há também registros que fiz em Xapuri durante o “VI Encontro Regional do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) – Acre: Populações tradicionais extrativistas em defesa da floresta e do clima” em julho de 2023. Até o momento, aguardo a confirmação da publicação em livro de algumas destas imagens como um ensaio fotográfico sobre aqueles(as) que produzem o social nas florestas e comunidades da RESEX Riozinho da Liberdade.

Início trazendo imagens da cidade de Xapuri, local de grande relevância para o movimento social dos seringueiros. Depois, trouxe documentos que se referem a criação da RESEX Riozinho da Liberdade. Por fim, boa parte das imagens que estão aqui comunicam parte do dia a dia e trabalho dos(as) moradores(a)s da RESEX em suas atividades relacionadas à caça, pesca e agricultura. As imagens podem comunicar visualmente aquilo que as palavras muitas vezes não conseguem expressar. Ainda que de modo breve, neste anexo busco contar como se realizam as atividades de se *colocar* um roçado, desde a escolha da área a ser realizado o plantio, atividades de *broca*, corte da vegetação, atividades de *tombar* árvores, de *queima*, *planta* até a *farinhada*, feitiço de farinha de mandioca.



Figura 1: Primeiro, vamos fazer um breve percurso por alguns pontos da cidade de Xapuri, localizada no Vale do Acre. Esta é a Estrada da Borracha (rodovia AC 485), a qual interliga Xapuri à BR-317, que dá acesso a Rio Branco, capital do Acre. Nesta estrada, estão plantadas centenas de seringueiras como vemos na imagem, e por isso, a rodovia é conhecida por este nome. Fonte: Sousa, T. S. 2023.



Figura 2: Ao chegar em Xapuri, logo vemos a paróquia São Sebastião no centro da cidade. A Igreja Católica foi uma importante aliada da *luta* dos seringueiros pela criação das reservas extrativistas. No *tempo da seringa*, a cidade de Xapuri era formada por seringais e ainda hoje vemos diversas seringueiras pela cidade. Fonte: Sousa, T. S. 2023.

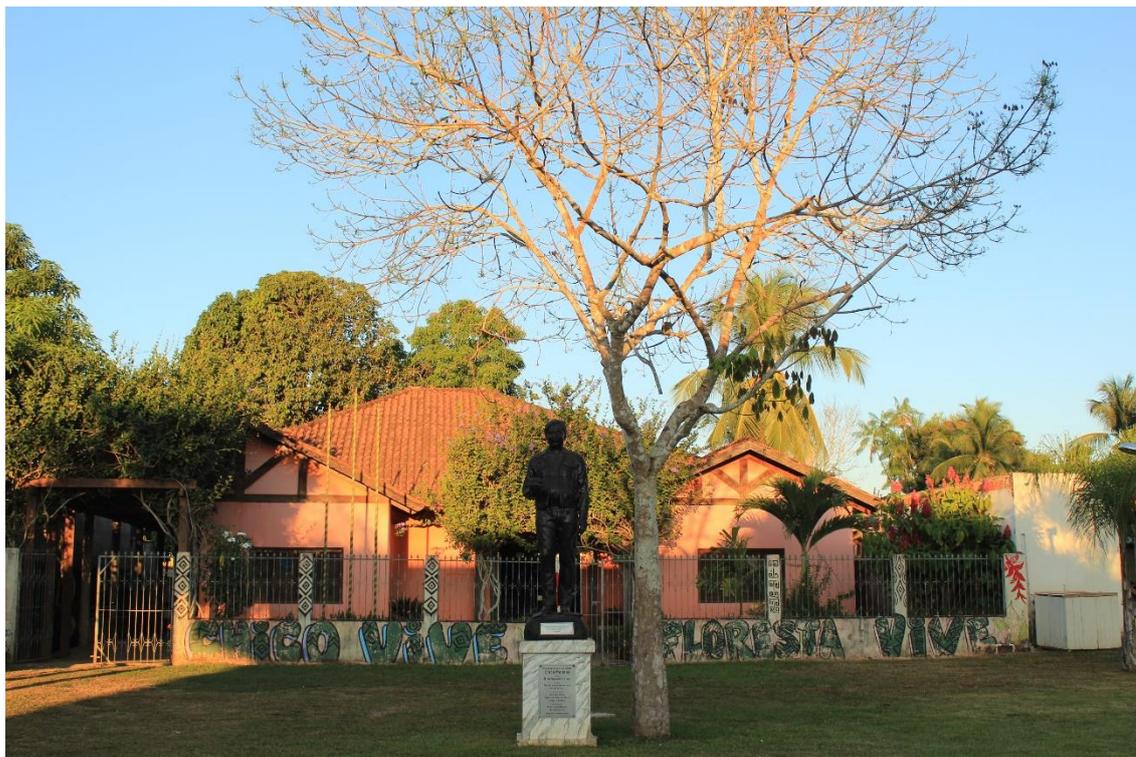


Figura 3: No centro da cidade e ao lado da Igreja Católica, está localizado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Xapuri. Na frente do STR há uma estátua de Chico Mendes e ao seu lado uma seringueira. Em vários pontos da cidade há referências a Chico Mendes e a preservação da floresta. Estive em Xapuri pela primeira vez em julho de 2023, para participar do “VI Encontro Regional do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) – Acre: Populações tradicionais extrativistas em defesa da floresta e do clima” enquanto representante da Associação Feminina Força da Mulher Rural do Rio Liberdade (MULHERFLOR). Na ocasião, nenhuma das mulheres da diretoria da MULHERFLOR poderia ir até o Encontro e me escolheram então para representá-las e “não perder a oportunidade”. Fui até o encontro com a incumbência de mapear oportunidades para geração de rendas alternativas a produção de farinha de mandioca e editais para submissão de projetos. Fonte: Sousa, T. S. 2023.



Figura 4: Estátua de Chico Mendes segurando uma pequena planta, acima da estátua está a seringueira na frente do STR de Xapuri. Fonte: Sousa, T. S. 2023.



Figura 5: Inscrição de fala de Chico Mendes, quase que profética, aos pés de sua estátua na frente do STR de Xapuri. Fonte: Sousa, T. S. 2023.



Figura 6: Vista da frente da “Casa de Chico Mendes”. Após o encerramento do VI Encontro Regional do CNS/ACRE 2023, me encaminhei para a casa de Chico Mendes junto de uma liderança do rio Liberdade ligada a ASAREAL, seu Caçote da comunidade Vai e Vem. A casa de Chico Mendes é hoje em dia um museu e estava temporariamente fechado para reformas. Por coincidência, tivemos a sorte de chegar até lá na hora em que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) estava realizando uma visita junto de outras instituições públicas. Permitiram então que entrássemos e tirássemos fotos, desde que estas não fossem publicadas em redes sociais como Instagram e Facebook até a abertura oficial do museu. O Iphan vem trabalhando para a construção de um roteiro turístico na cidade de Xapuri, que irá envolver a casa de Chico Mendes e áreas próximas relevantes para o contexto histórico local. Fonte: Sousa, T. S. 2023.



Figura 7: Ao chegar na casa de Chico, minha curiosidade me instigava a ir para os fundos da casa, onde ainda hoje está parte do trapiche onde ele foi assassinado. Como é muito comum de acontecer nos seringais, entrei na casa pela porta da cozinha e deste modo irei apresentar o que vi e fotografei. Em primeiro plano vemos parte do trapiche onde Chico Mendes foi baleado. Em segundo plano, sua casa com a saída da cozinha. Durante o VI Encontro Regional do CNS/ACRE 2023, Orleir, liderança do rio Jordão da RESEX Alto Tarauacá, relatou que Chico Mendes tinha um segurança pessoal, pois estava sofrendo diversas ameaças contra sua vida. No entanto, quando Chico Mendes saiu de casa para tomar banho, o segurança não caminhou com ele e foi neste momento que Chico foi alvejado por tiros no trapiche atrás de sua casa. Após ser baleado, andou até a cozinha, onde ainda hoje há uma mancha de sangue. A liderança do Jordão informou que o segurança de Chico estava envolvido no seu assassinato. Fonte: Sousa, T. S. 2023.



Figura 8: Inscrição em concreto no local em que Chico Mendes foi assassinado, a qual diz: “Aqui mataram Chico Mendes. A luta continua”. Fonte: Sousa, T. S. 2023.



Figura 9: Acima da linha de madeira horizontal, podemos ver a velha mancha de sangue quase que totalmente apagada pelo tempo. Fonte: Sousa, T. S. 2023.



Figura 10: Cozinha da casa de Chico Mendes. A única parede que não foi reformada e se mantém como no original, é aquela manchada de sangue próximo a porta cozinha. Fonte: Sousa, T. S. 2023.



Figura 11: Cozinha de Chico Mendes. Fonte: Sousa, T. S. 2023.



Figura 12: Corredor que liga a cozinha aos quartos e sala da casa. Fonte: Sousa, T. S. 2023.



Figura 13: O quarto de Chico Mendes. Ao lado da cama, na cômoda, está sua máquina de escrever e velho espelho. Fonte: Sousa, T. S. 2023.



Figura 14: Máquina de escrever e espelho sobre a cômoda. Fonte: Sousa, T. S. 2023.



Figura 15: Os livros de Chico. Durante o VI Encontro Regional do CNS/ACRE 2023, lideranças seringueiras e a antropóloga Mary Allegretti recordaram da importância que teve o “Projeto Seringueiro”, desenvolvido no município de Xapuri, nos Alto e Baixo Acre, durante as décadas de 1980 e 1990, o qual alfabetizou seringueiros(as) que estavam lutando contra o avanço da pecuária na região. Fonte: Sousa, T.S. 2023.



Figura 16: Os livros de Chico. Fonte: Sousa, T. S. 2023.

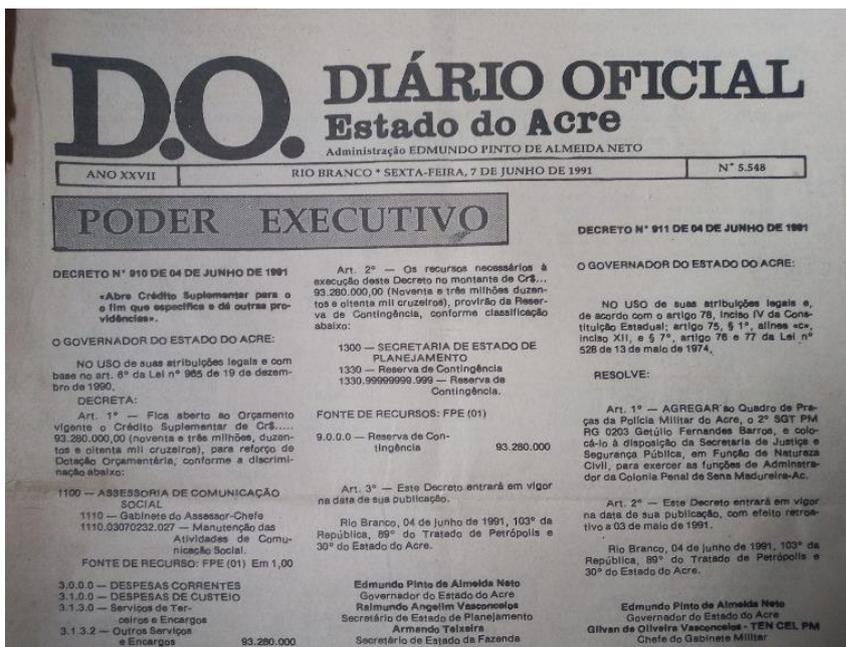


Figura 17: Envelhecido e amarelado Diário Oficial do Estado do Acre n.º 5.548 onde estão publicados os extratos dos estatutos sociais das quatro associações fundadas em 1991 no Vale do Juruá. Lorival Monteiro, histórica liderança da RESEX Riozinho da Liberdade, ainda hoje o guarda com muito apreço. Fonte: Sousa, T. S. 2022.

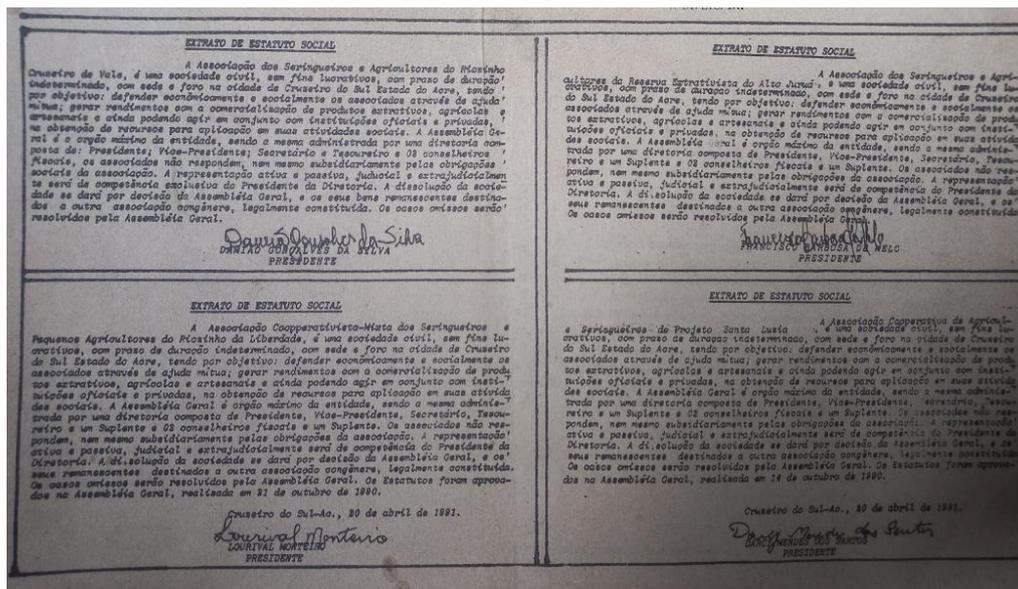


Figura 18: Extrato dos estatutos sociais das associações fundadas em 1991 no Vale do Juruá. Fonte: Sousa, T. S. 2022.

02
12/12

F. 11
P. 11
D. 11

ABAIXO ASSINADO DOS MORADORES DO RIOZINHO DA LIBERDADE

Nós, seringueiros e agricultores do Riozinho da Liberdade, abaixo assinados, reivindicamos junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (IBAMA) e ao Ministério Público Federal a criação e implantação da Reserva Extrativista do Riozinho da Liberdade, situada no Município de Tararacá, Estado do Acre, com a maior brevidade possível. A criação oficial de nossa Reserva Extrativista é a maneira mais efetiva de proteger as nossas comunidades tradicionais, tendo em vista as mudanças econômicas, sociais e ambientais que ocorrerão com o asfaltamento e pavimentação da BR-364, no trecho Cruzeiro do Sul-Rio Branco.

Solicitamos a imediata desapropriação e regularização fundiária dos seringais Extrema I e II, Bom Futuro I e II, São Sebastião, Esperança, Guarany, São Pedro, Ceará, Retiro, Passo da Pátria, Novo Acre, Floresta, Inocência I e II, Esperança II, Parnaso, Cratois e Santa Fé, situados no Riozinho da Liberdade e parte do seringal Cacimara, situado nas cabeceiras do rio Gregório, acima dos limites da Terra Indígena Rio Gregório, ocupada pelos índios Yawanawá e Kahakina, nossos vizinhos. Todos estes seringais constituem atualmente verdadeiros latifúndios improdutivos. Encontram-se há muito tempo abandonados pelos antigos patrões e pertencem a famílias entregues à própria sorte, sem nenhuma perspectiva econômica e sem nenhuma assistência de saúde e educacional.

Atualmente vivem na área reivindicada para a criação de nossa Reserva Extrativista 176 grupos familiares com 1.310 habitantes, ocupando 128 colocações nos seringais ali incidentes.

Acreditamos que somente com a criação da Reserva Extrativista do Riozinho da Liberdade nossas famílias poderão ser contempladas com programas de desenvolvimento econômico sustentável, socialmente justo e culturalmente viável. Só assim poderemos melhorar concretamente a qualidade de vida de nossa população e a preservação de nossas florestas, rios, igarapés e lagos.

Nº	Nome e/ou impressão de gital do ocupante	Colocação	Seringal
		<u>colônia santo</u>	
01	Luizivaldo Monteiro	Yabe	S. Futuro
02	Raimundo Costa Maciel	Santa	S. São Pedro
03	Maria José Pereira da Silva	S. São José	

Figura 19: Página um do abaixo assinado pela criação da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade. Fonte: Brasil 1998:3.

Fis. *[Handwritten]*
Proc. *[Handwritten]*
[Handwritten]

ABAIXO ASSINADO E MOÇÕES DE APOIO À CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIOZINHO DA LIBERDADE NO ESTADO DO ACRE

Nós, representantes de entidades oficiais e não-governamentais acreanas, Sindicatos, Associações, Cooperativas, Fundações, Comitês, Igrejas e populares, através deste abaixo assinado, apoiamos a proposta dos seringueiros e agricultores do Riozinho da Liberdade, que reivindicam junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (IBAMA) e ao Ministério Público Federal (MPF) a criação e implantação da Reserva Extrativista do Riozinho da Liberdade, situada no Município de Tarauacá, Estado do Acre, com a maior brevidade possível. A criação oficial dessa Reserva Extrativista é a maneira mais efetiva de proteger as comunidades tradicionais da floresta, tendo em vista as mudanças econômicas, sociais, culturais e ambientais que ocorrem com o asfaltamento e pavimentação da BR-364, no trecho Cruzeiro do Sul-Rio Branco.

Solicitamos também a imediata desapropriação e regularização fundiária dos seringais Extrema I e II, Bons Futuro I e II, São Sebastião, Esperança, Grammy, São Pedro, Ceará, Retiro, Passos da Pátria, Novo Acre, Floresta, Iracema I e II, Esperança II, Paraíso, Criseis e Santa Fé, situados no Riozinho da Liberdade e parte do seringal Caxinauá, localizado nas cabeceiras do rio Gregório, acima dos limites da Terra Indígena Rio Gregório, ocupada pelos índios Yawanawá e Katukina. Todos estes seringais constituem atualmente verdadeiros latifúndios improdutivos. Encontram-se há muito tempo abandonados pelos antigos patrões e pretensos proprietários, que deixaram as famílias dos seringueiros e pequenos agricultores entregues à própria sorte, sem nenhuma perspectiva econômica e sem nenhuma assistência de saúde e educacional.

Atualmente vivem na área reivindicada para a criação dessa Reserva Extrativista 176 grupos familiares com 1.310 habitantes, ocupando 128 colocações nos seringais ali incidentes.

Acreditamos que somente com a criação da Reserva Extrativista do Riozinho da Liberdade essas famílias poderão ser contempladas com programas de desenvolvimento econômico sustentável, socialmente justo e culturalmente viável. Só assim poderão melhorar concretamente a qualidade de vida de suas populações e a preservação ambiental de nossas florestas, rios, igarapés e lagos.

N°	Nome e/ou impressão de gital do representante	entidades jurídicas coloque-se a SIGLA	Cidade/ Estado
01	<i>Antônio Luiz Borriato & M.</i>	<i>Comitê de Defesa do Meio Ambiente do Vale do Rio Branco C. D. M. - R. V.</i>	<i>CESS</i>
02	<i>Joana Maria de Oliveira</i>	<i>[Handwritten]</i>	<i>Rio Branco</i>

Figura 20: Página um da moção de apoio de instituições governamentais e não governamentais para a criação da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade. Fonte: Brasil 1998:31.

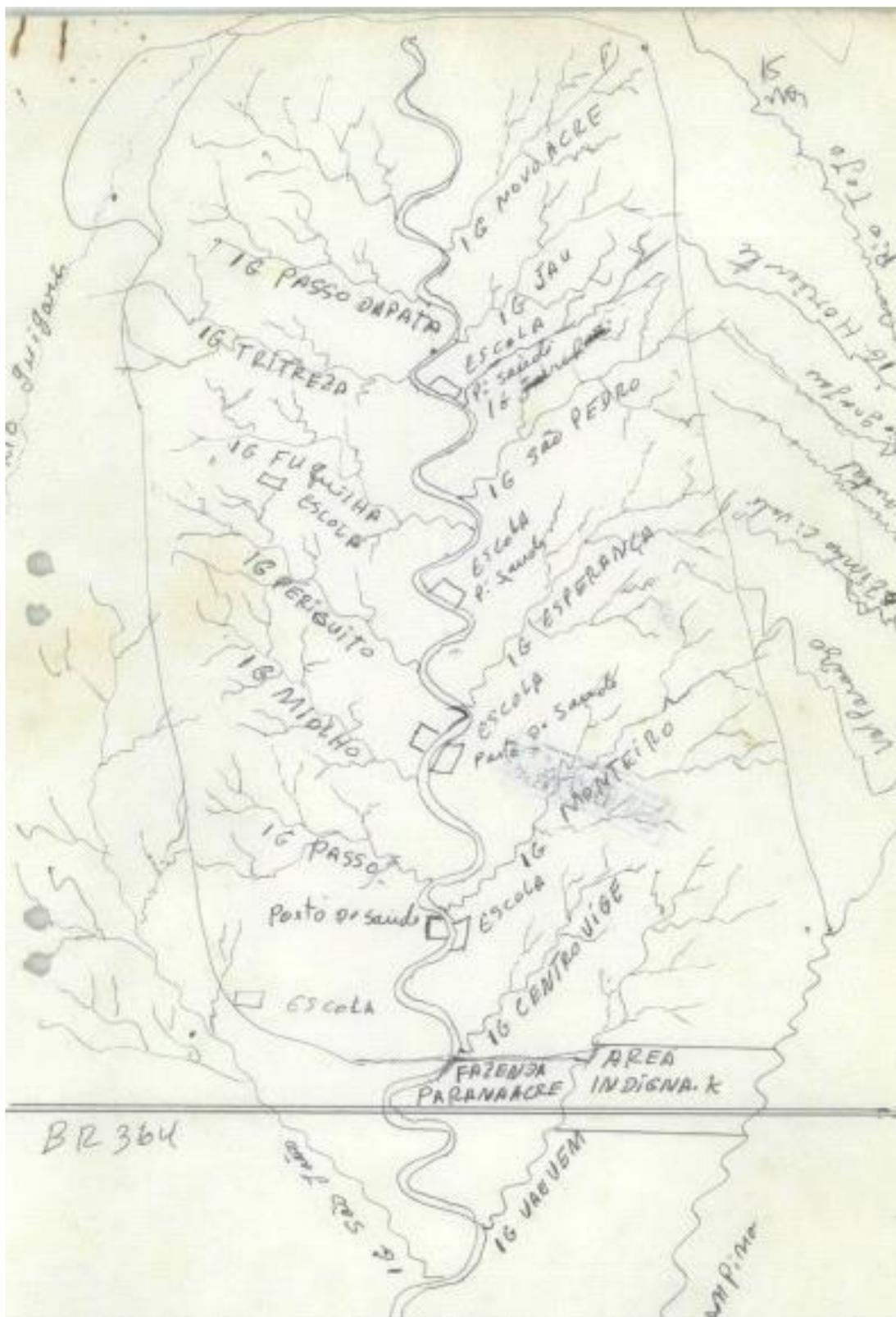


Figura 21: Mapa da área indicada inicialmente para ser criada a RESEX Riozinho da Liberdade. Foi confeccionado a mão por Francisco Barbosa de Melo (Chico Ginu) junto com os(as) seringueiros(as) na década de 90. Consta no processo administrativo de criação da RESEX junto com o abaixo assinado dos moradores que reivindicavam a criação da RESEX. Fonte: Brasil 1998, p. 29.



Figura 22: Casas na comunidade Periquito no Alto Liberdade, RESEX Riozinho da Liberdade. Fonte: Sousa, T. S. 2019.



Figura 23: O anoitecer na comunidade Periquito no Alto Liberdade, RESEX Riozinho da Liberdade. Fonte: Sousa, T. S. 2019.



Figura 24: Comunidade Morro da Pedra na RESEX Riozinho da Liberdade. Fonte: Sousa, T. S. 2018.



Figura 25: Porto da comunidade Morro da Pedra na RESEX Riozinho da Liberdade durante o verão de 2018.
Fonte: Sousa, T. S. 2018.



Figura 26: Da janela ela me diz: *Suba!* “Suba”, é como os acreanos convidam os que chegam para entrar em sua residência. Esta senhora é Alcirema Maciel Cordeiro, posando para a foto na janela de sua casa na comunidade Periquito. A boneca pendurada na parte superior da janela serve como amuleto de proteção contra *feitiços*. Esta foto veio a compor a capa do livro *A Voz do Liberdade* (2021). Fonte: Sousa, T. S. 2019.



Figura 27: Sebastião Alves de Souza, conhecido pelo apelido Bastião, na janela de sua casa na comunidade Periquito. Esta foto veio a compor o livro *A Voz do Liberdade* (2021). Fonte: Sousa, T. S. 2019.



Figura 28: Maria de Nazaré Santana da Costa, conhecida como Maricota, fazendo tigelas com alumínio para colher *leite*, látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*). Fonte: Sousa, T. S. 2022.



Figura 29: Estas são as mãos de Maria de Nazaré Santana da Costa, amolando sua *faca de seringa* com um limatão. Maricota *deixou* seu ex marido com poucos anos de casamento, indo morar com seus pais no Morro da Pedra. Ela sustentou seus três filhos no trabalho do *corte* de seringa, ao ir de madrugada para a *mata* trabalhar já trazia o *rancho*, carne de caça. *Mariscava* (pescava) e fazia *tarrafas* (rede de pesca) com linha de tucum (palmeira) para complementar a alimentação e renda da família. Nos seus quase 70 anos, hoje em dia trabalha com a produção de farinha de mandioca e reside na comunidade Morro da Pedra com sua família. Fonte: Sousa, T. S. 2022.



Figura 30: Em primeiro plano, vemos a *faca de seringa* de Maria de Nazaré Santana da Costa, a qual herdou de seu falecido pai Raimundo Henrique da Costa. Em segundo plano, apesar de desfocado, podemos ver a casa de farinha do grupo doméstico de Maricota, onde um de seus filhos está *cevando*, triturando, mandioca para fazer farinha. Fonte: Sousa, T. S. 2022.



Figuras 31 e 32: Durante visita realizada na casa de Maricota em julho de 2022, ela fez questão de levar a mim e meu companheiro, seu sobrinho Antônio Jarlesson da Costa Vieira, até uma *madeira*, seringueira, localizada no ramal do Morro da Pedra, onde nos ensinou a fazer os *traços* e *riscos* que uma *arriação* deveria ter. Fonte: Sousa, T. S. 2022.



Figura 33: Manoel Soares, conhecido como Nem, realizando o corte da seringueira nas estradas de seringa que ainda preserva em área próxima à sua residência, no igarapé Forquilha, afluente do rio Liberdade. Com 93 anos, ele é último *arigó* do rio, cearense que migrou para o Acre em 1946 para cortar seringa. Com o fim da atividade extrativa, passou a se dedicar à agricultura como fonte de renda e à criação de animais. É reconhecido no rio como importante rezador e relatou ter aprendido o ofício no Maranhão e com outro *arigó* de apelido Zé Neném no rio Liberdade. Fonte: Sousa, T. S. 2022.



Figura 34: Em outubro de 2019 fui até o Seringal Forquilha visitar Nem Soares e sua família com o objetivo de entrevistar o patriarca. Ele, sua filha Arlete e a esposa Dona Raimunda, fizeram questão de me levar até as estradas de seringa preservadas logo aos fundos da residência. Nem Soares, demonstrou e explicou como se realiza o corte de seringa e Arlete também o fez, afirmando que cortou seringa, atividade da qual sente muito orgulho. Fonte: Sousa, T. S. 2022.



Figura 35: Arlete Soares simulando o *corte* de seringa, atividade que exerceu na década de 1980 e 1990 junto com seu marido até se mudar para a cidade de Cruzeiro do Sul em 1998. Após eu tirar esta foto e compartilhar com ela, passou a utilizar como foto de perfil no WhatsApp. Fonte: Sousa, T. S. 2022.



Figura 36: Depois de encontrar com Manoel Soares em sua casa no seringal Forquilha, me convidaram para sua festa de aniversário de 93 anos que iria ocorrer na casa de sua filha Francisca, conhecida como Chicô, e seu genro, Antônio Coló, na comunidade Itajubá. Na foto em primeiro plano estão Manoel Soares e esposa, Raimunda. Em segundo plano da esquerda para a direita estão sua filha, Arlete, seu filho Francisco, o genro Antônio Coló, neta, a filha Elizabeth, a filha Francisca e neta. Fonte: Sousa, T. S. 2022.



Figura 37: Parte de um *roçado tombado*. Localmente se usa as expressões *tombar roçado* e *queimar roçado*, mas na prática o que se realizada é a derrubada e queima de árvores da área onde virá a ser *colocado*, plantado o roçado de mandioca. Agora, após a vegetação passar um período secando, a área estará pronta para se realizar a *queima*. Fonte: Sousa, T. S. 2022.



Figura 38: Área de mata bruta que foi *brocada*, ou seja, se realizou o corte da vegetação e paus finos, para posterior tombamento com machado ou moto serra e *queima*. Comunidade Morro da Pedra. Fonte: Sousa, T. S. 2022.



Figura 39: Em segundo plano, “*Botaram fogo no roçado*”. O que quer dizer que colocaram fogo na área de capoeira ou mata bruta desmatada a ser *colocado*, plantado, o roçado. No caso da foto, área de capoeira. Em primeiro plano, banco com motor de *cevar* mandioca na casa de farinha de Maricota às margens do igarapé Monteiro. Fonte: Sousa, T. S. 2022.



Figura 40: Vista da comunidade Morro da Pedra em setembro de 2022. No horizonte, podemos ver que colocaram fogo em dois roçados, ou seja, atearam fogo em área desmatada para plantio posterior. Fonte: Sousa, T. S. 2022.



Figura 41: Na parte inferior na imagem, vemos o roçado de *roça* (mandioca) de Antônio Jarlesson da Costa Vieira e seu tio materno Raimundo Nonato Costa Pereira na comunidade Morro da Pedra. Em segundo plano, vários homens e jovens aparentados trabalham de *adjunto*, trocando dias para realizar o plantio de seus roçados. Do lado esquerdo, vemos duas *palheiras* (palmeiras) de cocão (*Attalea tessmannii*), espécie endêmica do Acre e Peru utilizada pelos povos e comunidades tradicionais do Vale do Juruá para produção de leite, óleo e carvão. Os *antigos*, antepassados dos moradores da comunidade Morro da Pedra não realizavam a derrubada de *palheiras* importantes para o uso das famílias, como o cocão, açáí (*Euterpe precatoria*), buriti (*Mauritia flexuosa*) e outras.

Ainda hoje, esta prática é realizada na comunidade. Fonte: Sousa, T. S. 2022.



Figura 42: Os pés do jovem Paulo, que realiza o plantio de mandioca em setembro, mês das primeiras chuvas na região. Costumeiramente, vários parentes se reúnem para realizar a atividade. Para realizar o plantio, uma pessoa faz as *covas*, buracos na terra, com enxada; outra pessoa coloca as *manivas*, pedaços do caule da mandioca, nas *covas*; e por fim, uma terceira pessoa pisa levemente na *maniva* disposta na *cova* com um pé e com o outro puxa a terra para realizar o plantio. Fonte: Sousa, T. S. 2022.

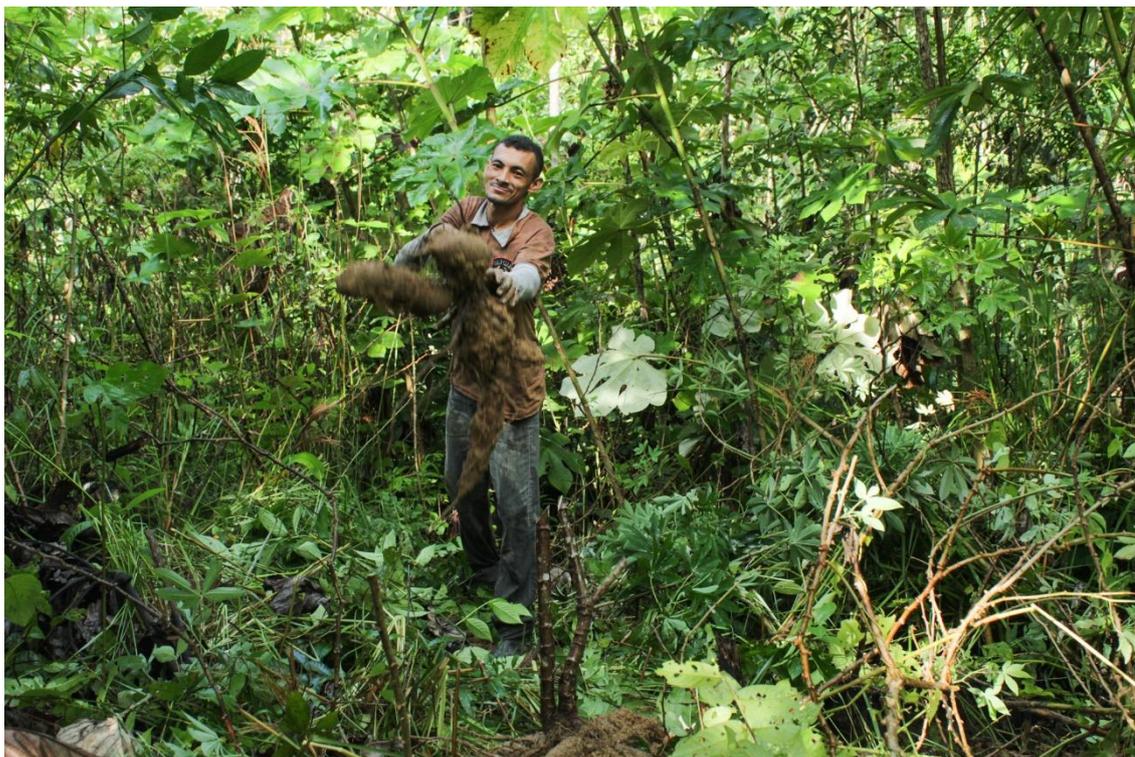


Figura 43: Compadre Francisco José Silva Nascimento, conhecido como Preto, realizando a *arranca*, colheita de mandioca no roçado de seu sobrinho na comunidade Periquito em março de 2021. Fonte: Sousa, T. S. 2021.



Figura 44: Da esquerda para a direita vemos Rosa, Marta e minha comadre Paizinha *raspando*, descascando mandioca no roçado. Rosa e Paizinha são irmãs e seus esposos são sobrinhos de Edivaldo, esposo de Marta. Elas também são primas de Edivaldo. Fonte: Sousa, T. S. 2021.



Figura 45: Casal raspando, descascando mandioca na comunidade Alegria. Fonte: Sousa, T. S. 2018.



Figura 46: Dois grupos domésticos aparentados fazendo uma casa de farinha funcionar na comunidade Morro da Pedra. Em primeiro plano do lado esquerdo temos Maria e sua filha Maria Tati *tirando goma*. Ao lado direito temos Arisson polvilhando *açaf rô*, *açaf rão*, e seu tio materno Edimilson *cevando*, triturando a mandioca. Em terceiro plano, podemos observar Antônio Jarlesson *torrando massa* de mandioca e seu irmão Narisson em quarto plano, cortando lenha para o forno de *torrar massa e farinha*.



Figura 47: Estas são as mãos de Antônio Jarlesson Costa Vieira, jovem de 23 anos conhecido como Dida, sobre o *banco* de mandiocas que deverão ser *cevadas*, trituradas. Estão *meladas* de *açafრó*, como o açafრó é chamado localmente. No Vale do Juruá, usa-se o *açafრó* para a produção de farinha de mandioca amarela. Fonte: Sousa, T. S. 2022.



Figura 48: Antônio Jarlesson Costa Vieira e seu pai em segundo plano, Antônio José Vieira, ambos moradores da comunidade Morro da Pedra. Enquanto Dida se dedica a atividade de *cevar*, triturar mandioca, Antônio José trabalha na *prensa de varão*, onde a mandioca triturada que passa a ser chamada de *massa*, repousa durante 24 horas sendo prensada para retirada da *manipueira*, água da mandioca. Fonte: Sousa, T. S. 2022.



Figura 49: Antônio Jarlesson Costa Vieira realizando o processo de *cevar* a mandioca. Após a mandioca ser *arrancada* pelos homens e *raspada* (descascada) pelas mulheres no roçado, ela é trazida na carroça puxada por boi de *arrasto* para a casa de farinha, onde deverá ser *cevada* com *açafrô* pelos homens no *catitu* ou *bola*, cilindro com dentes afiados ligado a um motor estacionário que promove a tritura da mandioca. Fonte: Sousa, T. S. 2022.



Figura 50: Ao fundo, a mandioca está sendo *cevada* por meu compadre, Francisco José Silva Nascimento. Em primeiro plano, o seu tio de Francisco Edivaldo Victor da Silva, coloca a *massa* cevada dentro de sacos e a organiza na *prensa de varão*, estrutura que pressiona a *massa* durante 24 horas e retira toda a *manipueira*, água da mandioca. Fonte: Sousa, T. S. 2021.



Figura 51: Os irmãos Antônio Arisson Costa Vieira e Antônio Narisson Costa Vieira *torrando massa*, atividade costumeiramente realizada pelos homens da família. Após a *massa* ser retirada da *prensa*, ela é *cevada* novamente, *escaldada* no forno, peneirada e *torrada* no forno, algumas pessoas podem peneirar novamente. Assim, se finaliza o processo de produção da farinha de mandioca. Fonte: Sousa, T. S. 2022.



Figura 52: Jardesson, de apelido Conka, *torrando massa* na comunidade Periquito. Em segundo plano, podemos ver um *roçado de roça*, mandioca. Em terceiro plano, a floresta. Fonte: Sousa, T. S. 2021.



Figura 53: Após a aula na Escola Estadual Rural Joaquim Nogueira na comunidade Periquito, jovens se encaminham para a mata para *pastorar*, caçar. Fonte: Sousa, T. S. 2019.



Figura 54: Dona Marta trata carne de veado vermelho, a qual será vizinhada com grupos domésticos aparentados na comunidade Periquito. Esta foto foi selecionada em 2020 para “A Mostra a Céu Aberto” que tinha como tema “Norte por Norte” e ficou em exposição nas ruas da capital de Rondônia, Porto Velho. Fonte: Sousa, T. S. 2019.



Figura 55: Dona Francisca, conhecida como Chiquinha, tratando carne de porco do mato no *trapicho* de sua casa na comunidade Periquito. Fonte: Sousa, T. S. 2019.



Figura 56: Manoel Soares e Francisco Albecir sentados na canoa às margens do igarapé Forquilha, afluente do rio Liberdade. Fotografia realizada em agosto de 2019. Neste momento, Albecir estava entrevistando Manoel para o livro *A Voz do Liberdade* (2021). Fonte: Sousa, T. S. 2019.



Foto 57: Juvan, conhecido como Bamba, andando dentro do igarapé onde havia acabado de armar uma *manga*, rede de pesca em segundo plano. Comunidade Morro da Pedra. Fonte: Sousa, T. S. 2018.



Foto 58: Peruano jogando *tarrafa*, rede de pesca, em igarapé na comunidade Morro da Pedra. Fonte: Sousa, T. S. 2018.



Foto 59: Peruano de Juvan se preparando para *mariscar*, pescar no igarapé na comunidade Morro da Pedra.

Fonte: Sousa, T. S. 2018.



Figura 60: Pai e filho *mariscando* no rio Liberdade na área da comunidade Periquito. Fonte: Sousa, T. S. 2019.



Figura 61: Gleciane *pegando timão de motor*, pilotando motor de rabeta na comunidade Periquito. Fonte: Sousa, T. S. 2019.



Figura 62: Ramalho mostrando suas caixas onde cria uruçú, abelhas sem ferrão, na comunidade Foz do Forquilha. Fonte: Sousa, T. S. 2020.



Figura 63: Valmir tirando jarina (*Phytelphas aequatorialis*) para bebermos água durante atividade de levantamento de espécies florestais não madeireiras com potencial para geração de renda, projeto desenvolvido pela ASAREAL entre 2018 e 2019. Comunidade Alegria. Fonte: Sousa, T. S. 2018.



Figura 64: “Proibido roubar na quebrada. Ass: CVRL.” A sigla CVRL significa *Comando Vermelho Rogério Lemgruber*, nome de uma das lideranças mais importantes que vem a dar origem a facção. Inscrição na parede no bairro da Várzea, próximo ao Centro na cidade de Cruzeiro do Sul, Acre, onde várias famílias do rio Liberdade possuem parentes. Esta é a nova realidade do Vale do Juruá, com a facção atuando nas cidades e interior, rios e seringais, inclusive na RESEX Riozinho da Liberdade. A proibição de assaltos e furtos, segundo dizem, é para não chamar a atenção da Polícia. Fonte: Sousa, T. S. 2022.



Figura 65: Inscrição do comando vermelho na ponte sobre o rio na Vila Liberdade, área de fronteira entre a RESEX/Cruzeiro do Sul e FLOES do rio Liberdade/Tarauacá, Acre. Fonte: Sousa, T. S. 2023.